

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

IAN MOURA MARTINS

LUGARES DA QUALIRAGEM NA “ILHA DO AMOR”: DISSIDÊNCIAS
LGBTQIAPN+ NO ESPAÇO URBANO DE SÃO LUÍS – MA



São Luís
2024

IAN MOURA MARTINS

**LUGARES DA QUALIRAGEM NA “ILHA DO AMOR”: DISSIDÊNCIAS
LGBTQIAPN+ NO ESPAÇO URBANO DE SÃO LUÍS – MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão (PPGGEO/UFMA), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva.

Linha de Pesquisa: Produção do Espaço e Territorialidades.

São Luís
2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Martins, Ian Moura.

Lugares da Qualiragem Na ilha do Amor : Dissidências
Lgbtqiapn+ No Espaço Urbano de São Luís Ma / Ian Moura
Martins. - 2024.
207 f.

Orientador(a): Marcos Nicolau Santos da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Geografia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,
2024.

1. Geografia. 2. Pessoas Lgbtqiapn+. 3. Topofilia.
4. Topofobia. 5. São Luís - Ma. I. Santos da Silva,
Marcos Nicolau. II. Título.

IAN MOURA MARTINS

**LUGARES DA QUALIRAGEM NA “ILHA DO AMOR”: DISSIDÊNCIAS
LGBTQIAPN+ NO ESPAÇO URBANO DE SÃO LUÍS – MA**

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva
Universidade Federal do Maranhão – PPGGEO/UFMA
(Orientador)

Profª. Drª. Zulimar Márita Ribeiro Rodrigues
Universidade Federal do Maranhão – PPGGEO/UFMA
(Examinadora Interna)

Profª. Drª. Márcia da Silva
Universidade Estadual do Centro-Oeste – PPGG/UNICENTRO
(Examinadora Externa)

Prof. Dr. Carlos Wellington Soares Martins
Universidade Federal do Maranhão – PPGPSI/UFMA
(Examinador Externo ao Programa)

*À minha mãe, Joseane Moura Martins, agora
a minha estrela guia, meu combustível e a
minha luz nos dias de tempestade.*

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho inicialmente ao Deus que me sustentou até aqui. A minha família por ser o meu alicerce, em especial, as mulheres que me inspiram: a minha mãe, Joseane Moura Martins; a minha irmã, Ianara Moura Martins; a minha avó, Joana de Araújo Moura; as minhas tias, Josevane Moura, Girlene Moura e Geovania Moura; a minha prima, Irla Cristina; e ao meu avô, João José Martins, e o meu tio Gileandro, que ajudaram na minha criação.

A todos aqueles que me ajudaram no momento mais difícil da minha vida: a perda da materialidade materna.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) pela bolsa de mestrado concedida, que foi fundamental para a elaboração desta pesquisa.

Agradeço honrosamente a todos os professores que fizeram e fazem parte da minha trajetória acadêmica e profissional, os quais incentivaram a nunca desistir dos meus sonhos. Em especial, aos docentes da graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão, entre os quais destaco o Prof. Dr. Igor Bergamo Anjos Gomes, o Prof. Dr. Marcelino Silva Farias Filho, a Prof. Dra. Irecer Portela Figueiredo Santos, o Prof. Dr. Antônio José de Araújo Ferreira, o Prof. Dr. Samarone Carvalho Marinho e o Prof. Dr. Ronaldo Barros Sodré, por quem tenho imensa admiração e respeito.

Ao Grupo de Pesquisa em Pedologia e Edafologia (GEPEPE), sob coordenação do professor Dr. Marcelino Farias, pelo estímulo a fazer pesquisas, trabalhos e participar de eventos científicos, e pelos amigos que conheci e mantenho contato até os dias de hoje.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão (PPGGEO/UFMA), pela atuação da coordenação na figura do Prof. Dr. Márcio José Celeri e dos servidores técnico-administrativos, pelo suporte a esta pesquisa.

Aos novos professores e amigos da pós-graduação, Prof. Dra. Taíssa Caroline Silva Rodrigues e Prof. Dr. Sávio José Dias Rodrigues.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva, pela atenção, cuidado, disponibilidade, suporte, paciência, confiança, amizade, oportunidades, direcionamentos acadêmicos, profissionais e de vida. Não há palavras que consigam mensurar a gratidão que eu sinto, e espero um dia poder retribuir o que fez por mim. E nas maiores das pretensões, ser um pouco do profissional e do ser humano incrível que és.

À Prof.^a Dra. Tatiane da Silva Sales, por ter me acolhido na cadeira “Educação, Gênero e Sexualidade” e me proporcionado espaços de discussão, bem como pela minha inclusão na organização do Encontro Maranhense sobre Gênero, Educação e Sexualidades (IV EMGES), no qual pude conhecer pessoas incríveis, como a Prof.^a Dra. Sirlene Mota.

À Prof.^a Dra. Cibelle Cristina Lopes e Silva, pelos ensinamentos sobre a temática de gênero e sexualidade desde o quarto período da graduação.

Aos movimentos e instituições sociais LGBTQIAPN+ pela abertura, pelo acolhimento e diálogo. Espero que esta pesquisa os ajude de alguma forma e chegue aos nossos outros companheiros de luta.

A todas às pessoas que dedicaram alguns minutos de suas vidas para participar da pesquisa. Sem eles, esta pesquisa não seria materializada.

À Universidade Federal do Maranhão, por todos os momentos que me proporcionou, e suas bolsas de assistência estudantil que me fizeram permanecer na graduação e hoje concluir a pós-graduação.

À Residência Universitária, por ter se tornado o meu lar por um tempo, e aos amigos que levarei para minha vida. Em especial, Adriana Ferreira, Dayana Rodrigues e os amigos do “Grupo do macarrão”: Gilsandro Gomes, Luciluzi Reis, Thaís Maria, Antônio Neto, Edson Lacerda, Lizandra Nascimento, Ronaldo Reis, Maria Ribamar e Paulo Douglas.

À Kellen Oliveira, pela leitura cuidadosa desta dissertação e pelo carinho constante.

Aos amigos da graduação, com os quais até hoje mantenho diálogo.

A Igor Castro, pela parceria científica e amizade sincera.

Aos professores da banca de qualificação e defesa, Prof^a. Dr^a. Zulimar Márita Ribeiro Rodrigues, Prof^a. Dr^a. Márcia da Silva e Prof. Dr. Carlos Wellington Soares Martins, pelos direcionamentos, provocações e reflexões que foram de grande valia para a atual conformação deste trabalho.

A Teresa Cristina Cantanhede, pelos ensinamentos geográficos, metodológicos e de vida. A Janailde Caldas, pelas boas risadas e momentos épicos, e Sérgio, pela sua simplicidade.

Às minhas amigas de longa data: Bianca Ferreira, Fabiedna Rodrigues, Larissa Monteiro, pela amizade duradoura. À Ana Gabrielle, pelo reencontro e aproximação.

Aos colegas e amigos da turma do mestrado, pelas discussões e aprendizagens geográficas.

Ao projeto social do qual faço parte, que tem na figura da Luciana, Tatiana, Renilde e Rosiane, seres que me ensinaram a ajudar quem precisa sem receber nada em troca. Aos professores voluntários que participam do preparatório do ENEM/UEMA, ajudando jovens de comunidades periféricas a adentrarem no ensino superior.

À faculdade Bethakam, em nome da Prof^a. Cleudecy Vieira, pelas aprendizagens e pela rica experiência em poder ministrar aulas em curso de graduação. E aos alunos da referida instituição com os quais pude dialogar.

A todas aquelas, aqueles e aqueles dissidentes que vieram antes de mim, os meus sinceros agradecimentos. Para os que virão, espero que as lutas travadas hoje permitam que vocês possam viver livremente suas experiências sexuais e de gênero.

RESUMO

A população LGBTQIAPN+ tem sido historicamente marginalizada e invisibilizada no espaço urbano. Em face dessa problemática, este trabalho objetivou analisar a produção científica da Geografia brasileira sobre a população LGBTQIAPN+ e a constituição do movimento social representado por esta sigla nas escalas nacional, estadual e local, bem como os lugares mais e menos frequentados por esses sujeitos no espaço urbano dissidente de São Luís - MA. Para operacionalizar esta análise fez-se necessário definir um percurso metodológico que inicialmente buscou na revisão sistemática de literatura os subsídios teóricos e metodológicos necessários para estruturação inicial deste trabalho. No âmbito das leituras percebeu-se que a Fenomenologia era o método que melhor dialogava com a proposta desta pesquisa e como categoria geográfica chave: lugar. Estes aportes metodológicos juntamente com a pesquisa participante, de cunho qualitativo e quantitativo, foram imprescindíveis para a construção e consolidação da coleta de dados e do processo de análise dos resultados. A coleta de dados incluiu levantamento documental e entrevistas semiestruturadas com 40 pessoas LGBTQIAPN+ vinculadas à Universidade Federal do Maranhão e líderes de instituições LGBTQIAPN+. As entrevistas revelaram a diversidade sociodemográfica das pessoas entrevistadas, sendo a maioria jovem, de baixa renda, com autoidentificação étnico-racial majoritariamente preta ou parda. Essas características influenciam diretamente os lugares que eles mais frequentam ou evitam em São Luís. Com isso, o Centro Histórico é visto positivamente (topofilia), enquanto locais heteronormativos são evitados (topofobia). A análise revelou que os marcadores de gênero, raça, classe, cultura e religião são fatores que contribuem para a construção de lugares de segurança ou de medo. Frente a isso, encontrar pessoas com identidade de gênero e orientações sexuais semelhantes promove sentimentos de conforto e pertencimento não apenas no Centro Histórico, mas também em outros espaços ou lugares da cidade. Além disso, discutiu-se sobre as resistências e os desafios enfrentados pelo movimento LGBTQIAPN+, como a LGBTQIAPN+fobia institucionalizada e a falta de engajamento político, sobretudo da juventude. Por fim, a pesquisa pretende servir como base para futuros estudos e a elaboração de políticas públicas que considerem a diversidade da população LGBTQIAPN+ e seus anseios no que diz respeito ao lazer, segurança e empregabilidade, reiterando que a ocupação de todos os espaços urbanos pela população LGBTQIAPN+ é crucial para enfrentar a LGBTQIAPN+fobia.

Palavras-chave: Geografia; Pessoas LGBTQIAPN+; Topofilia; Topofobia; São Luís - MA.

ABSTRACT

The LGBTQIAPN+ population has historically been marginalized and rendered invisible in urban spaces. In view of this problem, this study aimed to analyze the scientific production of Brazilian Geography regarding the LGBTQIAPN+ population and the formation of the social movement represented by this acronym at the national, state, and local levels, as well as the most and least frequented places by these individuals in the dissenting urban space of São Luís - MA. To make this analysis operational, it was necessary to define a methodological path that initially sought the theoretical and methodological support necessary for the initial structuring of this work in the continuous and systematic literature review. As we read, we realized that Phenomenology was the method that best dialogued with the proposal of this research and as a key geographical category: place. These methodological approaches, together with qualitative and quantitative participant research, were essential for the construction and consolidation of data collection and the process of analyzing the results. Data collection involved documentary research and semi-structured interviews with 40 LGBTQIAPN+ individuals linked to the Federal University of Maranhão and leaders from LGBTQIAPN+ institutions. The interviews revealed the sociodemographic diversity of the interviewees, with the majority being young, low-income, and predominantly self-identifying as black or mixed-race. These characteristics directly influence the places they frequent or avoid in São Luís. As such, the Historic Center was viewed positively (topophilia), while heteronormative locations are avoided (topophobia). The analysis revealed that gender, race, class, culture, and religion markers are factors contributing to the construction of places of safety or fear. Considering this, encountering people with similar gender identity and sexual orientations promotes feelings of comfort and belonging not only in the Historic Center but also in other spaces or locations within the city. Additionally, discussions were held regarding the resistances and challenges faced by the LGBTQIAPN+ movement, such as institutionalized LGBTQIAPN+phobia and a lack of political engagement, especially among young people. Finally, the research aims to serve as a basis for future studies and the development of public policies that consider the diversity of the LGBTQIAPN+ population and their desires concerning leisure, security, and employability, emphasizing that the occupation of all urban spaces by the LGBTQIAPN+ population is crucial to combat LGBTQIAPN+phobia.

Keywords: Geography; LGBTQIAPN+ People; Topophilia; Topophobia; São Luís - MA.

RESUMEN

La población LGBTQIAPN+ ha sido históricamente marginada e invisibilizada en el espacio urbano. Frente a esta problemática, este trabajo tuvo como objetivo analizar la producción científica de la Geografía brasileña sobre la población LGBTQIAPN+ y la constitución del movimiento social representado por esta sigla a nivel nacional, estatal y local, así como los lugares más y menos frecuentados por estos sujetos en el espacio urbano disidente de São Luís - MA. Para hacer operativo este análisis, fue necesario definir una ruta metodológica que buscara inicialmente el soporte teórico y metodológico necesario para la estructuración inicial de este trabajo en la revisión bibliográfica continua y sistemática. A medida que leíamos, nos dimos cuenta de que la Fenomenología era el método que mejor dialogaba con la propuesta de esta investigación y como categoría geográfica clave: el lugar. Estas aportaciones metodológicas, junto con la investigación cualitativa y cuantitativa participante, fueron esenciales para la construcción y consolidación de la recogida de datos y el proceso de análisis de los resultados. La recolección de datos incluyó la investigación documental y entrevistas semiestructuradas con 40 personas LGBTQIAPN+ vinculadas a la Universidad Federal de Maranhão y líderes de instituciones LGBTQIAPN+. Las entrevistas revelaron la diversidad sociodemográfica de las personas entrevistadas, siendo la mayoría jóvenes, de bajos ingresos, con autoidentificación étnico-racial mayoritariamente negra o parda. Estas características influyen directamente en los lugares que ellos más frecuentan o evitan en São Luís. Con esto, el Centro Histórico se percibe positivamente (topofilia), mientras que se evitan los lugares heteronormativos (topofobia). El análisis reveló que los marcadores de género, raza, clase, cultura y religión son factores que contribuyen a la construcción de lugares de seguridad o miedo. Frente a esto, encontrar personas con identidad de género y orientaciones sexuales similares promueve sentimientos de comodidad y pertenencia no solo en el Centro Histórico, sino también en otros espacios o lugares de la ciudad. Además, se discutió sobre las resistencias y desafíos enfrentados por el movimiento LGBTQIAPN+, como la LGBTQIAPN+fobia institucionalizada y la falta de compromiso político, especialmente entre los jóvenes. Por último, la investigación pretende servir como base para futuros estudios y la elaboración de políticas públicas que consideren la diversidad de la población LGBTQIAPN+ y sus aspiraciones en lo que respecta al ocio, la seguridad y el empleo, reiterando que la ocupación de todos los espacios urbanos por parte de la población LGBTQIAPN+ es crucial para enfrentar la LGBTQIAPN+fobia.

Palabras clave: Geografía; Personas LGBTQIAPN+; Topofilia; Topofobia; São Luís - MA.

LISTA DE SIGLAS

CEDDH	-	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Maranhão
DPE	-	Defensoria Pública do Estado
FUNAC	-	Fundação da Criança e do Adolescente
GGB	-	Grupo Gay da Bahia
MPMA	-	Ministério Público do Maranhão
NUDIV	-	Núcleo de Promoção da Diversidade
OCDH	-	Organização dos Direitos e Cidadania dos Homossexuais no Maranhão
PGJ	-	Procuradoria Geral de Justiça
SEDIHPOP	-	Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular
SEDUC	-	Secretaria de Educação do Governo do Estado do Maranhão
SEJAP	-	Secretaria da Justiça e da Administração Penitenciária
SEMCAS	-	Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social
SES	-	Secretaria de Estado da Saúde
UFMA	-	Universidade Federal do Maranhão

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do município de São Luís na Ilha do Maranhão	29
Figura 2 – Localização da Cidade Universitária Campus Dom Delgado (UFMA) em São Luís – MA	33
Figura 3 – Fluxograma dos Procedimentos Metodológicos	37
Figura 4 – Ano e tipo das produções de dissertações e teses sobre a população LGBTQIAPN+	52
Figura 5 – IES onde foram produzidas as dissertações e teses em Geografia.....	53
Figura 6 – Pesquisas em temática LGBTQIAPN+ por Estado	54
Figura 7 – Conceito CAPES dos Programas de Pós-Graduação em Geografia.....	57
Figura 8 – Distribuição das pesquisas em temas LGBTQIAPN+ de acordo com o gênero de autores (as) e a instituição de formação.....	58
Figura 9 – Docentes que orientaram dois ou mais trabalhos ligados à temática LGBTQIAPN+ em Programas de Pós-Graduação em Geografia	59
Figura 10 – Temas mais recorrentes nas dissertações e teses de Geografia que abordam a população LGBTQIAPN+.....	60
Figura 11 – Marsha P. Johnson (à esquerda) e Sylvia Rivera (à direita)	64
Figura 12 – Algumas capas históricas do Jornal Lâmpião da Esquina	65
Figura 13 – Calendário das datas importantes para a população LGBTQIAPN+ no Brasil ...	68
Figura 14 – Primeira versão da Bandeira LGBTQIAPN+ idealizada por Gilbert Baker (1978)	71
Figura 15 – Bandeira mais comum entre a população LGBTQIAPN+	72
Figura 16 – Outro modelo da bandeira LGBTQIAPN+.....	72
Figura 17 – Mosaico das bandeiras do orgulho lésbico	73
Figura 18 – Bandeira do orgulho Gay	74
Figura 19 – Bandeira do orgulho Bissexual	75
Figura 20 – Bandeira do orgulho Transgêneros, Transexuais e Travestis	76
Figura 21 – Bandeira do orgulho Queer	77
Figura 22 – Bandeira do orgulho Não Binário/Binária	77
Figura 23 – Bandeira do orgulho Intersexo	78
Figura 24 – Bandeira do orgulho Assexual	79
Figura 25 – Bandeira do orgulho Pansexual	80

Figura 26 – Placa em homenagem ao indígena Tibira localizado na Praça Marçílio Dias (Centro Histórico de São Luís)	82
Figura 27 – Municípios-sede das instituições/organizações LGBTQIAPN+ da Sociedade Civil Organizada e do Poder Público do Maranhão	84
Figura 28 – Identidade visual da AMATRA	87
Figura 29 – Identidade visual do Grupo Gayvota	89
Figura 30 – Identidade Visual do Centro Drag	92
Figura 31 – Identidade visual do Coletivo Área T	94
Figura 32 – Identidade visual do Observatório de Políticas Públicas LGBTQI+ do Maranhão.....	98
Figura 33 – Princípios que norteiam o Fórum Estadual LGBTQI+ do Maranhão.....	99
Figura 34 – Tentativas de revogação da Lei nº 11.827/2022	108
Figura 35 – Recorte do Mapa LGBTQI+ indicando “lugares amigáveis” à população LGBTQIAPN+ em São Luís (2023)	112
Figura 36 – Cursos das pessoas entrevistadas por área de conhecimento.....	116
Figura 37 – Faixa etária das pessoas entrevistadas	117
Figura 38 – Autoidentificação étnico/racial das pessoas entrevistadas.....	118
Figura 39 – Identidade de Gênero das pessoas entrevistadas.....	119
Figura 40 – Orientação sexual das pessoas entrevistadas	120
Figura 41 – Maior grau de escolaridade dos entrevistados	121
Figura 42 – Renda mensal dos entrevistados com base no salário-mínimo vigente	121
Figura 43 – Lugares de São Luís que foram citados pelo menos 5 vezes pelas pessoas LGBTQIAPN+ entrevistadas	128
Figura 44 – Início da concentração da Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ de São Luís na Avenida Litorânea em 2023	130
Figura 45 – Há quanto tempo você frequenta esses lugares?.....	134
Figura 46 – Com que frequência você vai a algum desses lugares?	135
Figura 47 – Você acha esses lugares citados seguros?.....	136
Figura 48 – Você já sofreu algum tipo de violência em São Luís por ser LGBTQIAPN+? .	136
Figura 49 – Principais violências sofridas pelas pessoas entrevistadas	137
Figura 50 – Assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+ no Maranhão (2012 e 2022)	139
Figura 51 – Reportagens de violências e assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+.....	140
Figura 52 – Lugares que as pessoas entrevistadas LGBTQIAPN+ têm medo de frequentar em	

São Luís	142
Figura 53 – Caso de Homofobia em um bar da Avenida Litorânea (2023)	144
Figura 54 – Você acha que a cidade de São Luís tem poucos espaços destinados à população LGBTQIAPN+?	144
Figura 55 – Instituições LGBTQIAPN+ conhecidas pelos entrevistados	148

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição dos cursos por prédio da Cidade Universitária Dom Delgado	34
Quadro 2 – Banco de dados consultados para construção da pesquisa.....	49
Quadro 3 – Principais conquistas do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil	66
Quadro 4 – Síntese do Plano de Políticas Públicas LGBTI+ do MA.....	101
Quadro 5 – Principais estratégias de proteção da população LGBTQIAPN+ no Maranhão	103
Quadro 6 – Estabelecimentos em São Luís com melhor qualificação no Mapa LGBTI+	112
Quadro 7 – Bairros em que as pessoas entrevistadas residem	123
Quadro 8 – Locais mais frequentados pelas pessoas entrevistadas em São Luís.....	124
Quadro 9 – Formas de ingresso nas organizações LGBTQIAPN+ entrevistadas.....	149

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 - TRUQUES CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA ..	23
1.1 Bafos conceituais do lugar na ótica geográfica.....	24
1.2 Onde o babado acontece.....	28
1.3 Amigues da pesquisa.....	31
1.4 Acuendamentos do Método.....	34
1.5 Fechativos Metodológicos.....	36
CAPÍTULO 2 -GEOGRAFIA, SEXO, GÊNERO E SEXUALIDADES: IMBRICAÇÕES E ANÁLISES CRÍTICAS	42
2.1 Gênero, Sexo e Sexualidade: categorias antagônicas ou interseccionais?.....	43
2.2 Geografia: a atrasada no rolê dos estudos sobre gênero e sexualidade?.....	46
2.2.1Estado da Arte das dissertações e teses de Geografia sobre a população LGBTQIAPN+.....	48
CAPÍTULO 3 - EI, QUALIRA, CORRE AQUI QUE O BABADO É CERTO: CONHECENDO AS SIMBOLOGIAS E AS TRAJETÓRIAS DO MOVIMENTO LGBTQIAPN+	62
3.1 Um recorte da história e das principais conquistas do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil.....	63
3.2 A sigla LGBTQIAPN+: um campo em disputa.....	69
3.2.1 Bandeiras da população LGBTQIAPN+.....	70
3.2.1.1 Lésbicas.....	73
3.2.1.2 Gays.....	74
3.2.1.3 Bissexuais.....	75
3.2.1.4 Transgêneros, Transexuais e Travestis.....	75
3.2.1.5 Queer e Não Binários/Binárias.....	76
3.2.1.6 Intersexo.....	78
3.2.1.7 Assexuais.....	79
3.2.1.8 Pansexuais.....	79
3.3 Mermã/o, e como foi a trajetória do movimento LGBTQIAPN+ no Maranhão e em São Luís?.....	80
3.3.1 Associação Maranhense de Travestis e Transexuais (AMATRA).....	86
3.3.2 Grupo Gayvota.....	88
3.3.3 Grupo Lésbico do Estado do Maranhão (LEMA).....	89
3.3.4 Centro Drag.....	90
3.3.5 Coletivo Área T.....	92
3.3.6 Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB/MA.....	94
3.3.7 Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão.....	96
3.3.8 Fórum Estadual LGBTI+ do Maranhão.....	98
3.3.9 Conselho Estadual de Direitos LGBT+ do Maranhão.....	99
3.4 Estratégias de proteção para a população LGBTQIAPN+ no Maranhão.....	102
CAPÍTULO 4 - LUGARES DA QUALIRAGEM NA “ILHA DO AMOR”	109
4.1 Quais são os lugares qualiragem na “Ilha do Amor”?.....	110

4.2 Lugares segundo o mapa LGBTI+	110
4.3 Lugares apontados pelas pessoas entrevistadas	115
4.3.1 Características socioeconômicas das pessoas entrevistadas.....	115
4.3.2 Os lugares mais e menos frequentados na capital maranhense.....	122
4.4 Conhecimento das pessoas entrevistadas sobre as organizações LGBTQIAPN+ em São Luís	147
4.5 Relatos das instituições ou organizações LGBTQIAPN+ de São Luís: desafios e encaminhamentos	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS	167
ANEXOS	184
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	185
APÊNDICES	189
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS PARTICIPANTES	190
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS OU INSTITUIÇÕES/ORGANIZAÇÕES LIGADOS A PAUTA LGBTQIAPN+ 	192
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA AS PESSOAS ENTREVISTADAS NA UFMA	193
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA AS ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS LGBTQIAPN+	195
APÊNDICE E – QUADRO COMPILADO DE DISSERTAÇÕES PRODUZIDOS NOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA QUE EM ALGUM NÍVEL ABORDARAM A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ (2002-2023)	197
APÊNDICE F – QUADRO COMPILADO DE TESES PRODUZIDOS NOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA QUE EM ALGUM NÍVEL ABORDARAM A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ (2002-2023)	203
APÊNDICE G – GRUPOS/LABORATÓRIOS DE PESQUISA DA UFMA QUE TRABALHAM COM A TEMÁTICA GÊNERO	205

INTRODUÇÃO

O espaço urbano capitalista, enquanto produto social, é simultaneamente fragmentado e articulado, constituindo uma arena de lutas marcada por complexidades e singularidades resultantes de um processo socio-histórico desigual e contraditório, que reforça a lógica da produção e do consumo na sociedade brasileira. Historicamente, o espaço urbano conservou estruturas sociais rígidas, como o sistema patriarcal, o machismo estrutural, a misoginia e as diversas formas de preconceito e discriminação étnico-racial e de gênero. Sob a égide desta questão, Cardoso, Marinho e Oliveira (2017) enfatizam que a produção do espaço urbano capitalista permite a expansão do capital ao mesmo tempo em que (re)cria relações sociais desiguais, distribuídas de forma seletiva e hierarquizada.

No cerne dessas desigualdades, a divisão de classes associada à divisão de gênero materializa um modelo que historicamente exclui, marginaliza e invisibiliza certos grupos sociais, como a população LGBTQIAPN+. Essa população é composta por indivíduos que transcendem as normas binárias de gênero e suas estruturas. As dissidências ao padrão heteronormativo compulsório¹ refletem-se na semântica de cada letra da sigla LGBTQIAPN+, abrangendo tanto a orientação sexual (diz respeito à atração afetiva e/ou sexual) quanto a identidade de gênero (corresponde a forma como a pessoa se reconhece e/ou se autoapresenta socialmente, a qual pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento) desses indivíduos (Jesus, 2012).

Seguindo-se esta premissa, faz-se necessário destrinchar o significado de cada letra da sigla LGBTQIAPN+, mas antes é oportuno esclarecer que a escolha em utilizar a referida sigla neste trabalho e não outras variações, como LGBT ou LGBTQIA+, pauta-se no respeito às particularidades daqueles que integram cada um dos espectros desta sigla ao mesmo tempo em que demarca o posicionamento político e ideológico dos seus autores que são sujeitos e objetos da própria pesquisa.

Com base nestes elementos, a sigla LGBTQIAPN+ é um acrônimo para lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros, queer, intersexuais, assexuais/arromânticas/agênero, pansexuais, não binários/não binárias e o + é utilizado para

¹ O padrão heteronormativo compulsório é um instrumento “ideológico” que por anos vem tentando regular e normatizar os modos de ser e de viver, os desejos corporais e a sexualidade a partir de uma perspectiva biologicista e determinista - feminino/fêmea ou masculino/macho. Sendo assim, todos os corpos que não se “encaixavam” no padrão natural e universal do “homem e da mulher heterossexual” eram considerados como abjetos, pecadores e imorais (Petry; Meyer, 2011).

incluir demais identidades de gênero e orientações sexuais que não estão visivelmente contempladas por esta sigla (Moreira, 2022).

Vale destacar que a construção da sigla LGBTQIAPN+ e sua semântica, em seu ínterim, é marcada por tensionamentos, lutas e resistências que começaram remotamente e permitiram com que essa população ao longo do tempo conseguisse alguns avanços e conquistas sociais e civis tanto no Brasil quanto em outros países², embora ainda persistam barreiras na conformação dos espaços urbanos que em sua maioria são projetados para um indivíduo específico: homem cisgênero, branco, heterossexual, de classe média ou alta e sem deficiência (Bortoletto, 2019).

Dessa forma, todas aquelas, aqueles e aquelas que não se enquadram nesse padrão do indivíduo idealizado pela sociedade capitalista para usufruir dos espaços e neles transitar com facilidade acabam tendo que buscar outras formas e mecanismos para expressar suas identidades dissidentes, transgredindo a linearidade cisheteronormativa do espaço urbano (Alves; Duarte, 2021). Frente ao uso hegemônico do espaço urbano, a população LGBTQIAPN+, por meio de seus enfrentamentos, performances e reivindicações, tem questionado o sentido desses espaços, ao mesmo tempo em que, persistentemente, consegue ocupá-los, mesmo que de maneira fragmentada e residual.

Sendo assim, partimos do pressuposto de que cada indivíduo possui uma forma única de apropriação do lugar com base em suas vivências e marcadores sociais: etnia, classe, aparência física, escolaridade, identidade de gênero e orientação sexual. Essas variáveis foram discutidas sob a ótica da interseccionalidade, tendo em vista que elas não se manifestam como distintas e mutuamente excludentes, mas se sobrepõem e funcionam de maneira unificada (Collins, 2020).

Por compreender a existência destas e outras particularidades, utilizamos o termo “população” em vez de “comunidade”, para destacar as experiências individuais e únicas dentro da população LGBTQIAPN+. Assim, um homem cisgênero, branco e gay, não terá a mesma vivência de uma pessoa que é trans e negra, apesar de ambos serem LGBTQIAPN+. A partir dessas pontuações, recorreremos à interpretação geográfica para alinhar as costuras teóricas e metodológicas desta pesquisa, pois seus subsídios foram cruciais para compreender como os elementos elencados se materializam e se interrelacionam no espaço urbano de uma cidade do capitalismo periférico, neste caso, São Luís - MA.

² Segundo a *British Broadcasting Corporation* – BBC (2021), dos quase 200 países existentes, existem 69 que têm leis que criminalizam a homossexualidade. Muitas das leis que criminalizam as relações homossexuais têm origem na época colonial e, em muitos lugares, a infração dessas leis pode gerar longas penas de prisão ou morte.

No âmago do percurso investigativo, alguns questionamentos desabrocharam e foram fundamentais para compor a tessitura analítica do objeto de pesquisa. Dentre as interrogações que nortearam este trabalho, destacam-se: segundo as pessoas entrevistadas, quais são os lugares que elas mais e menos frequentam em São Luís? Quais são as características desses lugares e dos sujeitos que neles interagem? Como se dá o processo de apropriação desses lugares pelas pessoas LGBTQIAPN+?

Com isso, partimos da hipótese de que os lugares da população LGBTQIAPN+ em São Luís são reflexos dos processos de (re)construção e ressignificação do espaço urbano por indivíduos dissidentes, e suas escolhas por frequentar ou não um determinado espaço advém de suas experiências e vivências individuais ou coletivas. Ressalta-se que as reflexões engendradas se alinharam com o objetivo geral desta pesquisa, que foi analisar a produção científica da Geografia brasileira sobre a população LGBTQIAPN+ e a constituição do movimento social desta sigla nas escalas nacional, maranhense e local, assim como os lugares mais e menos frequentados por esses sujeitos no espaço urbano dissidente de São Luís - MA.

Para compreendermos a essência deste objetivo geral, tivemos que desmembrá-lo em quatro objetivos específicos, sendo eles:

- a) Compreender as inter-relações entre Geografia, Gênero e Sexualidade e como essas imbricações têm sido refletidas nas dissertações e teses defendidas em Programas de Pós-Graduação em Geografia que versem sobre a população LGBTQIAPN+;
- b) Apresentar a história do movimento LGBTQIAPN+ a partir do contexto nacional e os rebatimentos desse processo na estruturação atual do movimento de mesma pauta no estado do Maranhão e, sobretudo, em sua capital (São Luís);
- c) Identificar, a partir de entrevistas feitas na Cidade Universitária Dom Delgado da Universidade Federal do Maranhão, os lugares mais e menos frequentados pela população LGBTQIAPN+ no espaço urbano de São Luís, os motivos para a escolha desses lugares, as dinâmicas que envolvem as percepções tanto do reconhecimento quanto do pertencimento a esses lugares, bem como seu conhecimento sobre os movimentos LGBTQIAPN+ que atuam no cenário local; e, por fim,
- d) Analisar as barreiras enfrentadas pelas organizações e instituições LGBTQIAPN+ da sociedade civil organizada e do poder público de São Luís, assim como suas leituras sobre os espaços LGBTQIAPN+ na “Ilha do Amor”.

Destaca-se que, no processo de construção dos objetivos, percebemos que falar do lugar da população LGBTQIAPN+ também implica conhecer suas simbologias, pois, como

destacou Santos (2006, p. 82), “quando, num lugar, a essência se transforma em existência, o todo em partes e, assim, a totalidade se dá de forma específica, nesse lugar a história real chega também com os símbolos”. Em face disso, buscamos trazer, mesmo que de forma breve, esses elementos para concatenar a discussão proposta, como o uso de algumas expressões do Pajubá³ (também chamado de Bajubá), que, segundo Rodrigues e Andrade (2023), pode ser definido como o repertório vocabular e performativo de uma parte significativa da população em tela, cuja origem está atrelada à fusão e/ou adaptação de palavras da língua portuguesa com as extraídas dos grupos étnico-linguísticos oriundos da África Ocidental, como os povos nagô/iorubá.

No contexto do uso de vocábulos transviados, algumas expressões como “qualira⁴” e “qualiragem” foram neste trabalho adaptados e ressignificados. O primeiro termo equivale a “homossexual masculino afeminado ou viado” e o último significa “viadagem ou atitudes estereotipadas de pessoas homossexuais”. Destarte, o intuito de usarmos estes vocábulos comumente encontrados no Maranhão e que neste trabalho estão direcionados para falar de maneira geral sobre as pessoas LGBTQIAPN+, assenta-se no empoderamento destas palavras que histórica e culturalmente tem sido usada para nomear de forma negativa os corpos dissidentes.

Na conjectura desses aportes reflexivos, a temática proposta, além de sua relevância e suas possíveis contribuições no âmbito social e acadêmico-científico, especialmente para a ciência geográfica maranhense e ludovicense, que ainda carecem de estudos sobre a população LGBTQIAPN+, também permite que pesquisadores decoloniais e integrantes desta população possam mobilizar suas vivências, percepções, reflexões e transcendências para tecer um olhar geográfico sistemático com/sobre os indivíduos envolvidos nesta pesquisa.

Desta forma, o casamento dos fatores citados foi uma condição “*sine qua non*” para estabelecer um percurso metodológico que caminhou desde a escolha do recorte empírico-teórico-metodológico até a discussão dos resultados. Este processo permitiu que esta dissertação fosse estruturada em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais.

³ Ressalta-se que a comunidade trans e travesti é a grande curadora desta linguagem, utilizada como um código de segurança tanto para possibilitar a vida em um ambiente tão hostil como resistência à força violenta da polícia (Rodrigues; Andrade, 2023).

⁴ Segundo Carvalho (2016), umas das possíveis origens para esse termo está atrelado aos blocos de carnaval de rua. Em um destes blocos havia um rapaz afeminado que se destacava por tocar lira (instrumento de cordas dedilháveis). Então, sempre que ele aparecia as pessoas gritavam: “lá vem ele com a lira” e posteriormente a frase foi diminuída para “com a lira” até chegar ao termo “qualira”.

No primeiro capítulo, intitulado “Truques conceituais e metodológicos da pesquisa”, destacamos o caminho metodológico que inclui em sua composição uma revisão contínua e sistemática de literatura; apresentação do lócus da pesquisa; definição dos critérios de inclusão e exclusão para ser participante da pesquisa; obtenção de dados secundários (levantamento documental) e de dados primários (visita de campo aliada à aplicação de entrevistas semiestruturadas) e as formas de visualização e apresentação dos dados obtidos que subsidiaram as discussões dos resultados.

No segundo capítulo, nomeado “Geografia, sexo, gênero e sexualidades: imbricações e análises críticas”, almejamos tensionar as concepções de gênero e sexualidade e as inter-relações entre essas categorias analíticas, assim como fazer um estado da arte sobre as produções (dissertações e teses) sobre a população LGBTQIAPN+ defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia de universidades brasileiras. Este capítulo possibilitou apreciar a dinâmica das produções científicas geográficas sobre a temática no último decênio e sua espacialização.

No terceiro capítulo, intitulado “Ei, qualira, corre aqui que o babado é certo: conhecendo as simbologias e as trajetórias do movimento LGBTQIAPN+”, buscamos historicizar as principais conquistas desse movimento a nível nacional, estadual e local, elencando as principais instituições e organizações da sociedade civil e do poder público no Maranhão, com ênfase na capital maranhense, e destrinchamos o significado e a origem das bandeiras que representam cada letra que compõe a sigla LGBTQIAPN+.

No último capítulo, chamado “Lugares da qualiragem na Ilha do Amor”, apontamos os lugares geográficos mais e menos frequentados pela população LGBTQIAPN+ na cidade de São Luís, levando em consideração o mapa LGBTI produzido pela “Noah Somos”, startup de Florianópolis, em somatório com as indicações das pessoas entrevistadas. No contexto do processo investigativo, também foi feita uma análise acerca do recrudescimento da violência e dos assassinatos LGBTfóbicos no Maranhão e na contraditória Ilha do Amor. Destacamos a importância da atuação das organizações LGBTQIAPN+ de São Luís e o conhecimento das pessoas entrevistadas sobre a existência dessas instituições e a leitura dessas organizações sobre o lugar da população LGBTQIAPN+ na “Ilha do Amor”.

CAPÍTULO 1

TRUQUES CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA



1.1 Bafo conceituais do lugar na ótica geográfica

Bafo: pode ser usado para indicar algo ou alguém que causou alguma coisa impactante ou até mesmo para contar uma novidade (Rodrigues; Andrade, 2023, p. 15).

No âmbito da ciência geográfica contemporânea, o lugar configura-se como uma de suas categorias-chave. Para compreender a variação de suas conceituações, é necessário, a priori, partirmos do princípio de que o conceito “é uma construção social inacabada composta por elementos que vão de acordo com a intencionalidade do pensador, suas visões, realidades, objetivos e ideologias” (Sodré, 2017, p. 26). Portanto, o primeiro passo que daremos nesta discussão é mencionar que o conceito é historicamente localizado e, por isso, em cada espaço e tempo histórico, ele terá um sentido próprio que, posteriormente, poderá ser ressignificado ou não. Além disso, dependendo da área de conhecimento ou corrente teórico-filosófica em que ele é gestado, este terá uma aplicação específica.

Por conseguinte, podemos inferir, em primeira análise, que as teorizações sobre o conceito se modificam no tempo-espaço, assim como os seus usos pelas diversas áreas do saber científico. Dessa maneira, ao demarcarmos que esta pesquisa se construiu sob uma perspectiva geográfica, explicitamos que os diálogos com os conceitos de lugar tomarão como base os alicerces epistemológicos do pensamento geográfico.

Dito isso, Giometti, Pitton e Ortigoza (2012) lembram que o lugar, enquanto categoria analítica, teve importantes considerações e direcionamentos ao longo da estruturação da Geografia científica. Desta forma, em cada corrente do pensamento geográfico, o lugar ganhou contornos pontuais, e as contribuições de cada uma foram essenciais para a sua atual remodelação. Suess, Sobrinho e Leite (2017) esclarecem que, apesar da importância dos aportes teóricos das outras correntes do pensamento geográfico, só foi a partir da Geografia Humanista⁵ dos anos de 1970 que o lugar ganhou mais centralidade na discussão geográfica.

De acordo com os referidos autores, a Geografia Humanista, ao trazer novas posturas metodológicas, filosóficas, epistemológicas e ontológicas, possibilitou que o lugar deixasse de ser visto apenas como ponto qualquer da superfície terrestre (sinônimo de local) e passasse a incorporar os sentidos experienciais e existenciais dos indivíduos. A influência da Geografia

⁵ Filosoficamente, nos aproximamos do termo “Geografia Humanista” por considerá-lo o mais adequado do que o termo “Geografia Humanística”, pois o substantivo “Humanista” indica uma corrente da Geografia diferenciada de uma Geografia Positivista e Estruturalista, enquanto que “Humanística”, além do seu sentido adjetivo, e até caricato, dá a ideia, na melhor das hipóteses, de um subcampo de algum campo da Geografia (GHUM, 2023).

Humanista na revisitação do conceito de lugar foi tão expressiva que, segundo Moreira e Hespanhol (2011, p. 50, **negrito nosso**):

Quando se utiliza o conceito de lugar, na maioria das vezes, se remete à Geografia Humanística, ou seja, associa-se o lugar apenas ao espaço vivido. Mas essa correlação não é por acaso, pois essa corrente encontrou no lugar a possibilidade de explicar a construção do mundo, já que **o lugar é visto como o mundo da vida, marcado pela experiência e percepção**. O lugar é utilizado como principal conceito na abordagem humanística, cujas bases metodológicas estão associadas à fenomenologia e ao existencialismo [...].

O conceito de lugar, na Geografia Humanística, é entendido principalmente como o espaço vivido, onde a experiência pessoal e a percepção individual são centrais. Sendo assim, estes novos horizontes que se constroem sobre o lugar permitiram, a partir da perspectiva Humanista, concebê-lo como sendo uma base fundamental para a existência humana, tendo em vista que, todos os indivíduos possuem experiências, significações, subjetividades e percepções únicas (Cabral, 2007). No âmbito da Fenomenologia, Holzer (2020, p. 133) destaca que o lugar:

[...] pode ser definido como um fenômeno complexo, transescalar, encarnado em nossa corporeidade e em nossas experiências cotidianas na Terra, no espaço geográfico, que nos sustenta. A partir dessa concepção todos os conceitos ditos geográficos ou espaciais dele seriam derivados.

Nesse contexto, são as vivências, o cotidiano e outros aparatos imagéticos que possibilitam que o espaço, no nível abstrato, seja “transformado” em lugar, pois, como relata Tuan (1983, p. 148), “espaço e lugar são termos familiares e complementares: o que começa como espaço indiferenciado acaba assumindo a configuração de lugar, ao conhecermos e o dotarmos de valor”. Em outras palavras, são os sentimentos (positivos e/ou negativos) e outros signos experienciais que, ao atribuirmos a uma porção do espaço, passamos a chamá-lo e reconhecê-lo como (nosso) lugar.

Desta maneira, o conhecimento e a vivência do lugar o tornam “permeado por sentimentos e significações em um tempo de comunhão e de vivência” (Araújo; Moura, 2016, p. 24). Este processo de (re)significação, apropriação, afetividade e construção de uma identidade do lugar por parte dos sujeitos perpassam sobremaneira pela sua experiência vivida que, por sua vez, está intrinsecamente correlacionada ao fator temporal. No que tange à experiência, Tuan (1979, p. 388) a define como:

A totalidade de meios pelos quais nós chegamos à compreensão do mundo: nós conhecemos o mundo através da sensação (sentimento), percepção e concepção. A

compreensão do espaço pelos geógrafos é abstrata, embora menos que a do matemático puro.

Destarte, é por meio do empírico que podemos compreender o mundo, bem como suas dinâmicas e contradições. Nesse contexto, Buttimer (2015, p. 6) esclarece que a empiria é formada por muitas dimensões e camadas:

[...] de significados atribuídos ao lugar: simbólico, emocional, cultural, político e biológico. As pessoas não têm apenas concepções intelectuais, imaginárias e simbólicas do lugar, mas também associações pessoais e sociais com redes baseadas nos lugares de interação e ligação [...].

É por intermédio das experiências construídas de forma individual ou coletiva que criamos significações sobre o lugar: o lugar do medo, da felicidade, do (des)conforto, entre outros. Estas múltiplas facetas que se assentam no lugar, conforme se extrai do pensamento de Buttimer (2015), comungam com a perspectiva fenomenológica da Geografia Humanista quando se enxerga que:

[...] O “lugar” que trata da experiência intersubjetiva de espaço (mundo) em seus fundamentos, quais sejam, distâncias e direções a serem vencidas fisicamente ou na imaginação, sobre um determinado suporte que podemos chamar de “espaço geográfico”, constituindo-se a partir das **vivências cotidianas como um centro de significados**, onde experimentamos intensamente o que pode ser denominado de **geograficidade** (Holzer, 2014, p. 282, negrito nosso).

De acordo com Holzer (2014), a Geograficidade se expressa pelo cotidiano, pelas interações, pelo diálogo, pelas simbologias e pelas individualidades de cada sujeito na concepção do lugar. Denota-se que estas características do lugar na Geografia Crítica são ampliadas, pois o “lugar deixa de ser visto apenas como o espaço vivido, de tendência fenomenológica, e tende a ser considerado uma construção social” (Moreira; Hespanhol, 2011, p. 52). Esta construção social, segundo as autoras, é constituída pelas forças econômicas, culturais, políticas, espaciais, religiosas e ambientais.

Esta concepção do lugar enquanto construto social influenciado por fatores (internos e externos) dá a ideia de que o lugar é “transescalar”, ou seja, ele está para além das escalas métricas. Com isso, o lugar reflete o mundo pelas lentes dos sujeitos, sendo, portanto, uma expressão da particularidade da totalidade-mundo.

Mirando neste horizonte reflexivo, é possível nos aproximarmos do pensamento de Massey (2000, p. 185), quando ela diz que: “parece-me que precisamos de um sentido global do local, de uma consciência global do lugar”. Parafrazeando-a, entende-se que para trabalharmos com o lugar de forma holística e crítica é inconcebível pensá-lo dissociado da

realidade global, haja vista que “o significado adquirido por um lugar sempre é produzido a partir das relações com outros lugares e com outras pessoas” (França, 2013, p. 150). Essas conexões e redes incursionam para um sentido global de significados e isso:

[...] implica reconhecer que meus lugares particulares, que me ajudam a me conhecer melhor, estão inseridos em uma rede de vários outros lugares que também ajudam a reconhecerem melhor outras pessoas, e por consequência formam uma rede global de significação. Ora o lugar contribui para conhecer a si mesmo e conhecer o mundo, aceitar as diversidades e as possibilidades de novas significações (Suess; Leite, 2019, p. 3).

Dessa maneira, as influências, o reconhecimento, as trocas, as vivências, o respeito aos diferentes corpos que ocupam o lugar e nele criam suas simbologias é que tornam os lugares singulares ao mesmo tempo em que forma uma rede global de significados, onde cada lugar contribui tanto para a autoconsciência individual quanto para a compreensão do mundo. Portanto, é a materialidade que se expressa pelas existências e corporeidades que dão vida ao lugar (Santos, 2004). Para Marchi (2015, p. 50), o “corpo vivido conhece o lugar entendendo-o e assimilando-o a partir da identificação de uma familiaridade”. A familiaridade com o lugar se arquiteta pelas vivências e a construção afetiva permite que corporeidades dissidentes possam expressar com mais facilidade as suas transcendências.

Ancorado nessa discussão, os estudos sobre gênero e sexualidade encontram na perspectiva geográfica um terreno fértil para semear discussões sobre as interfaces entre corpo e lugar. Silva (2017, p. 29) sublinha que o corpo “tem ganhado grande importância nos estudos geográficos, fazendo com que ampliassem as pesquisas acerca dos estudos de gênero”. Esta relação corpo-lugar também evidencia que as materialidades que identificam o lugar também podem ser mobilizadas para revelar as desigualdades nele existentes. Esta correlação converge com a afirmação de Carlos (2007), quando diz que o lugar:

É construído como condição para a produção e para a vida, e ao serem construídas, essas condições produzem um espaço hierarquizado, diferenciado, dividido, contraditório, que se consubstancia como um dado modo de vida, como formas de relacionamento, como ritmos do cotidiano, como ideologia, religião e como um modo de luta.

A partir da citação de Carlos (2007), verificamos que o lugar, ao ser analisado pela ótica da multidimensionalidade, revela que as intencionalidades de uso e apropriação também são marcadas por contradições. A leitura crítica deste processo paradoxal começa pela consciência, pois, “certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar” (Santos, 2008, p. 161). A consciência global do lugar é

solidificada quando se entende que a “importância do lugar na formação da consciência vem do fato de que essas formas do agir são inseparáveis, ainda que, em cada circunstância, sua importância relativa não seja a mesma” (Santos, 2006, p. 53).

É por meio da consciência que se problematiza o fato de que, dependendo dos marcadores sociais, como orientação sexual, identidade de gênero, etnia, idade e renda, os indivíduos LGBTQIAPN+ terão estratégias e dinâmicas de utilização dos lugares diferenciadas. Por conseguinte, o espaço urbano de São Luís, assim como o de outras realidades (globais, nacionais ou locais), não é mobilizado ou ocupado pelos corpos dissidentes da mesma forma, pois cada um terá uma concepção e uma leitura própria do lugar.

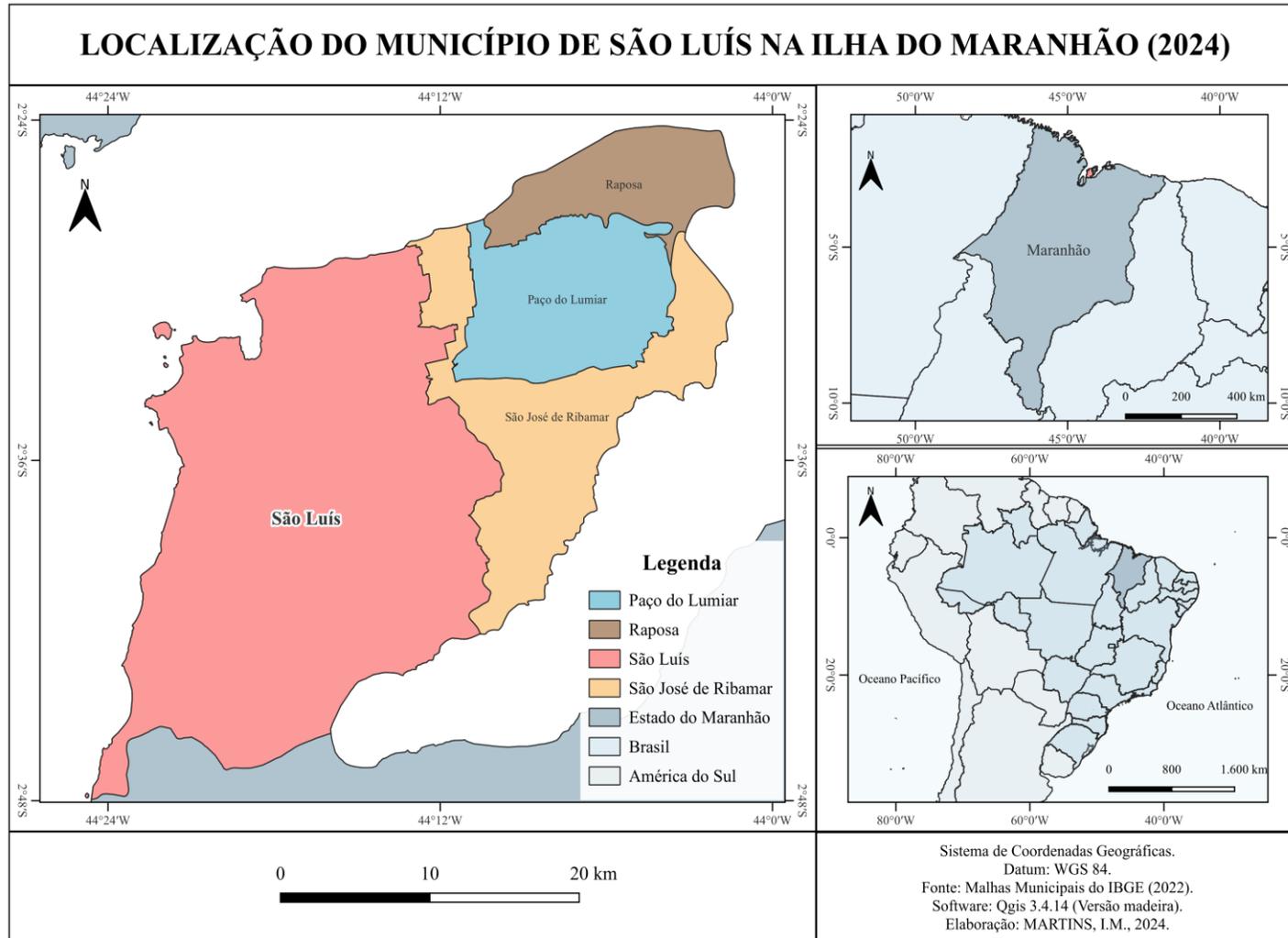
Destarte, pode-se dizer preliminarmente que o lugar destes sujeitos no espaço urbano de São Luís pode ser, ao mesmo tempo, um receptáculo dos problemas que atingem esta população, mas também um espaço para se opor e pensar experiências para fazer políticas públicas de reparação social e combate à violência de gênero.

1.2 Onde o babado acontece

Babado: usado para contar alguma fofoca ou revelar algum acontecimento inédito (Rodrigues; Andrade, 2023, p. 14).

O lócus desta pesquisa foi a cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, e está localizada nas seguintes coordenadas geográficas: 2°31’51”S; 44°18’24” O. Na Figura 1, encontra-se a delimitação espacial de São Luís na Ilha do Maranhão:

Figura 1 – Localização do município de São Luís na Ilha do Maranhão



Elaboração: autores, 2023.

A capital maranhense foi fundada em 8 de setembro de 1612 pelos franceses, Daniel de La Touche e François de Rasily, e ao longo da sua história também foi ocupada por portugueses e holandeses. São Luís se formou na ponta que avança sobre o encontro dos rios Anil e Bacanga e em sua atual conformação territorial possui uma área de 583,063 km², ocupando a maior parte da Ilha do Maranhão/Upaon Açu⁶ – porção insular localizada no norte do Maranhão, que é composta também pelos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa – (Prefeitura Municipal de São Luís, 2022).

Apesar de critérios técnicos definirem como incorreto o uso do termo “Ilha de São Luís”, pois São Luís não é o único município na porção insular e, portanto, seria mais adequada a expressão “Ilha do Maranhão”, é oportuno mencionar que São Luís possui alguns apelidos, tais como Ilha Grande, Ilha do Amor, Ilha Rebelde, Ilha Magnética, Ilha Bela, Cidade dos Azulejos, Jamaica Brasileira⁷ e Atenas Brasileira (Martins, 2018).

No que tange à sua hierarquia urbana, São Luís é considerada uma Capital Regional A (2A), sendo um município integrante do Arranjo Populacional de mesmo nome e é a única cidade maranhense com mais de um milhão de habitantes (IBGE, 2020). Segundo o Novo Plano Diretor de São Luís, o município possui 210 bairros e a sua zona rural é formada por aproximadamente 40 povoados ou comunidades (Prefeitura Municipal de São Luís, 2023).

De acordo com dados do censo do IBGE (2022), a população ludovicense é estimada em 1.037.775 pessoas e possui uma densidade demográfica de 1.779,87 hab/km². Em relação às características de sua população, a maior parte se autodeclara como pardos e negros, nessa ordem. Todavia, até o momento da escrita deste trabalho, ainda não há órgãos oficiais⁸ que estimem o quantitativo de pessoas LGBTQIAPN+ no cenário nacional, regional, estadual e local. A falta desta informação refletiu-se na definição da amostragem de pessoas que seriam entrevistadas, conforme detalha o item seguinte.

⁶ De acordo com Martins (2018), o nome Upaon-Açu significa Ilha Grande em Tupi-Guarani. Esse nome foi batizado pelos índios Tremembé.

⁷ Segundo a Agência Tambor (2022), a hipótese mais conhecida de como o reggae chegou em terras maranhenses por volta de 1970 quando marinheiros que chegavam ao porto de São Luís deixavam discos trazidos da Jamaica para pagar por serviços de prostituição. Por meio da lei nº 14.668, de 11 de setembro de 2023, São Luís recebeu o título de Capital Nacional do Reggae (Brasil, 2023).

⁸ Desde 1940, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza o censo demográfico. No censo de 2022, o Ministério Público Federal (MPF) do Acre solicitou à Justiça que o Censo incluísse perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero. No entanto, o IBGE recorreu, argumentando que essa inclusão causaria mais atrasos no censo, e o recurso foi aceito. Espera-se que a partir de 2024, o IBGE comece a incluir perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero em suas pesquisas. No entanto, essa não inclusão de perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero no último censo reforça preconceitos e traz prejuízos para a população LGBTQIAPN+ como a dificuldade da formulação de políticas públicas (Bohrer, 2022).

1.3 Amigues da pesquisa

Amigue: termo usado para identificar os amigos gays (Rodrigues; Andrade, 2023, p. 14).

Foram considerados amigues/participantes desta pesquisa aquelas pessoas que se enquadraram nos seguintes critérios:

Critérios de inclusão:

- a) Pessoa considerada absolutamente capaz (aquela que tenha no mínimo 18 anos de idade);
- b) Autodeclarar-se como pessoa LGBTQIAPN+;
- c) Possuir nacionalidade brasileira (nato ou naturalizado);
- d) Possuir residência fixa em São Luís ou não;
- e) Assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participar da pesquisa.

Critérios de exclusão:

- a) Pessoa considerada absolutamente incapaz ou relativamente capaz;
- b) Nacionalidade estrangeira;
- c) Não se autodeclarar como pessoa LGBTQIAPN+;
- d) Recusar-se a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participar da pesquisa.

Inicialmente, planejávamos entrevistar 50 pessoas. No entanto, à medida que avançávamos nas entrevistas, percebemos que muitas respostas se repetiam com frequência. Quando chegamos à entrevista número 40, já tínhamos coletado informações suficientes e com isso alcançamos o “ponto de saturação”, o que significa que mais dados não mudariam nossa compreensão do fenômeno estudado (Thirycherques, 2009). Por essa razão, decidimos encerrar com as 40 entrevistas, pois consideramos que já tínhamos informações adequadas para conduzir a discussão dos resultados.

Vale ressaltar que o número inicial de entrevistas não foi determinado por critérios probabilísticos, mas sim pelo critério da acessibilidade. Isso ocorreu porque ainda não existem estimativas oficiais sobre a população LGBTQIAPN+ em São Luís, nem na Universidade Federal do Maranhão, onde conduzimos nossa pesquisa. Destacamos ainda que, em razão da heterogeneidade e especificações da população estudada, foi utilizado como plano de análise de dados uma forma de amostra não probabilística que utiliza cadeias de referência nomeadas

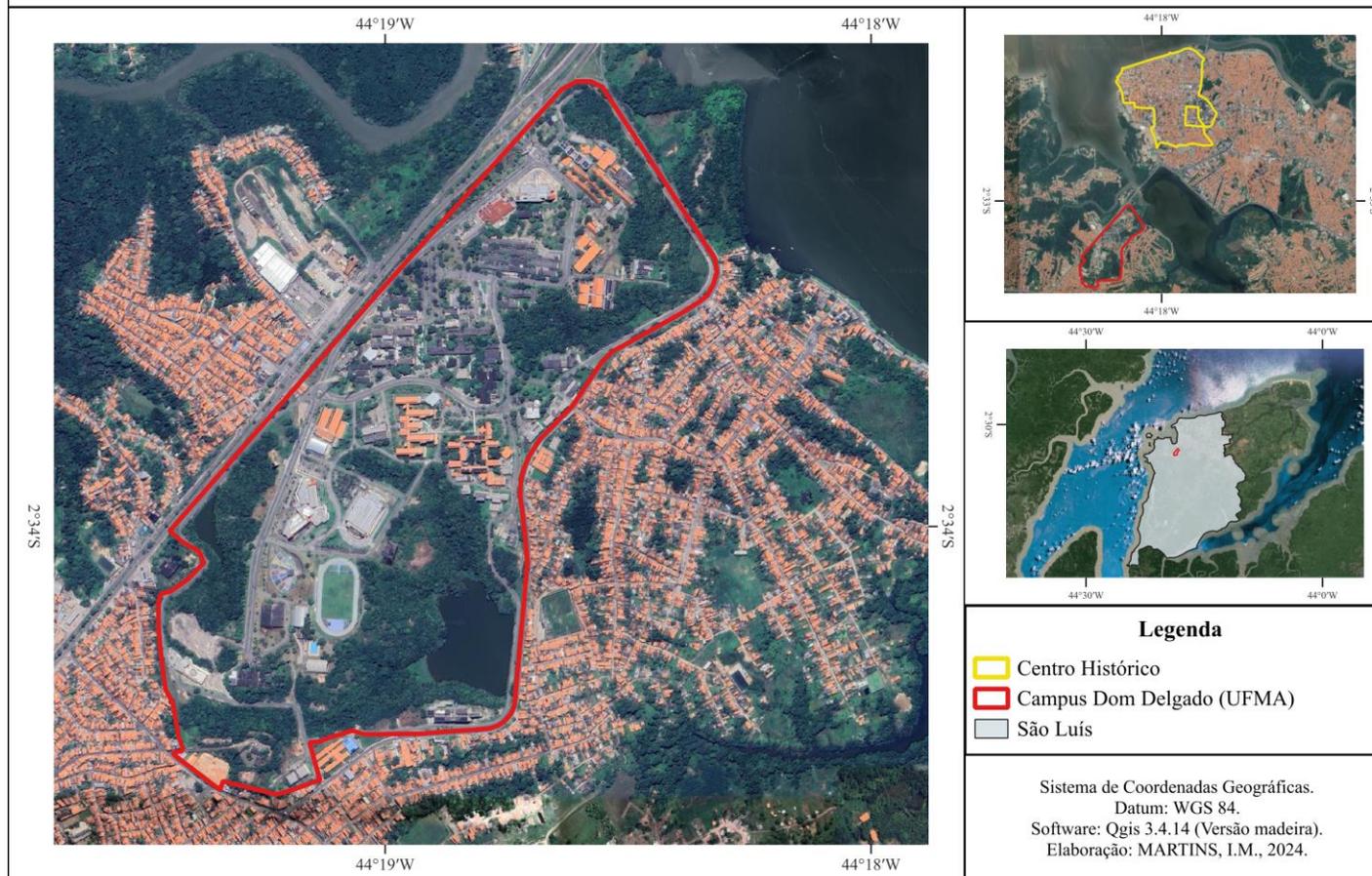
como “bola de neve ou snowball”. De acordo com Vinuto (2014, p. 203), a aplicação dessa técnica de amostragem acontece da seguinte maneira:

Para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista.

De acordo com a autora em tela, essa técnica e seus procedimentos são úteis para estudar grupos específicos que são “difíceis” de alcançar. Em razão dessas peculiaridades e do público envolvido, composto por estudantes e profissionais universitários cuja orientação sexual e identidade de gênero são mais demarcadas social, cultural e politicamente, decidimos realizar a coleta de dados primários por meio de entrevistas semiestruturadas na Cidade Universitária Dom Delgado da Universidade Federal do Maranhão. Este campus é a sede da UFMA e está localizado na Avenida dos Portugueses, número 1966, no bairro Vila Bacanga, em São Luís (Figura 2).

Figura 2 – Localização da Cidade Universitária Campus Dom Delgado (UFMA) em São Luís – MA

LOCALIZAÇÃO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA CAMPUS DOM DELGADO (UFMA) EM SÃO LUÍS - MA.



Elaboração: autores, 2023.

O campus Dom Delgado atualmente atende 56 cursos de graduação (licenciatura e bacharelado) e estes estão distribuídos nos seguintes prédios (Quadro 1):

Quadro 1 – Distribuição dos cursos por prédio da Cidade Universitária Dom Delgado

Unidade Acadêmica	Cursos a ela vinculados
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS)	Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição, Oceanografia e Odontologia.
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET)	Ciência da Computação, Design, Engenharia Aeroespacial, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Transporte, Engenharia Química, Física, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Matemática, Química e Química Industrial.
Centro de Ciências Humanas (CCH)	Artes Visuais, Ciências Sociais, Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, Filosofia, História, Geografia, Letras (Espanhol, Inglês, Francês e Libras), Psicologia, Música e Teatro.
Centro de Ciências Sociais (CCSO)	Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Imobiliárias, Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social – Radialismo, Comunicação Social - Relações Públicas, Direito, Hotelaria, Pedagogia, Serviço Social e Turismo.

Fonte: Adaptado do Portal Padrão UFMA, 2023.

Com base nessa distribuição, realizamos a coleta de dados nas unidades acadêmicas (prédios) da referida universidade, sendo eles: CCH, CCSO, CCET, CCBS e o prédio Paulo Freire. Apesar de este último não estar vinculado diretamente a nenhum curso, muitas salas são utilizadas pelas unidades acadêmicas mencionadas anteriormente para aulas, coordenação/departamento ou atividades de centro acadêmico. O processo de análise das entrevistas e sua codificação foram conduzidos de acordo com o método abordado no próximo item.

1.4 Acuendamentos do Método

Acuendar: geralmente é usado para descrever o ato de esconder o pênis para não marcar volume na roupa, mas também pode ser utilizado como sinônimo

de olhar, observar, admirar ou prestar atenção (Rodrigues; Andrade, 2023, p. 20).

A escolha de qual método adotar depende da intencionalidade de quem conduz a pesquisa, das dimensões nas quais se deseja estudar e da forma como será balizada a análise do fenômeno. Dito isso, *acuendar* o método é explicitar os motivos que determinaram a escolha do construto epistemológico-teórico-metodológico e a própria construção da análise proposta neste trabalho.

Essas observações iniciais permitem esclarecer que, em razão da complexidade, multidimensionalidade e, ao mesmo tempo, singularidades da temática investigada, esta pesquisa encontrou na Fenomenologia um suporte para tecer suas análises críticas. Segundo a concepção de Relph (1970, p. 193), a Fenomenologia “[...] é um procedimento para descrever o mundo cotidiano da experiência imediata do homem, incluindo suas ações, lembranças, fantasias e percepções”.

Portanto, o método fenomenológico nos convida a mergulhar no mundo vivido, nas vivências, percepções, subjetividades e experiências individuais ou coletivas. Em um horizonte ontológico, é necessário compreender o fenômeno analisado e suas dimensões a partir de suas essências (como a percepção e a consciência, por exemplo), conforme propõe Merleau-Ponty (1999). Para este autor, a Fenomenologia, além do estudo das essências:

[...] é também uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra maneira senão a partir de sua “facticidade”. É uma **filosofia transcendental** que coloca em suspenso, para compreendê-las, as afirmações da atitude natural, mas é também uma filosofia para a qual o mundo já está sempre “ali”, antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço todo consiste em reencontrar este contato ingênuo com o mundo, para dar-lhe enfim um estatuto filosófico. É a ambição de uma filosofia que seja uma “ciência exata”, mas é também um **relato do espaço, do tempo, do mundo “vivos”** (Merleau-Ponty, 1999, p. 1, negrito nosso).

A Fenomenologia é uma filosofia que busca ler e interpretar o fenômeno a partir da percepção. No entanto, para que a/o pesquisadora/o consiga compreender o fenômeno de maneira aprofundada e holística, é imprescindível começar pela busca da essência e, a partir disso, traçar “um percurso para a compreensão dos sentidos produzidos pela realidade e na forma como essa se estabelece e se manifesta aos olhos do pesquisador, plena de significados” (Gama, 2020, p. 6). Logo, para se conhecer a essência e as dinâmicas do fenômeno estudado é cogente considerar a/o pesquisadora/o como sujeita/o situada/o na pesquisa, tendo em vista que “as interpretações da realidade são marcadas pela intersubjetividade que se estabelece no contato/confronto do observador e sujeitos sociais em análise” (Gama, 2020, p. 3).

No ínterim deste processo, a maneira como as observações foram conduzidas e o contato em campo com o fenômeno analisado nos permitiram fazer uso da pesquisa participante, haja vista que “não vê sujeito e objeto como partes separadas de uma mesma realidade” (Bartelmebs, 2012, p. 63). A Fenomenologia em articulação com a pesquisa participante possibilitou uma compreensão social, política e simbólica do fenômeno estudado, que é espacialmente diverso, bem como analisar as dinâmicas e as contradições socioespaciais que se reverberam no lugar pesquisado.

Dito isso, reitera-se que para entendermos as clivagens e as interconexões existentes no seio da temática proposta foi necessário passar pelos sentimentos e percepções dos sujeitos que participaram desta pesquisa, ao mesmo tempo que tivemos que articulá-los com a categoria geográfica basilar desta pesquisa, que é o lugar.

Em relação ao lugar na perspectiva fenomenológica, Pereira, Correa e Oliveira (2010, p. 177) apontam que é necessário “considerar o mundo percebido, vivido e imaginado pelos indivíduos, levando o indivíduo a ter contato com o ‘mundo exterior’ por via da percepção”. No âmago desta reflexão, ao tomarmos o lugar como ponto de partida, podemos questionar e perceber de forma relacional o fenômeno a partir de um espaço cheio de ideias abertas e compostas por percepções e pela perspectiva da experiência. O lugar, por excelência, é a categoria de análise mais fenomenológica.

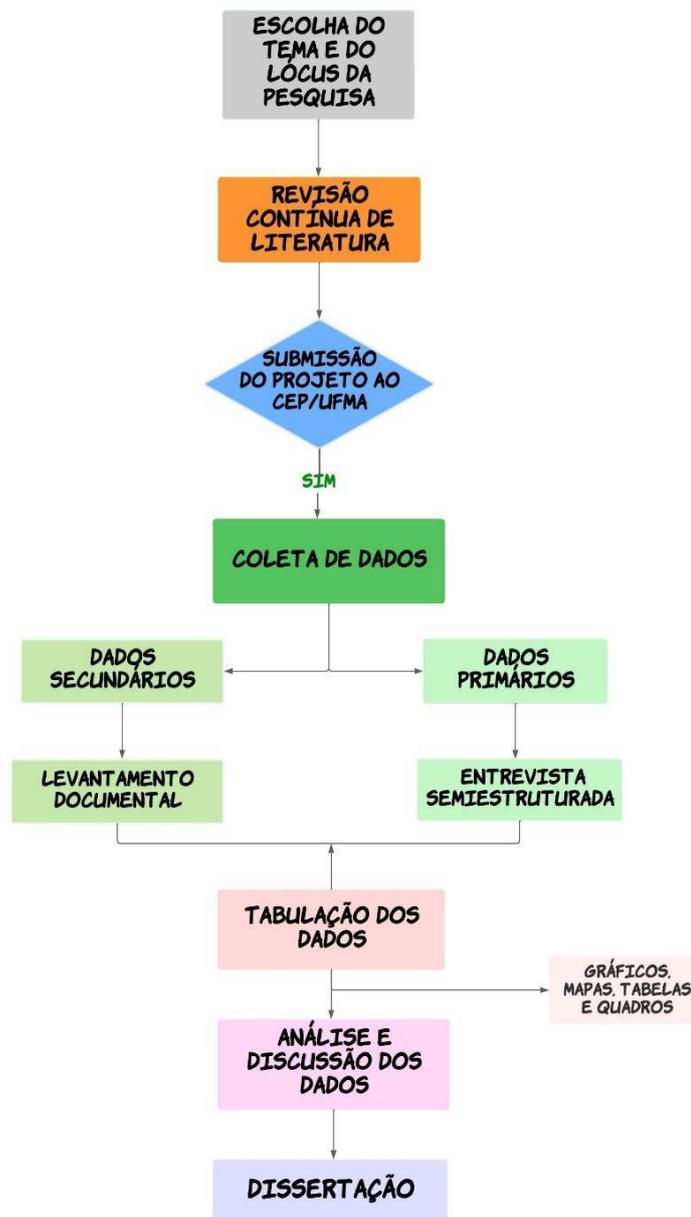
Cabe pontuar que, para a consolidação da coleta de dados e do processo de análise dos resultados, tanto a abordagem qualitativa quanto a quantitativa tornaram-se indispensáveis. De acordo com Minayo (1994, p. 22), a abordagem qualitativa “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”, enquanto a abordagem quantitativa “é tudo que pode ser mensurado em números, classificados e analisados” (Dalfovo; Lana; Silveira, 2008, p. 6). De maneira geral, ambas as abordagens, por serem complementares, permitiram que, no ato da coleta de dados, pudéssemos trabalhar com os elementos objetivos e subjetivos de forma sistemática e transcendente.

1.5 Fechativos Metodológicos

Fechativo: pode ser usado para indicar aquele que está bem arrumado ou que causou algum tipo de alvoroço na balada (Rodrigues; Andrade, 2023, p. 20).

Para fins elucidativos, os procedimentos metodológicos estão organizados em um fluxograma (Figura 3).

Figura 3 – Fluxograma dos Procedimentos Metodológicos



Elaboração: Autores, 2023.

Inicialmente, foi feita uma revisão contínua e analítica da literatura em capítulos de livros, dissertações, teses, artigos de periódicos e demais produções científicas de nível nacional e internacional acerca do entendimento sobre a temática que norteia esta pesquisa, assim como as discussões de gênero, sexualidades e suas interseções.

Após esta etapa inicial de estruturação teórico-metodológica, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão

(CEP/UFMA) pela Plataforma Brasil no dia 17 de março de 2023. No dia 23 de julho, foi emitido pelo CEP/UFMA o parecer consubstanciado, indicando o número do parecer de aprovação: 6.196.413 ([Anexo A](#)). Após a aprovação do Comitê de Ética, demos início à coleta dos dados primários.

A técnica de coleta de dados primários adotada foi um roteiro de entrevista individual semiestruturada ([Apêndice A](#)) composto por 22 perguntas (abertas e fechadas) divididas em dois blocos: o primeiro bloco com sete perguntas teve o intuito de identificar as características socioeconômicas dos participantes; já o segundo, com 15 perguntas, buscou identificar os lugares e suas dinâmicas.

Sobre a entrevista semiestruturada, Triviños (1987) entende que no campo qualitativo ela é uma ferramenta importante para a coleta de dados, pois parte de certas indagações básicas (apoiadas em teorias e hipóteses) que interessam à pesquisa e, conseqüentemente, oferecem um amplo campo de interrogativas que são fruto de novas questões que vão surgindo à medida que se recebem as respostas dos entrevistados. Desta forma, a pessoa entrevistada, ao ser questionada, segue espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador e com isso começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

À vista disso, todas as entrevistas foram feitas de forma presencial na Cidade Universitária Campus Dom Delgado. A primeira entrevista foi com uma pessoa autodeclarada LGBTQIAPN+ que após o término da entrevista indicou outras para participarem da pesquisa e aqueles que aceitaram também foram fazendo indicações até totalizarmos 40 entrevistas, conforme propõe a técnica bola de neve. Nesse contexto, as pessoas entrevistadas foram indicadas pelos seus pares e isso facilitou com que entrássemos em contato direto com eles, abordando-os de forma individual e informando-lhes sobre a pesquisa e os seus objetivos.

Esta estratégia de abordagem foi usada para minimizar os possíveis constrangimentos no que se refere à abordagem de pessoas quanto à sua orientação sexual e ao gênero, estando, pois, em consonância com as recomendações e os princípios éticos da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016).

Cabe pontuar que antes da realização das entrevistas foi apresentado aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE ([Apêndice C](#)), em formato impresso, no qual constavam todas as informações de como seria conduzida a pesquisa, incluindo a justificativa, os objetivos, os procedimentos de coleta, a explicitação dos possíveis danos e riscos decorrentes da participação na pesquisa, a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes e demais direitos (Brasil, 2016). Após a leitura e a concordância

com as cláusulas do termo, o(a) participante e o pesquisador responsável assinaram manualmente o termo em duas vias, no qual cada um ficou com uma cópia.

Após esta etapa, deu-se início às entrevistas, que tiveram duração média de 15 minutos, sendo todas gravadas no celular de uso pessoal do responsável. Ressalta-se que, para garantir o anonimato dos participantes, eles foram numerados de 1 a 40, de acordo com a ordem cronológica das entrevistas. Para a descrição e análise dos relatos, optamos por, além de identificá-los por um número, colocar entre parênteses os seus marcadores sociais, como identidade de gênero, etnia e orientação sexual, por exemplo: Entrevistado 1 (homem cis, negro, gay). Achamos importante fazer esta marcação para compreender de forma interseccional de qual lugar ou contexto aquela fala ecoa.

Além da UFMA, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes de coletivos e instituições, tanto da sociedade civil organizada quanto do poder público ligados à pauta LGBTQIAPN+ em São Luís. As entrevistas foram feitas com as lideranças ou representantes destas organizações. O roteiro de entrevista continha dez perguntas abertas ([Apêndice B](#)), cujo intuito era identificar quais são as pautas defendidas, as articulações e os desafios destas instituições no cenário maranhense e seus olhares sobre os lugares LGBTQIAPN+ em São Luís.

No entanto, ao contrário das pessoas entrevistadas na UFMA, que foram identificadas por um número, as lideranças foram identificadas por letras do alfabeto em sequência. Salienta-se que, como grande parte das instituições não possui sede fixa e suas despesas são financiadas pelos integrantes do próprio movimento, tivemos a autorização das lideranças por meio do TCLE, o mesmo apresentado aos outros participantes ([Apêndice D](#)). Com base nisso, as instituições ou organizações entrevistadas foram listadas na seguinte ordem alfabética, começando pela letra A e prosseguindo até a letra G⁹:

- Associação das Travestis e Transexuais do Maranhão (AMANTRA);
- Grupo Gayvota;
- Grupo Lésbico do Estado do Maranhão;
- Centro Drag;
- Coletivo Área T;
- Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB;

⁹ Embora o número total de instituições entrevistadas fosse nove, a sequência alfabética foi interrompida na sétima letra do alfabeto devido ao fato de que um dos entrevistados representa três instituições distintas: o CEDLGBT, Fórum Estadual LGBTI+ e o Observatório de Políticas Públicas.

- Conselho Estadual dos Direitos das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CEDLGBT);
- Fórum Estadual LGBTI+ do Maranhão;
- Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão.

Vale destacar que todas as entrevistas foram realizadas nos três períodos do dia (matutino, vespertino e noturno) entre os dias 24 de julho de 2023 e 25 de fevereiro de 2024. Não houve a definição de um horário prévio para fazer as entrevistas, pois elas dependeram da disponibilidade das pessoas entrevistadas. Ao todo, as gravações duraram 8 horas e 37 minutos, sendo que todas foram transcritas de forma manual.

Para transcrever todas as entrevistas, optamos por utilizar a transcrição do tipo não-naturalista, que, na concepção de Guazi (2021), está centrada no conteúdo verbal da entrevista e omite idiossincrasias da comunicação oral e informações contextuais; todavia, manteve-se o uso de expressões idiomáticas ou gírias.

Cabe destacar que o tratamento e análise das entrevistas semiestruturadas foram feitos com base na análise qualitativa. Este tipo de análise, segundo Alves e Silva (1992), se caracteriza por ser um processo indutivo baseado nos mesmos pressupostos da chamada pesquisa qualitativa, a qual tem como foco captar os diferentes significados da experiência vivida e cotidiana dos sujeitos a partir do contexto em que estes estão inseridos.

Além da coleta dos dados primários, foi feito o levantamento documental de produções técnico-científicas de relevância acerca das articulações e lutas e os cenários das políticas públicas e/ou as ações afirmativas direcionadas à população LGBTQIAPN+ em nível estadual e local, compondo assim os dados secundários. A coleta destes dados aconteceu de maneira direta no site de domínio público, nas redes sociais ou em outros meios digitais das instituições que apresentavam regularidade (semestral ou anual) de publicação. As instituições que se enquadram nesses critérios foram: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); Grupo Gay da Bahia (GGB) e o Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão.

Posteriormente às etapas de coleta, os dados obtidos (primários e secundários) foram tabulados nos programas Excel e Word. Depois de tabulados foi realizada a sistematização dos resultados, dispendo-os em quadros, tabelas, mapas cartográficos (feito no software de código-aberto, QGIS 3.4.14) e nuvem de palavras, esta última feita no site gratuito <WordClouds.com>.

Além destes, foi utilizado o mapa LGBTI+ da Nohs Somos para comparar os lugares classificados como amigáveis pela população LGBTQIA+ em São Luís com os lugares indicados pelos participantes da pesquisa. As representações visuais geradas compuseram os resultados e, por intermédio delas, conduziram-se as análises e discussões.

Acrescenta-se, ainda, que o estado da arte foi mobilizado para a construção do item 2.2.1 do Capítulo 2 (Geografia, sexo, gênero e sexualidades: imbricações e análises críticas). Segundo Vasconcellos, Silva e Souza (2020, p. 3), Estado da Arte ou também chamado de Estado do Conhecimento “são denominações de levantamentos sistemáticos ou balanço sobre algum conhecimento, produzido durante um determinado período e área de abrangência”. Este tipo de pesquisa permitiu identificar o *status quo* da produção científica da área ou temática, quais os direcionamentos tomados e as implicações para a área de conhecimento na qual essa temática tem sido estudada. Com base nas informações destacadas, o próximo tópico conduzirá uma reflexão sobre três categorias analíticas e suas interações com a Geografia.

CAPÍTULO 2

GEOGRAFIA, SEXO, GÊNERO E SEXUALIDADES: IMBRICAÇÕES E ANÁLISES CRÍTICAS

2.1 Gênero, Sexo e Sexualidade: categorias antagônicas ou interseccionais?

Para início do debate, é imprescindível considerar que as discussões sobre gênero, sexo e sexualidade são complexas e requerem uma leitura histórica, espacial e contextual. Por isso, a magnitude e a inviabilidade de esgotar o assunto apenas neste tópico nos permitem fazer recortes teóricos e geográficos das categorias analíticas (gênero-sexo-sexualidade). Estes contornos e delineamentos também refletem as vozes que convidamos para esta discussão, visto que os diálogos sobre as categorias em tela no âmbito social-acadêmico não aconteceram e não acontecem de forma homogênea em todo o globo, sendo marcados por controvérsias e resistências nas mais variadas perspectivas epistemológicas, ontológicas e políticas.

À vista disso, acreditamos que seja importante adentrar no debate localizando a gênese conceitual daquele que inicia o título desta seção: a categoria gênero. Sendo assim, pode-se dizer que é consensual entre pesquisadoras e pesquisadores que a origem do conceito de gênero remonta aos anos 1960, período que corresponde à “segunda onda” do movimento feminista nos Estados Unidos. Neste período, o gênero foi inicialmente concebido com o intuito de demonstrar que as desigualdades (em sentido amplo) entre homens e mulheres não poderiam ser justificadas e baseadas no sexo ou na diferença sexual, mas sim, nas construções históricas, sociais e culturais, que, por sua vez, são passíveis de transformação (Scott, 1995).

Desta forma, a estruturação conceitual de gênero rejeitava a ideia de um determinismo biológico pautado na anatomia das genitálias (masculino – pênis; feminino – vulva) e visualizava que as diferenciações entre homens e mulheres são de ordem sociocultural. Com base nisso, criou-se a concepção de que o gênero era uma construção sociocultural e o sexo era algo biológico (cromossomos e genitálias).

Apesar dos avanços sociais e acadêmicos que este conceito inicial de gênero desencadeou, os desdobramentos teóricos atuais revelam que esta visão dualista entre gênero e sexo precisa ser repensada, em primeiro plano, porque o conceito de gênero foi “introduzido para suplementar o de ‘sexo’, não para substituí-lo” (Nicholson, 2000, p. 11). E o segundo ponto é que a narrativa de que o sexo é quem produz o gênero tem sido desconstruída por muitas autoras e autores contemporâneos, afinal, o binarismo sexual (a existência de duas possibilidades de gênero: homem/masculino e mulher/feminino) é uma produção cultural, tal como os papéis e expressões de gênero (Toneli, 2012).

Logo, notamos que sexo e gênero não são categorias desconexas ou excludentes; pelo contrário, elas são interseccionais e simbióticas. Nesse contexto, vê-las como categorias

antagônicas e reproduzi-las dessa forma apenas limita as suas essências. Sob a égide desta questão, Nascimento (2021, p. 38) reitera que “por mais que o gênero seja cultural, o sexo seria esse limite imposto pela natureza que a cultura só poderia transpassar, operar, mas nunca produzir”. Essa fala de Nascimento (2012) chama atenção para o fato de que se partimos dessa premissa de reproduzir o sexo como algo imutável, poderemos reforçar e naturalizar preconceitos contra aquelas, aqueles e aqueles que transgridem essas “molduras tradicionais” do sexo. Essa ideia também é coadunada por Oka e Laurenti (2018, p. 248) quando dizem que:

Quando “sexo” e “gênero” são tratados em termos de uma lógica binária e oposta, há uma exclusão de pessoas e identidades que não se conformam a essa norma e, inevitavelmente, há uma invisibilidade desses sujeitos segundo esse ponto de partida epistemológico. Não é que essas pessoas não sejam visíveis em outros contextos sociais, mas a pesquisa científica, ao partir de uma visão de mundo que não permite uma pluralidade de existências desses sujeitos em sua própria teoria, corre o risco de cometer uma exclusão deles, implicando em problemas éticos.

Frente a essas problemáticas, Boguea (2018, p. 133) nos aponta um caminho que seria pensar o gênero e o sexo “não unicamente como sociais ou biológicos, mas a partir de uma perspectiva discursiva histórico-política, que estabelece essa distinção”. Neste cenário, é oportuno que vejamos o sexo e o gênero como complementares e consideremos suas especificidades advindas dos arranjos culturais. Paula e Pedroso (2020, p. 12) afirmam que essas concepções “não se apresentam da mesma forma em quaisquer contextos, elas são estabelecidas de acordo com uma temporalidade e espacialidade, limitadas de acordo com a época e os lugares”. Portanto, as concepções sobre o sexo e gênero apresentam peculiaridades que tangenciam as escalas geográficas e temporais.

Passar por essas considerações e reflexões iniciais nos dá suporte para discutir a tríade analítica (gênero-sexo-sexualidade) a partir de uma leitura mais atual. Em relação ao gênero, Toneli (2012, p. 150-151) ressalta que a dinamicidade é uma de suas características marcantes, pois ele é performático e ao mesmo tempo múltiplo e “é ação e não identidade ou totalidade, e está associado a outros vetores de distinção de classe, etnia e geração”. Conseqüentemente, o gênero é um marcador social influenciado por outros marcadores identitários, assim como a sexualidade. Sobre esta questão, Louro (2007, p. 27) esclarece que:

O que importa aqui considerar é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento — seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade — que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja

“assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação.

Entender que a sexualidade, assim como o gênero, é diversa, complexa, dinâmica, fluída e que pode facilmente se refazer é um dos primeiros passos que nos ajudam a compreendê-la. Para Sepulveda, Corrêa e Freire (2021), a sexualidade está presente em toda a vida do indivíduo (do nascimento à morte) e de forma sucinta pode ser entendida como um conjunto de comportamentos, desejos e necessidades de satisfação e prazer sexual. Ela pode se modificar a partir das experiências vividas e do autoconhecimento.

No âmbito da sexualidade encontramos a identidade de gênero e a orientação sexual. Apesar das semelhanças entre estas duas categorias, elas possuem definições próprias e não se confundem. Para reiterar as definições apresentadas na introdução, a identidade de gênero é entendida como o “gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando do seu nascimento” (Jesus, 2012, p. 14). As identidades de gênero mais conhecidas¹⁰ são mulher ou homem cisgênero, mulher ou homem transgênero e gênero não-binário.

A orientação sexual se refere à atração sexual, afetiva e emocional. Neste caso, as orientações mais comuns são a homossexual, heterossexual, bissexual, pansexual e assexual (Jesus, 2012). Vale destacar que a identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e uma não influencia a outra, pois “não há uma norma de orientação sexual em função do gênero das pessoas, assim, nem todo homem e mulher é ‘naturalmente’ heterossexual” (Jesus, 2012, p. 13). Os trânsitos entre gênero/sexualidade expressam-se quando uma pessoa não-binária (identidade de gênero) se enxerga como gay, bi, lésbica ou outra orientação sexual, por exemplo.

Sob a perspectiva desta discussão, é fundamental considerar que, assim como o sexo e o gênero são categorias interseccionais, a sexualidade não está excluída dessa concepção; portanto, é interessante que essas três categorias analíticas sejam mobilizadas academicamente e socialmente por suas confluências. Dessa forma, compreender o gênero, o sexo e a sexualidade como categorias analíticas, juntamente com o significado de cada letra na sigla LGBTQIAPN+ e as bandeiras associadas a cada uma delas, proporciona aos leitores uma base sólida para navegar pela corrente geográfica e compreender, através das produções de dissertações e teses, como essa população tem sido estudada no contexto da geografia brasileira, e se a Geografia está atrasada no rolê conforme discute o próximo capítulo.

¹⁰ Segundo a Comissão de Direitos Humanos de Nova York, existem 31 identidades de gênero (Grupo Dignidade, 2021).

2.2 Geografia: a atrasada no rolê dos estudos sobre gênero e sexualidade?

A Geografia como ciência preza pela abordagem espacial dos fenômenos sociais de forma holística e sistemática, todavia nem sempre se atentou para o estudo de temáticas que envolviam grupos em situação de vulnerabilidade¹¹. Dessa forma, ao longo de sua construção epistemológica e ontológica, a ciência geográfica histórica, estrutural e espacialmente subalternizou temáticas ligadas às questões étnico-raciais e de gênero, a exemplo dos estudos sobre a população LGBTQIAPN+.

Estas ausências, segundo Silva (2009), são resultantes de uma legitimação “naturalizada” dos discursos hegemônicos de uma Geografia branca, masculina e heterossexual, que por vezes desconsiderou as existências espaciais desses grupos, por não os considerarem sujeitos e objetos “adequados” de pesquisa. Este atraso intencional em somatório com a marginalização e o descrédito científico dado às discussões de gênero na Geografia brasileira também refletiram e refletem a quantidade – ainda minoritária – de pesquisadores que analisam o espaço sob a ótica das relações de gênero (Silva, 2000).

O baixo quantitativo de geógrafas, geógrafes e geógrafos que estudam as questões de gênero, sexualidades e interseccionalidades na perspectiva geográfica tem como uma de suas causas a estruturação do pensamento geográfico brasileiro que, por muito tempo, subalternizou temáticas consideradas dissidentes em detrimento dos grandes temas das escolas de Geografia Humana e Física. Os estudos sobre gênero, sexualidades e suas intersecções só passaram a ser discutidos no contexto da Geografia brasileira a partir dos anos 1980, quando este campo do conhecimento passou a incorporar o conceito de gênero em suas análises, evidenciando, sob uma ótica binária, como a espacialidade era construída e vivida por homens e mulheres (Paula; Pedroso, 2020).

Apesar da atual e recorrente “insistência em tomar o conceito de gênero apenas para atribuir a perspectiva feminina” (Paula; Pedroso, 2020, p. 11), o que, por sua vez, acaba excluindo indivíduos que possuem outras vivências e identidades de gênero, bem como uma visão limitadora em não analisar o diálogo entre a Geografia e as múltiplas interfaces que permeiam as discussões de gênero e sexualidade; pesquisadoras(es) e pensadoras(es) – especialmente aquelas(es) que são integrantes da população LGBTQIAPN+ – têm questionado estes entraves e ao mesmo tempo vêm propondo e desenvolvendo pesquisas de

¹¹ De acordo com Ramacciotti e Calgaro (2021, p. 4) o conceito de minorias, por ser amplo, acaba implicando em ambiguidade e dificuldade para tipificar sujeitos de direito, de modo que diversos estudiosos empregam a expressão grupos vulneráveis visando conferir maior precisão ao termo minorias, procedimento relevante para a formulação de políticas públicas de proteção dos grupos minoritários.

base crítica (em muitos casos de forma solitária) que incluem a diversidade e pluralidade destes grupos em suas análises e apresentado novos horizontes e possibilidades de pesquisa geográfica.

Como bem pontuou Silva (2017, p. 30), “o olhar do geógrafo torna-se uma arma fundamental para os estudos com as temáticas de Geografia e Gênero”. Por esse motivo, a Geografia e suas clivagens teóricas e metodológicas potencializam as discussões que permeiam o campo do gênero e das sexualidades, dando-lhes novos contornos e sendo tanto um canal de denúncia, que muitas vezes é feita por meio de uma cartografia reveladora das inúmeras violências sofridas pela população LGBTQIAPN+, quanto uma forma de direcionar caminhos para o enfrentamento gradativo de preconceitos enraizados na população brasileira e a iminente necessidade de políticas públicas¹² para a população em tela.

Diante disso, os estudos geográficos voltados à comunidade LGBTQIAPN+ têm analisado como as ideias de gênero e sexualidade são socialmente construídas, moldadas e expressas através de processos espaciais, como a urbanização, a migração, a segregação espacial e as políticas públicas, assim como suas interligações com o espaço, o lugar e o território. Nesse contexto, a Geografia oferece uma perspectiva única sobre como as identidades de gênero e sexuais são vivenciadas, contestadas e reconfiguradas em diferentes contextos geográficos, culturais e socioeconômicos, fornecendo informações importantes para a compreensão das dinâmicas sociais e espaciais num mundo em constante mudança.

Entretanto, mesmo com os avanços teóricos e metodológicos no campo geográfico – a citar aqueles feitos pelo Grupo de Estudos Territoriais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (GETE/UEPG), Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (NEPEC/UERJ), Grupo de Pesquisa em Geografia Política, Ética, Gênero e Sexualidade da Universidade Federal Fluminense (ETHOS/UFF) e do Grupo de Pesquisa em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero da Universidade Federal de Rondônia (Gepgênero/UNIR) –, as pesquisas sobre gênero, sexualidade e suas intersecções na ciência geográfica ainda têm um espinhoso e tortuoso caminho para transpor.

Como destacam Paula e Pedroso (2020, p. 11), “o debate sobre gênero, assim como a questão racial e as sexualidades são ainda hoje, alvo de intensas críticas no discurso epistemológico da Geografia”. Este olhar adiforo para as temáticas dissidentes está presente inclusive:

¹² De acordo com Aith (2006, p. 232), considera-se política pública a atividade estatal de elaboração, planejamento, execução e financiamento de ações voltadas à consolidação do Estado Democrático de Direito e a promoção e proteção dos direitos humanos.

Nos eventos científicos, congressos, simpósios, entre outros, raramente encontramos eixos de debates para trabalhos com estas temáticas, o que condiciona tais discussões ao tempo do recente, uma vez que a inclusão de grupos de trabalhos, os conhecidos GT's sobre gênero e sexualidades passaram a existir apenas em meados dos anos 2000. E ainda assim, muitas vezes são incorporados em grupos que somam temas diversos, como se fossem grandes aglomerados, por exemplo: gênero, sexualidades, etnia e religiosidades, temas tão complexos que trabalhados isoladamente dificilmente esgotariam a discussão (Paula; Pedroso, 2020, p. 9).

Destarte, percebe-se que, apesar da abertura e ampliação de espaços científicos (mesmo que de forma limitada e contraditória) para discutir essas temáticas “periféricas e marginalizadas” na Geografia, ainda há obstáculos (que são estruturais, intencionais e historicamente (re)produzidos) que precisam ser superados para potencializar estas discussões. As pesquisas científicas, portanto, mostram-se como um passo importante para que este processo aconteça.

Com base nestas reflexões, é palpável verificar como andam as produções (dissertações e teses) na Geografia sobre população LGBTQIAPN+, mas antes é importante elucidar que a expressão “atrasada no rolê” é uma gíria comum para muitos LGBTQIAPN+, sobretudo pelos mais jovens, e significa chegar com atraso em alguma situação ou evento. O uso desta linguagem coloquial tem a intenção de tensionar a ciência geográfica para a importância de pesquisas sobre a questão de gênero e sexualidades e saber quais direcionamentos têm sido tomados e quais perspectivas ainda precisaremos avançar. É por meio da próxima sessão que podemos balizar essa discussão.

2.2.1 Estado da Arte das dissertações e teses de Geografia sobre a população LGBTQIAPN+

Muitas pesquisas intituladas estado da arte buscam evidenciar as ausências ou lacunas e, ao mesmo tempo, almejam compreender os motivos de certas temáticas serem subalternizadas e desvalorizadas no âmbito científico, assim como apontar novos caminhos que possam fortalecer ou aprofundar a temática estudada. A partir destas questões, verificamos que era pertinente identificar como a população LGBTQIAPN+ tem sido estudada na pós-graduação em Geografia do Brasil.

Para isso, lançamos algumas perguntas de cunho metodológico para orientar a investigação nas bases bibliográficas e na análise dos dados sistematizados: Quando e onde os estudos sobre a população LGBTQIAPN+ foram produzidos na Geografia brasileira? Existe regularidade temporal nas produções? Quais são as tendências dos estudos? Como ocorre a distribuição geográfica desses estudos? No âmbito da população LGBTQIAPN+, quais são os

sujeitos ou identidades mais e menos estudados? Quais docentes mais orientaram trabalhos relacionados à população LGBTQIAPN+ na seara geográfica?

Para responder a estas perguntas, realizamos o levantamento da produção acadêmica de dissertações e teses na ciência geográfica brasileira, as quais abordavam temáticas diversas sobre a população LGBTQIAPN+. Optamos por não selecionar um ano inicial, pois almejávamos identificar tanto os primeiros como os trabalhos mais recentes sobre a temática, estabelecendo o dia 30 de dezembro de 2023 como a data limite para fazer a coleta dos dados. Para fazer o levantamento das produções, os seguintes bancos de dados foram consultados (Quadro 2):

Quadro 2 – Banco de dados consultados para construção da pesquisa

NOME DA PLATAFORMA	LINK DE ACESSO
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	https://bdtd.ibict.br/vufind/
Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/
Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (Oasisbr)	https://oasisbr.ibict.br/vufind/
Plataforma Sucupira	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml

Elaboração: Autores, 2023.

No que diz respeito à BDTD, ela foi lançada no final do ano de 2002, sendo concebida e mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT com apoio da empresa pública, a Financiadora de Estudos e Pesquisas – FINEP (BRASIL, 2023a). O Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES também foi lançado no ano de 2002 e seu objetivo é facilitar o acesso às dissertações e teses defendidas a partir de 1987 nos programas de pós-graduação *stricto sensu* do Brasil (Brasil, 2023d).

O Oasisbr, assim como a BDTD, também é uma iniciativa do IBICT. O portal é um mecanismo de busca multidisciplinar que reúne as produções científicas produzidas por pesquisadores que atuam nas instituições brasileiras e portuguesas, como publicações de revistas científicas, repositórios digitais de dados de pesquisa e bibliotecas digitais de teses e dissertações (Brasil, 2023e). Por meio da Plataforma Sucupira, conseguiu-se identificar a quantidade de programas ativos e o conceito Capes de cada curso (mestrado e doutorado) dos programas de pós-graduação. O conceito CAPES é uma escala que varia de 1 a 7, sendo 5 a

nota máxima para o mestrado e 7 para o doutorado (Brasil, 2023d). Em síntese, os conceitos podem ser definidos da seguinte forma:

- **Conceitos 1 e 2:** as autorizações de funcionamento são canceladas e, conseqüentemente, o reconhecimento dos cursos (mestrado e/ou doutorado) oferecidos pelo programa;
- **Conceito 3:** considerado satisfatório, pois atende ao padrão mínimo de qualidade;
- **Conceito 4:** corresponde a um bom desempenho do programa;
- **Conceito 5:** nota máxima para programas que oferecem apenas o mestrado;
- **Conceitos 6 e 7:** notas que apontam alto padrão internacional de desempenho, sendo 7 o máximo para programas de doutorado.

De posse dessas informações sobre os bancos de dados, foram utilizados os seguintes descritores para fazer a filtragem dos trabalhos: Geografia, gênero, sexualidade, GLS (sigla em desuso), LGBT, LGBTQI+, LGBTQIA+, LGBTQIAPN+, homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia, LGBTfobia, LGBTQI+fobia, LGBTQIA+fobia, LGBTQIAPN+fobia, gay, viado, lésbica, sapatão, sapatona, queer, homossexual, bissexual, não binário, travesti, travestilidade, transexual, transgênero, trans, homens trans, mulher trans, assexual e pansexual. Para um refinamento do processo de busca, foram utilizados os operadores booleanos *and* (e) e *or* (ou).

Para facilitar a localização das produções, estabeleceu-se que os descritores anteriormente definidos teriam de constar obrigatoriamente no título e/ou nas palavras-chave e resumo dos manuscritos. O processo de refinamento foi imprescindível, pois existem repetições de um mesmo trabalho nos bancos de dados consultados. Além destas etapas, foram adotados critérios de inclusão e exclusão para a seleção do material que compõe o corpus desta pesquisa:

- **Os critérios de inclusão:** dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em Geografia (Públicos ou Privados) do Brasil sobre a população LGBTQIAPN+, no idioma português, espanhol ou inglês;
- **Os critérios de exclusão:** monografias, artigos publicados em periódicos ou estudos publicados como documentos institucionais ou técnicos; pesquisas sobre outros países; estudos feitos por pesquisadores que não tivessem formação ou atuação em Geografia; que não abordaram a temática de interesse proposta e estudos publicados em idiomas citados anteriormente.

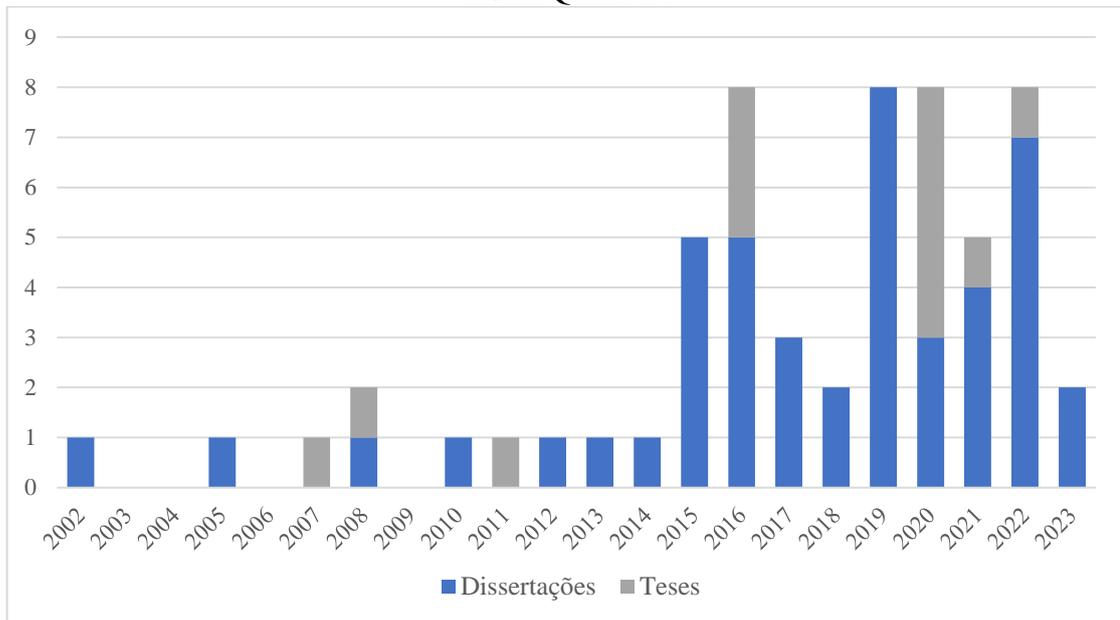
A título de exemplificação, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES de 2006 a 2023, ao pesquisar o termo “LGBT” foram encontradas 969 produções (sendo 680 dissertações e 203 teses). Entretanto, ao definir a área de conhecimento, neste caso a Geografia, foram retornados apenas 12 trabalhos, sendo 8 dissertações e 4 teses de doutorado. Ao utilizar os outros descritores elencados (muitos deles não tiveram nenhum trabalho retornado), os resultados foram muito parecidos com os do primeiro exemplo, o que reforça que as pesquisas sobre a referida população ainda são ínfimas quando comparadas às produções de outras temáticas geográficas.

Em um trabalho semelhante, Ornat (2008) catalogou as produções geográficas a partir de 1987 que versavam sobre as temáticas de gênero, espacialidades e sexualidade e, ao usar os descritores gay, gênero, homossexual, lésbica, prostituição, queer, sexualidade, transexual, travesti, travestilidade, o referido autor encontrou 33 trabalhos, incluindo dissertações e teses. Na pesquisa em tela, com referência às bases de dados e aos descritores e critérios anteriormente elencados foram encontrados um total de 58 produções, sendo 46 dissertações ([Apêndice E](#)) e 12 teses ([Apêndice F](#)).

A primeira dissertação e tese defendidas em um Programa de Pós-Graduação em Geografia, que abordaram a população LGBTQIAPN+, foram elaboradas por Benhur Pinós da Costa. A dissertação, intitulada “A condição homossexual e a emergência de territorializações”, foi defendida em 2002, enquanto a tese, “Por uma abordagem sobre a Geografia do cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade”, foi apresentada em 2008. Ambos os trabalhos foram desenvolvidos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich.

Quando se trata do pioneirismo de Benhur Pinós da Costa em analisar a população LGBTQIAPN+ sob uma perspectiva geográfica, Silva e Ornat (2020, p. 209) destacam que seus dois trabalhos científicos (dissertação e tese) “representam mais do que uma conquista pessoal, mas sim a quebra de uma barreira temática na Geografia Brasileira, que certamente abriu caminho para outros pesquisadores que vieram depois dele”. Portanto, é igualmente relevante examinar os estudos subsequentes às contribuições desse autor e analisar a temporalidade dessas publicações (Figura 4):

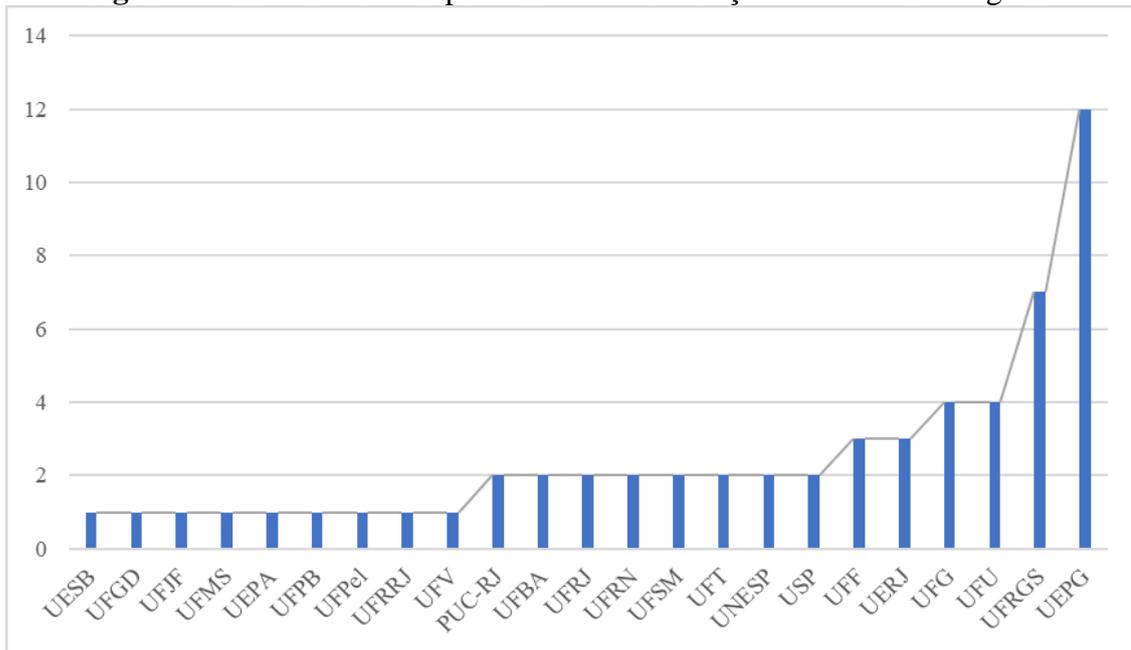
Figura 4 – Ano e tipo das produções de dissertações e teses sobre a população LGBTQIAPN+.



Fonte: CAPES; BDTD; Oasisbr, 2023.

Podemos notar na Figura 4 que, nos anos de 2003, 2004, 2006, 2007 e 2009, não houve publicação. Com exceção do ano de 2020, que registrou o maior número de teses publicadas (cinco no total), nos demais anos prevalecem as dissertações, com destaque para 2019 e 2022, que apresentaram o maior número de publicações, com oito e sete, respectivamente. Desde 2015, observa-se um notável aumento no número de pesquisas sobre essa temática, o que pode ser atribuído ao fortalecimento dos grupos de pesquisa, às políticas de expansão e consolidação da pós-graduação em Geografia, e à formação de novos pesquisadores.

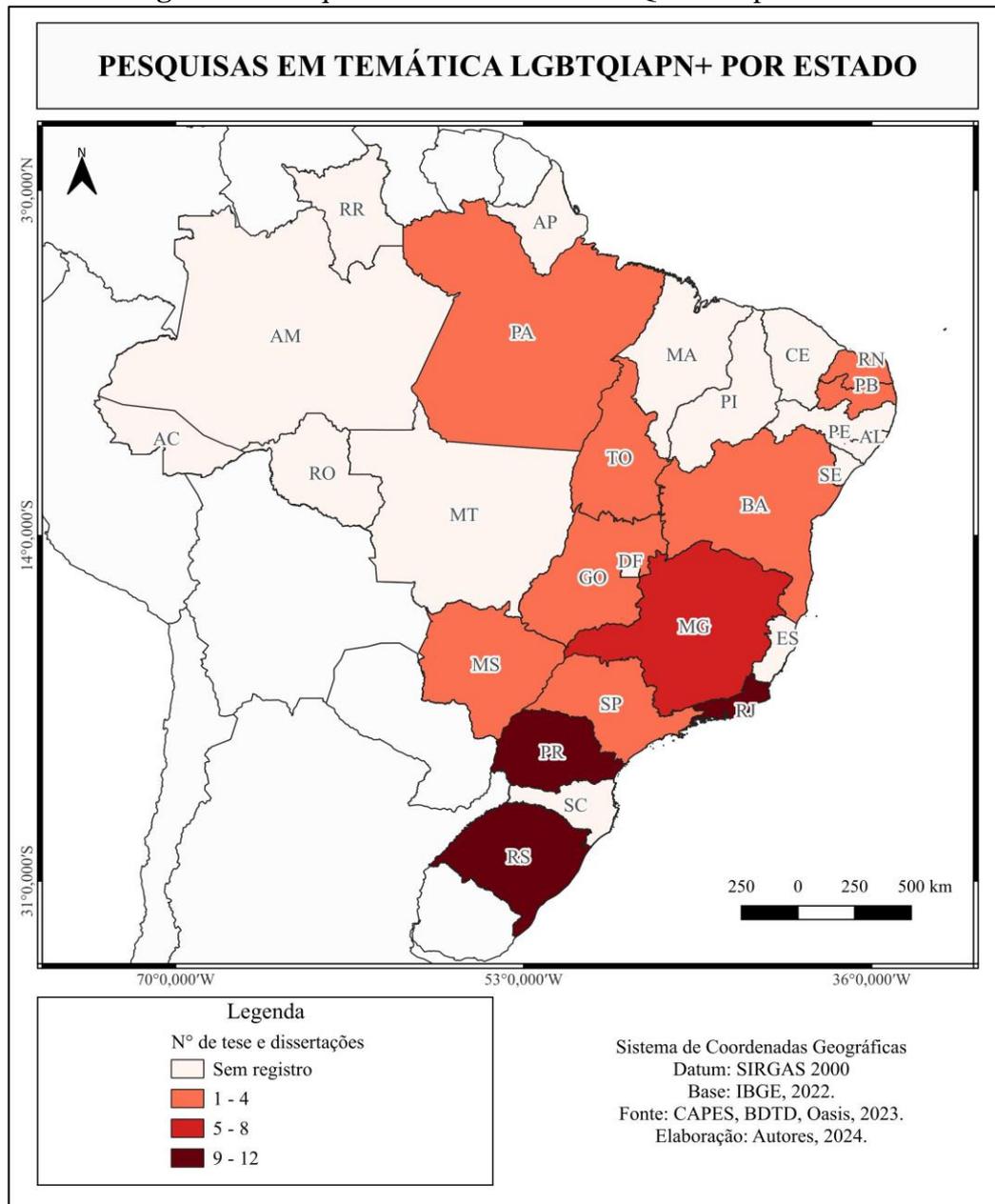
Isso contribui, também, para ampliar as pesquisas sobre a população LGBTQIAPN+ na Geografia e, apesar de retrocessos, especialmente promovidos pela conjuntura política conservadora que outrora dominava o país. No cenário atual, expressa mais visibilidade e espaço no meio acadêmico. Progressivamente, a Geografia tem se inserido nos debates acadêmicos e políticos que ganham representatividade em outros campos científicos, notadamente ligados às Ciências Sociais e Humanas. Com base nesse contexto, é possível examinar na Figura 5 as produções por universidade:

Figura 5 – IES onde foram produzidas as dissertações e teses em Geografia

Fonte: CAPES; BDTD; Oasisbr, 2023.

No que tange ao status jurídico das instituições, das 23 universidades encontradas, uma é privada, cinco são estaduais e as demais são universidades federais. Os seis programas de pós-graduação em Geografia que possuem mais produções sobre a temática LGBTQIAPN+ são a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), consecutivamente. A localização geográfica das instituições de ensino superior com produção acadêmica em nível de pós-graduação está apresentada na Figura 6.

Figura 6 – Pesquisas em temática LGBTQIAPN+ por Estado



Fonte: CAPES; BDTD; Oasisbr, 2023.

Dos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal, 14 ainda não possuem registro de pesquisas sobre a temática em questão. Os estados que se destacam pela produção científica acerca da população LGBTQIAPN+ são o Paraná, o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro. Uma análise da distribuição espacial das produções por macrorregiões geográficas revela uma concentração nas regiões Sul (38%) e Sudeste (36%), que em conjunto representam 74% do total de produções. Em seguida, aparecem as regiões Nordeste (10,5%), Centro-Oeste (10,5%) e Norte (5%).

Segundo os dados da Plataforma Sucupira, há 78 Programas de Pós-Graduação em Geografia ativos em universidades brasileiras. Desses, 33 oferecem apenas mestrado acadêmico, quatro oferecem mestrado profissional e 41 oferecem mestrado e doutorado acadêmico. Dentro desse universo de programas, 25 estão localizados na Região Sudeste, 19 no Nordeste, 13 no Sul, 11 no Centro-Oeste e 10 na Região Norte (Brasil, 2023c).

Embora o Sudeste concentre o maior número de programas (com 13 pertencentes à rede federal, 10 à estadual e dois privados), apenas oito deles (32%) têm produções relacionadas à população LGBTQIAPN+. É importante ressaltar que, de acordo com as bases de dados consultadas, o estado do Espírito Santo não registrou, até o ano de 2023, nenhuma produção sobre a temática discutida. Acrescenta-se ainda que, de todas as obras encontradas, somente duas estão vinculadas a instituições da rede privada, ambas da PUC-RJ.

Dos programas existentes na região Nordeste (sendo 12 da rede federal e sete estadual), apenas quatro (21%) apresentam publicações relacionadas à temática LGBTQIAPN+. Entre os nove estados que compõem essa região, seis não registraram nenhuma produção sobre o tema até o ano de 2023: Maranhão, Piauí, Ceará, Sergipe, Pernambuco e Alagoas. A escassez de trabalhos nessa região é preocupante, considerando que o Nordeste lidera os índices de violência e assassinatos contra a população LGBTQIAPN+ (Neivas; Baptista, 2022).

Apesar de ser a região que mais produziu trabalhos sobre a população LGBTQIAPN+, a região Sul ocupa o terceiro lugar em quantidade de programas, com cinco estaduais e oito federais. Dentro desse contingente de programas ativos, apenas quatro (28%) apresentam produções relacionadas ao tema. Entre as universidades federais que compõem a região Sul, apenas Santa Catarina não produziu trabalhos de dissertação ou tese sobre a população LGBTQIAPN+ no período investigado.

No Centro-Oeste, dos 12 programas (sendo três estaduais e nove da rede federal), apenas três possuem produções acadêmicas, o que equivale a 25% dos programas que compõem essa região; somente o estado de Mato Grosso e o Distrito Federal não apresentaram produções durante o período analisado.

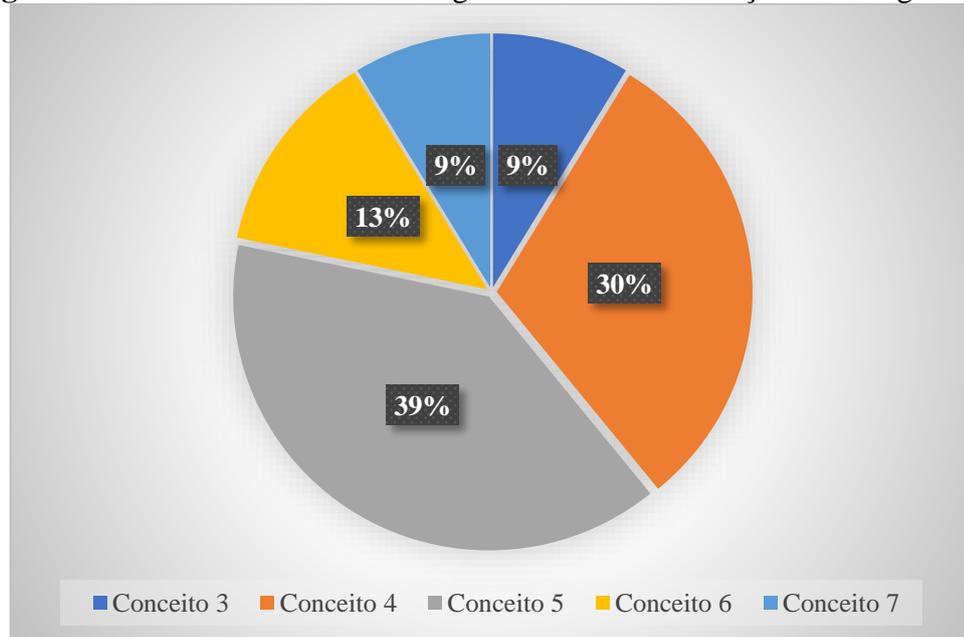
A região Norte por sua vez, conta com oito programas de pós-graduação em Geografia, sendo sete de instituições federais e um estadual; no entanto, apenas dois (25%) têm produções direcionadas à população LGBTQIAPN+: Pará e Tocantins. Além disso, não foram localizadas dissertações e teses (com os marcadores de pesquisa utilizados) nos estados do Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia e Amapá.

É importante enfatizar que algumas regiões se destacam em pesquisas sobre a temática, todavia, a quantidade de produções é insatisfatória, considerando a relevância do tema. O baixo número de produções encontradas pode ser justificado por dois fatores: a infrequência de *uploads* de novas produções por parte das universidades nas plataformas pesquisadas, uma vez que algumas delas possuem plataformas internas; ou pelo desinteresse em realizar pesquisas direcionadas a esse público na Geografia. Sobre esse último aspecto, Ornat (2008, p. 309) tece a seguinte crítica:

As temáticas relacionadas ao gênero e à sexualidade têm sido objeto de interesse da Geografia em vários países, a partir da existência tanto de disciplinas nos cursos de graduação como de um conjunto de publicações bem conhecidas dos geógrafos humanos. Entretanto, no Brasil essas discussões não têm ganhado a importância necessária, mostrando-se desde a pequena publicação geográfica em periódicos, de eventos organizados privilegiando tal temática e o reduzido número de geógrafos com linhas ou projetos de pesquisa que tenham por objetivo compreender as temáticas de gênero e sexualidade a partir da sua espacialidade.

O autor mencionado enfatiza uma lacuna existente no estudo das questões de gênero e sexualidade na Geografia brasileira. Enquanto em outros países latino-americanos esse tema tem recebido maior atenção, por meio da inclusão de disciplinas sobre a temática nas estruturas curriculares dos cursos, publicações ou eventos. No Brasil, a escassez de publicações, atividades dedicadas ao tema e o reduzido número de pesquisadores da Geografia engajados em estudos relacionados à espacialidade de gênero e sexualidade evidenciam a necessidade premente de ampliar esse debate na ciência geográfica brasileira.

Esses entraves repercutem no alcance dos trabalhos produzidos no âmbito geográfico sobre a população LGBTQIAPN+, bem como na influência científica e multiescalar dos programas de pós-graduação. Em relação à questão em tela, a Figura 7 apresenta os conceitos da avaliação CAPES referentes aos Programas de Pós-Graduação em Geografia que possuem produção científica de dissertação e tese sobre o corpus analítico desta pesquisa.

Figura 7 – Conceito CAPES dos Programas de Pós-Graduação em Geografia

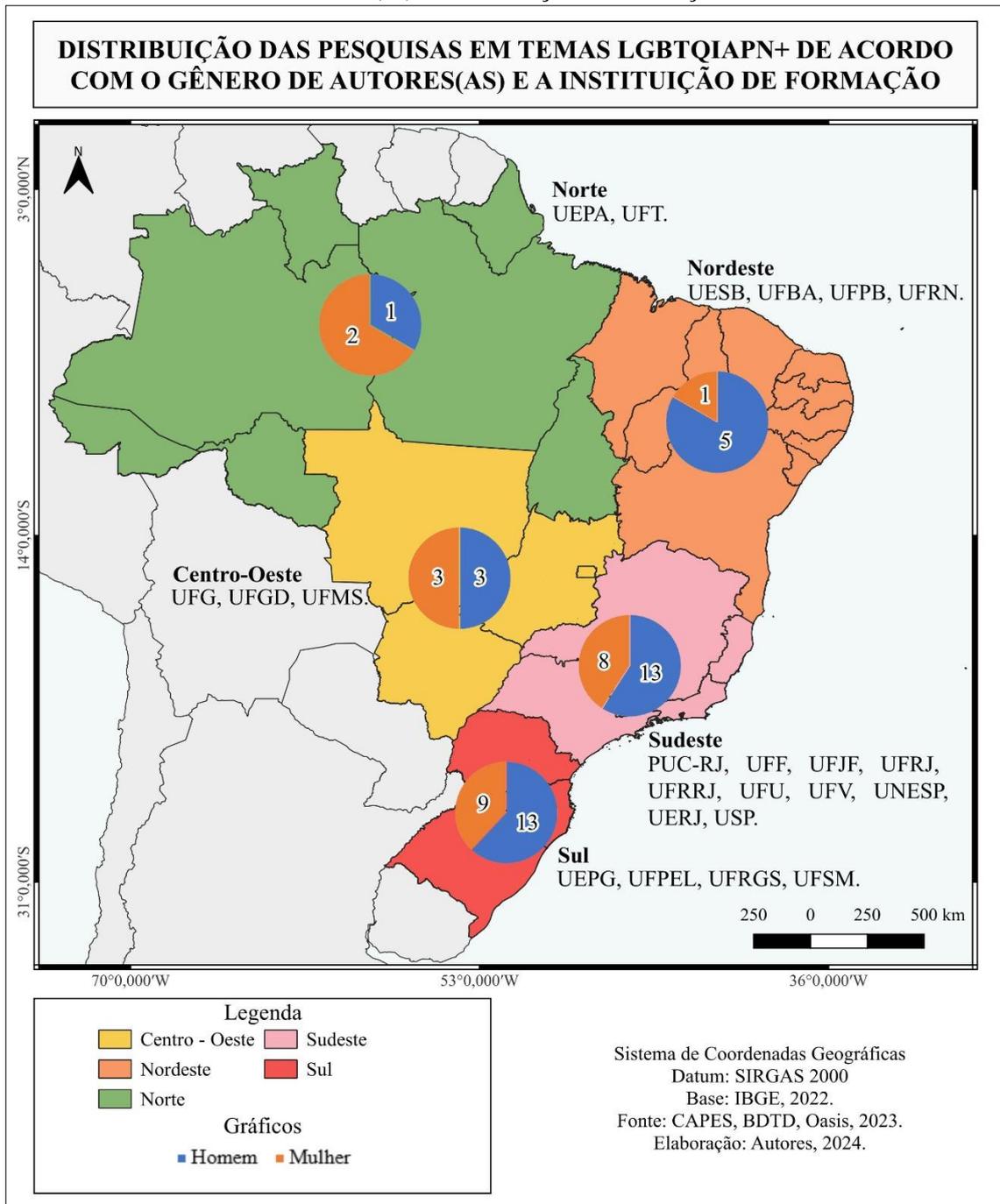
Fonte: Plataforma Sucupira, 2023.

Podemos observar na Figura 7 que a maioria dos trabalhos (65%) é proveniente de programas de pós-graduação com conceitos considerados “bons”, ou seja, aqueles que possuem notas entre 4 e 5. Apenas dois programas, sendo eles a UNESP e a UFRJ, possuem a nota máxima, enquanto dois cursos possuem a menor nota – UEPA e UFV (BRASIL, 2023b). Sobre a avaliação da CAPES, Oliveira (2023, p. 72, **negrito nosso**) traz uma reflexão pertinente ao apontar que:

Os cursos recém-criados, por exemplo, são mais suscetíveis a ter conceitos menores em relação àqueles mais antigos, pela própria normatização da instituição avaliadora e esse é apenas um dos elementos que fazem da temática da avaliação da Pós-Graduação pela CAPES um debate extremamente polêmico. Para além de todo o extenso debate e as necessárias críticas que a avaliação quadrienal da Pós-Graduação da CAPES possa ter, **não se pode simplesmente deixar de olhar para esses dados que, de alguma forma ou outra, são indicadores a serem interpretados.**

Diante disso, é possível ponderar que os programas mais antigos tendem a ter notas melhores e conseqüentemente conseguem mais financiamento para difundir o alcance de suas produções. Somado a esse elemento é imprescindível verificar também a distribuição das (os) pesquisadoras (es) por gênero e as IES que possuem pesquisas sobre a temática registradas nas plataformas analisadas. Essa informação pode ser verificada na Figura 8:

Figura 8 – Distribuição das pesquisas em temas LGBTQIAPN+ de acordo com o gênero de autores (as) e a instituição de formação



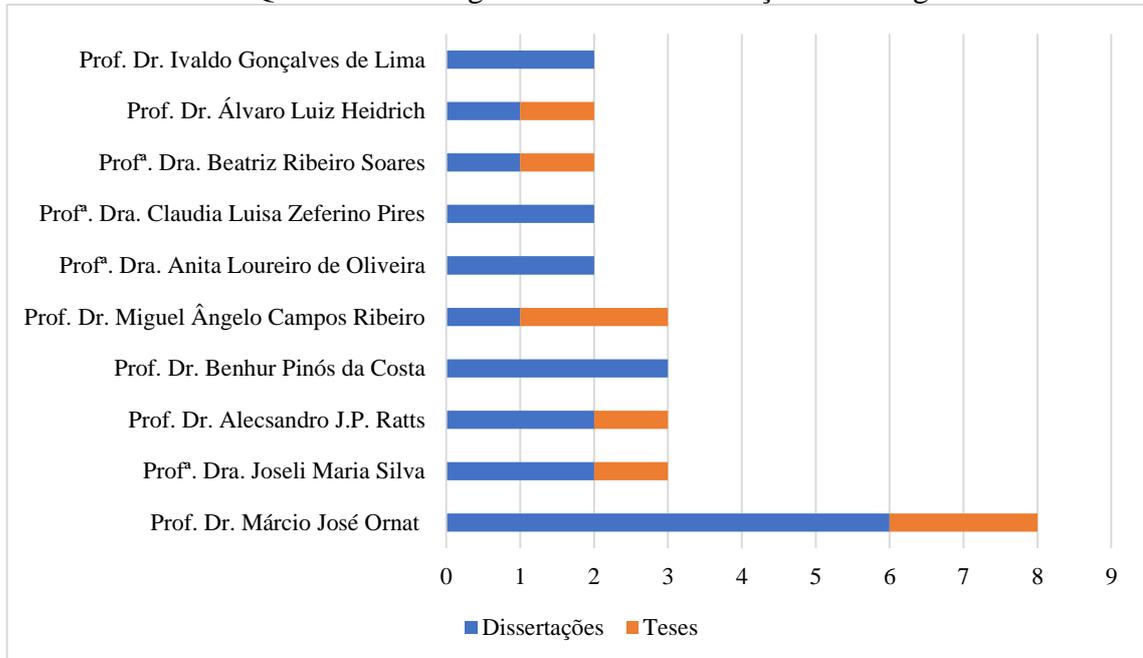
Fonte: CAPES; BDTD; Oasisbr, 2023.

Do universo de trabalhos analisados, 35 (60%) foram feitos por homens e 23 (40%) por mulheres. Quando se analisa a distribuição de autores (as) das pesquisas por gênero¹³ na Figura 8, percebe-se que, com exceção da região Norte, as demais regiões tiveram mais produções de homens em relação a mulheres, sendo essa diferença significativa nas regiões

¹³ Apesar de optarmos por designar os autores e orientadores dos programas de pós-graduação em Geografia apenas pelos gêneros “mulher” e “homem”, a orientação sexual e a identidade de gênero é individual e pessoal.

Sul e Sudeste. A predominância do gênero masculino nas produções também se repetiu entre os docentes que realizaram duas ou mais orientações de dissertações e/ou teses ligadas à temática LGBTQIAPN+ (Figura 9).

Figura 9 – Docentes que orientaram dois ou mais trabalhos ligados à temática LGBTQIAPN+ em Programas de Pós-Graduação em Geografia



Fonte: CAPES; BDTD; Oasisbr, 2023.

Dos 58 trabalhos encontrados, 22 (61%) foram orientados por docentes do gênero masculino e 14 (39%) do gênero feminino, totalizando 36 orientadores. No que tange à quantidade de orientações, observamos que aproximadamente 70% dos docentes orientaram apenas um trabalho, sugerindo que possivelmente não se dedicam predominantemente ao estudo e/ou pesquisa da temática LGBTQIAPN+ dentro do campo da Geografia.

Destaca-se que os professores que orientaram três ou mais trabalhos foram: o Prof. Dr. Márcio José Ornat da UEPG, com oito orientações (seis dissertações e duas teses); a Profª. Dra. Joseli Maria Silva da UEPG e o Prof. Dr. Alecsandro J. P. Ratti da UFG, ambos com três orientações (duas dissertações e uma tese); o Prof. Dr. Benhur Pinós da Costa da UFSM, com três dissertações; o Prof. Dr. Miguel Ângelo Campos Ribeiro da UERJ, com três orientações (uma dissertação e duas teses); e a Profª. Dra. Ivaine Maria Tonini da UFRGS, com duas dissertações e uma tese, respectivamente. Além disso, como forma de ampliar o debate, foi elaborada uma nuvem de palavras destacando as temáticas mais frequentes nos títulos dos trabalhos, como demonstrado na Figura 10:

Mesmo que 90% desta população pratique a prostituição como modo de sobrevivência (Associação Nacional de Travestis e Transexuais [Antra], 2018), é importante ressaltar a necessidade da desmistificação da associação simplista destas pessoas à prostituição, como se fosse a única possibilidade de vivência desses corpos. Esses dados científicos são reflexos da existência de uma construção de significados de que é reservada somente esta possibilidade de vivência a estas pessoas por parte da sociedade e, não obstante, pelas próprias travestis, mulheres e homens trans.

A citação destacada ressalta a importância de explorar outras geografias ou espacialidades que abordem a população trans e travesti para além do contexto da prostituição, visando a oferecer novas perspectivas capazes de desfazer a visão histórica e estereotipada sobre esse grupo. Vale ressaltar que, dentre os trabalhos analisados, apenas um deles aborda a realidade das lésbicas e bissexuais. Ao examinar as demais letras que compõem a sigla LGBTQIAPN+, não foi identificado nenhum estudo que se dedique a outras orientações sexuais dissidentes, como a assexualidade e a pansexualidade, por exemplo. Apesar desses desafios, Santos, Chagas e Ornat (2020, p. 15) sugerem a necessidade de promover “debates sobre outros espaços que estão sendo ocupados”, ampliando as oportunidades de pesquisa e dando voz e espaço às pessoas cujas experiências transcendem a heteronormatividade compulsória.

Adicionamos que, embora a Geografia tenha incluído a população LGBTQIAPN+ em seus estudos de forma tardia e ainda permaneça como um campo marginalizado, suas produções científicas nas últimas décadas foram impulsionadas por esforços de pesquisadores e grupos de pesquisa que desafiaram os paradigmas das geografias dominantes, frequentemente cis-heteronormativas. Desde a elaboração da primeira dissertação de mestrado em 2002, temos observado um aumento significativo de trabalhos acadêmicos e grupos de pesquisa que abordam as identidades de gênero e sexualidades LGBTQIAPN+.

Á vista desta questão, não podemos afirmar que a Geografia está “atrasada no rolê”, em analogia a um possível atraso epistemológico na inclusão desse tema nos debates acadêmicos, baseando-se apenas no número de produções da pós-graduação brasileira, especialmente quando comparado a subáreas e temas tradicionais da Geografia Humana. A expansão das produções acadêmicas para todas as regiões do país revela Geografias dissidentes que colocam em relevo existências historicamente marginalizadas e negligenciadas, inclusive, dos debates acadêmicos, o que não foi exclusividade apenas da Geografia brasileira. Sendo assim, outros elemen geográfico para ratificar ou retificar a expressão “atrasada no rolê”.

CAPÍTULO 3

**EI, QUALIRA, CORRE AQUI QUE O BABADO É CERTO:
CONHECENDO AS SIMBOLOGIAS E AS TRAJETÓRIAS DO
MOVIMENTO LGBTQIAPN+**



3.1 Um recorte da história e das principais conquistas do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil

O início do movimento LGBTQIAPN+, assim como as lutas por reconhecimento e visibilidade social e civil travadas pela população supracitada no Brasil, foi influenciado diretamente e indiretamente pelas lutas de movimentos sociais no cenário internacional (movimentos das feministas, dos negros e da própria população LGBTQIAPN+) do século XX, sobretudo os da década de 60 (Martins; Silva, 2023). Apesar de esses movimentos sociais terem pautas específicas, eles tinham como denominador comum a busca pelo respeito e pela igualdade de direitos e deveres. No que diz respeito à história do movimento LGBTQIAPN+, Canabarro (2015, p. 2) lembra que:

Os movimentos políticos que desejavam lutar contra a visão criminosa ou pecaminosa da homossexualidade remontam a décadas anteriores. Entre os exemplos, conforme já exposto anteriormente, está a retirada do parágrafo 175, na Alemanha, travada por Hirschfeld. Outro exemplo é o movimento homófilo, na Europa e Estados Unidos, que reunia intelectuais produtores de pesquisa sobre o tema.

The *Homophile Movement* ou movimento homófilo (em tradução livre), citado por Canabarro (2015), também foi chamado de cultura pré-liberação gay. Para Gomes Filho e Melo (2014), o marco simbólico de transição do movimento homofílico para o movimento de liberação gay foi o confronto ocorrido em 28 de junho de 1969 no bar *Stonewall Inn*, localizado na cidade de Nova York.

Blakemore (2021) destaca que o confronto em Stonewall foi um importante passo contra as perseguições das operações policiais em boates, clubes e bares LGBTQIAPN+. Essas operações, chamadas de “batidas”, ocorriam da seguinte forma: os policiais invadiam os locais, ameaçavam, espancavam funcionários e clientes e os prendiam por estarem desafiando a “moral e os bons costumes”. No entanto, cansados dessa situação vexatória e violenta, clientes e curiosos de Stonewall reagiram a essas perseguições e como resultado houve um motim que durou dias, resultando em uma rebelião conhecida como a Revolta de Stonewall.

Essa revolta foi marcada por protestos e o uso de táticas confrontacionais, como a criação de jornais e boletins para divulgar os direitos, na época, dos gays e lésbicas (Blakemore, 2021). Destaca-se que, entre vários participantes da revolta, dois nomes vêm

recebendo um reconhecimento tardio que são as pioneiras e ativistas trans Marsha P. Johnson¹⁴ e Sylvia Rivera (Figura 11):

Figura 11 – Marsha P. Johnson (à esquerda) e Sylvia Rivera (à direita)



Fonte: reprodução Revista Galileu, 2019.

A revolta de Stonewall consagrou-se mundialmente como o Dia do Orgulho LGBTQIAPN+, dando início às Paradas do Orgulho. Reitera-se que esta revolta ajudou na consolidação da luta dos direitos LGBTQIAPN+ no cenário global e, como bem destacou Dutra (2019, p. 6), este evento “tornou-se influência essencial para os países latino-americanos, no sentido de buscar respeito social, de igualdade e que seus direitos fossem garantidos”. O Brasil, no período da revolta de Stonewall, vivia uma efervescência política e social em virtude da ditadura militar (1964 – 1985). Sobre este período, Marques (2016, p. 30) chama atenção para o fato de que:

Desde a década de 70 do século XX no Brasil, teve-se um aumento significativo dos movimentos sociais, dentre eles, o movimento homossexual, que abarca nos dias atuais vários segmentos, no qual conhecemos como movimento LGBT [...]. O movimento homossexual no país tem como modelo o estadunidense, da década de 60, baseado no questionamento do padrão heteronormativo [...].

No contexto brasileiro, a literatura aponta que o Grupo de Afirmação Homossexual (SOMOS), fundado em 1978 na cidade de São Paulo, é considerado o precursor da luta

¹⁴ Para um maior aprofundamento da história e da importância destas duas figuras para a história de Stonewall e do movimento LGBTQIAPN+ em geral, recomenda-se o documentário de 2017 lançado pela plataforma de streaming Netflix, intitulado “Morte e a Vida de Marsha P. Johnson”. Além disso, é importante mencionar que em janeiro de 2024 houve a primeira Marsha Trans do Brasil, celebrando os 20 anos do Dia da Visibilidade Trans no Brasil. A “Marsha” recebeu esta grafia em homenagem à ativista Marsha P. Johnson (Brasil de Fato, 2024).

homossexual (atualmente o movimento agrega outras identidades de gênero e orientação sexual), pautando a homossexualidade como tema político (Marques, 2016). O grupo SOMOS, ao incorporar o viés político no movimento LGBTQIAPN+ e expandir a necessidade deste debate para a formulação de políticas públicas, abriu caminho para que as reflexões e práticas ativistas promovessem importantes mudanças de valores na sociedade brasileira, dando visibilidade política para os problemas tanto da vida privada quanto das relações sociais que envolvem as pessoas LGBTQIAPN+ (Estado do Maranhão, 2023a).

Além da fundação do Grupo SOMOS, outro marco para a história do movimento LGBTQIAPN+ brasileiro foi a criação do Jornal Lâmpião da Esquina em 1978 no Rio de Janeiro. Acerca deste jornal, Dutra (2019, p. 6) destaca que ele era independente e foi “designado para a população LGBTQ, com diversos temas abordados sobre a sexualidade, e de grande influência nas manifestações daquele período”. O jornal, além de abordar questões sociais, servia como um canal de denúncia contra as violências LGBTQIAPN+fóbicas. Sua periodicidade (mensal) funcionou de 1978 até 1981 e na Figura 12 podemos observar algumas de suas capas históricas¹⁵:

Figura 12 – Algumas capas históricas do Jornal Lâmpião da Esquina



Fonte: Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual (Arquivos/Reprodução).

¹⁵ Para ter acesso as edições do Jornal Lâmpião da esquina, acesse o seguinte link: <https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>.

Outro importante periódico para a gênese do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil foi o Jornal (1981) e Boletim ChanacomChana (1982-1987). De acordo com Maia e Guzzo (2019), o jornal ChanacomChana foi criado pelo Grupo Ação Lésbica Feminista (1981-1990), que tinha como ponto de venda o Ferro's Bar que era um bar frequentado por lésbicas. Todavia, os donos do local foram contra essa comercialização e frente às inúmeras expulsões, as mulheres que ali frequentavam resolveram, no dia 19 de agosto de 1983, em conjunto com outros ativistas LGBTQIAPN+, promover um ato político que resultou no fim da proibição da venda do jornal. Esse episódio ficou conhecido como o “Stonewall brasileiro” e se consagrou como Dia do Orgulho Lésbico no Estado de São Paulo.

A partir destas iniciativas, outros grupos foram sendo organizados, expandindo-se gradativamente para além do eixo Sul e Sudeste e indo para as demais macrorregiões geográficas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste). Na região Nordeste, por exemplo, a criação do Grupo Gay da Bahia (GGB) nos anos de 1980 foi primordial para fortalecer o ativismo nesta região, pois foi o primeiro grupo de luta contra a homofobia no país, sendo reconhecido internacionalmente pela sua atuação e pela publicação dos relatórios anuais sobre violência e assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+ (Marques, 2016).

Cabe pontuar que as reivindicações e tensionamentos (remotos e atuais) destes grupos organizados nas variadas escalas geográficas resultaram em algumas conquistas (Quadro 3) que refletem não apenas a resistência e o ativismo dessa população, mas também o progresso em direção a uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Quadro 3 – Principais conquistas do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil

Ano	Conquistas
1979	Aconteceu o 1º Encontro de Homossexuais Militantes que foi realizado na Associação Brasileira de Imprensa (ABI).
1983	Dia que marca o início da luta pela visibilidade lésbica. Na ocasião um grupo lésbico foi expulso do Ferro's Bar (local conhecido da comunidade LGBTQIAPN+ em São Paulo) ao compartilhar o jornal ChanaComChana, o que resultou em um protesto organizado pelo Grupo de Ação Lésbica Feminista em 19 de agosto, ficando este dia conhecido como Dia do Orgulho Lésbico.
1990	A Organização Mundial da Saúde (OMS) retira a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde.
1992	Fundação da Associação de Travestis e Liberados (Astral) no Rio de Janeiro e do Movimento Nacional de Travestis e Transexuais.
1997	Aconteceu a 1ª Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ no Brasil, realizado na

	Avenida Paulista em São Paulo.
1999	Proibição da “cura gay” pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP).
	Resolução nº 1 de 22 de março do CFP estabeleceu normas de atuação para os psicólogos/as em relação à questão da orientação sexual.
2008	O Sistema Único de Saúde (SUS) passa a oferecer cirurgia de readequação de gênero para pessoas trans, travestis e transexuais.
2010	O SUS garante o uso do nome social no sistema público de saúde.
	O decreto de 4 de junho institui 17 de maio como sendo o Dia Nacional de Combate à Homofobia.
2011	O Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece a união estável entre pessoas do mesmo gênero.
	A Portaria nº 2.836 de 1º de dezembro de 2011 do Ministério da Saúde institui no âmbito do SUS a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais também chamada de Política Nacional de Saúde Integral LGBT.
2013	O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) legaliza o casamento homoafetivo no Brasil.
2014	É permitida a aplicação da Lei Maria da Penha às situações de violências doméstica e familiar sofridas por pessoas trans, travestis e transexuais.
2016	O decreto nº 8.727 de 28 de abril de 2016 dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
2018	O STF decide que pessoas trans, travestis e transexuais têm o direito de alteração do nome e do gênero no registro civil, sem que se submetam a cirurgias ou tratamentos invasivos.
	Resolução nº 1 de 29 de janeiro do CFP estabeleceu normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.
2019	A OMS exclui a transexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde.
	O STF criminaliza a LGBTfobia equiparando-a ao crime de racismo que é imprescritível e inafiançável.
2020	Homens gays, bissexuais e mulheres trans podem doar sangue, seguindo as mesmas orientações para a população em geral.

Fonte: Adaptado de Conectas Direitos Humanos (2021); D’or Consultoria (2022).

Foram por meio das lutas constantes dos movimentos LGBTQIAPN+ que datas comemorativas e históricas puderam e continuam sendo estabelecidas (Figura 13).

Figura 13 – Calendário das datas importantes para a população LGBTQIAPN+ no Brasil

29/01 – Dia Nacional da Visibilidade Trans

Domingo posterior ao dia 14/02 – Semana da Consciência do Espectro Arromântico

20/02 – Dia de Luta e Resistência de Homens Trans e Transmasculinos

28/02 – Dia Nacional da Afirmação Gay (Brasil)

25/03 – Dia Nacional do Orgulho Gay

31/03 – Dia Internacional da Visibilidade Trans

06/04 – Dia do Orgulho Gênero-Fluido

06/04 – Dia Internacional da Asssexualidade

26/04 – Dia da Visibilidade Lésbica

15/05 – Dia do Orgulho de Ser Travesti e Transexual

17/05 – Dia Internacional Contra a LGBTIA+fobia

19/05 – Dia do Orgulho Agênero

24/05 – Dia de Consciência e Visibilidade Pansexual e Panromântico

Junho – Mês do Orgulho LGBTQIA+

28/06 – Aniversário da Revolta de Stonewall

14/07 – Dia Internacional Não Binário

25/07 – Dia da Mulher Afro-latino-americana e Afro-Caribenha

29/08 – Dia Nacional da Visibilidade Lésbica

23/09 – Dia de Celebrar a Bissexualidade

22/10 – Dia Internacional de Despatologização Trans

24/10 – Semana de Visibilidade Asssexual

26/10 – Dia da Consciência Intersexo

08/11 – Dia da Solidariedade Intersexo

20/11 – Dia da Memória/Lembrança Transgênerx

25/11 – Dia Internacional de Combate à Violência contra Mulheres

26/11 – Dia da Visibilidade Asssexual

08/12 – Dia do Orgulho Pansexual e Panromântico

Fonte: Sepulveda, Correa e Freire, 2021.

Os direitos conquistados e as datas mostram a importância da luta LGBTQIAPN+ ser durante todo o ano civil e não apenas no mês de junho. As conquistas da referida população também se assentam em ter orgulho de ser quem é. No tocante a essa questão, Jesus (2012, p. 31), nos diz que a palavra “orgulho” é usada na população LGBTQIAPN+ para dizer que “cada pessoa é uma dádiva que a aproxima de comunidades com características semelhantes às suas, e deve ser afirmada como diferença que não se altera, não deveria ser reprimida nem recriminada”.

A escolha deste substantivo é uma forma de fortalecer o sentimento de empoderamento e de aceitação das próprias características, em contraposição ao sentimento de medo e vergonha que muitas vezes aprisionam pessoas LGBTQIAPN+ em “gaiolas” ou “armários”. Por isso, é oportuno conhecer a sigla que representa esta população, bem como as especificidades de cada letra que a compõe, e esta é a proposta do próximo item.

3.2 A sigla LGBTQIAPN+: um campo em disputa

A sigla da população aqui estudada passou por mudanças importantes ao longo da história do movimento. A primeira a se tornar conhecida no Brasil foi a GLS, no ano de 1994. Esta sigla incluía unicamente gays, lésbicas e simpatizantes – pessoas que não pertenciam à comunidade, mas que apoiavam a causa e lutavam pelos direitos dessa população – (Sepulveda; Correa; Freire, 2021). Em razão de a sigla GLS excluir outras identidades de gênero e orientações sexuais, ela entrou em desuso e com isso se fez necessário pensar em uma nova sigla mais abrangente e inclusiva. Com base nesta necessidade, Bortoletto (2019, p. 10) assinala que em 2005:

No XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, que a letra “b”, de bissexuais, passou a fazer parte oficialmente da sigla, tal como foi onde ocorreu a conciliação de que a letra “t” passaria a referir igualmente aos indivíduos travestis, transexuais, e transgêneros dentro da comunidade. Posteriormente, a sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) se tornaria a denominação oficial, conforme aprovado pela I Conferência Nacional GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros).

A I Conferência Nacional GLBT mencionada por Bortoletto (2019) aconteceu no ano de 2008, e foi neste evento que a sigla GLS foi oficialmente substituída por GLBT, que posteriormente passou a ser chamada de LGBT. Sobre a mudança da ordem das letras “L” e “G” nesta nova sigla, Miller (2020) aponta que essa necessidade surgiu para valorizar as lésbicas, considerando que socialmente a visibilidade dos homens gays ainda é maior do que a das mulheres lésbicas.

É necessário destacar que, apesar de novas orientações sexuais e sexualidades começarem a aparecer, não houve, depois de 2008, outro encontro formal para definir uma sigla mais atual. Portanto, ficou em aberto a escolha e o uso de uma sigla que a população e os movimentos LGBTQIAPN+ achassem mais inclusiva. Amparados nesta questão, a escolha pela sigla LGBTQIAPN+, e não outra variação, se deu pelo posicionamento político-ideológico dos autores que acreditam que ela representa um avanço e uma amplificação na compreensão das particularidades das identidades de gênero e sexualidades humanas. Sobre esta liberdade de escolha da sigla, a LBS Advogados e a Central Única dos Trabalhadores (2022, p. 14), na cartilha sobre inclusão e direitos LGBTQIA+, trazem uma reflexão interessante ao apontar que:

Há grande debate sobre a inclusão, ou não, de diversas outras letras que surgem, referindo-se a características mais específicas de sexualidade ou de identidade de gênero. A sigla hoje mais utilizada é derivada de uma escolha política, que denota

coletivos com pautas organizadas e que possuem demandas específicas. Para não excluir ninguém, é sempre bom lembrar que uma sopa de letrinhas nunca será capaz de traduzir as inúmeras formas de existir e resistir fora da norma binária, cisgênera e heterossexual.

Portanto, delimitar qual sigla iremos mobilizar neste trabalho ajuda a compreender que esta discussão é um campo em disputa e, portanto, a variação da sigla a ser utilizada depende da visão de mundo de quem a usa. Através deste aspecto, é imperioso entender de maneira aprofundada o que representa cada letra da sigla LGBTQIAPN+, pois como destacou Bortoletto (2019, p. 12, **negrito nosso**):

Se cada uma das letras representa uma vertente da comunidade, podemos concluir que cada vez mais novas vertentes, nascidas de novas experiências de vida, se aglomeram em volta dessa identidade geral, criando novos núcleos e novas identidades. Partindo do ponto de vista de um indivíduo em específico, sua identidade geral possui traços de sua identidade LGTBQIA+, que se manifesta de forma diferente quando membro da comunidade e quando uma pessoa exclusiva. **Se por um lado ele pertence ao todo que é a comunidade, por outro ele também é um indivíduo de características únicas**, e dentro dessa comunidade, se identifica com alguma vertente específica da comunidade, assumindo papéis sociais e políticos a partir dessa homossexualidade que o representa.

Nesse contexto, a população LGBTQIAPN+ é tão diversa e, ao mesmo tempo, singular. Essas características se expressam na própria composição da sigla e, por isso, é interessante compreender cada letra que a compõe, assim como as bandeiras, que são um símbolo visual que representa a luta, o orgulho, a cultura e o reconhecimento desse grupo (Silva, 2017).

3.2.1 Bandeiras da população LGBTQIAPN+

Segundo dados do site Empoderadx (2020), existem 26 bandeiras que celebram o Orgulho LGBTQIAPN+, e muitas delas possuem inúmeras versões. No entanto, nem todas são bem recebidas ou aceitas, o que por vezes pode gerar divergências e conflitos. Com base nisso, optamos por fazer uma breve historização das bandeiras mais conhecidas, dando ênfase às bandeiras que representam cada letra da sigla LGBTQIAPN+.

No cerne dessa questão, é oportuno começarmos pela bandeira que talvez seja a mais famosa, a bandeira do arco-íris. A primeira versão foi idealizada por Gilbert Baker em 1978 na cidade de São Francisco, localizada no norte do estado da Califórnia, Estados Unidos (Aliança Nacional LGBTI, 2018). A ideia inicial de Gilbert era a de representar a diversidade humana, e por isso ele criou uma bandeira com oito faixas horizontais de mesma espessura,

cada uma com uma cor específica (rosa, vermelho, laranja, amarelo, verde, azul, índigo e lilás/violeta, consecutivamente).

A paleta de cores adotada fez com que a bandeira também ficasse conhecida como a bandeira do arco-íris (Aliança Nacional LGBTI, 2018). É importante destacar que cada cor possuía um significado e representava um aspecto da vida humana ou da natureza¹⁶, sendo:

- **Rosa:** sexualidade,
- **Vermelho:** vida,
- **Laranja:** cura/saúde,
- **Amarelo:** luz do sol,
- **Verde:** natureza,
- **Azul:** arte,
- **Índigo:** harmonia, e o
- **Lilás/violeta:** espírito.

A partir disso, podemos observar na Figura 14, a primeira versão da bandeira LGBTQIAPN+ que tinha oito:

Figura 14 – Primeira versão da Bandeira LGBTQIAPN+ idealizada por Gilbert Baker (1978)



Fonte: Empoderadxs, 2020.

Esta bandeira foi erguida pela primeira vez em 25 de junho de 1978 na Parada de San Francisco, poucos meses antes do assassinato de Harvey Milk, que era ativista da causa LGBTQIAPN+ e amigo de Gilbert Baker. Depois desta parada, muitas bandeiras foram encomendadas, todavia, em razão da alta demanda e da dificuldade na época de tingir o tom

¹⁶ Nota: Em todos dos casos, detalham-se a cor, o formato e os símbolos constantes nas bandeiras. No caso das bandeiras que possuem faixas horizontais, a descrição das cores iniciou-se pela parte superior da bandeira.

de rosa, a bandeira foi estilizada, tirando-o, e houve a substituição do índigo pela cor roxa. Com isso, a bandeira passou a ter sete cores (Helena, 2020). Posteriormente, houve outras mudanças até chegar ao modelo atual de seis cores (Figura 15):

Figura 15 – Bandeira mais comum entre a população LGBTQIAPN+



Fonte: Guanaco, 2005.

Além da bandeira acima, na 27ª Parada do Orgulho LGBTQIA+ do Rio de Janeiro em 2022, foi lançada outra versão da bandeira LGBTQIAPN+, a qual passou a incluir as bandeiras trans, intersexo e da luta antirracista (Figura 16):

Figura 16 – Outro modelo da bandeira LGBTQIAPN+



Fonte: Daniel Quasar, 2020.

Além dessas três bandeiras, outras foram sendo elaboradas com o intuito de valorizar as singularidades de cada letra que compõe a sigla LGBTQIAPN+. Sendo assim, a seguir,

estão em ordem de disposição das letras na sigla, o significado de cada letra e a bandeira que a representa.

3.2.1.1 Lésbicas

Representada na sigla pela letra L, “lésbica” é uma denominação específica para mulheres que, independentemente da identidade de gênero, sentem atração afetiva, sexual ou romântica por pessoas do mesmo gênero, o que inclui mulheres cis, mulheres trans, não-binárias e travestis (Jesus, 2012). Apesar de não existir nenhuma bandeira oficial, duas são as mais comuns (no canto superior esquerdo e no inferior direito), conforme mostra a Figura 17:

Figura 17 – Mosaico das bandeiras do orgulho lésbico



Fonte: Ofuxico, 2021.

A bandeira do canto superior esquerdo foi elaborada em 2018 e é formada por sete tons que variam do laranja até o roxo, com uma barra branca no centro. Os modelos do canto superior direito e do canto inferior esquerdo homenageiam as mulheres perseguidas durante a Alemanha Nazista (1933-1945). Esses dois últimos modelos foram feitos por Sean Campbell (um homem cis) em 1999 e possuem um fundo roxo. No centro, há um triângulo preto¹⁷ com um machado de duas lâminas, também chamado de Labrys, que representava as sociedades matriarcais ancestrais (Aliança Nacional LGBTI, 2018).

A bandeira do canto inferior direito foi criada em 2010 por Natalie Mcgray. Na época de sua criação, a bandeira era formada por sete cores: roxo, roxo-claro, lilás, branco, rosa,

¹⁷ Nos campos de concentração do regime nazista, o triângulo preto era fixado nas roupas de mulheres tidas como “antissociais” – feministas, lésbicas, prostitutas e mulheres que se negavam a gerar filhos – (Aliança Nacional LGBTI, 2018).

salmão e magenta. Essas cores representam a feminilidade, o amor, a paz, a serenidade, as mulheres trans e lésbicas, a comunidade, a independência e as “sapatões” (uma expressão usada entre as lésbicas), respectivamente. No canto superior esquerdo, havia um símbolo de beijo. Em 2018, ela passou por uma reformulação, ficando com cinco cores (Nohs Somos, 2020). Segundo Peixoto (2021), apesar de algumas lésbicas se oporem ao uso desta bandeira e não haver um consenso sobre qual usar, a versão de McGray continua sendo a mais popular entre as lésbicas.

3.2.1.2 Gays

Representada na sigla pela letra G, “Gay” é uma denominação específica para homens que, independentemente da identidade de gênero, sentem atração afetiva/sexual/romântica por pessoas do mesmo gênero, o que inclui homens trans e transmasculinos (Jesus, 2012). A bandeira gay, assim como a de outros grupos, possui algumas variações, porém as mais comuns são a versão de 2016, com sete faixas, feita pela *Tumblr Ask Pride Color Schemes* (APCS), e a de cinco faixas ajustada da versão de APCS por *Tumblr gayflagblog* em 10 de julho de 2019. Na Figura 18, encontra-se a versão da bandeira de 2016:

Figura 18 – Bandeira do orgulho Gay



Fonte: TODXS, 2023.

O modelo da bandeira gay é formado por faixas horizontais de mesma proporção com cores que variam do verde até o azul e possuem os seguintes significados: a cor turquesa escura representa a comunidade, turquesa clara a alegria, a branca os homens inconformistas de gênero, não-binários e/ou trans, azul o amor puro, o índigo a fortitude e o azul escuro a diversidade (Orientando, 2023).

3.2.1.3 Bissexuais

Representadas na sigla pela letra B, as pessoas “bissexuais” são aquelas que sentem atração afetiva, sexual e romântica por mais de um gênero (Jesus, 2012). A bandeira do orgulho bissexual foi criada por *Michael Page* em 1998, conforme mostra a Figura 19:

Figura 19 – Bandeira do orgulho Bissexual



Fonte: TODXS, 2023.

A bandeira possui três faixas horizontais, sendo a do meio de menor espessura. As cores da bandeira são rosa, roxa e azul, nessa ordem. A cor rosa retrata o desejo e atração pela mesma identidade de gênero, o azul pelo gênero oposto, e o roxo simboliza uma intersecção dessas atrações (Gatti, 2021).

3.2.1.4 Transgêneros, Transexuais e Travestis

As pessoas “transgêneros, transexuais e travestis” estão representadas na sigla pela letra T e transgridem a lógica binária. Enquanto as pessoas “cuja experiência interna e individual do gênero corresponda ao “sexo atribuído no nascimento” são identificadas como cisgêneras ou cis (Simakawa, 2015, p. 45), as pessoas trans são aquelas cujas identidades de gênero diferem do que seria socialmente esperado (leia-se socialmente imposto) por terem nascido com uma determinada genitália; ou seja, se nasceram com pênis, espera-se que sejam homens, e se com vulva, espera-se que sejam mulheres (Silva; Bezerra; Queiroz, 2015).

As travestis são aquelas que, ao nascerem, foram identificadas como pertencentes ao gênero masculino, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino e têm expressão de gênero feminina, embora não necessariamente se reivindicuem como mulheres da forma como a figura da mulher está socialmente construída (Benevides; Nogueira, 2020).

Apesar dessas tentativas de diferenciação (não consensuais) entre pessoas trans e travestis, é importante demarcar que ambas são identidades (políticas) de gênero e possuem confluências. Essas intersecções podem se expressar quando mulheres trans também se reafirmam enquanto travestis. Avançando nessas discussões, a bandeira do orgulho Trans foi criada por Mônica Helms, uma mulher trans, escritora, ativista e veterana da marinha dos EUA, no ano de 1999 (Aliança nacional LGBTI, 2018). Na Figura 20, podemos visualizar a bandeira dessa população:

Figura 20 – Bandeira do orgulho Transgêneros, Transexuais e Travestis



Fonte: Monica Helms, 2006.

A bandeira acima foi hasteada em 2000 na Parada da cidade de Phoenix, capital do estado do Arizona, nos Estados Unidos. O modelo é composto por cinco faixas horizontais de mesma espessura, com três cores: azul, rosa e, no centro, o branco. Segundo a idealizadora desta bandeira, as listras azuis representam a cor tradicionalmente associada aos bebês nascidos meninos, a rosa para bebês nascidas meninas e a faixa branca para representar pessoas que estão em transição ou que não têm gênero definido (Aliança Nacional LGBTI, 2018).

3.2.1.5 Queer e Não Binários/Binárias

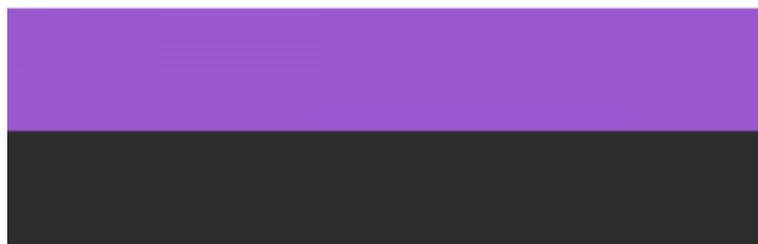
Representadas na sigla pela letra Q, as pessoas “Queer” são aquelas que não se identificam com os padrões de heteronormatividade impostos pela sociedade e transitam entre os gêneros, sem necessariamente concordar com tais rótulos. A bandeira do orgulho genderqueer ou queer foi criada por Marilyn Roxie em 2010 e é formada por três faixas horizontais de mesma espessura, conforme podemos observar na Figura 21:

Figura 21 – Bandeira do orgulho Queer

Fonte: Marilyn Roxie, 2012.

As três cores dessa bandeira são: lavanda, branco e verde, respectivamente. A cor lavanda é uma mistura das cores atribuídas tradicionalmente a meninos (azul) e meninas (rosa), e compreende aqueles que consideram se encaixar na binariedade de gênero; já o verde é o inverso da lavanda, ou seja, representa as identidades que se definem para além do binarismo; a faixa branca, que está na intersecção entre as cores lavanda e verde, representa a neutralidade de gênero (Aliança Nacional LGBTI, 2018).

A não binariedade (pessoas não binárias/binárias) é um termo guarda-chuva que engloba as identidades e expressões de gênero que fogem ao binarismo, por exemplo, agênero, gênero fluído, dentre outros. A bandeira do orgulho Não Binário (Figura 22) foi criada em 2014 pelo ativista Kye Rowan com o intuito de ser hasteada ao lado da bandeira genderqueer, haja vista as proximidades e semelhanças entre essas duas identidades de gênero (Ávila, 2021).

Figura 22 – Bandeira do orgulho Não Binário/Binária

Fonte: Orientando, 2023.

A bandeira das pessoas “não binárias/binárias” é formada por quatro faixas horizontais de mesma espessura, sendo elas: amarela, branca, roxa e preta, sequencialmente. A faixa amarela representa as pessoas não binárias; a branca é para aqueles que se identificam com vários gêneros simultaneamente; a roxa é para aqueles que transitam entre masculino e feminino e a preta representa pessoas que não se identificam com gênero algum (Ávila, 2021).

3.2.1.6 Intersexo

Representadas na sigla pela letra I, as pessoas “intersexo” são aquelas que nasceram com características sexuais (incluindo genitais, padrões cromossômicos e glândulas) que não se encaixam nas normas médicas e sociais de corpos tidos como masculinos ou femininos. O reconhecimento enquanto pessoa intersexo pode ocorrer em qualquer fase da vida (nascimento, puberdade ou vida adulta). No entanto, é importante mencionar que “as pessoas intersexo possuem uma grande diversidade entre si” (Abrai, 2023, p. 3). Em relação à bandeira que representa o orgulho intersexo, ela foi criada em 2013 pela Organização Internacional Intersexo da Austrália (Ávila, 2021). Na Figura 23, observa-se esta bandeira:

Figura 23 – Bandeira do orgulho Intersexo



Fonte: Morgan Carpenter, 2013.

A bandeira das pessoas intersexuais diferentemente das apresentadas anteriormente, não possui faixas horizontais. Ela é toda amarela e possui um círculo roxo (ininterrupto) em seu centro. O círculo retrata a integralidade e completude das pessoas intersexuais, enquanto a cor roxa simboliza a luta (Ávila, 2021).

3.2.1.7 Assexuais

Representadas na sigla pela letra A, as pessoas assexuais são aquelas que não sentem atração sexual, sentem pouca atração ou só possuem atração depois que um vínculo emocional é formado com alguém, independentemente da identidade de gênero ou orientação sexual. Neste último caso, essas pessoas podem ser identificadas como demissexuais (Mastelaro Neto, 2020).

No que diz respeito à sua bandeira, ela foi escolhida em 2010 mediante um concurso promovido pela *Asexual Visibility and Education Network (AVEN)* ou Rede de Visibilidade e Educação Assexual (em tradução livre) em um fórum online. Na ocasião, foi escolhida a bandeira criada pelo usuário chamado “*standup*”, conforme mostra a Figura 24:

Figura 24 – Bandeira do orgulho Assexual



Fonte: Sha, 2016.

A bandeira é composta por quatro faixas horizontais, cujas cores são a preta, cinza, branca e roxa, sequencialmente. A preta simboliza a ausência de atração sexual; a cinza representa a presença parcial de atração sexual (os assexuais da área cinza, grayssexuais e demissexuais); a branca faz referência aos parceiros não-assexuais e aliados; e a última cor, roxa, simboliza a própria comunidade, visto que essa cor era associada à AVEN (Mastelaro Neto, 2020).

3.2.1.8 Pansexuais

Representadas na sigla pela letra P, as pessoas “pansexuais” são aquelas que possuem atração afetiva, sexual e romântica por pessoas, independentemente do gênero delas. É importante destacar que existe uma discussão recente sobre as diferenças entre bissexualidade

e pansexualidade (Gatti, 2021). Para Brabaw (2019), embora seja comum que pessoas pansexuais também se identifiquem como bi, uma diferença entre essas duas orientações sexuais seria que, enquanto “bi” implica atração por dois gêneros, “pan” tem atração por mais de dois. Em relação à bandeira das pessoas pansexuais, ela foi criada por *justjasper no Tumblr* em 2010 e postada no blog chamado de *Pansexual Flag* (Gatti, 2021). Na Figura 25, podemos visualizar esta bandeira:

Figura 25 – Bandeira do orgulho Pansexual



Fonte: Jasper Varney, 2010.

A bandeira do orgulho Pansexual é composta por três faixas horizontais de mesma espessura, sendo uma rosa, uma amarela e outra azul, respectivamente. A primeira faixa representa a atração por mulheres, a segunda representa a atração por pessoas de ambos os gêneros ou que não possuem gênero e pessoas intersexuais, já a terceira representa a atração por homens (Gatti, 2021).

Por fim, compreender as especificidades de cada letra da sigla e a trajetória do movimento LGBTQIAPN+ no território brasileiro nos dá as linhas necessárias para iniciarmos a costura da trajetória de luta do movimento LGBTQIAPN+ no Maranhão, conforme apresentado no item subsequente.

3.3 Mermã/o, e como foi a trajetória do movimento LGBTQIAPN+ no Maranhão e em São Luís?

Mermã e **mermão** são vocativos muito utilizados no Estado do Maranhão. Estas palavras são as junções das expressões “minha irmã”, “meu irmão”, respectivamente (O Imparcial, 2017).

A história do movimento LGBTQIAPN+ no contexto maranhense foi influenciada direta e indiretamente pelos movimentos sociais internacionais e nacionais do mesmo segmento (Martins; Silva, 2023). O primeiro grupo de articulação LGBTQIAPN+ no estado foi o Grupo Tibira, fundado em 23 de novembro de 1993¹⁸ na cidade de São Luís, na sede do Partido dos Trabalhadores (PT), liderado por José Adailton Silva. Embora não estivesse oficialmente ligado ao PT, o Grupo Tibira surgiu em parte devido à influência da agenda política e das atividades de expansão do partido político pela região Nordeste (Estado do Maranhão, 2023a).

Dito isso, a escolha pelo nome Tibira faz referência ao primeiro caso de LGBTfobia documentado no Brasil, que foi o mártir indígena Tupinambá reconhecido publicamente como “Tibira” – termo utilizado por indígenas para se referir aos homossexuais – (Viegas, 2020). No que tange ao assassinato de Tibira, Mott (2021, não paginado, negrito nosso) detalha que:

[...] **ocorreu em 1614**, poucos meses após a **instalação dos franceses** no Maranhão: **liderados pelo capuchinho Frei Yves d’Evreux**, que foram informados da existência de um famoso “Tibira”, termo da língua tupi para descrever os índios homossexuais. Na época a sodomia era considerada pela Cristandade “o mais torpe, sujo e desonesto pecado”. E para evitar um temido castigo divino e aterrorizar eventuais futuros amantes do mesmo sexo, **ordenaram os capuchinhos a captura e prisão do índio gay, que foi sumariamente julgado, batizado e condenado a morte. Estouraram o Tibira amarrado na boca de um canhão**, ao pé do Forte de São Luís, caindo seu corpo esfaçalhado na baía de São Marcos, “para limpar a nova conquista do abominável e nefando pecado de sodomia”. Tal **execução, arbitrária e sem autorização do Papa nem da Inquisição, é detalhadamente descrita e justificada pelo missionário em seu livro História das coisas mais memoráveis acontecidas no Maranhão nos anos de 1613 e 1614, comparando o infeliz índio gay recém batizado com São Dimas, o bom ladrão perdoado por Jesus no Calvário.**

O ódio e a brutalidade com que ceifaram a vida de Tibira demonstram a forma hostil, condenatória e desumana com que as pessoas dissidentes ao padrão heteronormativo foram, e ainda são tratadas nesta sociedade que impõe a heterossexualidade como única, e que constantemente tenta usar vários mecanismos para expurgar aqueles que transcendem ao “padrão universal de gênero e sexualidade”.

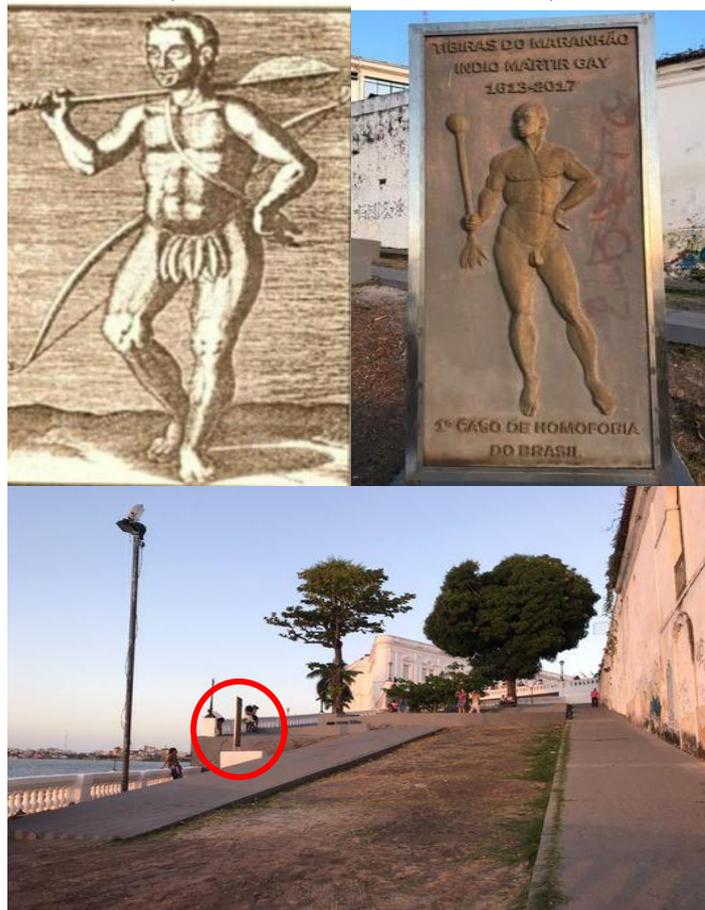
No entanto, existem vozes de resistência e são por meio delas que histórias como a de Tibira não serão esquecidas. Para lembrar dos 400 anos desta cruel execução, o Grupo Gay da Bahia (GGB), em parceria com os movimentos LGBTQIAPN+ do Maranhão, conseguiram no ano de 2014 que o Governo do Estado construísse uma placa em homenagem ao Tibira. Neste

¹⁸ [...] há informações divergentes acerca do ano de fundação do Grupo Tibira. Isso ocorre porque os integrantes que deram origem ao grupo já realizavam ações assistenciais a LGBTs desde o final da década de 1980, entretanto, as atividades dos membros fundadores ainda não eram políticas e não se caracterizava como sendo ações de movimentos sociais (Estado do Maranhão, 2023a, p. 11).

mesmo ano, foi enviado para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil um documento solicitando a abertura do processo de canonização de Tibira (Van Deursen, 2021).

Em dezembro de 2016, foi realizado um Workshop intitulado “Tibira do Maranhão – Primeiro caso de Homofobia na Era Cristã do Maranhão” durante a Semana Estadual de Direitos Humanos promovida pela Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão. No dia 05, os movimentos sociais LGBTQIAPN+ em articulação com o poder público ergueram uma placa em memória do Tibira próximo ao local de sua execução, que hoje corresponde à Praça Marcílio Dias, uma pequena praça localizada ao lado do Palácio dos Leões (edifício-sede do Governo do Estado), na subida da Avenida Beira Mar em direção à Praça Pedro II (Van Deursen, 2021). Na Figura 26 encontra-se um desenho representando a possível aparência de Tibira (parte superior esquerda); a placa de homenagem (parte superior direita)¹⁹ e uma foto panorâmica indicando, em um círculo vermelho, a localização da placa:

Figura 26 – Placa em homenagem ao indígena Tibira localizado na Praça Marcílio Dias (Centro Histórico de São Luís)



Fonte: Van Deursen (parte superior esquerda), 2021; Acervo pessoal, 2023.

¹⁹ A placa mencionada poderia fazer parte de um roteiro turístico de São Luís, visto que não apenas destaca a luta pela igualdade de gênero e sexualidade, mas também serve como um ponto de reflexão e conscientização para os visitantes sobre a necessidade contínua de combater a LGBTQIAPN+fobia.

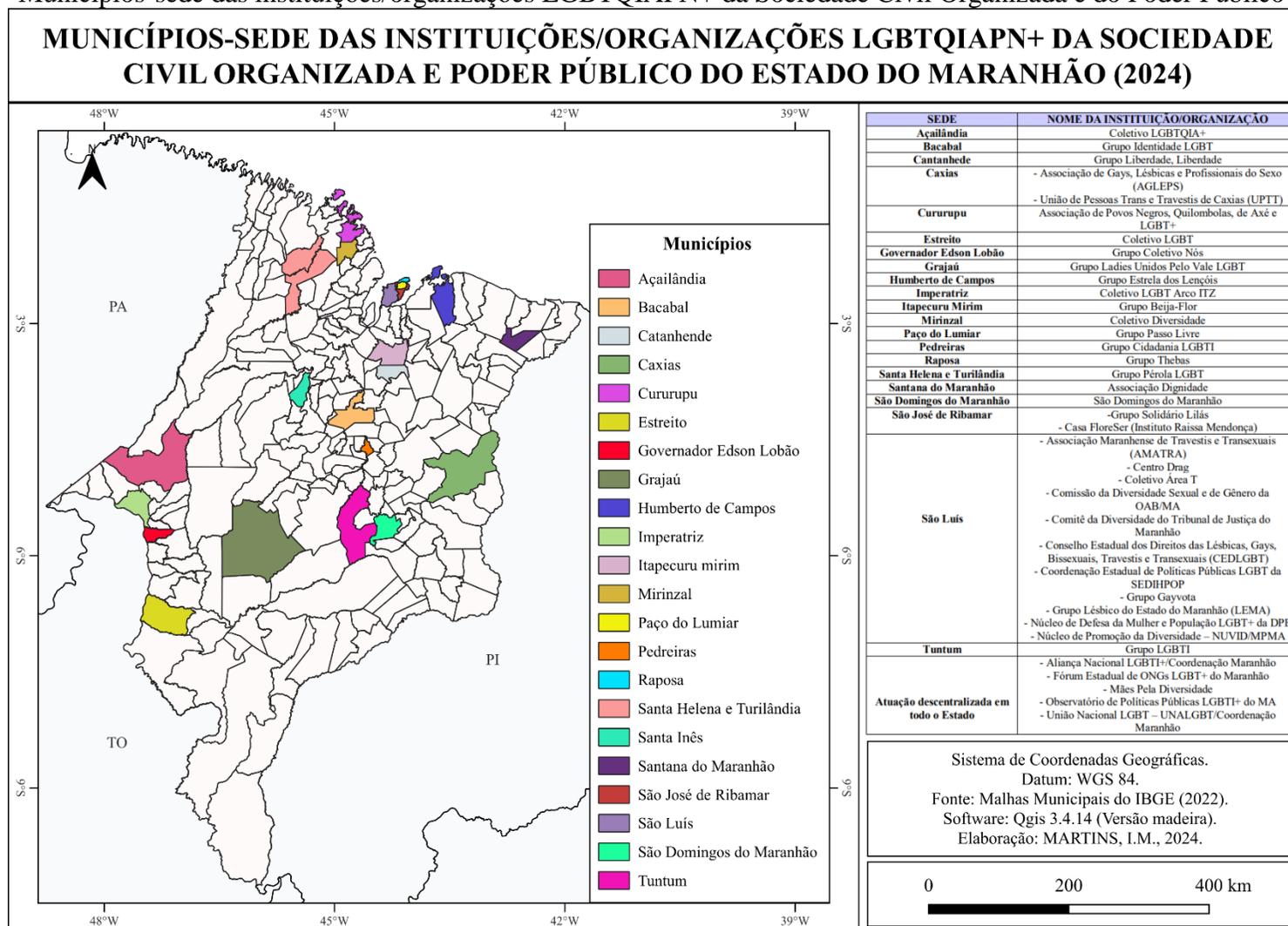
Ainda sobre o grupo, é importante pontuar que, apesar de não ter formalizado sua fundação por vias jurídicas, ele é reconhecido entre as lideranças locais como o primeiro grupo LGBTQIAPN+ do Maranhão, devido às suas ações e articulações (Estado do Maranhão, 2023a). Entre as principais atividades desenvolvidas pelo coletivo destacam-se:

- a) Participações em eventos regionais e nacionais;
- b) Campanhas de prevenção contra HIV/AIDS, inclusive participaram do Programa DST/AIDS da Secretaria Municipal de Saúde de São Luís (SEMUS);
- c) Participação na fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) em 1995;
- d) Participação na 17ª Conferência Mundial da Associação Internacional de Gays e Lésbicas (ILGA) que aconteceu em 1995 no Rio de Janeiro (Estado do Maranhão, 2023a).

Cabe destacar que no ano de 2002 (depois de nove anos de atuação), o Grupo Tibira foi desfeito e uma das possíveis causas de sua extinção foi a inexperiência com a organização de um movimento de grande envergadura (Martins, 2016). Com a dissolução do grupo Tibira, foi criada ainda em 2002 a Organização dos Direitos e Cidadania dos Homossexuais no Maranhão (OCDH). Todavia, esta nova organização pouco conseguiu avançar nas pautas LGBTQIAPN+, sendo posteriormente dissolvida.

É imperioso destacar que o pioneirismo do Grupo Tibira e da OCDH abriu caminho para a criação de outras organizações e instituições da sociedade civil organizada e do poder público, e atualmente elas contabilizam mais de 30. No mapa da Figura 27, encontra-se a distribuição espacial das instituições pelos municípios maranhenses:

Figura 27 – Municípios-sede das instituições/organizações LGBTQIAPN+ da Sociedade Civil Organizada e do Poder Público do Maranhão



Elaboração: Martins, 2024.

Em relação às mesorregiões geográficas, os municípios estão localizados e distribuídos da seguinte forma (EMBRAPA, 2013):

- **Norte Maranhense:** Cururupu, Mirinzal, Paço do Lumiar, Raposa, São Luís, São José de Ribamar, Humberto de Campos, Santa Helena/Turilândia²⁰, Itapecuru-Mirim e Cantanhede;
- **Oeste Maranhense:** Açailândia, Imperatriz, Governador Edison Lobão, Santa Inês e Pindaré-Mirim;
- **Centro Maranhense:** Grajaú, Tuntum, Pedreiras, Bacabal, São Domingos do Maranhão;
- **Leste Maranhense:** Santana do Maranhão e Caxias;
- **Sul Maranhense:** Estreito.

Podemos notar que em cada mesorregião maranhense existe, pelo menos, uma organização LGBTQIAPN+, sendo que a maior e menor concentração dessas instituições estão no norte e sul do estado, respectivamente. Uma das causas para a concentração na porção norte do estado se dá pelo fato de São Luís ser integrante desta mesorregião e, conseqüentemente, a capital maranhense irradia sua influência para os municípios geograficamente próximos.

Nesse cenário, é importante destacar que muitas atividades, encontros e reuniões acontecem em São Luís, o que requer que líderes das instituições LGBTQIAPN+ de outros municípios se desloquem até a capital. No entanto, esse processo pode ser dificultado pela extensão territorial do Maranhão e pelos custos associados, como o transporte, que muitas vezes ficam a cargo dos representantes.

Esses fatores, em diversas situações, impedem a participação de algumas instituições e, conseqüentemente, afetam a coordenação conjunta entre todos os movimentos sociais dessa causa. Portanto, essas e outras disparidades no movimento LGBTQIAPN+ maranhense precisam ser estudadas e receber investimentos para pensar em soluções viáveis que possibilitem uma melhor coordenação entre os movimentos, como a descentralização político-administrativa.

Continuando com essas considerações, é importante destacar que, como a pesquisa se concentra na cidade de São Luís, os próximos subtópicos apresentam as organizações LGBTQIAPN+ sediadas na capital maranhense que foram entrevistadas. Vale ressaltar que a

²⁰ Segundo o IBGE (2023), Turilândia (diferentemente de Santa Helena) faz parte da região oeste, no entanto, como o grupo Pérola LGBT abarca dois municípios que são geograficamente vizinhos e a maioria dos integrantes serem de Santa Helena, optou-se por deixar ambos como sendo da porção norte.

maioria dessas organizações não possui sede própria, o que reflete o processo de sua fundação. Os relatos sobre a origem dessas instituições são semelhantes, já que muitas começaram como grupos pequenos de membros que foram se expandindo ao longo do tempo.

3.3.1 Associação Maranhense de Travestis e Transexuais (AMATRA)

A Associação Maranhense de Travestis e Transexuais foi criada em 5 de maio de 2014 no Encontro Estadual de Travestis e Transexuais, por remanescentes da extinta “Associação de Travestis do Maranhão” (ATRAMA). A ATRAMA foi fundada por Sabrina Drumond – considerada a pioneira na luta por direitos das travestis no Maranhão – e Andressa Sheron. A referida instituição iniciou suas atividades em 2005; no entanto, em 2009, uma de suas precursoras, Sabrina Drumond, foi brutalmente assassinada, vítima de transfobia. Com a morte de Sabrina, a entrevistada A nos disse que a ATRAMA se desfez:

Devido aos processos mesmo de poder e de algumas pessoas lá. Então, nós se afastamos. E as pessoas que se afastaram criaram a AMATRA. Ela é criada, mas até agora ela ainda não tem a inscrição jurídica, né? Está só na física. E aí da caminha da AMATRA vieram um grupo de 4 pessoas: Eu, Andressa, a Mia e a Mirelle. Começamos esse trabalho de formiguinha e de conversar com as meninas para formar uma entidade que defendesse os nossos direitos, como o do acesso à saúde, que naquela época tinha um grande índice de meninas trans que viviam na prostituição e que eram violentadas. Então, também tinha saúde muito precária, muitas pegaram sífilis, HIV e outras doenças (Entrevista feita no dia 25 de fevereiro de 2024, às 9h02).

A entrevistada A destaca que a ATRAMA se dissolveu após a morte de Sabrina devido a conflitos internos e disputas de poder. Esses problemas levaram à criação da AMATRA, que, embora ainda não tenha registro legal, está ativamente envolvida em questões trans. A entrevistada A e outras três pessoas começaram a trabalhar na formação da AMATRA com o objetivo de defender os direitos das pessoas trans, especialmente o acesso à saúde. Isso foi crucial, pois muitas meninas trans enfrentavam violência e tinham acesso limitado aos cuidados de saúde na época, resultando em altas taxas de doenças sexualmente transmissíveis. É importante ressaltar que a morte de Sabrina ainda é lembrada e inspira suas companheiras e companheiros de luta. Foi por isso que suas parceiras decidiram fundar a AMATRA e continuar a lutar. Segundo a entrevistada A:

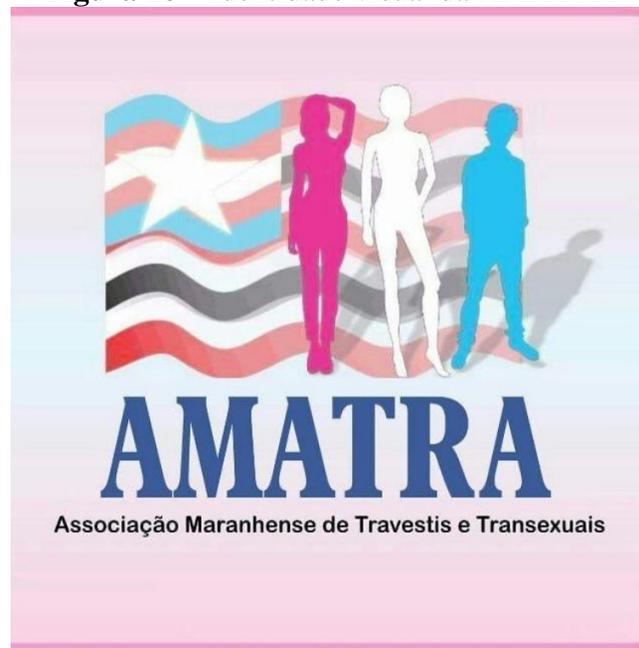
A gente só não desistiu pra não desistir a luta, porque é difícil. Então AMATRA, ela já vem de uma luta que é grande, né? Aí teve essa separação, mas ela ainda continua como instituição e a gente ainda está aqui na luta e a AMATRA também tem parceria com outros grupos, como o Gayvota (Entrevista feita no dia 25 de fevereiro de 2024, às 9h02).

Atualmente, a instituição tem continuado a busca pela construção e implementação de políticas públicas, bem como o empoderamento das pessoas trans e travestis por meio do acesso aos direitos sociais básicos, como saúde, educação, moradia, segurança, cultura, lazer e trabalho, além de outros fatores essenciais para a cidadania e dignidade dessa população (AMATRA, 2023).

No rol das principais conquistas da AMATRA, a entrevistada A destaca “que a gente teve essa questão do registro, retificação de gênero e nome; a AMATRA também conseguiu colocar o nome social no cartão do SUS”. Ressalta-se que a AMATRA possui grande apoio e influência de outros movimentos nacionais, como o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS) e da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), à qual é filiada. A parceria da AMATRA com estas instituições tem gerado avanços importantes para a população T não somente do Maranhão, mas em todo o território nacional.

As atividades promovidas pela instituição são divulgadas regularmente nas redes sociais, pelo Instagram (@amatramaranhao) e Facebook (AMATRA Maranhão). Na Figura 28, encontra-se a identidade visual da referida instituição:

Figura 28 – Identidade visual da AMATRA



Fonte: reprodução do @amatramaranhao, 2018.

A identidade visual tem um fundo rosa claro, com a bandeira do Estado do Maranhão mesclada com a bandeira da comunidade trans no centro. Na frente dessa bandeira, estão representadas três figuras humanas: à esquerda, uma figura rosa; no meio, uma figura branca;

e à direita, uma figura azul. Abaixo dessas figuras está escrito “AMATRA”, e abaixo da abreviatura está o nome completo da instituição.

3.3.2 Grupo Gayvota

O Grupo Gayvota foi fundado em 24 de julho de 2003 na cidade de São Luís por alguns dissidentes da Organização dos Direitos e Cidadania dos Homossexuais. A proposta de criação do grupo, que hoje é o mais antigo em funcionamento no Maranhão, era trabalhar a questão das políticas públicas e a execução de atividades políticas voltadas ao segmento LGBTQIAPN+ em nível local e estadual (Santos, 2022).

O Grupo Gayvota também buscou e tem buscado incentivar os demais municípios maranhenses a institucionalizarem seus próprios grupos e lideranças LGBTQIAPN+. As discussões e articulações feitas pelo Grupo Gayvota desde sua fundação têm sido de grande relevância para o movimento LGBTQIAPN+ como um todo. A partir dele, outros coletivos maranhenses ligados à pauta em questão surgiram, como a AMATRA e o Grupo LEMA.

De acordo com o entrevistado B, o coletivo se tornou uma referência de movimento social organizado LGBTQIAPN+. Em suas palavras, ele destaca que “se perguntarem para qualquer pessoa dos movimentos sociais mais antigos, movimento negro, movimento de religiões africanas, movimento feminista, o Gayvota sempre aparece como uma referência” (Entrevista feita no dia 16 de dezembro de 2023, às 15h10).

O Grupo Gayvota possui a maior rede de articulações em todo o estado e está filiado a algumas instituições, como a Coordenação Colegiada do Fórum de ONGs LGBTI+ do Maranhão, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), o Conselho Municipal de Saúde de São Luís e a Coordenação Colegiada do Fórum AIDS/HIV (Estado do Maranhão, 2023a). Entre as principais conquistas ou eventos realizados em prol da comunidade LGBTQIAPN+, o entrevistado B nos disse o seguinte:

Olha, é lógico que o Grupo Gaivota ele também segue o cenário de lutas a nível nacional. Então, ele também surgiu naquele contexto assim como no contexto nacional de combate ao HIV, AIDS, mais preocupado com essa ação de conscientização acerca da política de saúde. Ainda não se pensava, como se pensa, hoje numa política global, pensando a pessoa LGBT numa perspectiva interseccional, com vários marcadores: raça, etnia, questão geracional, então, esse é um debate contemporâneo e que o Gaivota tem acompanhado, né. Além disso, tem a manutenção da parada LGBT de forma ininterrupta, mesmo em época de pandemia a gente fez uma parada virtual para demarcar simbolicamente, né. E, assim, eu acho que a parada que sempre acontece com a semana, isso foi um ganho. Que antigamente fazia só a parada, a gente tem fomentado o debate, não só o

Grupo Gayvota, como tantos outros de fazer uma semana de discussão de debate, de encaminhamentos reais, ou seja, a parada, além dela trazer um tema da ordem do momento, a gente apresenta um produto, uma demanda, encaminhamentos reais (Entrevista feita no dia 16 de dezembro de 2023, às 15h10).

O entrevistado B ressalta a evolução e o engajamento do grupo Gayvota com questões contemporâneas e a importância da conscientização política, da interseccionalidade e do ativismo contínuo para a população LGBTQIAPN+. Além das conquistas citadas, pode-se destacar a fundação e o registro jurídico da 1ª Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ de São Luís em 2006, e a criação, neste mesmo ano, do primeiro Centro de Referência LGBT chamado Janine Rhandall, oferecendo serviços de assistência social, jurídica, psicológica e de aconselhamento. As articulações do Grupo Gayvota também ocorrem no meio digital através do seu perfil no Instagram: (@grupogayvota). Na Figura 29, é apresentada a identidade visual da instituição:

Figura 29 – Identidade visual do Grupo Gayvota



Fonte: reprodução do @grupogayvota, 2019.

A identidade visual tem um formato arredondado, com o fundo nas cores da bandeira LGBTQIAPN+. Sobre essas cores, está escrito o nome “Grupo Gayvota”, e na parte inferior direita, há um desenho branco representando a ave que nomeia o grupo.

3.3.3 Grupo Lésbico do Estado do Maranhão (LEMA)

O Grupo Lésbico do Estado do Maranhão (LEMA) foi fundado e registrado em 01 de agosto de 2006 no Cartório Cantuário de Azevedo, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas no município de São Luís (Estado do Maranhão, 2023a). De acordo com a entrevistada C, o desejo pela criação deste grupo se deu:

Pela inquietude das lésbicas, é o grupo LEMA, é o grupo de mulheres lésbicas e bissexuais do Maranhão; a inquietude de ver que nós precisamos de políticas públicas, lutar pelos nossos direitos, se reuniu um grupo de lésbicas e acabamos formando o grupo LEMA (Entrevista feita no dia 16 de dezembro de 2023, às 14h05).

Conforme a entrevistada C o grupo surgiu da inquietação e da percepção compartilhada entre as lésbicas de que era preciso agir para promover mudanças e garantir seus direitos. Sendo assim, o objetivo do Grupo LEMA é difundir atividades direcionadas ao campo da saúde, dos direitos humanos, da educação, da defesa de direitos e de orientações para as lésbicas e bissexuais femininas do Maranhão por meio de conferências, seminários, cursos, palestras, treinamentos, oficinas, elaboração e execução de projetos (Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão, 2023a). A entrevistada C acrescenta que entre as principais conquistas destacam-se:

Apropriação de casas que algumas lésbicas ganharam e na hora foram invadidas – a gente lutou e conseguiu tomar essas casas de volta; cursos profissionalizantes com inserção no mercado de trabalho e dentre outras, né; trabalhamos com saúde mental das mulheres lésbicas, porque existe o estupro corretivo. O que é o estupro corretivo? É aquela família, aquele pai, irmão ou vizinho que não aceita a orientação sexual da mulher ou da menina lésbica e acaba estuprando, achando que aquilo ali vai fazer ela gostar de homem e na maioria das vezes isso acontece dentro de casa (Entrevista feita no dia 16 de dezembro de 2023, às 14h05).

A partir dessa entrevista com a representante do grupo, foi possível perceber que o LEMA trava lutas constantes em prol dos direitos da população lésbica, assim como busca o empoderamento dessas mulheres e o enfrentamento de vários tipos de violência. Esse empoderamento, numa perspectiva feminista, implica a libertação das mulheres das amarras da opressão patriarcal e de gênero. Com isso, o empoderamento busca que as mulheres construam sua autonomia e autodeterminação (Sardenberg, 2006). Além disso, a entrevistada C revelou uma realidade marcada por desafios, mas também por resistência e busca por dignidade e igualdade para as alunas lésbicas e bissexuais.

3.3.4 Centro Drag

O Centro de Direitos Humanos, Respeito e Ativismo Gay (Centro Drag) foi fundado em 2006 por residentes do bairro Liberdade, Fé em Deus e Monte Castelo. Até o momento, oito pessoas participam diretamente desta instituição. Sobre o seu processo de criação, o entrevistado D nos disse o seguinte:

A gente fazia parte de uma outra organização que tinha sede no bairro Liberdade e lá aconteciam oficinas de prevenção de DST/HIV, Aids e até outros assuntos. Essa organização que a sede era na Liberdade se transferiu para a Madre Deus e as pessoas que participavam dessas oficinas eram moradores da Liberdade, Fé em Deus, Monte Castelo. Então, eles não gostaram da mudança de endereço e acabaram não indo para a Madre Deus para participar dessas oficinas, então me convidaram pra que... Uma das pessoas era dona do bar Molokai, esse bar nem existe mais e essa pessoa passou a realizar essas oficinas lá nesse bar Molokai. E aí me convidou para organizar essas rodas lá, nesse bar e aí a gente acabou fazendo essas oficinas. A partir daí, a gente fazia toda a semana e surgiu a ideia da gente fazer uma ONG, né? Assim, não foi exatamente em 2006, foi mais adiante que se firmou essas oficinas lá. Com um tempo as pessoas tiveram o desejo de montar outra ONG e aí depois começou todo o processo de criação de uma ONG (Entrevista feita no dia 16 de dezembro de 2023, às 15h40).

A partir do relato do entrevistado D podemos notar que a experiência de organizar as oficinas no bar Molokai, localizado próximo ao antigo SINE do bairro Monte Castelo, foi um dos motivos que despertaram o interesse em formalizar uma Organização Não Governamental para dar continuidade às atividades em prol da população LGBTQIAPN+. Em 2012, o grupo passou a adotar o nome atual e, assim como outras instituições, não possui sede própria. Em relação às principais pautas defendidas pelo grupo, o entrevistado D nos explicou que:

A primeira era a questão do conhecimento da comunicação e da orientação de todo e qualquer tema relacionado à população LGBT, né? Nas questões de discussão, debate, seminários e tal. Então, assim, esse foi o ponto-chave que iniciou e de modo geral tem todas as pautas do movimento LGBT, a luta pelos direitos humanos, a luta pelo combate a AIDS, né. A luta por questões de trabalho, emprego, renda, cultura, enfim. Toda a pauta que o movimento nacional LGBT tem, a gente tem incorporado também nas lutas do Centro Drag (Entrevista feita no dia 16 de dezembro de 2023, às 15h40).

O entrevistado D também destacou, por meio de sua fala, a atuação do Centro Drag na promoção do conhecimento. Inclusive, uma das formas do Centro Drag de manter diálogo sobre questões ligadas aos direitos humanos, leis e sexualidade é por meio das rodas de bate-papo. Sobre isso, ele enfatizou que, com a pandemia de Covid-19 em 2020, esses encontros passaram a ser realizados de forma virtual, via WhatsApp. Segundo o entrevistado, nos bate-papos virtuais utilizava-se áudio e texto, e eles duravam em média duas horas. Nos bate-papos participavam representantes de outros coletivos, inclusive, de outros estados da federação; durante o período de pandemia foram realizadas 46 rodas de bate-papos. Além das rodas de bate-papos, o entrevistado D nos relatou que:

O Centro Drag está filiado a outras organizações: está filiado ao Fórum LGBT, Direitos Humanos, Economia Solidária, Fórum Aids. Logo, todas as conquistas do movimento são coletivas e o Centro Drag está ali junto. Eu posso até citar a questão da lei que foi sancionada em 2020 que foi a doação de sangue pela população LGBT, o Centro Drag estava à frente porque a gente junto com o PSB

nessa empreitada. Mas o que acaba é que essas conquistas não são individuais, são coletivas mesmo (Entrevista feita no dia 16 de dezembro de 2023, às 15h40).

O entrevistado realçou a importância de uma abordagem ampla das pautas LGBTQIAPN+, na integração com o movimento de mesma pauta a nível nacional e na visão holística das demandas da comunidade, refletindo um engajamento multifacetado e comprometido com a defesa dos direitos e a inclusão social. É a articulação que permite que haja avanços para a população LGBTQIAPN+ de forma geral. Na Figura 30, podemos observar a identidade visual da referida organização:

Figura 30 – Identidade Visual do Centro Drag



Fonte: reprodução do Centro Drag, 2023.

A identidade visual do Centro Drag apresenta um gradiente de cor em tons de rosa. No centro da imagem, o nome “Centro” é exibido em branco. Abaixo, o nome “Drag” está em cores do arco-íris. Dentro do próprio nome “Drag”, há a silhueta de uma figura masculina segurando um leque e usando um salto alto. Logo abaixo dos dois nomes, está o nome completo do grupo: “Centro de Direitos Humanos, Respeito e Ativismo Gay”.

3.3.5 Coletivo Área T

O Coletivo Área T foi criado em meados de 2019, inicialmente como TransBazar Slz. Ao detalhar o processo de criação do coletivo, o líder do Área T, o entrevistado E nos relatou que:

A princípio, a gente começou com um projeto, que a gente tinha a intenção de vender roupas, acessórios, enfim. Várias coisas para arrecadar uma grana e

poder ajudar as pessoas a fazerem retificação de gênero e nome. Só que na época da pandemia muita coisa aconteceu e a gente acabou não conseguindo utilizar o dinheiro de forma imediata, a gente acabou usando posteriormente. A gente conseguiu ajudar algumas pessoas, poucas infelizmente. Mas a gente conseguiu fazer um evento no final de 2019 que foram três dias de evento, com mesa de debate e apresentações culturais, a galera trans e travesti autônoma, vendendo seus produtos, oferecendo seus serviços ali, então foi um ambiente bem novo que começou em 2019 e que a gente pretende dar sequência (Entrevista feita no dia 16 de dezembro de 2023, às 16h25).

Conforme o relato do entrevistado E, o Coletivo Área T começou como um projeto para vender roupas e acessórios, visando arrecadar fundos para ajudar pessoas na retificação de gênero e nome. No entanto, a pandemia de COVID-19 interrompeu os planos iniciais do coletivo, impedindo a utilização imediata do dinheiro arrecadado. Apesar das intempéries, o coletivo tem buscado formas de apoio, inclusão e valorização da população trans e travesti do estado do Maranhão, sobretudo para aquelas, aqueles e aqueles que mais necessitam. Sobre isso, o entrevistado E detalha que o coletivo:

É uma instituição voltada especialmente para a população trans e travesti, mas a gente também trabalha com a população LGBTQIAPN+ de maneira geral. Querendo ou não, as pautas discutidas no movimento, elas atingem a população trans e travesti, então existe esse trabalho em conjunto. A gente tem um foco com a população trans e travesti, mas a gente trabalha com a população LGBTQIAPN+ de forma geral (Entrevista feita no dia 16 de dezembro de 2023, às 16h25).

A fala do entrevistado E revela uma abordagem inclusiva e interconectada da instituição em relação à população LGBTQIAPN+, destacando o foco na população trans e travesti, mas também reconhecendo a importância do trabalho conjunto com segmentos da população LGBTQIAPN+ e a solidariedade para promover a igualdade e o respeito para todas, todes e todos. No que diz respeito às principais conquistas do Coletivo Área T, o entrevistado E descreveu que:

Foi esse evento de 2019 que aconteceu e a gente pretende retomar; as retificações que a gente também fez. Atualmente, o Coletivo Área T, ele acaba sendo o único responsável por fazer os encaminhamentos dos cursos do SENAC que é uma parceria entre o TJ e o SENAC, mas é a gente que faz esses encaminhamentos. Então, a gente acaba atuando em várias frentes, infelizmente pela falta de braços e disponibilidade de tempo suficiente e recurso também, a gente nunca conseguiu passar em nenhum edital para que a gente pudesse dar continuidade aos nossos projetos. Mas a gente já tinha outros projetos que tinham sido encabeçados, por exemplo, “O divulga trans”. O divulga trans, ele tem a intenção de fazer divulgação de coisas voltadas tanto para pessoas trans e travesti como de divulgar pessoas que têm serviços autônomos. Enfim, de tentar fazer a inserção no mercado de trabalho de pessoas trans e travesti. A gente já tinha a clínica trans que era de atendimento psicológico, então a gente na época, 2020 e 2021, a gente tinha alguns psicólogos que eram parceiros e que fizeram atendimento psicológico com algumas pessoas que procuraram a gente, gratuito ou com valor social. A gente teve esse projeto, só

que ele precisa ser retomado (Entrevista feita no dia 16 de dezembro de 2023, às 16h25).

Podemos inferir a partir da fala do entrevistado E que o coletivo é um projeto guarda-chuva, pois por meio dele pretende-se promover a divulgação de outras atividades. O entrevistado também destacou uma série de desafios enfrentados pelo Coletivo Área T, mas evidenciou o compromisso e dedicação do coletivo em oferecer oportunidades, capacitação e apoio para a comunidade trans e travesti no Maranhão, mesmo diante de recursos limitados e obstáculos encontrados ao longo do caminho. Avançando na discussão, o coletivo, assim como outras organizações, possui um perfil no Instagram (@coletivoareat) e uma identidade visual (Figura 31):

Figura 31 – Identidade visual do Coletivo Área T



Fonte: reprodução do @coletivoareat, 2023.

A identidade visual é retangular, com fundo branco, e exibe o nome do coletivo no centro. As letras “a”, “r”, “e” e “a” são pretas, enquanto a letra “t” é vermelha. O nome do coletivo está ligeiramente inclinado para a frente da letra “a”.

3.3.6 Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB/MA

A Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Maranhão, foi criada em 2016. A comissão possui sede na rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, nº 01, no bairro Calhau, em São Luís. De acordo com o entrevistado F, a referida comissão é consultiva e pertence ao Conselho Nacional da OAB, sendo que foi a seccional do Maranhão que “deliberou as portarias das comissões, então, não temos uma portaria específica da diversidade sexual; ela é uma comissão geral, assim como o direito do consumidor e outras comissões temáticas” (Entrevista feita no dia 09 de janeiro de 2024, às 16h13).

Em relação à composição da Comissão, o entrevistado F informou que ela não tem um número máximo de membros, porém é formada por uma diretoria composta de presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretário, além de membros consultivos (sociedade civil organizada e demais pessoas interessadas) e membros técnicos (advogados inscritos no quadro da OAB). Sobre a vigência da comissão, o entrevistado F esclareceu que:

Depende do mandato do presidente da OAB que são 3 anos. E possivelmente se mudar o presidente, as portarias caem por terra e vai ser preciso renovar o ato de constituição da comissão. A gente fez uma solicitação, porque como ela uma comissão temática, ela tem esse caráter de temporalidade. A gente fez até uma solicitação para ela virar uma comissão permanente, né. E eu acredito que ainda está em trâmite. A gente tem outras comissões definitivas, mas a comissão da OAB ela é ainda temporária (Entrevista feita no dia 09 de janeiro de 2024, às 16h13).

Sendo assim, o entrevistado F pontuou que foi feita uma solicitação que ainda está em trâmite para que a Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero seja transformada em uma comissão permanente dentro da estrutura organizacional da OAB, ou seja, representa um desejo de estabilidade e continuidade nas atividades da comissão, visando evitar a interrupção de suas ações a cada mudança de gestão na presidência da OAB. Em relação às principais pautas defendidas pela comissão, o entrevistado F nos explicou que:

Como é uma temática voltada ao cunho da classe advocatícia, geralmente é para defender advogados e advogadas LGBTs, ocupando esses espaços no judiciário. Como ela é uma comissão temática voltado ao movimento LGBT, eu acredito que é a comissão que tem mais proximidade com as causas sociais, a gente vem com o enfrentamento da violência LGBTfóbica. Essas múltiplas facetas de violência que a gente enfrenta, não é um trabalho individual, é um trabalho em conjunto. Então, a gente tem a OAB, a defensoria pública, núcleo do tribunal de justiça e outros aliados (Entrevista feita no dia 09 de janeiro de 2024, às 16h13).

A partir de sua fala, podemos inferir o compromisso da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB em defender os direitos da população LGBTQIAPN+ na advocacia, sua proximidade com as causas sociais e seu trabalho em conjunto com outras instituições e aliados para enfrentar a violência e discriminação LGBTfóbica, ou seja, a comissão desenvolve um trabalho colaborativo com outros órgãos do poder público em busca do respeito e do cumprimento dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+. Quando perguntado sobre as principais conquistas da comissão em prol da população mencionada, o entrevistado F ressaltou que:

A gente vem fazendo o enfrentamento à violência LGBTfóbica, geralmente por meio de campanhas elucidativas sobre a temática, seja em campanhas para escola, empresas que é o nosso público-alvo também, né. O enfrentamento da violência

LGBTfóbica com o intuito de transformar esses espaços mais condizentes com a diversidade. A gente tem mutirão de retificação do nome civil para pessoas trans e travesti e campanhas elucidativas de maneira geral contra a LGBTfobia mesmo. Na época da COVID, a gente fez distribuição de 300 cestas básicas para pessoas LGBT em situação de vulnerabilidade. O dinheiro para a compra foi arrecadado pela sociedade civil por meio de campanhas e é basicamente isso. A ideia principal é fazer o enfrentamento da LGBTfobia para que a gente não morra. A gente não consegue articular políticas públicas, se a gente não consegue garantir o mínimo que é a nossa existência. Então, a ideia principal é fazer esse combate para oxigenar esses espaços (Entrevista feita no dia 09 de janeiro de 2024, às 16h13).

Portanto, a principal missão da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB é combater a violência LGBTfóbica e isso reflete um compromisso fundamental com a promoção dos direitos humanos e a proteção da comunidade LGBTQIAPN+ contra formas de discriminação e agressão. É importante mencionar que o combate à LGBTQIAPN+fobia é crucial para garantir a existência e segurança das pessoas LGBTQIAPN+, e sem essa garantia mínima, não é possível articular políticas públicas ou lutar por direitos mais amplos.

Por conseguinte, a Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero auxilia tanto advogados quanto a população LGBTQIAPN+ em geral no enfrentamento ao preconceito e às violências LGBTQIAPN+fóbicas por meio de campanhas educativas, ações de assistência social e mobilização da sociedade civil.

3.3.7 Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão

O Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão foi criado em 15 de junho de 2020 no contexto da pandemia de COVID-19. Sobre o processo de criação, o entrevistado G nos relatou que:

Foi um momento que a gente se percebeu muito fragilizado. A gente estava todo mundo no isolamento e ao mesmo tempo limitado a fazer algumas atividades. Alguma dessas atividades, por exemplo, a parada do orgulho LGBT, que não podia acontecer e não teve a nível de estado, em nenhum município, então a gente queria encontrar uma forma de fortalecer. Eu já tinha um projetozinho de se criar um observatório da violência letal, aí eu convidei Carlos Wellington, convidei o Thiago Viana, convidei o Airton, convidei o Betinho, convidei a Julia Naomi do mestrado em Psicologia da UFMA. De lá, a gente começou a discutir sobre a proposta da violência letal, aí dali a gente ampliou pra políticas públicas como um todo porque a gente queria trabalhar os eixos: saúde, educação e tal, só que de lá pra cá a gente só trabalha com a violência letal, pela quantidade de demandas que a gente tem. A competência do observatório é ir construindo indicadores sobre as políticas públicas no sentido de fomentar o debate público, dar visibilidade às demandas do segmento LGBT, construir dados científicos que fortaleçam a construção de políticas públicas e o coração do Observatório é instrumentalizar a sociedade civil na construção de políticas públicas através dos indicadores (Entrevista feita no dia 04 de agosto de 2023, às 08h32).

A criação do observatório surgiu, marcado pelos desafios decorrentes do isolamento social durante a pandemia de COVID-19 e pelas limitações impostas a certas atividades, como a parada do orgulho LGBTQIAPN+. O entrevistado G compartilhou que já tinha um projeto pessoal para criar o observatório da violência letal e convidou outras pessoas para discutir essa proposta, formando assim uma equipe composta por indivíduos engajados na referida causa LGBTQIAPN+. Além disso, o entrevistado também destacou que, apesar da intenção inicial de abordar diversos eixos das políticas públicas, a equipe tem se concentrado principalmente na questão da violência letal devido à alta demanda nesse sentido.

Portanto, o objetivo principal do Observatório é construir indicadores sobre as políticas públicas relacionadas à comunidade LGBTI+ nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) para fomentar o debate público, dar visibilidade às demandas desse segmento, produzir dados científicos que embasem a formulação de políticas públicas e, sobretudo, instrumentalizar a sociedade civil na participação ativa na construção dessas políticas por meio da publicização dos indicadores fornecidos.

É importante mencionar que o Observatório, em colaboração com outras instituições LGBTQIAPN+ estaduais, é responsável pela elaboração e edição dos Boletins Anuais da Violência Letal LGBTI+ do Maranhão. Sobre a produção dos boletins, o entrevistado G destacou que eles conseguiram:

Sistematizar a nível nacional os nossos dados. Então, se você for abrir os boletins nacionais, como o da ANTRA, tu vais ver lá nos dados complementares, o nosso observatório. Se tu entrares no Observatório Nacional de Mortes e Violências Letais do Brasil, que é responsável pelo nacional também, vai encontrar. A gente também tem parceria com o do GGB (Entrevista feita no dia 04 de agosto de 2023, às 08h32).

O entrevistado G mencionou que o objetivo do Observatório é sistematizar dados a nível nacional. Isso implica em coletar, organizar e analisar informações sobre questões relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+, a fim de fornecer subsídios para a elaboração de políticas públicas mais eficazes e para o monitoramento da situação dessa população. Ele também destacou as parcerias estabelecidas com outras entidades, como o Observatório Nacional de Mortes e Violências Letais do Brasil e o GGB.

O referido entrevistado também ressaltou a importância da presença dos dados do Observatório em boletins nacionais e em outras plataformas, o que evidencia sua contribuição para o debate público sobre questões relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+. Ao disponibilizar informações atualizadas, o Observatório fornece subsídios para a formulação+

de políticas públicas e ações que visam promover a igualdade e combater a discriminação e a violência contra essa população. Atualmente, o observatório é um dos poucos que possui sede própria, localizada na rua da Cruz, número 52, no bairro do Centro Histórico de São Luís. O observatório possui um perfil no Instagram (@observatoriolgbtima) e uma identidade visual (Figura 32).

Figura 32 – Identidade visual do Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão



Fonte: reprodução do site: <http://observatoriolgbtima.com.br> (2023).

A identidade visual tem um formato retangular, com o nome do grupo em roxo escuro no centro. Na parte superior, está escrito “Observatório” em um tamanho diferente do nome abaixo, “de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão”. Ao final de “Observatório”, há uma lupa, e dentro dela está representado o formato do estado do Maranhão, nas cores do arco-íris.

3.3.8 Fórum Estadual LGBTI+ do Maranhão

O Fórum Estadual LGBTI+ do Maranhão iniciou suas atividades no ano de 2005. De acordo com o entrevistado G, a instituição foi concebida para articular, mobilizar e fortalecer as organizações da sociedade civil, além de incidir nas instâncias de decisão política para que haja implementação de políticas públicas e ações de enfrentamento à LGBTQIAPN+fobia. As ações do Fórum são regidas pelos seguintes princípios (Figura 33):

Figura 33 – Princípios que norteiam o Fórum Estadual LGBTI+ do Maranhão

Fonte: Estado do Maranhão, 2023.

No cenário atual, 20 instituições LGBTQIAPN+ participam do Fórum, provenientes dos seguintes municípios: Caxias, Bacabal, São Luís, Grajaú, Turilândia/Santa Helena, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Raposa, São Domingos do Maranhão, Governador Edson Lobão, Itapecuru, Pedreiras, Humberto de Campos e Cantanhede (Estado do Maranhão, 2023). A coordenação colegiada é composta por quatro coordenadores. Em relação às principais conquistas do Fórum, o entrevistado G citou a criação do Conselho Estadual de Direitos LGBT+ do Maranhão.

3.3.9 Conselho Estadual de Direitos LGBT+ do Maranhão

O Conselho Estadual de Direitos LGBT+ do Maranhão (CEDLGBT) foi criado em 2016 pelo então governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino de Castro e Costa. O CEDLGBT é uma organização mista, representando tanto a sociedade civil quanto o poder público, composta por 16 conselheiros titulares (sendo oito da sociedade civil e oito do poder público), além de 16 conselheiros suplentes. O respectivo conselho possui presidência compartilhada, alternando entre representantes da sociedade civil e do poder público a cada ano, totalizando dois anos de mandato (Estado do Maranhão, 2023a).

De acordo com o entrevistado G, existem algumas Secretarias de Estado dentro do conselho, sendo elas: Secretaria da Mulher, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e

Participação Popular, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, Secretaria de Estado da Juventude e Secretaria de Estado da Educação. Em relação às atribuições do conselho, o entrevistado G detalha que:

Por ser um órgão misto e representar o Estado, o conselho ele tem a função de emitir parecer quando tem alguma demanda do estado ou da própria SEDIHPOP. O conselho tem uma função de estabelecer o diálogo com a sociedade civil e diferente do fórum, por exemplo, em uma situação de uma demanda do movimento LGBT, o fórum ele vai pensar na sociedade civil, ele nunca vai pensar no poder público, então o Fórum, ele sempre vai trazer uma medida mais agressiva, vamos colocar assim... Já o conselho, ele não pode vir com essa medida mais agressiva porque é articulador e ele vem com diálogo institucional, um diálogo diplomático. Então, não tem como tu encontrares um caráter mais agressivo, porque aqui também tem metade do poder público. Então, o estado, ele vai buscar dialogar com o fórum, mas também o conselho vai ser esse canal que vai trazer a sociedade civil pra discutir. Então, emite parecer, fiscalizar, o plano estadual de políticas públicas LGBT é competência do conselho, construir planos, avaliar políticas públicas (Entrevista feita no dia 04 de agosto de 2023, às 08h42).

Segundo o entrevistado G existe diferenças significativas entre o campo de atuação do Conselho Estadual de Direitos LGBT+ do Maranhão (CEDLGBT) e o Fórum Estadual LGBTI+ do Maranhão. Ele ressaltou que o CEDLGBT, por ser um órgão misto que representa tanto o Estado quanto a sociedade civil, desempenha um papel de mediação e diálogo entre esses dois setores. Em contraste, o Fórum, se concentra principalmente na sociedade civil e por isso pode adotar medidas mais diretas em resposta às demandas do movimento LGBTQIAPN+.

Além disso, conforme descrito na entrevista, o CEDLGBT tem a função de emitir pareceres em casos de demandas do Estado ou da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), além de estabelecer um diálogo institucional com a sociedade civil. Sua abordagem é caracterizada como diplomática e articuladora, buscando o consenso e a colaboração entre os diferentes atores envolvidos. O entrevistado G também destacou algumas das competências do CEDLGBT, como a fiscalização, a elaboração e avaliação do plano estadual de políticas públicas LGBTQIAPN+, bem como a construção e avaliação de políticas públicas voltadas para a referida população. Entre as principais atribuições do conselho, destacam-se:

- I. Criação de Políticas Públicas para população LGBTQIAPN+;
- II. Fiscalizar o cumprimento da lei;
- III. Elaborar, avaliar, emitir pareceres e apresentar sugestões em relação ao desenvolvimento de programas e ações governamentais;

- IV. Garantir a participação da sociedade civil organizada na implementação de políticas públicas;
- V. Apoiar e desenvolver estudos, levantamento de dados, pesquisas sobre as condições socioeconômicas da população LGBTQIAPN+;
- VI. Propor alterações legislativas; e
- VII. Receber, examinar e efetuar denúncias que envolvam fatos discriminatórios à população LGBTQIAPN+ aos órgãos competentes.

No âmbito da elaboração de políticas públicas, o Conselho, em colaboração com outras entidades vinculadas à mesma causa, elaborou o Plano Estadual de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão (2022-2032). O documento está disponível para consulta pública na Plataforma Digital de Participação Popular do Maranhão – Participa Maranhão. O plano está estruturado da seguinte forma (Quadro 4):

Quadro 4 – Síntese do Plano de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão

Elementos do Plano	Descrição
Apresentação	O Presidente do Conselho de Estado de Direitos LGBT+ do Maranhão faz uma breve introdução sobre o que é o plano e quais as frentes de atuação da proposta.
Panorama da população LGBTI+ no Maranhão	- Aborda o caso do assassinato do Tibira e faz uma ponte com este caso e os registros de violência e assassinatos de LGBTQIAPN+ maranhense de 2017 a 2021.
Princípios norteadores	Principais: igualdade e respeito à diversidade; equidade; laicidade do Estado; universalidade das políticas públicas e justiça social.
Diretrizes	<ul style="list-style-type: none"> - Combater a discriminação por orientação sexual, identidade de gênero, raça e etnia no serviço público; - Promoção da denúncia de toda e qualquer atitude de discriminação à população LGBTI+; - Enfrentar a violência doméstica e familiar contra gays, lésbicas, mulheres bissexuais, travestis e transexuais; - Prevenção e enfrentamento da vulnerabilidade social de adolescentes e jovens em razão da sua orientação sexual e identidade de gênero; - Garantir acessibilidade do cidadão LGBTI+ a todos os ambientes, inclusive os que prestam serviços públicos e privados; - Intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação das políticas públicas: o enfrentamento a LGBTfobia requer ações integradas entres as áreas da gestão; e - Atuação sistêmica: articulação e integração das ações em todas as esferas de governo, nos três poderes, entre poder público, setor privado e sociedade civil organizada.

Eixos estratégicos	<p>1: Políticas Intersetoriais, Pacto Federativo, Participação Social e Sistema Estadual de Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Violência Contra a População LGBTI+;</p> <p>2: Educação;</p> <p>3: Saúde;</p> <p>4: Trabalho e Renda;</p> <p>5: Cultura, Turismo, Esporte e Comunicação em Direitos Humanos;</p> <p>6: Segurança Pública, Sistema Penitenciário, Sistema de Justiça na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBTI+;</p> <p>7: Igualdade Racial e Juventude.</p>
Monitoramento e avaliação	<p>Será de forma sistemática, anualmente, através da construção e sistematização de indicadores, das análises de relatórios anuais de gestão da Secretaria dos Direitos Humanos e Participação Popular e do Conselho Estadual LGBTI+ e dos sistemas já instituídos nas políticas setoriais.</p>

Fonte: Participa Maranhão, 2022.

O plano apresenta um avanço importante para operacionalizar as políticas públicas para a população LGBTQIAPN+ no Maranhão. No entanto, até o momento da escrita deste trabalho, ele não foi sancionado pelo atual governador do Estado, Carlos Orleans Brandão Júnior. Infere-se que este atraso explicita o desinteresse e/ou arena de disputa (com forte influência de políticos de direita e ultradireita) na qual se assenta o sistema político do estado.

Fatores como estes obstam o processo de formulação e implementação de políticas públicas de equiparação dos direitos à população LGBTQIAPN+ do Maranhão. Essa é uma das razões que explicam o porquê de o Maranhão ainda não ter nenhuma política pública efetiva para a população estudada. O que existe são promessas de projetos pelo poder público ou iniciativas do próprio movimento, como a elaboração do Plano Estadual de Políticas Públicas LGBTI+.

3.4 Estratégias de proteção para a população LGBTQIAPN+ no Maranhão

As estratégias de proteção, como leis, decretos, atos regulamentares, resoluções, instruções normativas e portarias em vigor no Maranhão em prol da população LGBTQIAPN+ são frutos da atuação dos coletivos, instituições e movimentos de representação deste grupo social. A reivindicação, a presença e a ocupação de corpos LGBTQIAPN+ (comprometidos com a causa) em espaços de poder, como na Administração Pública, seja nas escalas federal, estadual ou municipal, têm colaborado para a criação de algumas iniciativas, como comissões e núcleos de apoio.

Quando analisamos os órgãos pertencentes à Administração Pública Direta no Maranhão, encontramos: no Ministério Público (MP), o Núcleo de Diversidade Sexual; na Defensoria Pública do Estado (DPE), o núcleo de Defesa da Mulher e População LGBT; no Tribunal de Justiça (TJ), o Comitê de Diversidade. Todavia, na Polícia Civil (PC) e na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (ALEMA), ainda não há núcleos ou subdivisões relacionadas diretamente ao enfrentamento da violência em razão da orientação sexual ou identidade de gênero (Silva *et al.*, 2022).

Na ALEMA, por exemplo, existe uma Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias, porém na descrição de sua finalidade não faz menção direta à população LGBTQIAPN+, o que pode abrir margem discricionária para não direcionar ações voltadas para esta população (Silva *et al.*, 2022). Diante disso, mesmo com as inúmeras barreiras políticas e atitudinais, a atuação e o árduo trabalho das instituições e entidades LGBTQIAPN+ do Maranhão conseguiram, ao longo dos anos, fazer com que alguns aparatos jurídicos fossem elaborados e entrassem em vigor (Quadro 5):

Quadro 5 – Principais estratégias de proteção da população LGBTQIAPN+ no Maranhão

LEIS	
Nº 8.078, de 07 de janeiro de 2004	Cria a obrigatoriedade de Palestras Educativas e Preventivas de combate às drogas nas atividades dos Estabelecimentos de Ensino no Estado do Maranhão.
Nº 8.444, de 31 de julho de 2006	Dispõe sobre penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em virtude de orientação sexual, e dá outras providências.
Nº 415, de 02 de junho de 2006	Declara de utilidade pública o movimento GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) do município de Santa Inês, e dá outras providências.
Nº 9.427, de 2 de agosto de 2011	Institui o dia 17 de maio como o Dia Estadual de Combate à Homofobia no Estado do Maranhão.
Nº 10.333, de 02 de outubro de 2015	Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Maranhão, e dá outras providências.
Nº 10.486, de 13 de julho de 2016	Dispõe sobre sanções administrativas aplicáveis em casos de discriminação em virtude da raça, sexo, cor, origem, etnia, religião, profissão, idade, compleição física ou deficiência, doença contagiosa e não contagiosa, ou em razão de orientação sexual, no âmbito dos estabelecimentos comerciais situados no Estado.

Nº 11.021, de 14 de maio de 2019	Dispõe sobre o reconhecimento e direito do uso do nome social para pessoas transgêneros nos órgãos da Administração Pública Estadual e dá outras providências.
Nº 11.521, de 10 de agosto de 2021	Estabelece a notificação compulsória, em todo Estado do Maranhão, no caso de violência ou indícios de violência, contra a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), atendida em serviços de saúde públicos ou privados, e torna facultativo o uso de nome social nos boletins de ocorrências, quando for o caso.
Nº 886, de 18 de outubro de 2021	Dispõe sobre a instituição e inclusão da “Semana da Diversidade LGBTQIA+” no calendário de eventos do município de Paço do Lumiar, e das outras providências.
Nº 483, de 27 de maio de 2022	Institui o dia municipal de combate à LGBTFOBIA, a ser celebrado anualmente no dia 17 de maio, e dá outras providências.
* Nº 11.827, de 28 de setembro de 2022	Estabelece a obrigatoriedade de fixação de placas informativas que proíbam a discriminação em razão de orientação sexual ou identidade de gênero em ambientes públicos e privados no Maranhão.
DECRETOS	
Nº 30.660, de 06 de março de 2015	Dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, que se inclui na Secretaria-Adjunta dos Direitos Humanos a Coordenadoria de Promoção dos Direitos da População LGBT.
Nº 34.006, de 17 de abril de 2018	Dispõe sobre o Regulamento Disciplinar Prisional (REDIPRI), aplicável às Unidades Prisionais da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Em seu Art. 4º, prevê os direitos básicos e comuns dos presos provisórios, condenados e internados, incluindo-se nesse direito o respeito à população carcerária LGBT.
Nº 7.697, de 6 de junho de 2022	Institui a Rede Estadual de Promoção, Defesa e Proteção e de Articulação de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e Queer no Maranhão.
ATO REGULAMENTAR	
Nº 10/2017 – GPGJ	Regulamenta a atuação do Ministério Público na proteção do direito fundamental a não descriminalização e não submissão a tratamentos desumanos e degradantes de pessoas travestis e transexuais, especialmente quanto ao direito ao uso do nome social.
RESOLUÇÕES	

Nº 036/2006 – CEDDH	Cria o Comitê Técnico pela Livre Orientação Sexual no âmbito da Comissão de Políticas Públicas e Orçamento Público do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Maranhão (CEDDH).
Nº 09 de 23 de março de 2011 – DPGE	Estabelece o direito ao uso e tratamento pelo nome social às travestis e transexuais, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.
Nº 242/2010 – CEE	Dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros internos de documentos escolares das instituições de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Maranhão.
Nº 242, de 10 de setembro de 2015 – UFMA	Aprova o uso do nome social no âmbito da Universidade Federal do Maranhão.
Nº 47/2020 – GP/TJMA	Institui o Comitê de Diversidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.
PORTARIAS	
Nº 016, de 15 de abril de 2011	A Secretária de Estado da Mulher, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando que as travestis e as transexuais são público-alvo da atuação institucional desenvolvida pela Secretaria de Estado da Mulher (SEMU).
Nº 26/2013 – (SEMCAS e FUNC)	Toda e qualquer pessoa que for atendida em qualquer setor da FUNC e equipamentos vinculados, deverá ser identificado, chamado ou tratado por seu nome social.
Nº 50/2014 – GAB/SEDIHC	Fica criado, no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, o Comitê Estadual de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia do Maranhão - CEEH/MA.
Nº 041/ 2014 – SEJAP	Estabelece os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Maranhão.
Nº 240, 16 de setembro de 2016 – GAB/SEDIHPOP	Determina o nome social de pessoas trans seja utilizado em documentos oficiais, fichas de cadastro, formulários e quaisquer documentos expedidos, bem como nos demais atos.
Nº 002, de 19 de abril de 2018 (SEDUC/SEDIHPOP)	Institui o uso do nome social de travestis e transexuais, nos registros escolares da Educação Básica do Estado do Maranhão. Prevê ainda que, instituições públicas e privadas que compõem o Sistema Estadual de Ensino do Maranhão devem manter programas de combate à LGBTfobia, nas suas atividades educativas, com vistas ao respeito à cidadania, à dignidade da pessoa humana e à diversidade, como forma de contribuir para a eliminação da discriminação e do preconceito, e dá outras

	providências.
Nº 147/2021 – GP/ FUNAC	Dispõe sobre os parâmetros para acolhimentos de adolescentes com respeito à sua orientação sexual e identidade de gênero no âmbito das Unidades de Atendimento da FUNAC.
PROVIMENTO	
Nº 30, de 16 de julho de 2021	A Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão regulamenta o procedimento para a alteração do prenome e do gênero de pessoas transgênero diretamente nas serventias extrajudiciais de registro civil do Estado do Maranhão.
INSTRUÇÃO NORMATIVA	
Nº 05, de 19 de janeiro de 2018	Determina os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão.

Fonte: Adaptado de ABGLT (2021); Observatório de Políticas Públicas do Maranhão (2023).

Podemos verificar no Quadro 5 que existem 29 instrumentos legais direcionados à população LGBTQIAPN+ no Estado do Maranhão, sendo 11 leis, das quais quatro municipais: duas de Paço do Lumiar, uma de Cururupu e outra de Santa Inês; três decretos; um ato regulamentar; cinco resoluções; sete portarias; um provimento e uma instrução normativa.

Trazendo à tona a afirmação de Rocha, Cavalcante e Souza (2021, p. 3035), “a luta da população LGBTI pelo respeito à sua cidadania obteve resultados históricos paradigmáticos no Brasil perante o Poder Judiciário”. Este processo também tem se reproduzido no Maranhão e várias conquistas legais do movimento LGBTQIAPN+ advêm de processos de judicialização da política, que nada mais é do que a tomada de decisões em caráter final pelo Poder Judiciário de questões relevantes do ponto de vista político, social ou moral, que tradicionalmente deveriam ser tomadas pelo Poder Legislativo e/ou pelo Executivo (Hasselmann, 2021).

No rol das conquistas do Quadro 5, é importante destacar duas: a resolução de nº 242, de 10 de setembro de 2015, da UFMA, que aprovou o uso do nome social na universidade, e a Lei nº 11.827/2022, que estabeleceu de forma obrigatória a fixação de placas informativas que proibam a discriminação em razão de orientação sexual ou identidade de gênero em ambientes públicos e privados no Estado do Maranhão.

No que diz respeito à resolução da UFMA, percebe-se que a universidade demorou 49 anos desde a sua criação em 1966, para que o nome social de pessoas trans, travestis e não binárias fosse oficialmente reconhecido. Apesar da demora, este processo de reconhecimento ocorreu um ano antes do lançamento do decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, o qual dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (Brasil, 2016).

No entanto, a UFMA, assim como muitas universidades brasileiras²¹, ainda não dispõe de ações afirmativas para pessoas trans, travestis e não binárias, como cotas e políticas institucionais mais amplas, como a facilitação do acesso a bolsas e formação para a comunidade universitária, entre outras ações. Diante desta problemática, espera-se que a universidade considere essa questão e promova consultas públicas, sobretudo com a participação de alunos e servidores trans, transexuais, travestis e não binários, para adotar estratégias e ações afirmativas de entrada e permanência na graduação e na pós-graduação para este público.

No tocante a lei nº 11.827/2022, esta visa à obrigatoriedade da fixação de placas (com tamanho mínimo de 50cm de largura por 50cm de altura) com os seguintes dizeres: “É expressamente proibida a prática de discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero em estabelecimentos públicos e privados do Maranhão”²². A referida lei está em vigor; no entanto, houve movimentações na Assembleia Legislativa para que ela fosse derrubada (Figura 34). Pontua-se que, muitos dos favoráveis à revogação começaram a divulgar informações falsas de que a referida lei, na verdade, se tratava da criação de banheiros unissex. Essa informação foi desmentida por ativistas dos movimentos sociais e até mesmo pelo atual governador do estado.

²¹ As universidades que já reservam cotas para pessoas trans, travestis e não binárias são: Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal do ABC, Universidade Estadual da Bahia, Universidade Federal do Sul da Bahia, Universidade Estadual do Amapá, Universidade Estadual de Feira de Santana, Universidade Federal de Sergipe e a Universidade Federal de Rondônia. Estas duas últimas estão em fase de implantação (Queiroz; Audi, 2024).

²² Para fazer o download dos modelos elaborados pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, acesse o seguinte link: <https://sedihpop.ma.gov.br/noticias/modelos-de-placas-sobre-a-lei-estadual-n-11.827-que-estabelece-a-fixacao-de-informativo-contr-a-discriminacao>.

Figura 34 – Tentativas de revogação da Lei nº 11.827/2022

Fonte: Agência Assembleia, 2022.

O projeto de lei para derrubar a Lei nº 11.827/2022 foi de autoria da deputada Mical Damasceno (PSD). Na apresentação do projeto revogatório, a deputada disse: “Peço a compreensão de todos porque, na verdade, isso daí é voltado apenas para a minoria e eu acho que a lei é feita para todos. Então, não há por que defender leis apenas para a minoria”. Essa justificativa enviada nos alerta que as ausências, a demora e, conseqüentemente, a não decisão de elaborar instrumentos em prol da comunidade LGBTQIAPN+ pelo poder legislativo são fruto de uma “disputa ideológica, cultural e social que perpassa uma mudança em relação a valores e costumes e encontra como principal expoente a questão religiosa e conservadora presente” (Souza, 2015, p. 12).

Desta forma, permitir que a questão religiosa intervenha na decisão política do Estado fere e contraria princípios e regramentos constitucionais, como a separação entre Estado e Igreja. Além disso, usar de dogmas para impedir a existência e o exercício do direito de outros cidadãos só reforça que o preconceito e a discriminação exalados nas instituições de poder são o reflexo do preconceito presente na sociedade (Rodrigues, 2023).

CAPÍTULO 4

LUGARES DA QUALIRAGEM NA “ILHA DO AMOR”



4.1 Quais são os lugares qualiragem na “Ilha do Amor”?

Qualiragem: pode ser definido como atitude ou comportamento estereotipado de qualira/pessoas homossexuais (Dicionário Online de Português, 2023).

Os lugares da qualiragem não se limitam somente à perspectiva espacial ou física, pois estão permeados de outras dimensões, como a simbólica, territorial, cultural e política que alcançam ou já fazem parte do cotidiano de todos aqueles cujas especificidades, (re) existências, vivências e singularidades transcendem os padrões compulsórios da heteronormatividade impostos pela sociedade. Na costura destas linhas reflexivas, o termo “Ilha do Amor”²³ foi usado para problematizar um sentido de lugar, qual seja, se São Luís é de fato um lugar de amor para as pessoas LGBTQIAPN+.

Para balizarmos estas discussões, fez-se necessário dividi-la em quatro blocos principais: no primeiro bloco buscamos, através do mapa LGBTI+ da Nós Somos, elencar os lugares classificados como amigáveis em São Luís à população estudada; no segundo, apresentamos o perfil socioeconômico das pessoas entrevistadas; no terceiro, identificamos os lugares que a população LGBTQIAPN+ mais e menos frequenta em São Luís, incluindo os lugares de medo (topofobia) e também o conhecimento e/ou participação das pessoas entrevistadas em alguma ONG, movimento ou instituição LGBTQIAPN+ na capital maranhense; por último, trazemos os relatos das principais barreiras enfrentadas pelas organizações e instituições LGBTQIAPN+ da sociedade civil organizada e do poder público de São Luís, assim como as suas leituras sobre os espaços LGBTQIAPN+ na “Ilha do Amor”.

4.2 Lugares segundo o mapa LGBTI+

O mapa LGBTI+ foi desenvolvido pela Nós Somos, startup de Florianópolis, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina e com a Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV. Lançado em 2021, o mapa LGBTI+ busca, por meio da avaliação dos usuários, identificar a nível nacional, estabelecimentos amigáveis à população LGBTQIAPN+ e pessoas não brancas (Nós Somos, 2023).

Estes “lugares amigáveis” são comumente chamados de *Gay friendly* (amigo dos gays, em tradução livre). Segundo Silva (2021, p. 48), as empresas que se autointitulam *Gay friendly* ou *LGBTQIAPN+ friendly*, em tese, adotam uma “política de respeito e tolerância,

²³ De acordo com Martins (2018), a expressão Ilha do Amor foi cunhada pelo cantor maranhense Claudio Fontana, em 1973, com a canção “São Luiz, Ilha do Amor”.

por meio de um atendimento qualificado, sem ações de discriminação em relação à orientação sexual ou práticas de homofobia”. Todavia, é necessário ter um olhar crítico e atencioso em relação às empresas e locais que se dizem receptivos à população LGBTQIAPN+ e levantam a bandeira colorida, pois não é incomum encontrarmos notícias de pessoas que foram discriminadas nestes “espaços amigáveis”.

Além disso, muitas empresas, principalmente no mês de junho (mês do Orgulho LGBTQIAPN+), colorem suas marcas e fazem publicidade com as cores da bandeira do movimento, declarando seu apoio, mas em muitos casos existe apenas o interesse de ter retorno financeiro. Esta prática é conhecida como *Pink Money* (dinheiro rosa, em tradução livre), que em síntese são um conjunto de estratégias econômicas pensadas para alavancar as vendas de produtos e serviços voltados à população em tela, que abrangem desde posts em redes sociais até mesmo itens exclusivos (Souza, 2023).

Nesse contexto, é importante observarmos a atuação das empresas e dos lugares não somente no mês da diversidade, mas durante todo o ano. Verificar se de fato há o comprometimento em lembrar que existimos e que temos necessidades assim como uma pessoa cis e heterossexual, ou se o interesse destas se assenta em nos enxergar como massa de manobra e uma fonte de lucratividade a ser sempre explorada. Frente a isso, ter empresas e/ou lugares que sejam amigáveis, seguros e acolhedores para as pessoas LGBTQIAPN+ é valorizar as suas existências, pois como lembram Martins e Silva (2023, p. 16-17):

[...] apesar da comunidade LGBTQIA+ na presente década conseguir habitar, transitar e vivenciar com mais liberdade os espaços da cidade quando comparado com as gerações anteriores, ainda existem lugares que uma parcela considerável desta comunidade evita de ir ou de estar por terem medo de serem discriminados ou sofrer algum tipo de violência. Por conseguinte, a existência de locais seguros para essa população é um fator importante, pois geralmente são nesses ambientes que elas se sentirão acolhidas e pertencentes.

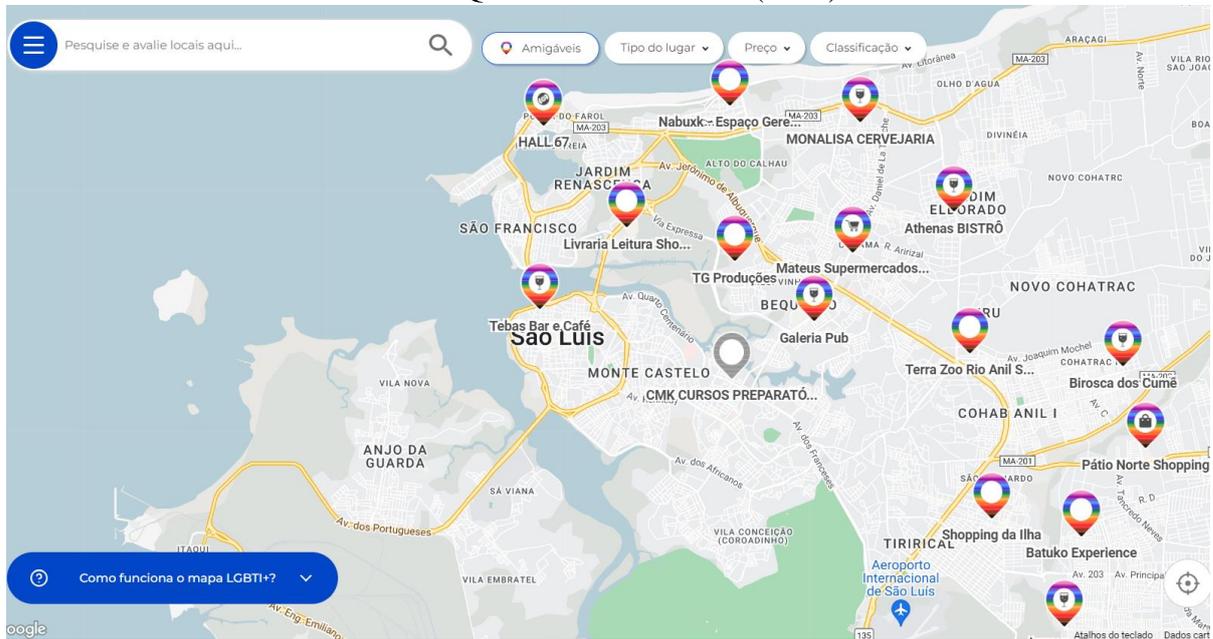
A necessidade de mapear lugares que são seguros e amigáveis à população LGBTQIAPN+ fez surgir o mapa LGBTI+. Como o mapa usa a base de dados do Google, todos os locais cadastrados no buscador podem ser encontrados ao serem pesquisados. O mapa pode ser acessado através do seguinte link: <https://mapalgbti.nohssomos.com.br/>. Após cadastro e acesso, o usuário, por meio do Google Maps, poderá avaliar em uma escala de até cinco pontos o local que acabou de frequentar, levando em consideração alguns fatores, como a receptividade e segurança (Nohs Somos, 2023).

O espaço/serviço para receber o selo amigável/colorido precisará contar com mais de quatro pontos na avaliação, o que representa um lugar com 10 ou mais avaliações positivas;

os lugares que obtiverem nota entre 3 e 3.9 pontos serão classificados como avaliação imparcial; avaliação não amigável (abaixo de 3 pontos); e sem pontuação (Nohs Somos, 2023).

No mapa, existem 12 categorias de ambientes/serviços, sendo eles: arte e cultura, bares e baladas, cafés, saúde e bem-estar, supermercados, parques, serviços, hotéis, shoppings, conveniência, restaurantes e a opção “outros” (Nohs Somos, 2023). Com base nesses elementos, ao pesquisar por São Luís, os seguintes lugares foram destacados (Figura 35):

Figura 35 – Recorte do Mapa LGBTI+ indicando “lugares amigáveis” à população LGBTQIAPN+ em São Luís (2023)



Fonte: Nohs Somos, 2023.

Até o ano de 2023, 33 locais em São Luís foram classificados pelos usuários como sendo amigáveis à população LGBTQIAPN+. Esses locais estão dispostos no Quadro 6 e hierarquizados de acordo com as notas atribuídas pelos usuários:

Quadro 6 – Estabelecimentos em São Luís com melhor qualificação no Mapa LGBTI+

Nome do estabelecimento	Nota	Quant. de avaliações	Categoria	Localização
Izaqueu Bar	5,0	10	Bar e balada	Av. Oeste Externa (São Cristovão)
Birosca dos Cumê	4,9	38	Bar e balada	Av. Contornmo Leste, nº 11 (Cohatrac III)
Entre Nós: Brechó, Guarda Roupa Compartilhado, Café,	4,9	13	Outros	R. do Giz, nº 34 (Centro)

Happy Hour, Espaço Cultural				
Livraria Leitura Shopping São Luís	4,9	15	Arte e cultura	São Luís Shopping (Jaracaty)
Nabuxk- Espaço Gerencial	4,9	17	Outros	Av. Borborema, Qd B, nº02 (Calhau)
Relva Fresh Food	4,9	12	Restaurante	Edifício Holandeses Center, Av. dos Holandeses, nº 08 (Calhau)
Sinuca Bar	4,9	35	Bar e balada	R. da Estrela, (Centro)
Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis	4,9	20	Outros	R. Rio Branco, nº 420 (Centro)
Tebas Bar e Café	4,9	14	Bar e balada	Casarão Porta e Janela, R. do Ribeirão, nº 140 (Centro)
Escola de Dança Expressar	4,9	11	Outros	Av. dos Holandeses, nº 8 (Calhau)
Black Cat Pub	4,8	23	Restaurante	R. Nazareth, 68 (Centro)
Batuko Experience	4,8	24	Outros	R. Duzentos e Um A (Cidade Operária)
Ça-Vá Gastrobar	4,8	22	Restaurante	Av. dos Sambaquis, 18 – 7 qd (Calhau)
Queer Tabacaria e Bar	4,8	31	Bar e balada	R. Portugal, nº 176, Centro
São Luís Shopping	4,8	13	Shopping	Av. Prof. Carlos Cunha, nº 1000 (Jaracaty)
Terra Zoo Rio Anil Shopping	4,8	28	Outros	Av. São Luís Rei de França, nº 08 (Turu)
Hall 67	4,7	21	Bar e balada	Av. Mário Meireles (Jardim Renascença)
Ludorama- Luderia e Geek Store	4,7	22	Restaurante	R. dos Bicudos, nº 8 (Jardim Renascença)
Mateus Supermercado	4,7	27	Supermercado	Av. Um, s/n (Cohab Anil I)
Pátio Norte Shopping	4,7	16	Shopping	Estrada de São José de Ribamar, nº 1000.
Rota 4 Food & Loung	4,7	17	Restaurante	Av. Copacabana, s/n (Parque Atlântico)
Galeria Pub	4,6	56	Bar e balada	R. Alcântara Machado, nº5 – 3º andar (Bequimão)
La Casa Di Pizza	4,6	16	Restaurante	Av. da Paz, nº 01 (Parque Shalon)
Shopping da Ilha	4,6	44	Shopping	Av. Daniel de La Touche, 987 (Cohama)
TG Produções	4,6	23	Outros	R. Jerusalém, nº 238 (Recanto Vinhais)
Athenas BISTRÔ	4,5	49	Bar e balada	Av. São Luís Rei de

				França, 115-229 (Turu)
Matheus Supermercado Cohama	4,5	26	Supermercado	Av. Daniel de La Touche, nº 73 A (Cohama)
Golden Shopping	4,4	17	Shopping	Av. dos Holandeses, nº 200 (Calhau)
Burger King	4,4	36	Restaurante	Av. Daniel de La Touche, 987 - Luc 309 D Piso L3 (Cohama)
Ludo Bar	4,3	26	Bar e balada	R. Jansen Muller, nº 12 (Centro)
Big Joe Tabacaria Bar – Lagoa da Jansen	4,3	22	Bar e balada	R. Anturius, nº 1 (Jardim Renascença)
Ferreiro Praia	4,1	10	Restaurante	Av. Ivan Loureiro, nº 4 (Ponta D'areia)
Universidade Ceuma	4,0	10	Outros	R. Anapurus, nº 1 (Renascença II)

Fonte: Mapa LGBTI+, 2023.

Em síntese, constatamos no Quadro 6 que a quantidade de avaliações é um fator que influencia a nota do estabelecimento, pois a partir da média de avaliações é atribuída uma nota ao estabelecimento. Nesse sentido, ao captarmos informações do quadro em tela, observamos que apenas um estabelecimento possui a nota máxima e este mesmo possui um número pequeno de avaliações quando se consideram os estabelecimentos com nota até 4,3 (provavelmente é um estabelecimento mais recente do que os demais). Seguindo o ranking de notas, nove estabelecimentos receberam a nota 4,9; seis obtiveram nota 4,8; cinco a nota 4,7; quatro a nota 4,6; dois foram classificados com a nota 4,5; dois tiveram nota 4,4 e outros dois ficaram com a nota 4,3; um estabelecimento teve nota 4,1 e outro nota 4,0.

No que tange aos tipos de locais, os bares e baladas são os mais visitados (31%); seguidos de restaurantes (24%); a opção “outros” (24%) abrangeu desde produtora de shows até universidades; shoppings (12%); supermercados (6%) e arte e cultura (3%). Verificou-se que até a escrita deste trabalho, a Universidade Federal do Maranhão não foi citada e uma das possíveis causas é o desconhecimento sobre a existência do mapa LGBTI+. Esse desconhecimento sobre o mapa e suas funcionalidades foi percebido nas entrevistas nas quais todas as pessoas entrevistadas alegaram que não o conheciam.

Avançando nessas questões, ao analisar em quais bairros os empreendimentos estão localizados, verificou-se que os mais apontados e bem avaliados foram, consecutivamente, o Centro Histórico, o Renascença e o Calhau (estes dois últimos bairros são tidos como bairros nobres). No que diz respeito ao Centro Histórico, percebe-se que, além de ser o mais citado,

também é o bairro que possui as melhores pontuações. Entre os motivos para a presença significativa de lugares amigáveis à população LGBTQIAPN+ no Centro Histórico, Martins e Silva (2023, p. 20) esclarecem que:

A concentração dessa população (que possuem características sociais e econômicas diversas) nessa área dar-se-á em parte por ser um ponto turístico e pela presença de alguns empreendimentos específicos, como boates, sinucas, saunas, bistrô, bares e restaurantes, além de atividades político-culturais como tambor de crioula, reggae e as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ que acontecem desde o início dos anos 2000 neste local ou na avenida Litorânea.

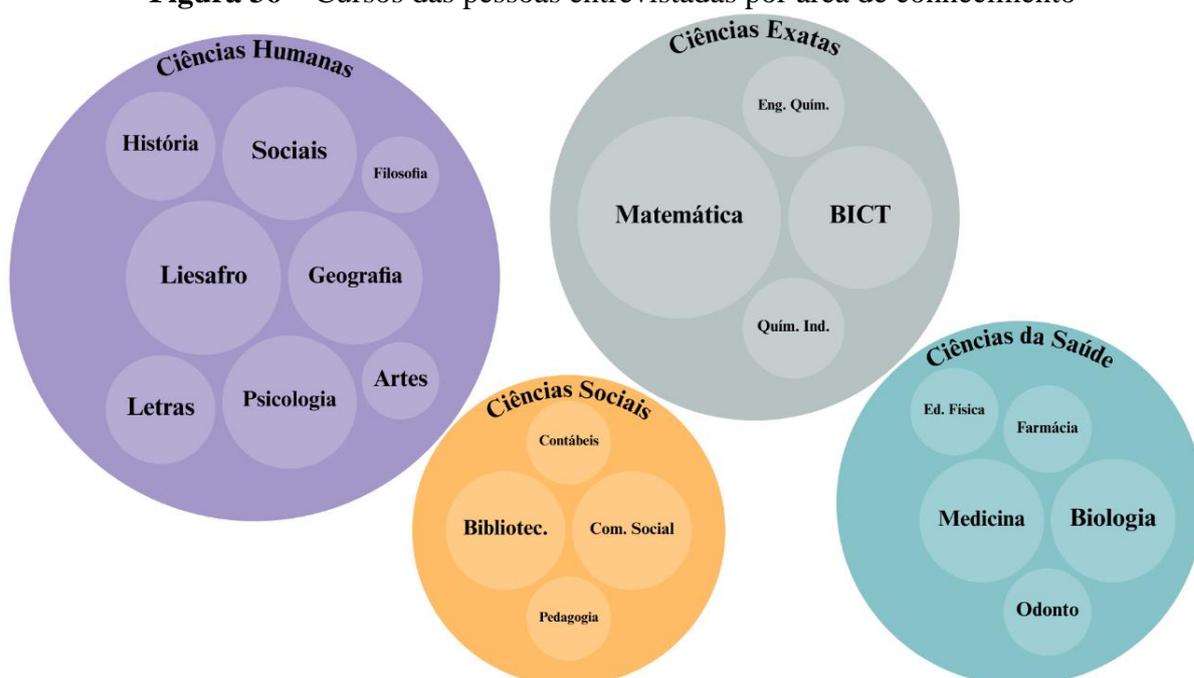
Dessa forma, observamos que a presença desses empreendimentos e atividades no Centro Histórico está atrelada a questões históricas, culturais e turísticas. Portanto, tais fatores tornam o Centro Histórico um ponto de encontro e um símbolo entre a população LGBTQIAPN+. No entanto, isso não significa dizer que todos se sintam confortáveis em frequentar este espaço. Além disso, é importante mencionar que muitas vezes esses lugares frequentados pelos grupos vulneráveis, como é o caso da população LGBTQIAPN+, tornam-se marginais por conta da exclusão e “os indivíduos acabam criando laços com esses espaços, sejam eles afetivos ou não. Podendo haver a criação de símbolos e sensações de pertencimento, tratando-os como algo mais perceptivo” (Silva, 2017, p. 30).

4.3 Lugares apontados pelas pessoas entrevistadas

As análises feitas sobre os lugares geográficos mais e menos frequentados pelas pessoas LGBTQIAPN+ entrevistadas, assim como as características e contradições destes lugares, seguem a ordem do roteiro de entrevista semiestruturado. A partir disso, para que possamos compreender as ansiedades e perspectivas da população LGBTQIAPN+ no espaço urbano de São Luís, é imperioso demarcar a priori suas características socioeconômicas e, em seguida, as características dos lugares apontados pelas pessoas entrevistadas.

4.3.1 Características socioeconômicas das pessoas entrevistadas

Nesta seção, serão apresentadas as características socioeconômicas. Com base nisso, os gráficos das Figuras 36 a 42 referem-se às sete perguntas do bloco de identificação do roteiro de entrevista. A primeira variável analisada será o curso das pessoas entrevistadas, que, conforme podemos observar na Figura 36, está distribuído da seguinte forma (o tamanho do círculo é proporcional à quantidade de respostas):

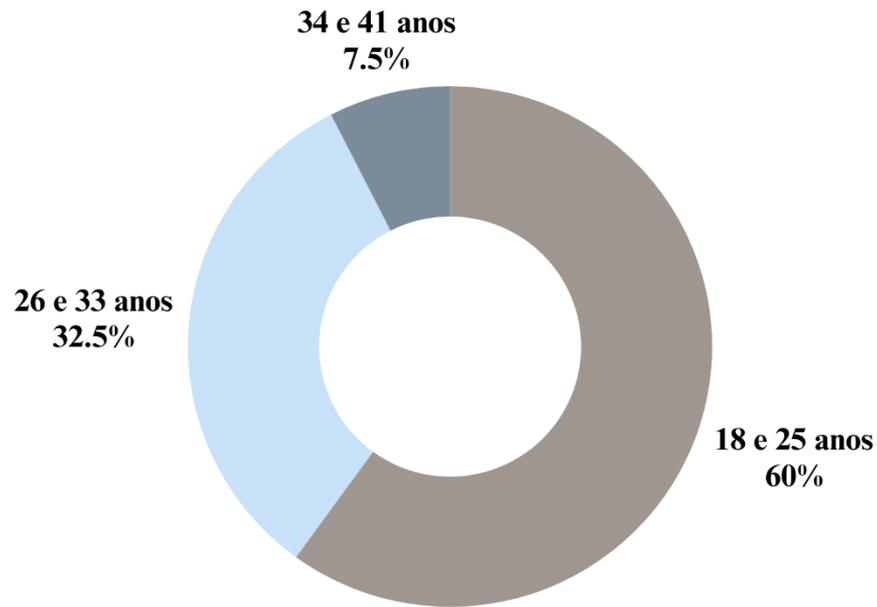
Figura 36 – Cursos das pessoas entrevistadas por área de conhecimento

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Conforme a Figura 36, a área de conhecimento que teve mais e menos cursos entrevistados foram as Ciências Humanas e Ciências Sociais, respectivamente. No âmbito das Ciências Humanas, foram entrevistadas 19 pessoas (47.5%), sendo quatro do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (LIESAFRO), três de Geografia, Psicologia e Ciências Sociais, dois de História e Letras, e uma pessoa de Filosofia e de Artes Visuais.

Na área de Ciências Exatas, oito pessoas (20%) foram entrevistadas, sendo quatro do curso de Matemática (duas da graduação e duas do mestrado), dois do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, uma pessoa de Química Industrial e outra de Engenharia Química. Nas Ciências da Saúde, foram entrevistadas sete pessoas (17.5%), sendo duas da Medicina e Ciências Biológicas, uma da Odontologia, Farmácia e Educação Física.

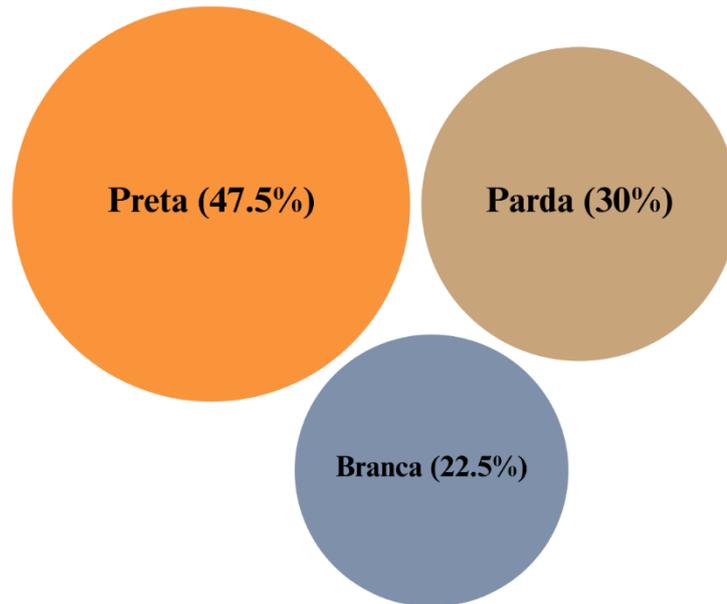
Por fim, nas Ciências Sociais, foram entrevistadas seis pessoas (15%), sendo duas da Comunicação Social e da Biblioteconomia, e uma pessoa da Pedagogia e de Ciências Contábeis. Além do interesse em saber qual era o curso das pessoas entrevistadas, também perguntamos sobre suas faixas etárias, distribuídas nas seguintes classes (com amplitude de sete anos): entre 18 e 25; entre 26 e 33; entre 34 e 41 e mais de 42 anos (Figura 37).

Figura 37 – Faixa etária das pessoas entrevistadas

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Do universo de pessoas entrevistadas, 24 delas (60%) têm idade entre 18 e 25 anos; 13 (32.5%) têm idade variando entre 26 e 33 anos; e 3 pessoas (7.5%) têm idade entre 34 e 41 anos. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2022, a média de idade dos ingressantes universitários na modalidade presencial é de 19 anos, e a idade dos concluintes é de 23 anos (Brasil, 2022). Essa informação ajuda a esclarecer o motivo da maioria das pessoas entrevistadas ser um público jovem, ou seja, que possuem entre 18 e 25 anos.

É relevante destacar que a faixa etária é um fator que influencia a percepção e a dinâmica dos lugares, pois cada geração pode ter sua própria forma de apropriação e uso de certos espaços. Essa ideia é corroborada por Ferreira e Moura (2014), os quais, apesar de abordarem a percepção do espaço vivido em contexto diferente desta pesquisa, perceberam que cada pessoa possui uma leitura diferente dos lugares e espaços, variando de acordo com a idade, etapa da vida e a influência da cultura e dos horizontes de vida de cada um. Além da idade, as pessoas entrevistadas foram questionadas sobre sua autoidentificação étnico-racial (Figura 38).

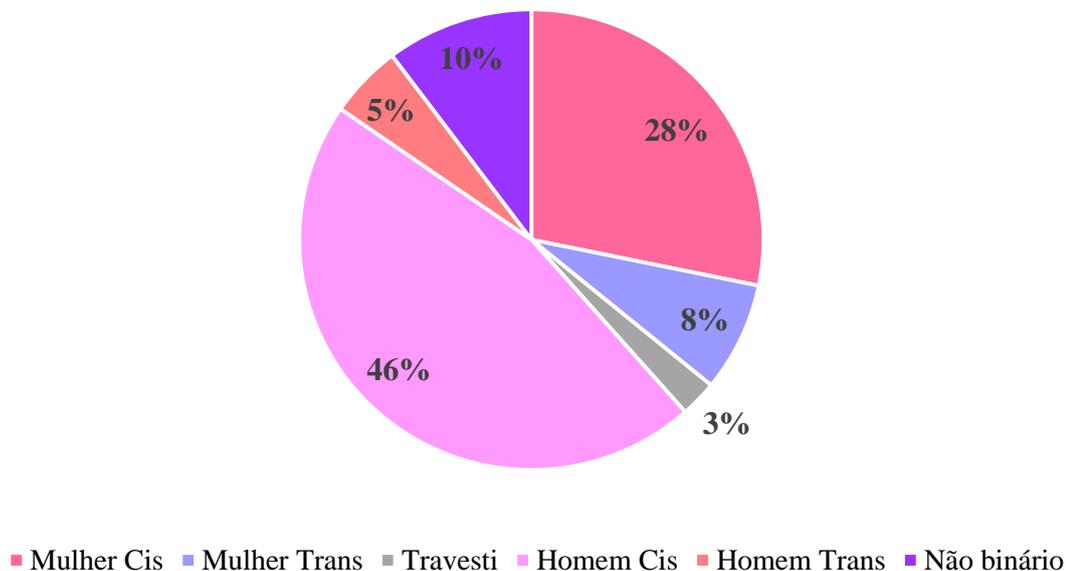
Figura 38 – Autoidentificação étnico/racial das pessoas entrevistadas

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

A classificação étnico-racial utilizada neste trabalho é a mesma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Esta entidade da administração pública federal utiliza desde 1991 cinco categorias de autoidentificação étnico-racial, sendo elas: preto, pardo, branco, indígena e amarela. Nota-se que a autoidentificação é um processo multidimensional, pois vários fatores influenciam para a autoclassificação do indivíduo, como a cor da pele, a ancestralidade, a origem e até a classe social (Gomes; Marli, 2018).

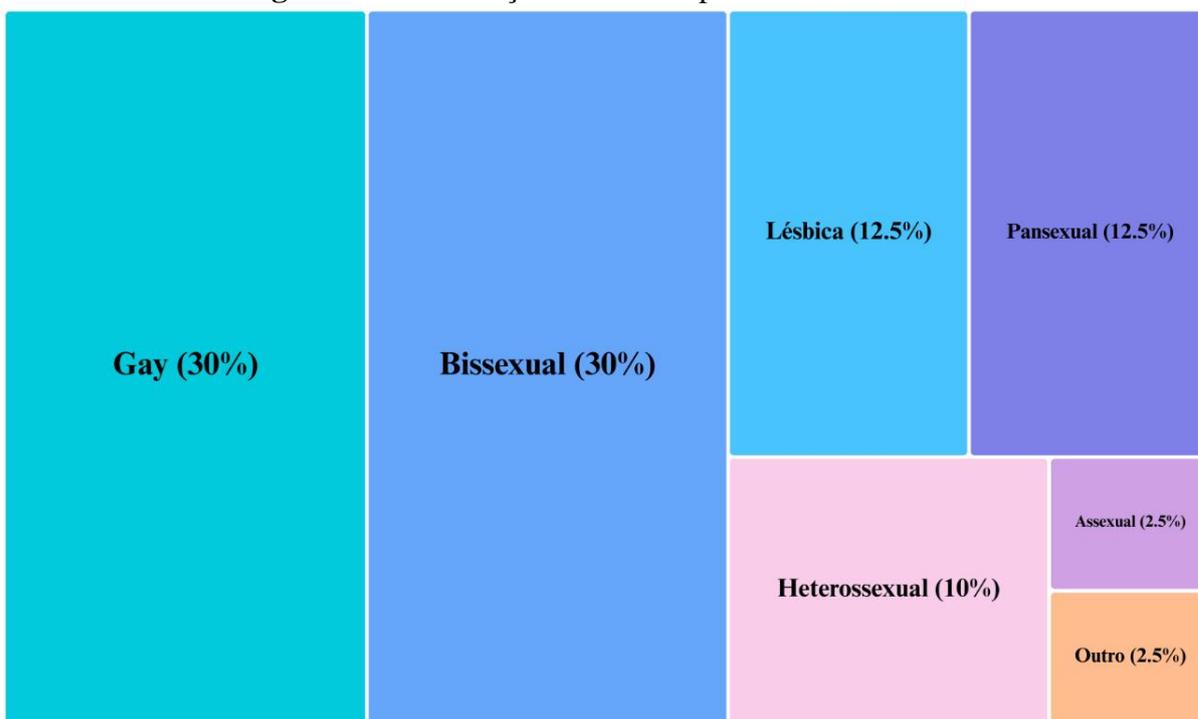
Quando se analisa a autoidentificação no Brasil, dados do Censo de 2022 revelam que 45,3% dos brasileiros se autodeclararam como pardos, 43,5% como brancos, 10,2% como pretos, 0,6% como indígenas e 0,4% como amarelos. Considerando apenas a região Nordeste, 59,6% se autodeclararam pardos, 26,7% são brancos, 13% são pretos, 0,6% são indígenas e 0,1% são amarelos (IBGE, 2023). Ao transpor esta discussão para os segmentos analisados na pesquisa, identificamos que 19 deles, equivalente a 47,5%, se autodeclararam pretos, 12 (30%) disseram que são pardos e o restante, nove se consideram brancos (22,5%).

Durante o diálogo com as pessoas entrevistadas, foi evidenciado que a identificação étnico-racial é um fator que pesa na escolha dos lugares. Além desta variável, as pessoas entrevistadas foram questionadas sobre sua identidade de gênero (Figura 39).

Figura 39 – Identidade de Gênero das pessoas entrevistadas

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Do total de pessoas entrevistadas, 18 (46,2%) disseram ser homens cisgênero, 11 (28,2%) são mulheres cisgênero, quatro se identificaram como não binárias (10,3%), dois são homens trans (5,1%), três são mulheres trans (7,7%) e uma pessoa se identificou como travesti (2,5%). Reitera-se que identidade de gênero e orientação sexual são duas categorias que não se confundem. Um exemplo disso foi a pessoa que se identificou com a identidade de gênero travesti e orientação bissexual. Em relação ao aspecto da orientação sexual dos entrevistados, é possível visualizar na Figura 40:

Figura 40 – Orientação sexual das pessoas entrevistadas

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

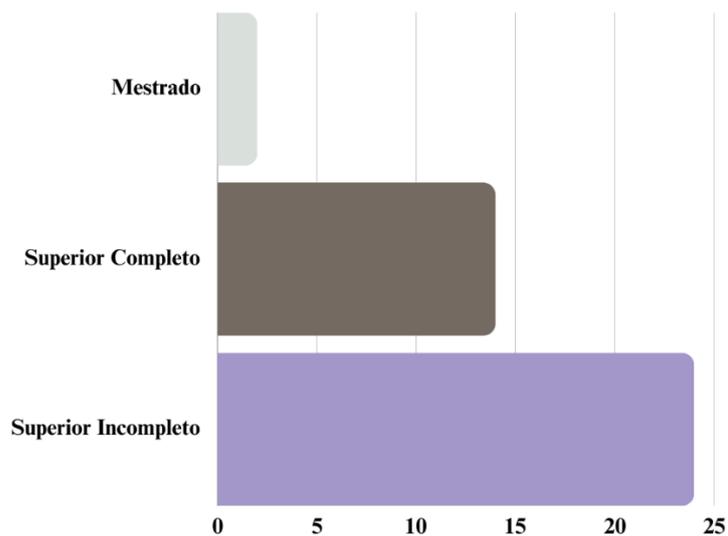
A orientação sexual é “um conjunto de práticas, sentimentos e afetividades que direcionam a atração sexual e/ou emocional para determinados gêneros com quem a pessoa se relaciona” (Acontece; ANTRA; ABGLT, 2023, p. 35). Sob esse prisma, do universo de pessoas entrevistadas, 12 se autodeclararam gays (30%), 12 são bissexuais (30%), cinco são lésbicas (12,5%), cinco são pansexuais (12,5%), quatro (10%) são heterossexuais, uma pessoa se identificou como assexual (2,5%) e outra (2,5%) escolheu a opção outro, ou seja, não possui orientação sexual definida.

No tocante à orientação sexual das pessoas entrevistadas, cabe pontuar que aquelas que se autodeclararam heterossexuais são pessoas transgêneras, cuja identidade de gênero assumida é diferente daquela estabelecida no seu nascimento, todavia, preferem se relacionar com o gênero oposto e reafirmam sua orientação sexual com referência à heterossexualidade (Boffi; Santos, 2023). Nesse sentido, uma mulher trans que só se relaciona com pessoas do gênero oposto, neste caso, com homens (cis ou trans), será uma mulher trans heterossexual. Portanto, a partir desta informação, reforçamos a existência de pessoas heterossexuais que fazem parte da população LGBTQIAPN+.

Além dessas variáveis, a penúltima pergunta versava sobre o maior grau de escolaridade das pessoas entrevistadas, estando presente no roteiro de entrevistas os seguintes

níveis: Ensino Superior Incompleto, Ensino Superior Completo, Especialização, Mestrado e Doutorado. As respostas obtidas encontram-se na Figura 41.

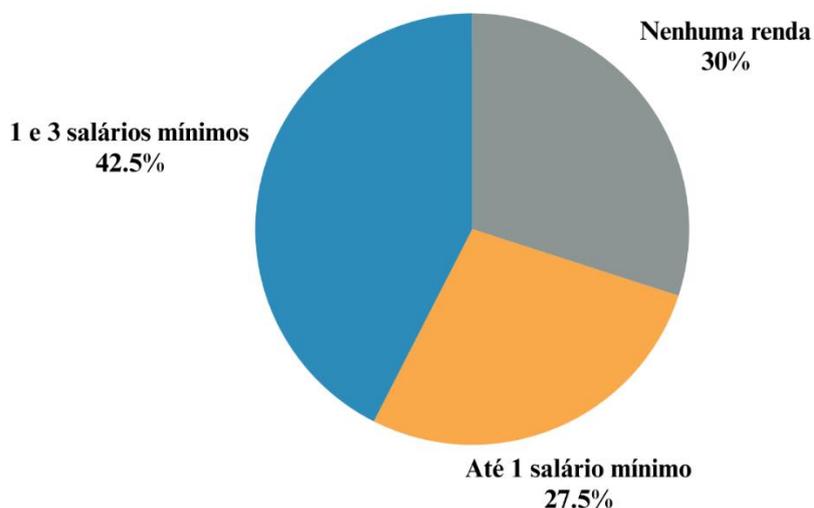
Figura 41 – Maior grau de escolaridade dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Do total de entrevistados, 24 pessoas (60%) possuem Ensino Superior Incompleto, 14 (35%) possuem Ensino Superior Completo e dois (5%) possuem mestrado concluído, inclusive, esses sujeitos estão fazendo doutorado. A razão de a maioria ter ensino superior incompleto é explicada pela idade das pessoas entrevistadas, visto que possuem entre 18 e 25 anos. Por fim, a última variável analisada foi a renda mensal dos entrevistados, tomando como base o salário-mínimo vigente em 2023, que é de 1.320,00 reais (Figura 42).

Figura 42 – Renda mensal dos entrevistados com base no salário-mínimo vigente



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Conforme podemos observar na Figura 42, 17 pessoas entrevistadas (42,5%) disseram receber entre um e três salários-mínimos; 12 não possuem nenhuma renda (30%) e o restante, equivalente a 11 pessoas, possuem até um salário-mínimo (27,5%). Assim como as variáveis anteriores (idade e maior grau de escolaridade), a explicação para o baixo poder aquisitivo deste público se dá pelo fato de a maioria ainda estar cursando a faculdade e, geralmente, a busca por emprego é mais comum após o término do curso. Ao destacarmos o elemento renda, antecipamos a discussão de que o poder aquisitivo dessa população, assim como as outras características elencadas anteriormente, influencia os lugares que as pessoas entrevistadas mais frequentam, bem como a sua percepção sobre eles.

Em síntese, as características socioeconômicas das pessoas entrevistadas revelam uma distribuição significativa nas áreas de conhecimento, com a maioria das entrevistas ocorrendo nas áreas das Ciências Humanas (47,5%). Predominantemente, a faixa etária dos entrevistados varia entre 18 e 25 anos (60%), alinhando-se com a média de idade dos ingressantes universitários. Quanto à identificação étnico-racial, a maioria se autodeclarou como preta (47,5%).

No tocante à identidade de gênero, houve predominância de participação de homens (46,2%) e mulheres cis (28,2%), respectivamente. Em relação à orientação sexual, uma parcela significativa identificou-se como gay ou bissexual (ambos com 30%). Em termos de escolaridade, a maioria possui Ensino Superior Incompleto (60%), o que está em consonância com a faixa etária das pessoas entrevistadas. Quanto à renda, a maioria recebe entre um e três salários-mínimos (42,5%), o que reflete a fase educacional em que se encontram.

De forma geral, as características socioeconômicas influenciam não apenas os lugares frequentados pelas pessoas entrevistadas, mas também suas percepções sobre esses locais. Com posse das características socioeconômicas, almejamos no próximo item aprofundar essa inter-relação entre as características sociais das pessoas entrevistadas com os lugares que elas mais frequentam e que também têm medo de frequentar no espaço urbano de São Luís.

4.3.2 Os lugares mais e menos frequentados na capital maranhense

Há diversos fatores que ajudam a definir quais lugares farão parte ou não do nosso cotidiano. Entre estes, estão os marcadores sociais da diferença, os quais, na visão de França (2013, p. 150), “produzem não só posições de sujeito diversas, mas também sentidos diversos de lugar”. Sendo assim, cada indivíduo, de acordo com os seus atravessamentos sociais,

experenciara o lugar de forma particular. Com isso, um mesmo “espaço físico” poderรก ter diferentes sensações e significados, e conseqüentemente, multiplos sentidos de lugar.

No seio desta reflexao, é oportuno esclarecer que, quando direcionamos esta discussao para o espaço urbano de uma cidade capitalista e periferica, devemos nos atentar para o fato de que este espaço é produzido de forma diferenciada e desigual, pois o direito à cidade não se apresenta da mesma forma para todos os indivíduos (Martins; Silva, 2023).

Portanto, as respostas das pessoas entrevistadas sobre os lugares mais e menos frequentados no espaço urbano de São Luís são reflexos de sua posição social, dos marcadores sociais que as atravessam e das relações de poder que estão imbricadas em suas existências. Desta maneira, as diferentes corporeidades não se apropriam da cidade do mesmo modo. Frente a esse cenário, para que o direito à cidade seja exercido de forma mais igualitária,  democrático que intervenções (em maior ou menor grau) sejam operacionalizadas para que as dissidências possam usar e se reconhecer no lugar livremente (Passos, 2019).

Com base nestes esclarecimentos, a primeira pergunta foi sobre o bairro em que as pessoas entrevistadas residem. Essa pergunta é importante, pois expressa a dinâmica e os deslocamentos que as pessoas precisam fazer para chegar até os lugares que elas mais citaram, os quais não necessariamente são próximos às suas residências. No Quadro 7, podemos verificar os bairros em que residem as pessoas entrevistadas e a distância destes, tomando como referência a Universidade Federal do Maranhão.

Quadro 7 – Bairros em que as pessoas entrevistadas residem

Nome do bairro	Quant. de pessoas	Distância aprox. da UFMA (de carro)
Vila Bacanga	9	400 m
Centro	4	4,1 km
S Viana	3	200 m
Maiobo	2	21,7 km
Alemanha	1	7,1 km
Alto da Esperança		7,0 km
Alto do Angelim		13,0 km
Angelim		13,1 km
Anil		10,5 km
Anjo da Guarda		4,9 km
Aurora		11,8 km
Bequimão		9,5 km
Bom Jesus		7,4 km
Cohab-Anil I		15,0 km
Cohafuma		11,4 km

Cohama		11,0 km
Jaracaty		6,9 km
Jardim Eldorado		16,5 km
Laranjal (Paço do Lumiar)		21,8 km
Maiobinha		18,1 km
Maranhão Novo		9,0 km
Sacavém		8,1 km
Vila Cafeteira (São José de Ribamar)		18,9 km
Vila Luizão		18,3 km
Vila Palmeira		9,0 km
Vinhais		12,6 km

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

No Quadro 7, podemos observar que foram citados 26 bairros, sendo que quatro não pertencem ao município de São Luís (Maiobinha, Laranjal, Maiobão e Vila Cafeteira). Considerando a distância entre os bairros e a UFMA, notamos que o mais próximo é o Sá Viana, enquanto o mais distante é o bairro Laranjal, localizado em Paço do Lumiar. Com base nisso, ao serem questionados sobre os lugares que mais frequentavam em São Luís, obtiveram-se os seguintes resultados (Quadro 8):

Quadro 8 – Locais mais frequentados pelas pessoas entrevistadas em São Luís

Locais citados	Nº de vezes	Localização
Reviver	30	-
Centro Histórico	23	-
Tabacaria e Bar queer	13	R. Portugal, nº 176 (Centro)
UFMA	11	Vila Bacanga
Praia Litorânea		Calhau
Bambu bar	7	R. Nestor Ferreira nº 58 (Sá Viana)
Praça Nauro Machado		Tv. Marcellino Almeida, nº1 (Centro)
Shopping da Ilha	5	Av. Daniel de La Touche, nº 987 (Cohama)
Bar do porto		R. Portugal, nº 31 (Centro)
Boate Observatório		R. da Estrela, nº 370 (Centro)
São Luís Shopping	4	Av. Prof. Carlos Cunha, nº 1000 (Jaracaty)
Bar da Keila		R. Nestor Ferreira nº 26 (Sá Viana)
Big Joe & Tabacaria		Av. dos Holandeses (Calhau)
Athenas Bistrô	3	Av. São Luís Rei de França (Turu)
Mercado das tulhas		R. da Feira Praia Grande (Centro)
Beirada Bar		Av. Daniel de La Touche (Cohajap)
Black Cat Pub		R. Nazareth, nº 68 (Centro)
Barraca do Henrique		Praia do Calhau

Galeria Pub	2	R. Alcântara Machado, nº 5, 3º andar (Bequimão)
Golden Shopping		Av. dos Holandeses, 200 (Calhau II)
Ludo Bar		R. Jansen Muller, nº 12 (Centro)
Parque do Rangedor		Av. Dep. Luís Eduardo Magalhães, s/n (Alto do Calhau)
Bairro Ponta da Areia		-
Centro Cultural Vale Maranhão		R. Direita, 149 (Centro)
Restaurante cozinha ancestral		Av. Beira-Mar, nº384 (Centro)
Sinuca bar		R. da Estrela, nº386 (Centro)
Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis		R. Rio Branco, nº420 (Centro)
Ada Music Bar		1
Ambulatório Sabrina Drumond (garante atendimento a pacientes travestis e transexuais)	R. Nove, S/N – (Cohatrac II)	
Azu.	Champs Mall - Av. Ivan Loureiro, nº04 (Ponta D'areia)	
Bairro Turu	-	
Biroska dos Cumê	Av. Contorno Leste, nº 11 (Cohatrac III)	
Bar do capim	R. Alberto Sáles, nº 9 (Sá Viana)	
Bar Sol Nascente	Av. Litorânea	
Beco da Catarina Mina	R. Djalma Dutra, nº 102 (Centro)	
Bonsai Sushi Tech office	Av. dos Holandeses, s/n, térreo (Ponta D'areia)	
Buriteco Café	R. Portugal, nº 188 (Centro)	
Cachaçaria Corinthians	R. Portugal, nº 302 (Centro)	
Cafeteira Rei do Mate	Av. Daniel de La Touche, nº 987 - Loja 202A (Cohama)	
Cafofinho da Tia Dica	Tv. Marcelino de Almeida, nº 173 (Centro)	
Ça-Vá Gastrobar	Av. dos Sambaquis, nº 18 - 7 qd (Calhau)	
Cazumbá Lounge	R. dos Mandacarus, nº 7 (Jardim Renascença)	
Centro Comercial Deodoro	Centro	
Conchas pub & Bar	Av. Litorânea, nº 17 B (Quintas do Calhau)	
Espaço Feijão de Corda	R. Portugal, nº 31(Centro)	
Feirinha São Luís	R. do Giz (Centro)	
Habeas Copos (Casa de reggae)	Escadaria Rua da Palma (Centro)	
Hall 67	Lagoa da Jansen	
Ambulatório de Sexualidade do Hospital Universitário Presidente Dutra	R. Barão de Itapari, nº 227 (Centro)	
La Via Toscana Gelateria	R. Quatorze, Quadra 14 - nº 36 (Alto do Calhau)	

Lekti Sebo Livraria	R. do Sol, nº 141 (Centro)
Ludorama Store	R. dos Bicudos, nº 8 (Jardim Renascença)
Parada LGBT	-
Praça 7 palmeiras	R. da Vitoria (Vila Embratel)
Praça da Faustina	Centro
Praça do Reggae	Centro
Praça Marcílio Dias	Av. Sen. Vitorino Freire, nº 406 (Centro)
Praça Maria Aragão	Centro
Praia Araçagy	Araçagy
Praia da Guia	Vila Nova
Rei de França Buffet	Av. São Luís Rei de França, nº 60 (Turu)
Resenha Slz	R. dos Trapiches, nº 59 (Centro)
Restaurante quintal da vovó	R. Duque Bacelar, nº1, quadra 30 (Jardim Eldorado)
Rota 4 Food & Lounge	Av. Copacabana, s/n (Parque Atlântico)
Sauna GO63	R. da Saavedra, nº63 (Centro)
Sede do Partido Pcdob	R. do Giz, nº255 (Centro)
Selfit Academia	Jardim Renascença
Senzala Bar	Tv. Marcellino Almeida, nº180 (Centro)
Shopping Rio Anil	Av. São Luís Rei de França, nº 8 (Turu)
Supermercado Mateus da Cohama	Av. Daniel de La Touche, nº 987 (Cohama)
Tebas Bar e Café	R. do Ribeirão, nº140 (Centro)
Torre do Sol Boteco	Av. Perimetral Norte, nº16 (Bequimão)
Praia Vila Food	Av. Litorânea, nº9 (Parque Atlântico)
Villa Boracay	Av. Litorânea, nº377 (Calhau)

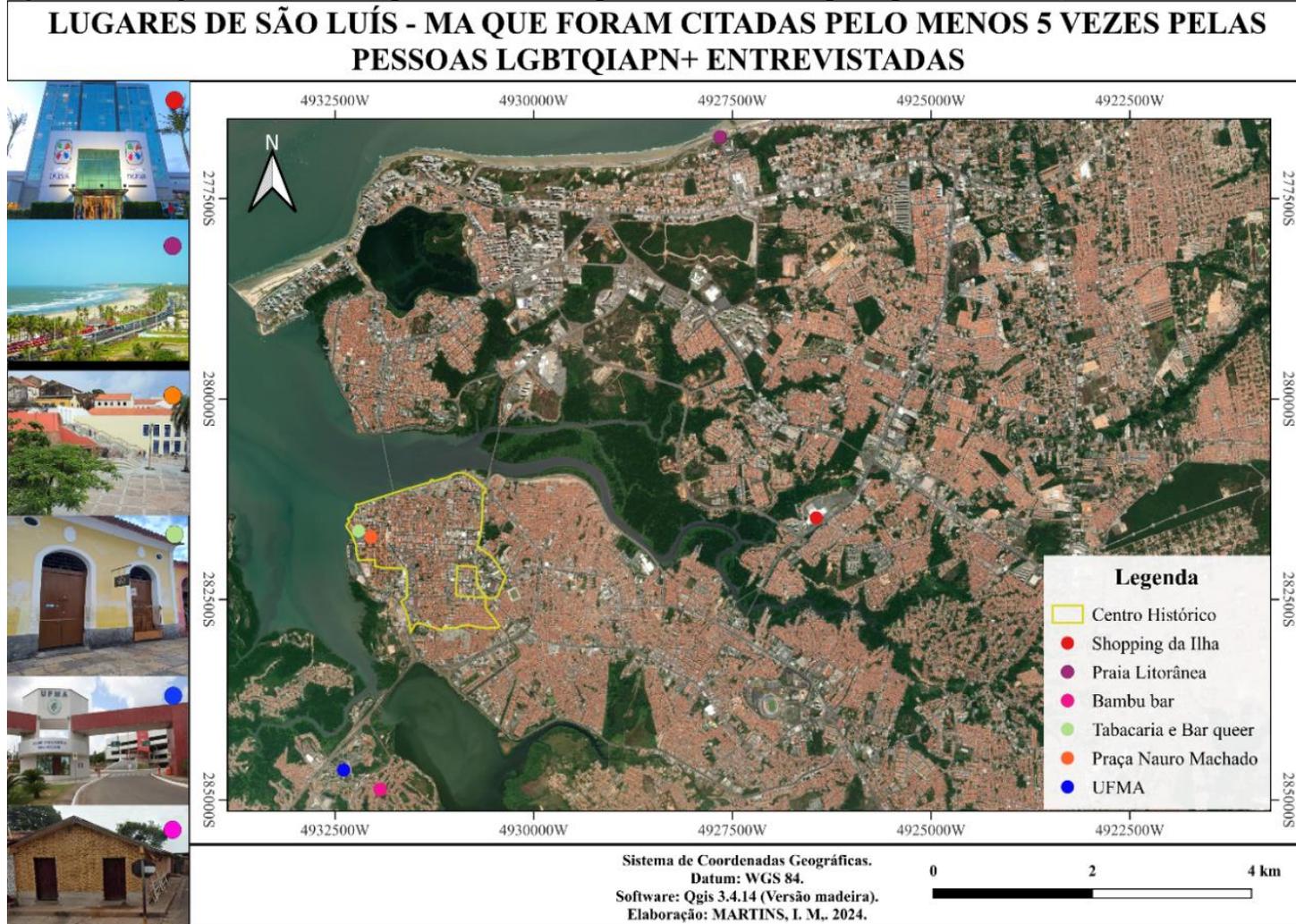
Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Ao verificar o Quadro 8, percebemos que foram citados 74 lugares (não havia limite no número de lugares que as pessoas entrevistadas poderiam indicar). Entre esses lugares, os mais citados foram o Reviver (30 vezes)²⁴, o Centro Histórico (23), a Tabacaria e o Bar Queer (13), a UFMA (11), o Bambu Bar e a Praia Litorânea (7), a Praça Nauro Machado e o Shopping da Ilha (5), a Boate Observatório, o Bar do Porto e o São Luís Shopping (4), o Big

²⁴ Apesar de comumente chamarem o bairro da Praia Grande no Centro Histórico de “Reviver”, é importante destacar que esse nome, na verdade, corresponde à segunda etapa do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís que foi denominado de Projeto Reviver (1988). O projeto tinha como objetivo retomar as atividades paralisadas da primeira etapa, mantendo-se os objetivos e as diretrizes gerais traçadas no Projeto Praia Grande. Dessa forma, o Projeto Reviver deu continuidade ao Projeto Praia Grande (Cabral; Cabral, 2019).

Joe & Tabacaria, o Bar da Keila, o Athenas Bistrô e o Mercado das Tulhas (3), o Golden Shopping, o Ludo Bar, o Parque do Rangedor, o Bairro Ponta da Areia, o Centro Cultural Vale Maranhão, o Restaurante Cozinha Ancestral, o Sinuca Bar e o Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis (2). Os demais lugares foram citados apenas uma vez. Na Figura 43, temos a localização dos lugares citados pelo menos 5 vezes.

Figura 43 – Lugares de São Luís que foram citados pelo menos 5 vezes pelas pessoas LGBTQIAPN+ entrevistadas



Elaboração: autores, 2023.

Fazendo a leitura da Figura 43, a partir do título do mapa, temos que o primeiro lugar (círculo vermelho) é o Shopping da Ilha. Este empreendimento encontra-se aproximadamente a 11,0 km (pela Via Expressa) de distância do Centro Histórico. Em seguida, temos a Praia Litorânea (círculo roxo), que fica a 8,4 km de distância do Centro.

Depois encontramos a Praça Nauro Machado (círculo laranja), que, segundo pesquisas feitas por Oliveira (2019), possui uma área de 2.200 m² e foi construída no Programa de Restauração do Centro Histórico. Inicialmente, foi nomeada Praça da Praia Grande; depois, passou a se chamar Praça João do Vale e posteriormente assumiu o nome atual. Oliveira (2019, p. 97) nos diz que a praça “é frequentada por jovens universitários que vão à praça devido à acessibilidade e à popularidade. É frequentada por minorias como os LGBTQ+ que veem na praça um espaço onde podem ter sua liberdade”. A referida praça é um “point” conhecido por muitos LGBTQIAPN+, sendo um importante espaço de socialização da população estudada.

Em seguida, aparece a Tabacaria e Bar Queer (círculo verde claro). O estabelecimento funciona de quarta a sábado a partir das 16 horas e domingo a partir das 15 horas. Em seu perfil do Instagram (@queer_tabacariaebar), seu lema é “Colorindo o Reviver”. Posteriormente, temos a Universidade Federal do Maranhão (círculo azul) e, por último, o Bambu Bar (@bambubaroficial), que é frequentado desde 1990 pelo público universitário, sobretudo da UFMA, devido à proximidade geográfica.

Além desses lugares citados, um em especial chamou atenção, no qual uma pessoa entrevistada mencionou a Parada do Orgulho. A Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ de São Luís é a maior do estado e é realizada desde 2004. Este evento acontece geralmente no mês de junho, aos domingos, em dois pontos da cidade, sendo um ano no Centro Histórico (sobretudo na Praça Maria Aragão) e, no ano seguinte, na Avenida Litorânea. A Parada é coordenada pelo Grupo Gayvota, em articulação com as outras organizações LGBTQIAPN+, e conta com o apoio de órgãos públicos e entidades privadas. De acordo com o Estado do Maranhão (2023a, p. 5, negrito nosso):

Estima-se que durante as edições de 2004 – 2019, a Parada tenha atraído cerca de 1.307.000 pessoas aos eventos, sendo o ano de 2007 com o maior pico de participação de sua história. Neste ano, o evento mobilizou cerca de 300 mil pessoas, também foram registradas 35 caravanas de outros municípios, demonstrando assim a sua influência social, de turismo e desenvolvimento da economia local.

Devido à pandemia de COVID-19, a parada do orgulho ficou suspensa presencialmente em 2020 e 2021, retornando às ruas em 2022 e marcando a 17ª Semana do Orgulho LGBTQIAPN+ de São Luís, com o seguinte tema: “Sou LGBTI+ e luto pela democracia: nosso voto, nosso orgulho” (O Imparcial, 2022). Diferentemente dos anos anteriores, nos quais a Parada geralmente acontecia no mês de julho, em 2023 ela foi realizada no dia 03 de dezembro na Avenida Litorânea e teve como tema: “Contra a política conservadora, lutamos por uma São Luís libertadora” (Figura 44).

Figura 44 – Início da concentração da Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ de São Luís na Avenida Litorânea em 2023



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Em relação às Paradas, Almeida (2019, p. 69) traz uma reflexão importante ao ponderar que elas existem não “para celebrarmos a vida – talvez, a sobrevida –, mas para expressarmos uma situação de existência em precariedade, com glitter’. Portanto, as Paradas do Orgulho são atos políticos que visam chamar a atenção do Estado e cobrar soluções perante os desafios enfrentados pela população em questão.

Sendo assim, as paradas não possuem um espaço físico como os outros lugares apontados pelos entrevistados. Sua existência anual conforma o espaço político para tratar das demandas e pautas da população LGBTQIAPN+ ao mesmo tempo que representa outros lugares do Maranhão, os quais, por sua vez, se conectam a outros lugares do Brasil.

Além desta manifestação política, ao compararmos os lugares elencados no Quadro 6 com os lugares indicados pelas pessoas entrevistadas no Quadro 8, observamos a repetição de alguns lugares, principalmente os do Centro Histórico. Como dito anteriormente, o Centro Histórico é um lugar atrativo para a população LGBTQIAPN+, sendo demarcado empiricamente como um lugar desta população. Essa empiria coaduna com a concepção de Tuan (1975, p. 152) de que o lugar:

É conhecido não só através dos olhos e da mente, mas também através de modos de experiência mais passivos e diretos que resistem à objetivação. Conhecer um lugar totalmente significa compreendê-lo de uma forma abstrata e, ao mesmo tempo, conhecê-lo como uma pessoa conhece a outra. Num nível teórico elevado, os lugares são pontos em um sistema espacial. No extremo oposto, são fortes sentimentos viscerais.

Portanto, através da experiência de visitar esses espaços, ao longo do tempo, eles se constituíram como lugares para as pessoas entrevistadas. Por conseguinte, questionamos sobre os motivos de os entrevistados frequentarem os lugares anteriormente apontados. Ao analisar as respostas, notamos que elas se assemelhavam em muitos aspectos, apesar de se tratar de espaços diferentes. Em linhas gerais, os motivos para frequentar os lugares elencados no Quadro 8 são diversos e subjetivos, indo desde socializar com amigos, beber, estudar (no caso da UFMA) até mesmo fazer compras no supermercado.

Devido à proximidade das respostas, optamos por direcionar as discussões para o Centro Histórico/Reviver, haja vista que foi o lugar mais citado. Desta forma, as pessoas disseram que os principais motivos que as levam a frequentar o Centro Histórico são:

-  **Entrevistado 4 (homem preto, cis, orientação sexual não definida):** *é porque eu encontro meus colegas para conversar, é um point de encontro.*
-  **Entrevistado 16 (homem pardo, cis, gay):** *Eu acho assim, que o Centro Histórico é o espaço mais confortável que pessoas LGBT têm aqui em São Luís, pelo menos pra mim, é um lugar que eu me sinto confortável pra tá, por exemplo, se for preciso, assim, tá com uma pessoa no sentido mais de encontro, essas coisas e com a pessoa assim, eu me sinto mais confortável lá.*
-  **Entrevistada 23 (mulher preta, cis, lésbica):** *Pra mim, o Reviver é porque a gente tem a possibilidade de ao mesmo tempo tá com outras pessoas e também tu tem como escolher um lugar mais tranquilo. Então, eu acho que é mais por conta da interação mesmo.*
-  **Entrevistada 26 (mulher parda, trans, hétero):** *Acho que o primeiro motivo foi a questão de identificação, porque eu via muitas pessoas parecidas comigo, entendeu? Eu via muitas pessoas que são da comunidade, também, inclusive fiz muitas amizades e eu acho lá um lugar muito livre de liberdade, sabe? Acho que é o que acaba me prendendo tanto lá.*
-  **Entrevistado 27 (homem preto, cis, bissexual):** *Eu acho que o Centro Histórico é um lugar agradável para todo mundo frequentar, independente de orientação ou de qualquer outra coisa, é um local bem agradável, é um lugar que a gente se sente ludovicense.*

As respostas acima demonstram uma variedade de experiências e significados atribuídos ao Centro Histórico/Reviver. As pessoas entrevistadas enxergam o Centro

Histórico/Reviver como um lugar onde encontram conforto, identificação e interação social com outras pessoas que possuem identidades e orientações sexuais dissidentes ao padrão heteronormativo. Sobre essa questão, o entrevistado 4 descreveu o Centro Histórico como um ponto de encontro onde pode interagir com colegas. Para o entrevistado 16, o Centro Histórico representa um espaço de conforto e segurança para a população LGBTQIAPN+, onde se sente à vontade para estar com outras pessoas e compartilhar momentos de encontro e conexão. A entrevistada 23 enfatizou a possibilidade de interação social e a escolha de ambientes tranquilos, destacando a importância da convivência e da comunicação.

Já a entrevistada 26 pontuou o aspecto de identificação, encontrando semelhanças com outras pessoas, além de valorizar a liberdade e a sensação de pertencimento que encontra nesses lugares, enquanto o entrevistado 27 ressaltou o aspecto inclusivo e agradável do Centro Histórico. Com base nas entrevistas, podemos deduzir que o Centro Histórico é uma válvula de escape para corpos LGBTQIAPN+ e elas o veem simbolicamente e imagetivamente como um espaço de segurança, conforto, identificação, pertencimento, expressão da identidade e de gênero, bem como um lugar de encontros (ideia de cotidianidade), de performances e expressão de liberdade (sentido de romper com os estereótipos e preconceitos).

Estes sentidos de lugar se aproximam do termo topofilia, cunhado por Tuan (1980). Esse neologismo, partindo-se de um sentido amplo, diz respeito a todos os laços afetivos dos seres humanos (que diferem em intensidade, sutileza e modo de expressão) com o meio material, ou seja, a topofilia é a relação ou elo afetivo do indivíduo com o lugar. Uma das formas de construir esse sentimento topofílico é por meio da experiência, que é composta de sentimentos, emoções e pensamentos (Tuan, 1983).

Para Amorim Filho (1999), a topofilia se traduz por meio do sentimento de afeição. O referido autor acrescenta que tanto os sentimentos quanto os valores possuem um papel importante, sendo decisivos em muitos casos na formação de juízos de valor, de atitudes e de ações sobre os lugares. Avançando-se nestas questões, as pessoas entrevistadas também foram indagadas sobre o que faz com que se sintam reconhecidas, criem laços subjetivos de pertencimento, e possam ser elas mesmas sem ter que criar personagens ou fingir ser uma “persona heterossexual” para que sejam socialmente aceitas. Acerca desta discussão, as pessoas entrevistadas compartilharam as seguintes narrativas:

 **Entrevistado 13 (homem pardo, cis, gay):** *O principal motivo é que eu me identifico com o público, saber que eu pertença a esse lugar, ninguém vai me julgar nesses espaços por ser gay.*

-  **Entrevistado 2 (homem pardo, cis, bissexual):** *Representatividade do público LGBT, mas que não sejam só pessoas brancas, pois precisa ter diversidade racial e sexual.*
-  **Entrevistada 10 (mulher branca, cis, bissexual):** *Tanto pelo público LGBT e que fazem parte de alguma forma da nossa realidade, lugares que não têm discriminação.*
-  **Entrevistada 34 (mulher parda, cis, bissexual):** *o que me faz andar por esses lugares é enxergar a representatividade desse público nesses espaços e menos representatividade de heteronormatividade. Então, eu geralmente vou pra esses lugares para encontrar pessoas ali que representam ou que pelo menos eu não tenho certeza de suas orientações sexuais, mas pelo menos não performam essa heteronormatividade, eu sinto que não preciso performar a mulher, hétero e cis tão dentro de uma caixinha nesses espaços pra não sofrer algum tipo de violência.*
-  **Entrevistada 7 (mulher branca, cis, lésbica):** *Nesses lugares não tem só eu como pessoa LGBTQIA+, eu consigo identificar pessoas que também são da comunidade, e eu não preciso fingir ser hétero para me sentir confortável.*

Ao analisar contextualmente os relatos, podemos notar a importância do sentimento de identificação e pertencimento das pessoas entrevistadas com os lugares mais frequentados. Para o entrevistado 13, ser aceito e não julgado por sua orientação sexual é um motivo central para frequentar os locais indicados. Já o entrevistado 2 destacou a importância da representatividade tanto racial quanto sexual nesses espaços. A entrevistada 10 compartilha a mesma perspectiva, valorizando a presença de pessoas LGBTQIAPN+ e a ausência de discriminação nos lugares frequentados.

A entrevistada 34 também ressaltou a busca por representatividade como um dos motivos para frequentar esses espaços, e a entrevistada 7 ressaltou a importância de encontrar outras pessoas da população LGBTQIAPN+ nos locais frequentados, onde não precisa fingir ser hétero para se sentir confortável. Essas narrativas revelam a busca por espaços inclusivos, representativos e seguros onde a diversidade sexual e racial é valorizada e onde todos possam se sentir aceitos e autênticos.

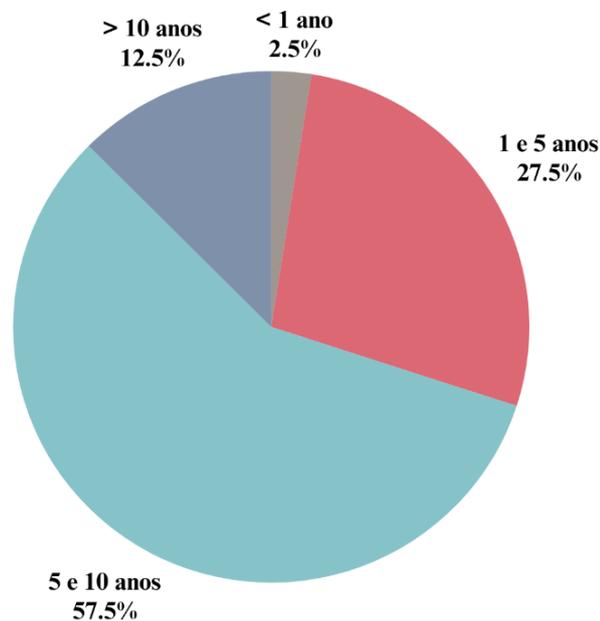
Sendo assim, pode-se dizer que em linhas gerais, que encontrar pessoas com identidades de gênero e/ou orientações sexuais semelhantes ajuda-as a se sentirem mais confortáveis, acolhidas, seguras, reconhecidas e até mesmo a criar laços de pertencimento e sentimentos de aconchego, não somente no Centro Histórico, mas também em outros espaços da cidade. Em relação ao aconchego, Peret (2010, p. 69, **negrito nosso**) nos diz que:

No caso específico da população LGBT, o “aconchego” tem relação direta com a sensação de **ser socialmente aceito**. E a **aceitação** como elemento determinante do aconchego ocorre, primariamente, **em duas vias: um temporal** – ocasiões

específicas em que acontecem **aglomerações da população LGBT** – e uma **espacial** – **locais que são criados especificamente para a população LGBT, ou por ela apropriados como áreas de convivência.**

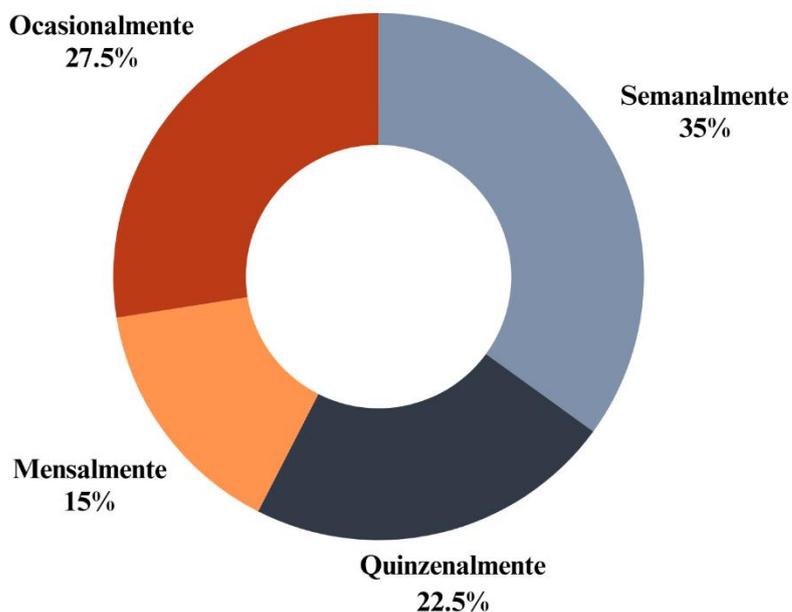
Logo, acredita-se que frequentar os lugares onde se encontra uma diversidade racial e sexual é uma forma de sentir-se socialmente aceito, assim como de não sofrer discriminação. Resgatando a afirmativa de que o tempo e a experiência ajudam a formar o laço de pertencimento a um lugar, tendo em vista que “a afeição, por uma pessoa ou uma localidade, raramente é adquirida de passagem” (Tuan, 1983, p. 203), as pessoas foram questionadas sobre há quanto tempo elas frequentam os lugares citados, e as seguintes respostas foram obtidas, como mostra a Figura 45:

Figura 45 – Há quanto tempo você frequenta esses lugares?



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

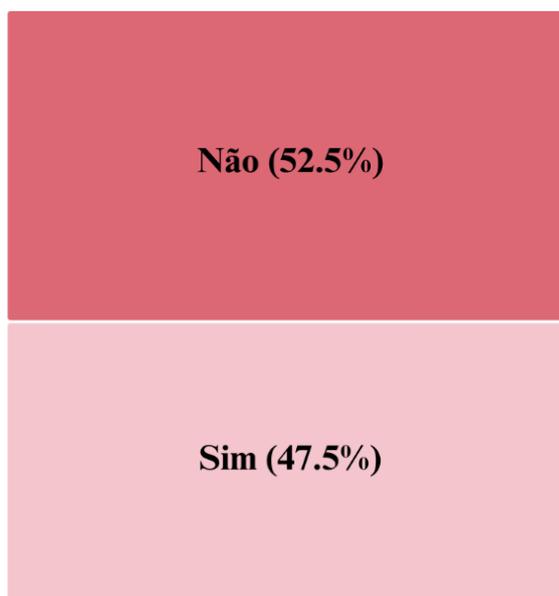
Do arranjo amostral, 11 pessoas (27.5%) disseram frequentar ou visitar os lugares entre 1 e 5 anos, 23 (57.5%) alegaram fazê-lo entre 5 e 10 anos, cinco (12.5%) frequentam há mais de 10 anos e apenas uma pessoa (2.5%) afirmou frequentar há menos de 1 ano. Compreender esse aspecto é relevante, pois, como destacam Araújo e Moura (2014, p. 24), “os lugares com os quais temos mais intimidade, que visitamos com maior frequência, são mais significativos e afetivos para nós do que espaços pelos quais não criamos identidade”. Portanto, os fatores tempo e experiência ajudam na construção da identidade do lugar e no nosso apego ou desapego a ele. Além do tempo em que frequentam os lugares, foi perguntado a eles sobre a frequência com que vão a esses locais (Figura 46).

Figura 46 – Com que frequência você vai a algum desses lugares?

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

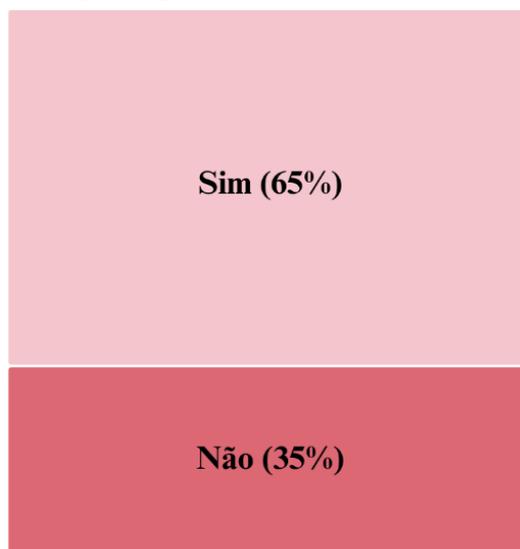
Do universo de pessoas entrevistadas, 14 (35%) disseram frequentar semanalmente, 11 (27.5%) ocasionalmente – indicando uma frequência irregular –, nove (22.5%) quinzenalmente e seis (15%) mensalmente. Quando se compara o tempo que visitam (Figura 45) com a frequência com que vão aos lugares (Figura 46), é possível notar que entre todos aqueles que disseram conhecer os lugares entre 5 e 10 ou mais de 10 anos, atualmente, costumam frequentá-los ocasionalmente ou mensalmente.

Nesse sentido, o tempo e a frequência com que vão a estes lugares indicam também a sua própria identificação e a construção de sua identidade enquanto pertencente a este grupo social. No que diz respeito ao aspecto de sentir-se seguro nesses lugares, as seguintes respostas foram obtidas (Figura 47).

Figura 47 – Você acha esses lugares citados seguros?

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

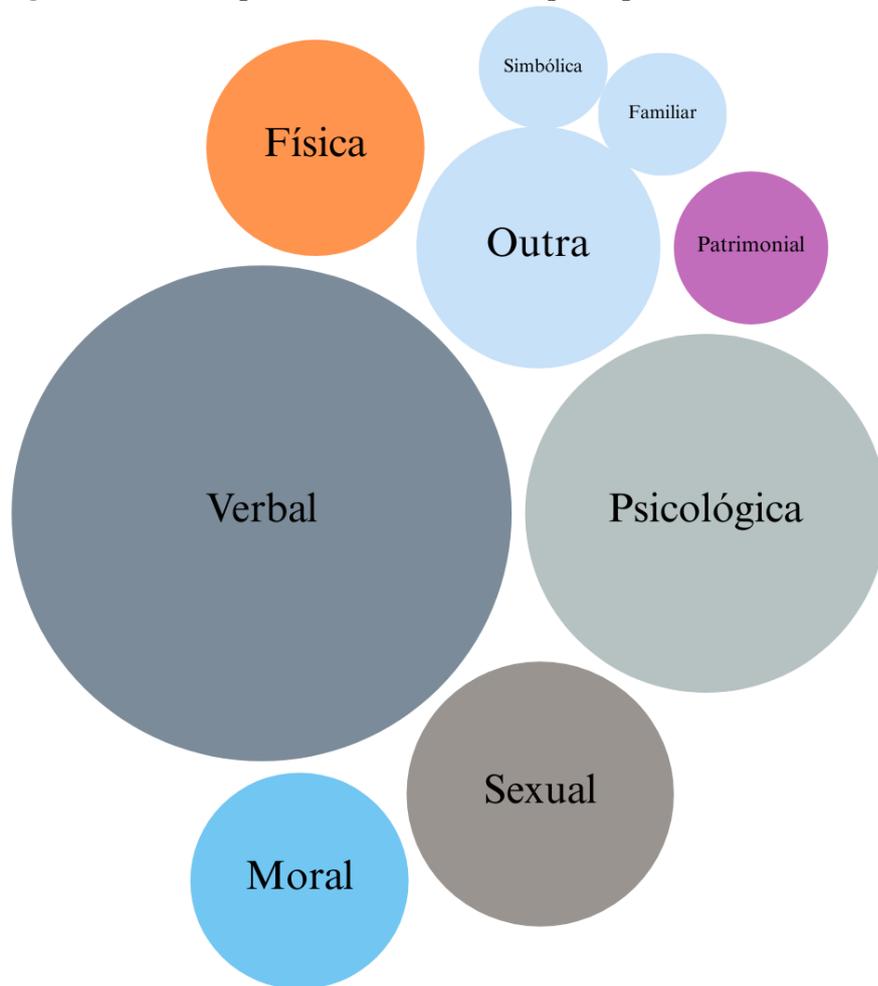
Das 40 pessoas entrevistadas, 19 (47.5%) disseram achar os lugares citados seguros, enquanto 21 (52.5%) não os acham. Aqueles que disseram sentir-se seguros destacaram o fato de ainda não terem presenciado ou sofrido preconceito em razão da orientação sexual ou identidade de gênero. Em contrapartida, os que não acham seguro alegaram o medo de sofrer uma agressão física ou qualquer tipo de violência, ser vítima de assaltos e roubos, e a falta de segurança e de um policiamento mais ostensivo. Quando perguntados se já foram vítimas de algum tipo de violência em São Luís por sua orientação sexual ou identidade de gênero, a maioria das pessoas entrevistadas respondeu afirmativamente (Figura 48).

Figura 48 – Você já sofreu algum tipo de violência em São Luís por ser LGBTQIAPN+?

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Da amostra de pessoas entrevistadas, 26 (65%) alegaram já ter sofrido algum tipo de violência por ser LGBTQIAPN+ em São Luís, enquanto 14 (35%) disseram que ainda não sofreram. Entre as opções de violência que constavam no roteiro de entrevista (a pessoa poderia mencionar mais de uma), as mais recorrentes foram (Figura 49):

Figura 49 – Principais violências sofridas pelas pessoas entrevistadas



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

De acordo com a Figura 49, 20 pessoas alegaram ter sofrido violência verbal, 10 já foram vítimas de violência psicológica, três sofreram violência moral, física e simbólica (esta última estava como a opção “outro”), uma foi vítima de violência patrimonial e outra declarou ter sofrido vários tipos de violência pelo fato de ser uma pessoa trans. Em relação à violência simbólica, Bourdieu (1996, p. 16) nos diz que ela é exercida “com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e, frequentemente, daqueles que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de estar exercendo ou sofrendo”. Dito de outra forma, a violência

simbólica se materializa em piadas e atitudes preconceituosas, modos de tratamento e outras codificações discriminatórias.

Cabe ressaltar que a violência não atinge a população LGBTQIAPN+ da mesma forma, pois existem marcadores sociais que tornam parcelas dessa população mais vulneráveis, principalmente aquelas que não são percebidas como corpos cis-normativos. Este fator foi diretamente percebido nesta pesquisa, uma vez que a maioria das pessoas que relataram ter sido vítimas de violência foram pessoas trans e travestis, pessoas negras e/ou mulheres cisgênero. Como as pessoas se sentiram confortáveis e autorizaram a apresentação de relatos das situações de LGBTQIAPN+fobia das quais foram vítimas, seguem alguns depoimentos:

 **Entrevistada 7 (mulher branca, cis, lésbica):** *Na UFMA, um senhor começou a me encarar, e no ônibus da UFMA (campus 311) tinham senhoras encarando a gente de maneira estranha. Assim, quando eu estou sozinha eu não sofro preconceito, pois não perfomo ser lésbica, me sinto privilegiada. Já a minha namorada não; as pessoas ao fazerem a leitura dela, ela acaba passando por situações constrangedoras.*

 **Entrevistado 8 (homem branco, trans, hétero):** *Eu já sofri todo tipo de preconceito, principalmente quando estava no início da transição. Uma vez quando eu estava no meio da transição de gênero, um senhor bateu no meu carro, quando eu saí para falar com ele, ele ao me ver falou o seguinte: “eu bati mesmo, sai da minha frente sua aberração antes que eu te mate”. Em volta tinha outras pessoas e ninguém fez nada, a minha única opção foi sair daquele lugar com o carro batido.*

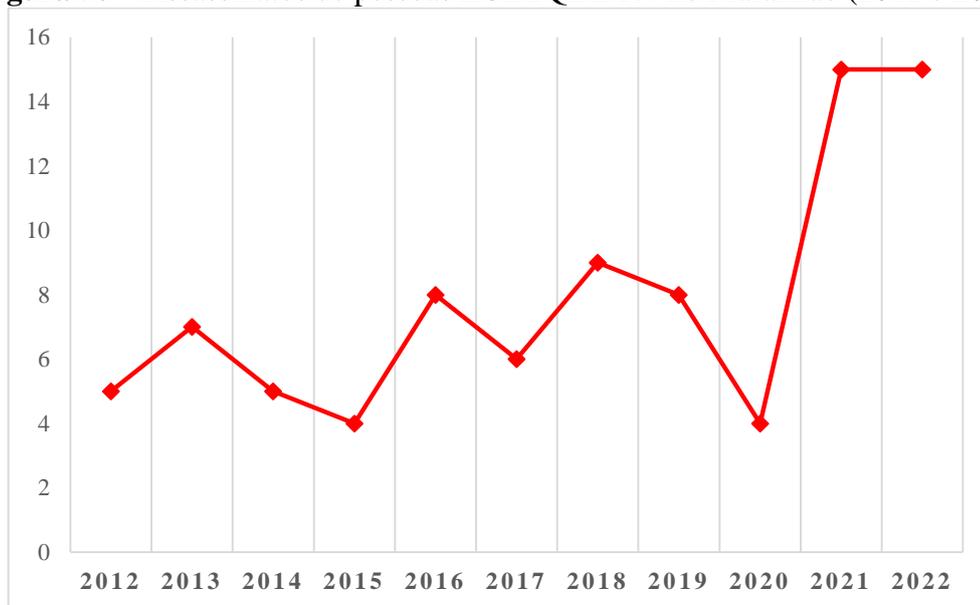
 **Entrevistada 17 (travesti, parda, bissexual):** *foi um assédio mesmo, por incrível que pareça eu estava passando em frente ao hospital, e as pessoas acham que podem falar qualquer coisa pra gente, então. Eu rapidamente peguei o celular e gravei e peguei o nome da pessoa e denunciei na ouvidoria, e a ouvidoria me deu uma resposta; assim, eu gostei da ouvidoria, porque ela me deu pelo menos uma resposta rápida e solúvel desse caso, afastou ele para um outro cargo.*

 **Entrevistada 18 (mulher branca, cis, pansexual):** *Eu já sofri violência verbal. Quando nós estávamos no Rio Anil Shopping, isso faz uns 8 anos, eu e a minha namorada estávamos de mãos dadas conversando e aí a segurança do shopping nos abordou e disse que ali não era lugar para isso, esse tipo de comportamento. Na época, contamos isso para uma amiga nossa e ela fez um exposed no Twitter e isso gerou uma certa comoção e a administração do shopping entrou em contato com a gente para pedir desculpas; se fosse hoje essa situação não teria passado batido, pois eu teria entrado com um processo contra o shopping.*

No tocante às memórias de violência e discriminação LGBTQIAPN+fóbica²⁵ sofrida pelas pessoas entrevistadas, o entrevistado 8 compartilhou relatos dolorosos da violência verbal e física que ele sofreu, incluindo ameaças de morte, demonstrando a hostilidade e o preconceito enfrentados durante sua transição de gênero. A entrevistada 17 descreveu um episódio de assédio e sua resposta rápida ao denunciar o agressor, destacando a importância das medidas de reparação e justiça, enquanto a entrevistada 18 lembrou um incidente de discriminação no Rio Anil Shopping, evidenciando como a visibilidade e a mobilização podem gerar respostas e mudanças institucionais.

Os relatos de violências explicitam como o Brasil e o Maranhão ainda são locais altamente LGBTQIAPN+fóbicos. Dados do relatório anual de mortes LGBTQIAPN+ do Grupo Gay da Bahia demonstraram que, de 2012 a 2022, 3.646 pessoas brasileiras LGBTQIA+ foram assassinadas (incluindo-se os casos no exterior). Deste total, 1.374 aconteceram na região Nordeste do Brasil, o que representa 37,68% do total de assassinatos neste período (GGB, 2022). Dos assassinatos que ocorreram nesta macrorregião geográfica, 86 deles foram registrados no Maranhão, o que representa 6,26% do total de casos. Em 2022, o Maranhão tornou-se o sexto estado com maior número de casos de assassinatos por motivação LGBTQIAPN+fóbica. Na Figura 50, é possível visualizar o recrudescimento de assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+ no Maranhão entre os anos de 2012 e 2022:

Figura 50 – Assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+ no Maranhão (2012 e 2022)



Fonte: GGB, 2022; Observatório de Políticas Públicas do Maranhão (2023).

²⁵ De acordo com Sepulveda, Correa e Freire (2021), a LGBTQIAPN+fobia configura-se como o ódio, desprezo e aversão a pessoas que não seguem o padrão heterossexual.

Podemos observar na Figura 50 que, com exceção dos anos de 2014, 2015, 2017, 2019 e 2020, nos demais anos houve um crescimento expressivo no número de assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+. Os relatos dos entrevistados, somados aos números de assassinatos, evidenciam que o ciclo de opressão e violência contra a população supramencionada é histórico, sistemático, institucional e estrutural, manifestando-se em um ciclo de exclusão familiar, escolar, social, política, laboral e institucional, podendo resultar até mesmo na morte (Figura 51).

Figura 51 – Reportagens de violências e assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+

1 CAMPINAS E REGIÃO EPTV

Família denuncia preconceito contra aluno de 11 anos após sugestão de trabalho com tema LGBT em grupo da escola

Pais e funcionários afirmaram que mensagem do garoto era 'absurda' e pediram para ele apagar; irmã da criança registrou boletim de ocorrência. Secretaria Estadual de Educação disse que vai tomar 'medidas cabíveis'.

Por Marcello Carvalho, G1 Campinas e Região
13/06/2021 17h30 - Atualizado há 2 anos

2 veja

VEJA MERCADO RADAR RADAR ECONÔMICO POLÍTICA SAÚDE MUNDO CULTURA ESPORTE AGENDA VERDE

Brasil

Mãe que matou filho por ele ser gay é condenada a 25 anos de prisão em SP

Além dela, mais duas pessoas pegaram 21 anos de detenção pelo crime; Itaberli Lozano foi morto aos 17 anos a facadas e seu corpo foi queimado em um canalial

Por Estádio Conteúdo
25 nov 2019, 14h05

3 PARAÍBA

Pesquisador denuncia episódios de homofobia no ambiente de trabalho, na Embrapa, em Campina Grande

Vítima denuncia que tem sofrido homofobia por parte de alguns colegas de trabalho há alguns anos.

Por Erickson Nogueira, g1 PB
20/01/2024 10h42 - Atualizado há um mês

4 CORREIO BRAZILIENSE Brasil

VIOLÊNCIA

Jovem é encontrada morta com orelhas e olhos arrancados no Maranhão

Ana Caroline, 21 anos, tinha acabado de se mudar para o município de Maranhãozinho para morar com a namorada

INÍCIO > BRASIL

Correio Braziliense

MAIS LIDAS

publicado em 15/12/2023 09:21 - atualizado em 15/12/2023 09:21

5 CAMPINAS E REGIÃO EPTV

Homem é preso em Campinas após matar travesti e guardar coração: 'Era um demônio'

Polícias Militares prenderam Caio Santos de Oliveira, de 20 anos, no Jardim Marisa. Corpo foi encontrado com o tórax aberto e com uma santa sobre ele.

Por G1 Campinas e região
21/01/2019 13h33 - Atualizado há 5 anos

Fonte: Matéria 1 (G1 Campinas e Região, 2021); Matéria 2 (Veja, 2019); Matéria 3 (G1 Paraíba, 2024); Matéria 4 (Correio Braziliense; 2023); Matéria 5(G1 Campinas e Região, 2019).

As brutalidades e violências direcionadas às pessoas LGBTQIAPN+, assim como ocorre com outros grupos sociais, podem assumir diversas formas, como a privação do acesso a direitos fundamentais, discriminações ou até mesmo o apagamento institucional ou social (CNJ, 2022). Ao direcionar esta discussão para a cidade, Lima Júnior e Sampaio (2021, p. 5) pontuam que:

A organização da cidade é estabelecida por esse setor conforme desejos e uso do mesmo, negando toda diversidade local em quaisquer âmbitos urbanos e da arquitetura. Desse modo não há identificação desses corpos ditos “desviantes” nesse contexto espacial, pois não há um local para essa minoria. Esses corpos marginalizados, sem pertencimento e identidade urbana acabam sendo agredidos de inúmeras formas quando pensamos em ambiente urbano, a população LGBTQIA+ e seus segmentos que estão mais a margem como travestis que são as que mais sofrem com a repressão causada por se desviarem do comportamento padrão pré-estabelecido nas cidades.

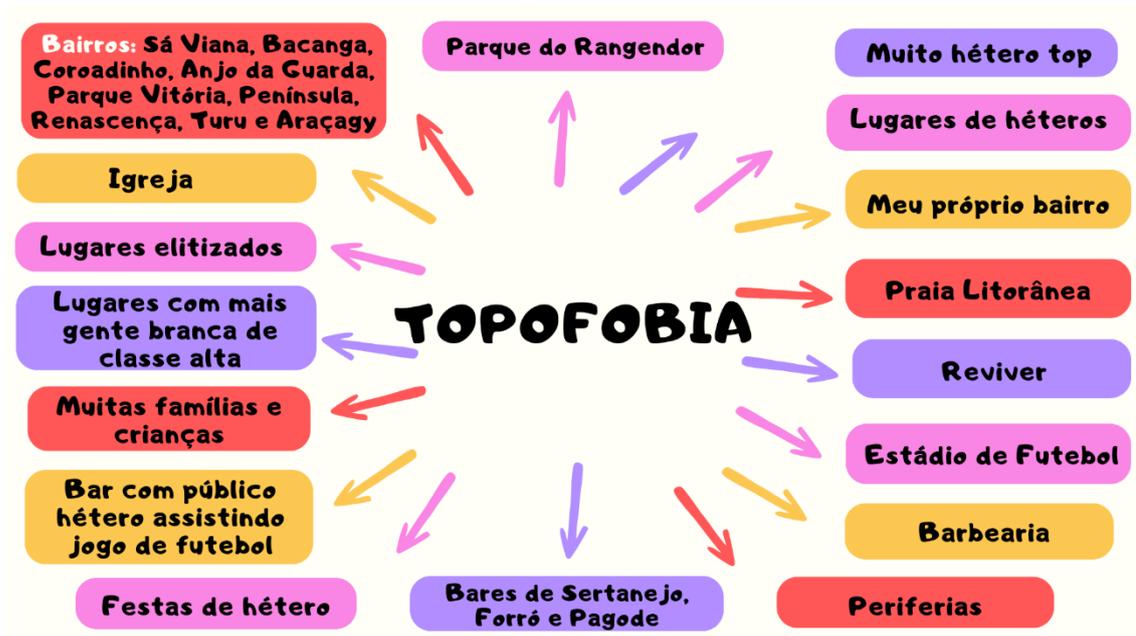
Portanto, o direito à cidade se restringe a determinados espaços para corpos LGBTQIAPN+, principalmente aqueles que não têm passabilidade²⁶ imposta pela sociedade. Sobre essa questão, Silva e Santos (2016, p. 509) afirmam que a cidade que “convive” com a “diversidade sexual dos indivíduos que podem pagar por espaços para ter respeitada sua orientação sexual e identidade de gênero é a mesma cidade que mantém os índices crescentes de crimes homolesbotransfóbicos”. Paradoxalmente a este processo, a população LGBTQIAPN+ só tem suas existências “lembradas” quando fazem parte de algum nicho econômico, ou seja, quando se tornam consumidores.

Em um estudo feito por Oliveira (2021, p. 3538), constatou-se que “o público LGBT gasta, em média, 30% mais do que os heterossexuais”. Evidentemente que esta realidade não é homogênea; além disso, é imprescindível que esse dado seja interpretado não como uma forma de “glamourizar” o consumo, mas de revelar que existe uma explícita contradição, sobretudo entre o consumo dessa população e a possibilidade de expressar o que são e o que sentem nos poucos lugares “seguros” que são mobilizados por eles frente às situações de preconceito, discriminação e violência.

Além da violência, buscou-se averiguar quais os lugares essa população teria medo de frequentar em São Luís. Os lugares de medo, também chamados de topofobia ou topofóbicos (contraponto de topofilia), representam “experiências de espaços, lugares e paisagens que são de algum modo desagradáveis ou induzem ansiedade e depressão” (Relph, 1979, p. 20). Com base nas respostas mais recorrentes das pessoas entrevistadas, foi feito um mapa mental do medo, conforme ilustra a Figura 52:

²⁶ Para Rodrigues (2023, p. 28) o termo “passabilidade” pode ser entendido como uma leitura social do sujeito, no caso de pessoas trans, no quanto uma pessoa transgênero (transexuais e travestis) passa por cisgênero, ou seja, quando a pessoa trans é lida pela sociedade como se fosse cisgênero – o quanto uma pessoa trans é “passável. A autora acrescenta que o termo é utilizado na comunidade trans como elogio, para enaltecer a aparência cisnormativa.

Figura 52 – Lugares que as pessoas entrevistadas LGBTQIAPN+ têm medo de frequentar em São Luís



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Demarca-se que as respostas são formadas de várias camadas que foram construídas pelo “confronto para com as sensações perante a percepção pelas experiências próprias ou de terceiros” (Lopes, 2023, p. 218). Imageticamente, podemos perceber que foi muito comum as pessoas entrevistadas alegarem que se sentem desconfortáveis e têm medo de ir a lugares frequentados por pessoas “heterossexuais”, sobretudo aqueles que tocam alguns ritmos musicais como pagode, forró e sertanejo.

Ao analisar de forma geral as falas, é possível perceber a presença de marcadores de gênero, raça (expressos por lugares de predomínio de pessoas brancas), classe (bairros e lugares de frequência das elites), culturais (além das músicas, o futebol como esporte preconceituoso) e religioso (igrejas). Outro fato que chamou atenção foi que o Centro Histórico também foi visto como um lugar de medo. Segundo a entrevistada 26, apesar de visitar o Centro Histórico, ela tem medo de frequentá-lo, pois acredita que lá é inseguro devido aos crimes e furtos, já que, por ser frequentado por turistas, acaba chamando atenção de criminosos. A fala da entrevistada reforça a percepção de Silva (2017, p. 40) de que “os lugares de uma determinada cidade podem apresentar percepções diferentes para os habitantes que nela se estabelecem”.

Sendo assim, um mesmo espaço pode ser seguro e agradável (topofilia) para algum sujeito, enquanto para outro é inseguro e desagradável (topofobia). Na trama dos motivos de terem medo destes lugares, algumas respostas se destacaram:

-  **Entrevistado 6 (homem preto, cis, gay):** *Brasil é violento para quem é LGBT, tem bar que eu frequento, mas que são altamente heterossexuais, como o central roots, e nesse ambiente as bichas são mais retraídas; os olhares me incomodam.*
-  **Entrevistado 13 (homem pardo, cis, gay):** *Vamos lá, sempre que estou nesses espaços eu me sinto que preciso fingir ser algo que eu não sou, tentar ficar mais próximo do padrão heteronormativo possível, é isso! Assim, eu vejo outras gays passando pela mesma coisa, incorporando um personagem.*
-  **Entrevistada 7 (mulher branca, cis, lésbica):** *Vai ter muita criança, e a sociedade coloca que os LGBTQIA+ vão influenciar a criação delas, eu não tenho medo das crianças, e sim dos pais delas e eles usam como desculpa que não vão conseguir explicar casais homoafetivos para os filhos. Eu evito ir a alguns lugares com a minha namorada para evitar transtornos.*
-  **Entrevistada 11 (mulher preta, cis, lésbica):** *Eu tenho medo das brigas e das discussões que têm nesses lugares, principalmente homens que abusam do álcool. Eu tenho muito receio de conhecer lugares novos, eu prefiro e me sinto melhor em ir a lugares que eu já conheço, que já tem o público [LGBT], que eu já estou acostumada, pois eu não vou sentir insegurança ou me sentir mal. Eu não gosto de sair para me sentir desconfortável. Eu também tenho medo de sofrer assédio, com certeza. Além disso, eu não gosto de ir como um casal numa parte da Litorânea que tem um gramado, porque lá tem muita criança e família evangélica, eles ficam comentando e dando risadas.*

As entrevistas esclarecem as experiências de medo e desconforto das pessoas entrevistadas. Em relação a essa questão, o entrevistado 6 descreveu que se sente incomodado com olhares e retração de pessoas LGBTQIAPN+, evidenciando a pressão social e o desconforto em espaços majoritariamente heterossexuais. O entrevistado 13 compartilhou a sensação de ter que fingir ser algo que não é para se encaixar nos padrões heteronormativos. A entrevistada 7, por sua vez, expressou preocupação com a reação dos pais das crianças em espaços públicos, refletindo o medo social alimentado por estereótipos e preconceitos contra a população LGBTQIAPN+. Já a entrevistada 11 revelou que prefere visitar espaços conhecidos devido ao medo de assédio, brigas e julgamentos em ambientes desconhecidos.

Essas narrativas revelam não apenas os desafios diários enfrentados por pessoas LGBTQIAPN+, mas também as estratégias de adaptação e proteção utilizadas para lidar com a violência e o preconceito presentes em diferentes espaços sociais. Nesse contexto, podemos perceber que as tipologias de violências permeiam todos os depoimentos das pessoas entrevistadas e são as principais causas do medo. Além disso, estar em ambientes considerados de pessoas heterossexuais e a dinâmica de comportamento envolvida nesses espaços causam desconforto a muitos LGBTQIAPN+. Portanto, estar em ambientes que

sejam de fato amigáveis à população LGBTQIAPN+ é uma válvula de escape para não se sentir retraído ou discriminado, como aconteceu na notícia da Figura 53.

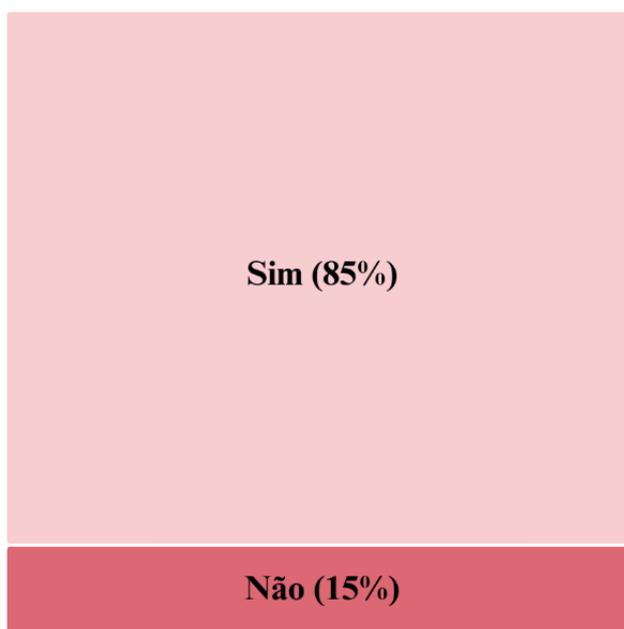
Figura 53 – Caso de Homofobia em um bar da Avenida Litorânea (2023)



Fonte: G1/MA, 2023.

Em relação ao caso em questão, o dono do bar foi obrigado a pagar fiança e afixar uma placa conforme o disposto na Lei nº 11.827/2022 na entrada do seu estabelecimento. Destaca-se também que integrantes do movimento LGBTQIAPN+ realizaram um protesto em frente ao bar em solidariedade à vítima. Isso evidencia que, apesar dos avanços, ainda há muito a conquistar, principalmente no que diz respeito à criação de espaços acolhedores não apenas para a população LGBTQIAPN+, mas também para outros grupos vulneráveis. Sobre essa questão, as pessoas foram questionadas se, em São Luís, havia poucos espaços amigáveis à população LGBTQIAPN+, e as respostas dadas foram as seguintes (Figura 54):

Figura 54 – Você acha que a cidade de São Luís tem poucos espaços destinados à população LGBTQIAPN+?



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Do total de pessoas entrevistadas, 34 (85%) afirmaram que consideram a cidade de São Luís como tendo poucos espaços amigáveis à população LGBTQIAPN+, enquanto seis (15%) discordaram dessa afirmação. Quando questionadas sobre o que precisaria ser melhorado nos espaços mencionados, estas foram as respostas:

-  **Entrevistado 8 (homem branco, trans, hétero):** *As próprias pessoas LGBT precisam ser proprietárias, elas empreendem e devem criar suas próprias regras; podemos mudar, mas para isso precisamos estar nos espaços LGBT, precisamos de mais empreendedores LGBT.*
-  **Entrevistado 9 (homem pardo, cis, gay):** *Tudo começa na escola, com os debates de gênero e sexualidade; precisa conscientizar as pessoas sobre o respeito à diversidade, a criticidade não é ensinada quando somos pequenos. Precisa de incentivo à empregabilidade LGBTQIAPN+ e também precisa conscientizar quem está no poder para todes, as ações efetivas sobre essa população não tem.*
-  **Entrevistada 11 (mulher preta, cis, lésbica):** *Considerando a população de São Luís, tem poucos espaços e ainda tem uma questão de diferença, tem o público LGBT, mas a maioria é voltada para os gays, eu como lésbica, sinto uma falta de um local, por exemplo, voltado para mulheres lésbicas, por exemplo. Como eu te disse antes, tem poucos espaços LGBT em São Luís e por isso que a gente acaba se restringindo a certos lugares, acaba que a gente fica limitado, bem limitado. Se não for aquele lugar, não tem outra opção. Eu também penso na questão das pessoas trans e gays mais afeminados, tipo, têm lugares que eu frequento e penso que estou confortável por não parecer sapatão.*
-  **Entrevistado 13 (homem pardo, cis, gay):** *Precisa descentralizar esses espaços, a maioria deles está no centro, basicamente o Reviver inteiro, não é fechar os espaços do centro, mas abrir em outros bairros, como por exemplo, lá pro lado da Cidade Operária, essa galera quando quer frequentar esses espaços elas se deslocam de muito longe, ficando expostas em zonas de perigo, como o próprio transporte público.*
-  **Entrevistada 17 (mulher parda, trans, bissexual):** *Ah, colocar mais esses lugares em espaços periféricos, onde a população LGBTQIA+ está mais vulnerável. Quando existe é bem lá, em áreas como o centro, né, áreas como Turu, áreas como Cohama, Renascença e Calhau, lugares onde, assim, a classe mais alta ou até mesmo a classe da elite está lá pra poder frequentar. Enquanto que a periferia não tem esses espaços mesmo e por falta desses espaços, acaba não investindo ou mesmo não incentivando para que esses lugares existam e até mesmo porque a gente não existe nesses lugares.*

As pessoas entrevistadas apontaram caminhos para melhorar a sociabilidade LGBTQIAPN+ em São Luís. O entrevistado 8 enfatizou a importância da autogestão e da presença dos próprios membros LGBTQIAPN+ na criação de espaços, destacando a

necessidade de mais empreendedores dentro da população em questão. O entrevistado 9 destacou a relevância da educação desde a infância, enfatizando a necessidade de conscientização sobre respeito à diversidade e de incentivos à empregabilidade para as pessoas LGBTQIAPN+. Por sua vez, o entrevistado 13 e a entrevistada 17 apontaram a necessidade de descentralização dos espaços LGBTQIAPN+, sugerindo a abertura e investimento de estabelecimentos em bairros periféricos para reduzir os deslocamentos e a exposição a zonas de perigo.

A entrevistada 11 apontou a possibilidade de ampliação de espaços específicos para determinados grupos LGBTQIAPN+, como mulheres lésbicas, e ressaltou a limitação de opções, especialmente para pessoas trans e gays afeminados, que muitas vezes se sentem desconfortáveis em certos ambientes. A fala da entrevistada 11 reforça que apesar de muitos lugares se autointitularem LGBTQIAPN+, muitos deles são notadamente para homens cisgênero, gays, brancos, jovens e de classe média e alta.

Para Naves Mota e Laurentiz (2021, p. 57), o interesse por esses sujeitos (homens cis, gays, brancos que possuem um alto poder aquisitivo) pelo mercado capitalista global se assenta na estrutura social desigual, porque estes possuem e mantêm um “histórico de poder aquisitivo maior que outros subgrupos, por terem se estabelecido primeiro no mercado de trabalho e por estarem dentro da lógica hegemônica de reproduzir misoginia e fortalecer o patriarcado”. Portanto, aqueles e aquelas que não se encaixam nessas características desejadas pelo capital, como as pessoas pretas e pessoas trans, tornam-se corpos mais vulneráveis. Com isso, as desigualdades no uso do espaço urbano se evidenciam no espaço público.

[...] deixa de ser um lugar de encontro e de fomento da vida social, tornando-se algo relacionado à regulação estrita, em que tudo esteja ao alcance da visão, sendo possível de ser controlado, onde o indivíduo sente-se seguro e considere garantida tal segurança pela ausência dos “corpos estranhos”, do encontro com o diferente e da homogeneização do espaço urbano (Passos, 2019, p. 171).

Essas informações elucidam as contradições presentes na comunidade LGBTQIAPN+ e refletem a tensão no uso de certos espaços em São Luís, em uma cidade e sociedade profundamente marcadas pelo machismo, patriarcado e cis-heteronormatividade. Diante desses desafios, é crucial buscar soluções para que todos os locais em São Luís sejam utilizados sem medo por todas as pessoas.

Em resumo, conforme expressado pelas pessoas entrevistadas, a criação de espaços seguros e inclusivos para a comunidade LGBTQIAPN+ para além do tradicional Centro Histórico é uma das sugestões que podem melhorar a sociabilidade LGBTQIAPN+ em São

Luís, tendo em vista que aquelas, aqueles e aqueles que residem em bairros mais distantes enfrentam deslocamentos significativos para alcançar os pontos LGBTQIAPN+ de São Luís, como o Centro Histórico/Reviver. Diante disso, outras medidas são propostas, como a elaboração e implementação de políticas públicas de segurança e lazer que considerem a diversidade da população LGBTQIAPN+.

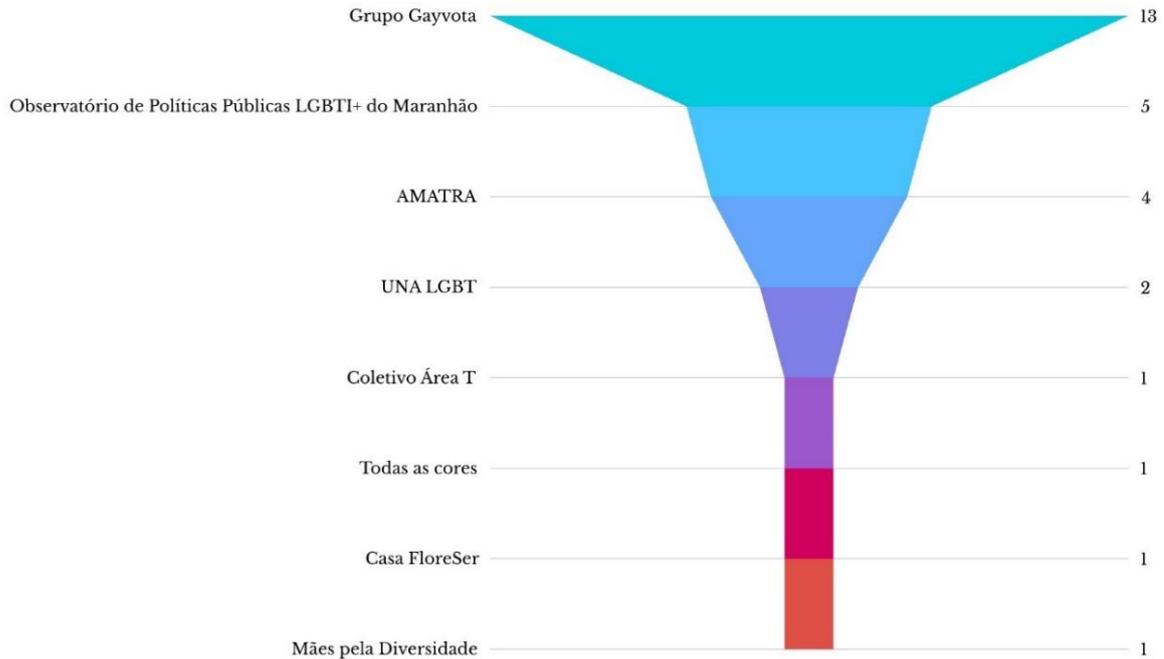
Além disso, sugere-se a execução, fortalecimento e expansão do Plano Estadual da Economia Solidária e do Plano Estadual de Geração de Trabalho para a população LGBTQIAPN+ no Maranhão, juntamente com outras iniciativas de apoio ao emprego e empreendedorismo LGBTQIAPN+ em São Luís. Isso poderia incluir cursos gratuitos sobre como iniciar um negócio, em parceria com organizações como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Também se propõe o apoio governamental às instituições LGBTQIAPN+ para a realização de suas atividades político-culturais, bem como o incentivo à divulgação de informações, especialmente online, sobre essas organizações e os recursos legais disponíveis em favor da comunidade, como a lei nº 11.827/2022. Isso poderia ser feito por meio de ações de conscientização em todos os municípios do Maranhão e pela instalação de placas informativas.

Por fim, no que diz respeito à Geografia do Maranhão e de São Luís, esta pode oferecer subsídios teórico-metodológicos para alimentar a discussão sobre a população LGBTQIAPN+, incluindo a espacialização de empreendimentos amigáveis à comunidade em áreas carentes e a contribuição para a construção de indicadores que embasem a formulação de políticas públicas para esse grupo.

4.4 Conhecimento das pessoas entrevistadas sobre as organizações LGBTQIAPN+ em São Luís

As pessoas entrevistadas, ao serem questionadas sobre quais instituições ou organizações LGBTQIAPN+ de São Luís conheciam, 23 (57,5%) responderam que não conheciam e, conseqüentemente, não participavam de nenhuma. O restante, 17 pessoas (42,5%), alegaram conhecer as seguintes instituições (Figura 55):

Figura 55 – Instituições LGBTQIAPN+ conhecidas pelos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Ao todo, foram citadas oito organizações, das quais as três mais mencionadas foram o Grupo Gayvota, o Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão e a Associação Maranhense de Travestis e Transexuais (AMATRA), nessa ordem. Sobre as demais instituições, é importante conhecer a proposta de cada uma. A União Nacional LGBT (UNA LGBT) é uma entidade nacional de representação da população LGBTQIAPN+, fundada em 16 de outubro de 2015 na Assembleia Legislativa de São Paulo. O processo de filiação ocorre mediante o preenchimento de um formulário disponível na descrição do perfil do Instagram (@unalgbtbrasil), (Vermelho, 2020).

A ONG “Todas as Cores” oferece assistência psicológica de forma remota (via Google Meet) a preço social para pessoas LGBTQIAPN+ e seus familiares. A Casa FloreSer Maranhão é um espaço de acolhimento para pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade social, localizada no bairro Bangalô, em São José de Ribamar, gerenciada pelo Instituto Raissa Mendonça, fundado em 2020 (Pausini, 2021). A Associação Mães pela Diversidade (2024) é uma organização não governamental nacional que surgiu em 2014 e reúne pais e responsáveis de crianças, adolescentes e adultos LGBTQIAPN+.

Quanto à participação em alguma instituição LGBTQIAPN+, das 17 pessoas que afirmaram conhecer alguma organização, apenas duas disseram que participavam. Entre os principais motivos para a não participação estão a falta de tempo e o desconhecimento. Sobre

este último aspecto, uma das entrevistadas chegou a dizer: “Acho que eu não conheço, porque nunca fui em busca” (Entrevistada 11).

Apesar de muitos entrevistados terem afirmado que não conheciam e não participavam de nenhuma sociedade civil organizada LGBTQIAPN+, percebemos, após a entrevista, o interesse de muitos em conhecer e participar de alguma organização. A partir da Universidade Federal do Maranhão, algumas estratégias que poderiam facilitar o conhecimento e a participação nessas organizações incluiriam a ampliação de eventos, encontros e espaços de diálogo; a produção e divulgação de materiais sobre essas organizações, contendo os meios de contato; criação de disciplinas tanto na graduação quanto na pós-graduação, e, por fim, o fortalecimento de coletivos e grupos de pesquisa já existentes bem como a criação de novos grupos ou núcleos²⁷ ([Apêndice G](#)).

A busca e o conhecimento das instituições LGBTQIAPN+ de São Luís e suas contribuições em prol da população mencionada são de suma importância, pois essas organizações não se limitam apenas às Paradas do Orgulho ou ao dia 28 de junho. Suas atividades, trabalhos e resistências ocorrem ao longo de todo o ano. Diante dessa questão, destacamos algumas formas de engajamento nas instituições entrevistadas (Quadro 9):

Quadro 9 – Formas de ingresso nas organizações LGBTQIAPN+ entrevistadas

Nome da instituição	Formas de ingresso
Grupo LEMA	<ul style="list-style-type: none"> - Não há processo seletivo, - Entrar em contato com alguma filiada do fórum Estadual LGBTI+ do Maranhão; - Principal critério do Grupo: ser lésbica; - O grupo ajuda na segurança, saúde e leva para a secretaria ou órgãos que são competentes.
Grupo Gayvota	<ul style="list-style-type: none"> - Não há processo seletivo, - Principais critérios buscados pelo Grupo: Interesse, disponibilidade e comprometimento.
Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão	<ul style="list-style-type: none"> - Não há processo seletivo; - Participar de uma reunião na qual será apresentado ao grupo e terá conhecimento das atividades do Observatório; a partir disso, o interessado conhece e decide se quer assumir uma participação; - Perfil de pessoa produtiva e apta a realizar trabalhos técnicos.
Fórum Estadual LGBTI+ do	<ul style="list-style-type: none"> - Precisa estar dentro de uma organização da sociedade civil, - A organização vai se filiar ao fórum e posteriormente essa

²⁷ Ao pesquisar o termo “gênero” no Relatório dos Grupos de Pesquisa da UFMA (2023) retornou 16 grupos de pesquisa, sendo um da Geografia do Campus de Codó. No entanto, apenas o Grupo de pesquisa Direitos Humanos e Diversidade do Curso de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros tem a população LGBTQIAPN+ como uma de suas linhas de pesquisa.

Maranhão	organização vai indicar os seus representantes para participar das assembleias e demais atividades do fórum.
Conselho Estadual de Direitos LGBTQ+ do Maranhão	<ul style="list-style-type: none"> - O processo é semelhante ao do Fórum, porém é apenas uma vaga por organização, - Depois da indicação do representante, acontece o processo de composição da estrutura da diretoria, cujo a composição são três pessoas na diretoria: um presidente, um vice e um secretário. - Cada organização tem um efetivo e um suplente.
AMATRA	<ul style="list-style-type: none"> - Não há processo seletivo, - Associação criada principalmente para pessoas trans e travesti, no entanto, é aberto para as demais letras da sigla como também pessoas cis heterossexuais, - A pessoa deve ter como premissa norteadora o respeito aos Direitos Humanos.
Coletivo Área T	<ul style="list-style-type: none"> - Não há processo seletivo; - Qualquer pessoa que esteja interessada (cis ou trans), - Participar tanto da militância social quanto de outras atividades, como as do fórum, - Principal critério: querer e estar disponível para ajudar.
Centro Drag	<ul style="list-style-type: none"> - Não há processo seletivo; - Principal critério: interesse e disponibilidade.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Podemos observar que todas as organizações mencionadas são baseadas no trabalho voluntário e não possuem um processo seletivo específico para a admissão de novos membros, nem outros mecanismos de filiação. O interesse, a disponibilidade e o comprometimento da pessoa (independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero) em contribuir com a instituição são fatores determinantes para que ela possa se juntar e colaborar com a causa.

4.5 Relatos das instituições ou organizações LGBTQIAPN+ de São Luís: desafios e encaminhamentos

Além da perspectiva das pessoas entrevistadas na UFMA, buscamos nos aproximar das perspectivas das instituições LGBTQIAPN+ por meio de seus representantes, a fim de entender as principais dificuldades e obstáculos enfrentados na defesa e representação da população LGBTQIAPN+, bem como destacar, por meio de suas experiências, a quantidade e qualidade dos espaços de lazer e sociabilidade LGBTQIAPN+ no espaço urbano de São Luís.

Portanto, o primeiro questionamento que abordamos foi sobre os desafios enfrentados por essas organizações na representação da população LGBTQIAPN+. Entre os obstáculos

históricos e estruturais identificados nas entrevistas está o preconceito, exemplificado pelo estereótipo criado em torno da AIDS²⁸, como nos relatou, a entrevistada A:

*Aí foi que a gente começou a questão de a gente usar o processo do programa IST/AIDS pra estar com elas no campo, porque tudo que tinha daquela época de movimento trans tinha a ver com a AIDS. **Parecia que a gente era a bandeira da AIDS.** Já estava chato de encontro e chegava lá e só falavam de AIDS. **Isso foi um processo que foi mudando até hoje em dia, que eles não associam mais a AIDS com a gente** (Entrevista feita no dia 25 de fevereiro de 2024, às 9h02, grifo nosso).*

A respeito da epidemia de AIDS, Sousa, Ferreira e Sá (2013) mencionam que inicialmente ela foi rotulada como “câncer gay”. Essa expressão pejorativa foi difundida com o intuito de evidenciar e reforçar a homofobia presente na sociedade, aumentando a discriminação e o estigma contra as pessoas mais vulneráveis, especialmente as pessoas trans e travestis. Quando a entrevistada A nos diz que esse cenário mudou e hoje os serviços de saúde não mais associam automaticamente as pessoas trans com a AIDS, isso reflete uma progressão positiva na forma como a comunidade trans é percebida e reconhecida atualmente. Ao mesmo tempo, reforça a importância e a necessidade da luta contínua dos movimentos sociais para alcançar uma maior compreensão e aceitação da identidade trans e travesti. Infelizmente, ainda encontramos vestígios de um pensamento retrógrado sobre essa população.

Em muitos casos, a disseminação de preconceitos e atos discriminatórios (apoiados por discursos de ódio) contra a população LGBTQIAPN+ é explicitamente incentivada por certos grupos religiosos e políticos que seguem ideologias conservadoras e ultraconservadoras. Sobre essas ideologias políticas e religiosas, o entrevistado B destaca que:

*Olha, eu acho que tem um fenômeno que é contemporâneo, na verdade, ele é histórico, mas ele se agudizou na contemporaneidade que é o **conservadorismo.** Tanto em parte de colegas também, né? **É principalmente o conservadorismo alicerçado numa perspectiva religiosa.** Eu tenho percebido que isso tem crescido muito. Então, as lideranças têm seguido essa perspectiva conservadora. Então, o que acontece? A política que é gestada, a legislação, as nossas câmaras, as assembleias, que são de onde saem às leis e é com quem a gente faz incidência política são extremamente conservadores. **E na época do governo do Bolsonaro isso se agudizou de tal forma que as portas estavam completamente fechadas.** O ódio foi chancelado naquela época. Então, eu acho que claro que a gente **tem outros entraves: preconceito, a questão cultural, a questão religiosa, mas esses elementos todos eles alicerçaram uma onda conservadora reacionária muito grande e que se materializou. Ela está, inclusive, institucionalizada** (Entrevista feita no dia 16 de dezembro de 2023, às 15h10, grifo nosso).*

²⁸Segundo a UNAIDS (2017, p. 31), o termo AIDS descreve uma síndrome de infecções e doenças oportunistas que podem se desenvolver à medida que a imunossupressão aumenta durante a evolução da infecção pelo HIV (da infecção aguda até a morte). Portanto, o HIV é um vírus e a AIDS, uma síndrome clínica. Além disso, não se deve usar o termo “pessoa com AIDS”, em vez disso, recomenda-se o uso do termo “pessoa vivendo com HIV”.

O entrevistado B destacou o fenômeno contemporâneo do conservadorismo, que, embora tenha raízes históricas e culturais, se intensificou na contemporaneidade. Ele também apontou para a influência significativa do conservadorismo, especialmente quando ancorado em perspectivas religiosas. Segundo ele, esses elementos contribuíram para uma grande onda conservadora reacionária, que agora está institucionalizada.

É importante ressaltar que o crescimento expressivo do conservadorismo tem sido refletido na própria estruturação política, como câmaras e assembleias. No campo político brasileiro contemporâneo, o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) potencializou a perseguição contra grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo a população LGBTQIAPN+, por meio de retrocessos nos direitos sociais para este segmento. Apesar de não mais ocupar o topo do Poder Executivo Federal, Bolsonaro e seus seguidores/aliados continuam a promover a LGBTQIAPN+fobia constantemente, usando-se das redes sociais e de outros aparatos audiovisuais e imagéticos para divulgar os seus discursos de ódio contra a referida população.

No entanto, cabe pontuar que as práticas preconceituosas contra a população em tela não são exclusivas de grupos de direita e extrema-direita; outros grupos ou alinhamentos políticos, até mesmo de esquerda, também o fazem, mas de forma velada ou suavizada. O ataque constante à população LGBTQIAPN+ demonstra que a institucionalização do ódio contra a referida população é histórica, estrutural e cultural. Essas problemáticas fazem com que a pauta LGBTQIAPN+ nos espaços de poder seja colocada em segundo plano. O desinteresse e a omissão dos poderes públicos estão visivelmente apontados na fala do entrevistado G:

*Visibilidade, a sensibilidade de fato de garantir os nossos direitos através do Estado e do município e acabam sendo omissos, né? Virando as costas e não aceitando e sempre nos deixando de lado. Há políticas públicas para pessoas com deficiência, para as pessoas negras, para as indígenas e quilombolas e por aí vai, mas **quando chega na pauta LGBT tem essa resistência** e a gente sempre ouve: “vamos deixar pra depois”; “depois a gente conversa”; “eu volto aqui, amanhã” e nunca acaba acontecendo a efetivação das nossas políticas públicas saírem do papel (Entrevista feita no dia 04 de agosto de 2023, às 08h32, grifo nosso).*

Podemos perceber, a partir do relato do entrevistado G, a falta de comprometimento e a omissão sistemática e recorrente por parte do Estado e do município em garantir os direitos da população LGBTQIAPN+. A falta de ação efetiva resulta na perpetuação da discriminação e na não concretização das políticas públicas propostas, deixando a comunidade LGBTQIAPN+ à margem da sociedade e sem acesso aos seus direitos fundamentais.

Sendo assim, as resistências, a secundarização, a omissão e a irrelevância com que o Estado enxerga a pauta LGBTQIAPN+ são fatores externos que criam obstáculos para o avanço de direitos, sobretudo na elaboração e efetivação de políticas públicas para esta população. Além de problemas externos ao movimento, o entrevistado G destacou a existência de problemas internos. Para ele:

A principal barreira está dentro do próprio movimento. Porque existe uma construção masculina, que ela é muito forte, então os homens naturalmente pela nossa construção; a gente tem aquele desejo da posse, do ego, da disputa de força, força física mesmo, inclusive, em algum momento, a gente tem vários relatos de briga, inclusive de momentos públicos de pessoas brigando, né? Além dessa construção masculina, eu vejo que se a gente quer trabalhar falta de segurança, por exemplo e envia o mesmo ofício para o poder público solicitando, a gente vai fazer interlocuções diferentes e a gente vai estar dividindo a energia do poder público e o poder público por ver essa desorganização da gente, eles não vão levar pauta a sério. Então precisa ter união, mas é comum a gente ver duas organizações que querem lutar por uma pauta, mas elas querem lutar do seu jeito (Entrevista feita no dia 04 de agosto de 2023, às 08h32, grifo nosso).

Para o entrevistado G, os principais fatores que enfraquecem o próprio movimento e, conseqüentemente, podem interferir nos poucos espaços de diálogo com o poder público residem dentro do próprio movimento, especialmente devido à forte influência da construção masculina. Essa influência se manifesta na busca pelo poder, no ego e na disputa de força física, chegando até mesmo a resultar em conflitos públicos entre membros.

Além disso, há uma falta de coesão e organização interna, o que leva a diferentes interlocuções e solicitações ao poder público, dispersando a atenção e enfraquecendo a capacidade de influenciar políticas. A ausência de união e a divergência de métodos entre organizações com objetivos semelhantes comprometem a eficácia das ações coletivas. Essa fragmentação dificulta a tomada de decisões conjuntas e enfraquece a representatividade do movimento diante das instâncias políticas. Estes entraves também foram reiterados pelo entrevistado F quando este nos disse que acredita que:

A sobreposição de uma pauta sobre a outra que existe nos movimentos sociais ainda é uma barreira que a gente enfrenta. Eu acho que deveria ser mais conjunto, uma forma mais integrativa onde todo mundo participa, delibera. Infelizmente ainda existem essas rupturas em movimentos sociais e isso acaba afastando muita gente. Eu acho que essa é a nossa dificuldade. A desinformação também combate, entre outras facetas de dificuldade (Entrevista feita no dia 09 de janeiro de 2024, às 16h13, grifo nosso).

Para o entrevistado F, a sobreposição de pautas é uma barreira significativa nos movimentos sociais, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais integrativa e

participativa. Segundo ele, a falta de coesão e deliberação conjunta afasta muitas pessoas dos movimentos sociais, dificultando sua eficácia. Já para a entrevistada A, além da sobreposição de pautas, os reflexos da masculinidade tóxica dentro do movimento também impactam diretamente a representação política e social de pessoas trans e travestis, para ela:

Os espaços que são nossos são ocupados pelos homens gays, desde a política até na base. As falas... às vezes, eles querem falar por nós. Nós temos que falar por nós mesmos, né? Parou disso. E quando eles veem que a gente não tem fala, eles [estão] lá nas salas, ocupando a política em cima da gente né? A dificuldade também é a política (Entrevista feita no dia 25 de fevereiro de 2024, às 9h02, grifo nosso).

A fala da entrevistada não desmerece as ações e os avanços que advieram dos homens gays e que foram importantes para toda a população LGBTQIAPN+. Todavia, ela destaca que os espaços que deveriam ser compartilhados são dominados por homens gays, tanto na esfera política quanto na base dos movimentos sociais. Isso resulta em uma falta de voz para as mulheres trans e travestis, que muitas vezes são silenciadas ou representadas por outros. Frente a essa problemática, reitera-se a importância da representatividade e da ocupação dos espaços de forma geral pelas pessoas trans e travesti, pois, é a diversidade presente e ativa em espaços, sobretudo os de poder, que se é possível avançar na luta.

Além das dificuldades mencionadas, o entrevistado E destacou a questão financeira e disponibilidade das pessoas de estarem atuando formalmente e frequentemente nos espaços de luta. Outro ponto também destacado foi o processo de escolha de pessoas para ocupar determinados cargos públicos. Acerca deste ponto, o entrevistado G pontuou que:

O processo político é um processo que nem sempre coloca pessoas sensíveis no lugar certo. Às vezes é muito pela negociação, então você coloca numa secretaria uma pessoa que não é da pauta. Então isso fragiliza e também tem a questão do orçamento público. Então o orçamento público ele não dá visibilidade para a pauta dos direitos humanos como deveria ter. Ele coloca pra outras pautas (Entrevista feita no dia 04 de agosto de 2023, às 08h32, grifo nosso).

O entrevistado G apontou as complexidades do processo político, sugerindo que nem sempre coloca pessoas sensíveis nos lugares certos. Isso ocorre muitas vezes devido a negociações políticas, onde indivíduos que não estão necessariamente alinhados com a causa são nomeados para cargos importantes o que frequentemente, fragiliza a efetividade das políticas e a representatividade da população estudada. Acrescenta-se que, o orçamento público muitas vezes não prioriza adequadamente a pauta dos direitos humanos, direcionando recursos para outras áreas em detrimento dessa causa.

Portanto, uma das lutas dos movimentos sociais é a criação de políticas de Estado, pois, dessa forma, eles não estarão à mercê das políticas de governo²⁹. Por fim, a última dificuldade relatada é a ausência de jovens nos movimentos sociais. Conforme detalha o entrevistado G, os “jovens não estão mais interessados na política LGBT, acham que não precisam, mas quando ocorre uma agressão, uma violação de seus direitos, tanto físicos quanto morais, a quem recorrem? Aos movimentos sociais!” (Entrevista feita no dia 04 de agosto de 2023, às 08h32). Esta necessidade de envolver a juventude no movimento e continuar com a luta, além de formar novas lideranças, também foi destacada por o entrevistado B:

*A gente precisa ver o debate que está posto na contemporaneidade e introduzir a agenda para dentro do grupo do Gayvota, da organização do grupo Gaivota. Inclusive, **trazendo a juventude, formando novos quadros e retroalimentando**. Trabalhar com maturidade, o conhecimento acumulado de quem já está há muito tempo, mas também trazer o vigor e a quem está acompanhando o debate contemporâneo que está aí surgindo agora (Entrevista feita no dia 16 de dezembro de 2023, às 15h10, grifo nosso).*

O entrevistado B em sua fala enfatiza a importância de trazer o debate contemporâneo para dentro do grupo Gayvota, buscando incluir a agenda atual e atrair a juventude para participar ativamente. Isso implica em formar novos líderes e revitalizar o grupo, assim como valorizar o conhecimento acumulado dos membros mais antigos, ao mesmo tempo em que se incorpora o vigor e a perspectiva daqueles que estão acompanhando os debates recentes.

De forma geral, a partir da fala dos representantes e líderes, percebemos que o movimento LGBTQIAPN+ maranhense enfrenta barreiras externas, como a organização política, conservadorismo, escolha de pessoas para cargos públicos importantes (não sensíveis à pauta LGBTQIAPN+), e dificuldades internas, como desunião, falta de interlocução e comunicação, e a necessidade de formar novas lideranças e agregar pessoas que possam somar com a luta. Avançando nessas questões, o próximo questionamento debatido foi sobre a quantidade e qualidade dos lugares para a população LGBTQIAPN+ no espaço urbano de São Luís. Acerca desta questão, o entrevistado B nos disse:

*Eu sempre acho que tem uma **contradição**, né? Porque o gueto ele é uma **contradição** ao mesmo tempo em que é **uma possibilidade de um espaço de***

²⁹ De acordo com Oliveira (2011), a principal diferença entre políticas de governo e políticas de Estado é enquanto a primeira refere-se às ações que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas; as segundas envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade.

convivência que você vai saber que os seus estão lá, mas ao mesmo tempo nos localiza geograficamente e espacialmente num único recinto, é como se a nós cabeássemos socializarmos apenas com os nossos, né? E com as outras pessoas não. E ao mesmo tempo é um lugar onde as pessoas dão conta da segurança. Então eu acho que tem aí uma questão que a gente não consegue resolver em decorrência de como as identidades, as pressões e orientações sexuais são vistas, né? Mas sou a favor, mas eu tenho visto o movimento, principalmente da juventude, da ocupação de outros espaços. Isso daí não é hegemônico, não é mais, gradativamente eu tenho percebido que antes espaços que a gente não pisava, não adentrava, a gente tá conseguindo adentrar cada vez mais, né? Já tem esse em São Luís que eles não necessariamente utilizam de termos de friendly, amigável, alguma coisa do tipo, mas diz, ó, aqui é um espaço que não é permitido nenhum tipo de preconceito. Então, já é um caminho, já é uma abertura e não é um espaço único, exclusivamente LGBT. Então, é um avanço (Entrevista feita no dia 16 de dezembro de 2023, às 15h10, grifo nosso).

Da fala do entrevistado B, podemos extrair a existência de uma contradição subjacente na constituição de “guetos LGBTQIAPN+”, reconhecendo-os como espaços de convivência onde a segurança é uma prioridade, mas ao mesmo tempo destacando o dilema de serem locais que podem limitar geograficamente as interações sociais apenas ao círculo LGBTQIAPN+. Essa dualidade reflete as complexidades das identidades e orientações sexuais na sociedade.

A construção e territorialidade desses espaços marginalizados são problematizadas por Puccinelli (2014), quando este afirma, em primeira análise, que essa expressão (em sua obra, ele utiliza o termo “gueto gay”) comumente não é bem vista por quem a utiliza, e o segundo ponto é que os guetos LGBTQIAPN+ possuem diversos sentidos, podendo representar tanto a delimitação de um espaço de circulação por algo ou alguém, quanto a identificação e o reconhecimento de espaços de ocupação exclusiva de corpos transgressores.

Desta maneira, em contraponto aos guetos, espera-se que haja a crescente ocupação de espaços além dos guetos tradicionais, ou seja, lugares *LGBTQIAPN+ friendly* que sejam constituídos para aumentar a visibilidade da população em questão, para serem espaços de resistência, segurança e reconhecimento. Caso se constituam apenas em guetos, esses lugares não trazem benefícios, pois os guetos também podem excluir outras vivências dissidentes, como destacou a entrevistada A:

Existem alguns lugares, como boates, a exemplo da Pedrita, Observatório, aí eu fui vendo que aquele que esses lugares não são ainda adaptados pra gente (pessoas trans), eu vejo por mim, porque quando a gente chega nesse meio ambiente eu não me sinto muito confortável, né? Os horários são diferentes, né? Tem mais gays cis que pessoas trans e a gente que é de periferia, né? De comunidade é um outro tratamento, né? Esses eventos são muito assim de aparência, né? E isso eu não acho bacana, eu acho que tem que ter outros lugares mais abertos, assim... em São Luís não tem lugar bom pra pessoas trans. Se você quiser sair dessas caixinhas como a Pedrita e o Observatório você tem que se deslocar para outros bairros como Turu

e pagar caríssimo, que são pra elite gay participar. E mesmo que nestes espaços eu encontro homens gays e mesmo assim às vezes por ser um homem gay você escuta essas posturas, né? De querer se sentir superior a vocês né? É muito complexo e não é legal não. Não é como São Paulo e Rio de Janeiro que têm mais opções. Aqui não tem ainda... (Entrevista feita no dia 25 de fevereiro de 2024, às 9h02, grifo nosso).

A entrevistada A, em sua fala, explicita a falta de espaços inclusivos e adaptados para pessoas trans em São Luís. Ela menciona que esses locais não oferecem conforto para pessoas trans, especialmente devido aos horários e à composição do público. Além disso, aponta que esses eventos são muito focados na aparência, o que ela considera negativo. A ausência de opções de espaços mais abertos e acessíveis para pessoas trans na cidade a leva a buscar alternativas em áreas consideradas nobres, onde os preços são elevados e direcionados para uma elite gay. Mesmo nessas áreas LGBTQIAPN+, ela enfrenta dificuldades devido a posturas discriminatórias de alguns homens gays, o que torna a experiência complexa e desagradável.

Sobre essa questão, Puccinelli (2014, p. 168) destaca que esses lugares (guetos LGBTQIAPN+) muitas vezes invisibilizam mulheres, travestis e pessoas trans em suas definições, sendo denominados “guetos gays”, espaços frequentados predominantemente por homens gays que se tornam mais visíveis. A existência dos guetos e suas discrepâncias também foi evidenciada no relato do entrevistado E:

A gente meio que está voltando pros guetos, existem muitos espaços que eles são muito isolados, que nós mesmos criamos, boate por exemplo estão cada vez mais escassas, nossa população ela acaba ficando muito centralizada ou muitas das vezes está muito dispersa, então a gente acaba se inserindo em ambientes que são majoritariamente heteronormativos pra que a gente possa se divertir, não existem ambientes que só exista a nossa população em que só a nossa comunidade esteja presente, assim (Entrevista feita no dia 16 de dezembro de 2023, às 16h25).

Na visão do entrevistado E, a comunidade LGBTQIAPN+ enfrenta dificuldades para encontrar locais exclusivos para se reunir. Isso leva muitos indivíduos a frequentarem espaços predominantemente heteronormativos em busca de entretenimento. A ausência de espaços exclusivos para a comunidade LGBTQIAPN+ gera uma sensação de dispersão, onde a população se encontra centralizada em ambientes que não foram projetados especificamente para ela. Além da discussão sobre a formação dos guetos e a dualidade entre a centralização e a dispersão de espaços LGBTQIAPN+ em São Luís, o entrevistado D abordou o aspecto familiar em sua fala, destacando que:

Não existem espaços, até porque a gente... Nós somos uma sociedade da qual, muitas das vezes, nem a própria família nos aceita. Muitas das vezes têm famílias que os LGBTs são expulsos, não querem de jeito nenhum uma pessoa LGBT na família, eu graças a Deus não tive esse problema, talvez se eu não tivesse peitado, enfrentado a minha família, eu talvez tivesse esse problema de ser expulso, né?. Eu sempre fui no diálogo, nunca quis ofender a minha família. Eu provocava o diálogo, mas ele nunca vinha, não aparecia. Mas eu acho que a gente não tem esses ambientes, eles não existem. Esses ambientes que a gente pudesse ter essa socialização, porque, assim, a boate embora seja um gueto, muitas vezes ela é preconceituosa, né? Os cinemas gays... têm cinemas que não podem entrar lésbicas. Tem saunas que não podem entrar travestis, transexuais. A gente não tem essa coisa de que tenha um ambiente satisfatório (Entrevista feita no dia 16 de dezembro de 2023, às 15h40, grifo nosso).

A falta de apoio, a rejeição e a expulsão do núcleo familiar são problemas enfrentados por muitas pessoas LGBTQIAPN+, acarretando inúmeras consequências. Para exemplificar os impactos que a expulsão³⁰ de casa ocasiona na vida LGBTQIAPN+, sobretudo os mais pobres, uma pesquisa feita pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) da Prefeitura Municipal de São Paulo (2015), sobre a população em situação de rua, verificou-se que entre 5,3% e 8,9% desta população eram de pessoas LGBTQIAPN+, sendo a maioria de pessoas jovens.

A pesquisa demonstrou que as pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua viviam em uma situação mais precária do que as pessoas heterossexuais: alguns exerciam a mendicância e, outros, atividades marginalizadas (prostituição³¹, venda de drogas e roubos), (Prefeitura Municipal de São Paulo, 2015). Frente a estas problemáticas, o entrevistado F traz uma visão otimista e um possível caminho:

Eu acredito que a gente tem ocupado alguns espaços... A gente está em qualquer lugar. Eu acho que não existe esse local assim... Existem locais predominantes de corpos LGBTs, isso é fato. Eu acho que a gente precisa ampliar essa visão que nós precisamos e podemos ocupar qualquer espaço. Infelizmente a gente não se sente seguro em todos os espaços, né. E ainda existem espaços que são ocupados preponderantemente por corpos cis-heteronormativos, mas que a gente precisa ter essa lida que a gente está ocupando todos os espaços, seja no lazer, no judiciário, em atividades laborativas, familiar. Mas a gente ainda enfrenta muitas dificuldades, né. A gente não se sente confortável de ser quem a gente é em determinados lugares. Isso é fato! (Entrevista feita no dia 09 de janeiro de 2024, às 16h13, grifo nosso).

O entrevistado F pontuou a importância de ampliar a perspectiva de ocupação crescente de espaços pela comunidade LGBTQIAPN+ em diversas esferas da sociedade, ou seja, a ocupação de todos os espaços pelos corpos LGBTQIAPN+. No entanto, ele reconhece

³⁰ De acordo com a ANTRA (2019, p. 18), estima-se que 13 anos é a idade média em que Travestis e Transexuais são expulsas de casa pelos pais.

³¹ A atividade de prostituição é a maneira como 90% das travestis e mulheres trans sobrevivem economicamente no Brasil (ANTRA, 2019, p. 47).

que ainda há desafios significativos, como a falta de segurança e o desconforto em alguns ambientes, especialmente aqueles dominados por corpos cis-heteronormativos. A questão de segurança nestes espaços foi outro ponto questionado aos interlocutores entrevistados. De forma uníssona, todos disseram que São Luís não é um espaço seguro, principalmente pelo recrudescimento de violência LGBTQIAPN+fóbica nos últimos anos:

Jamais. Jamais. A gente costuma brincar que São Luís ainda é uma província, né? Então não é à toa que nós temos o primeiro caso de homofobia registrado no Brasil, nós somos um dos estados ainda bastante violentos, São Luís é uma cidade ainda com ranços culturais cristão, então a gente percebe que ela é ainda muito colonizada. É um debate que já está avançado em outras regiões do estado, aqui é pouco feito, então a gente percebe que ainda falta muito conhecimento, muita informação e isso acaba reverberando em preconceito em todos os espaços né? Quem não se sente reprimido de estar num restaurante com o seu parceiro e de pegar na sua mão sabendo que corre o risco de sofrer algum tipo de violência. São Luís ainda não é, assim como todas as cidades do Brasil [...] o Brasil é o país que mata LGBT, mas como se trata especificamente São Luís não é uma cidade segura (Entrevistado B, grifo nosso).

Eu acredito que São Luís nem Maranhão são locais seguros para nossa população. O exemplo disso é que o Maranhão é o sexto estado com mais violência letal do Brasil. Isso do último dado do ano passado, né? Referente a 2022. Dois mil e vinte a gente teve quinze casos daqui dos que a gente conseguiu acompanhar, porque tem muito mais. Isso não faz o Maranhão ser um estado seguro. São Luís eu também não a vejo como segura porque a capital tem o maior índice de violência letal, claro, pelo índice populacional, mas também deveria ser questionado porque aqui é onde se concentra os maiores órgãos de controle, né? Os maiores órgãos de defesa dos direitos humanos, segurança pública, está tudo concentrado aqui e os que são mais sensíveis, né? Por exemplo, aqui tem muitos lugares, espaços públicos, espaços privados. Eu percebo que é uma tendência sobre os espaços culturais que tem se aumentado, porque a discussão LGBT por ela estar sendo fortalecida pelos movimentos sociais, elas chegam por outras organizações da população negra, quilombola, entendeu? E aí essas organizações acabam levando para onde estão essa discussão (Entrevistado G, grifo nosso).

Não, não é segura. Eu digo que nós que somos trans e colocamos a nossa cara no sol, desde o pegar do ônibus você já é violentada. No olhar, nas piadas, sabe? E eu passo isso todo dia e já até me acostumei. E isso é uma violência. Teu olhar já não é violência, né?, fora a violência física que são os assaltos, né?, as mortes. Os homens que acham que a gente (pessoas trans) tem que ser um posto de esperma e depois querem nos matar, né? Usa o prazer, depois quer nos ceifar? Então São Luís não é uma cidade segura, é violenta pra nós? É. Eu não boto só para mim, mulher trans, eu boto para os gays, também. Eles também sofrem estas situações de preconceito e violência. Sofremos estas violências até mesmo dos nossos parceiros dentro de nossas casas. Então, eu não me sinto segura nesta cidade (São Luís). Se a gente sofre uma violência na rua e chama o policial, ele nem liga e ainda diz assim: É isso mesmo, é. Foi você que provocou fulano de tal, né? Sempre a culpa é nossa. Eu acho que a segurança tem que ser revista assim como polícia, tem que ser por aí, está fazendo cursos para esses policiais. Eu me defendo mesmo de outras formas, né? Mas brigo, brigo pelo meu direito de ocupar o espaço, de ser atendida bem e etc. (Entrevistada A, grifo nosso).

Não. Principalmente se o gay ou a travesti que tem uma exposição sexual mais explorada, mais visível. As pessoas, principalmente as pessoas LGBTQI+fóbica, elas são... elas se sentem agredidas e por isso elas vão agredir, vão bater, ou vão matar, né. E muita das vezes, lá no íntimo delas, elas tem alguma coisa que elas não

conseguiram fazer o que aquele semelhante fez, expor né, viver livremente, viver feliz por mostrar pra todo mundo quem ela é. É bem por aí, as pessoas são agredidas do nada, só por assumir quem é (Entrevistado D, grifo nosso).

Não é segura. São Luís, assim como o estado do Maranhão, ela vive em sintonia com o restante do país. O Brasil não é um país seguro para corpos LGBTs e o Maranhão tem essa realidade, também. Os dados estatísticos, apesar de não serem oficiais, mostram isso, né. Que a gente sai de casa e não tem certeza que vai voltar. Se tu tem trejeitos, tu não sabe se tu vai sofrer algum tipo de violência, seja uma violência recreativa ou física. Então, não é um país seguro, a gente não se sente confortável em sermos quem somos. Então, a gente não tem como afirmar que o Brasil em sentido amplo, o Maranhão e São Luís são seguros pra gente (Entrevistado F, grifo nosso).

Não. A gente sabe que existe uma subnotificação muito grande. Que as pessoas não só por medo, mas também por descredibilidade, elas acabam não publicizando as violências que elas sofrem diariamente. Mas a gente sabe que elas existem, a gente sabe que as pessoas sofrem preconceito no hospital, no ônibus, no seu trabalho, em ambiente de lazer, pode não haver aquela violência física, mas existe aquela violência velada que no Maranhão, né? Acho que apesar de não haver em números uma retratação dessas violências é física, mas existe sim a violência que elas são veladas e que excluem a gente desses espaços (Entrevistado E, grifo nosso).

A percepção geral dos entrevistados é de que a cidade e o estado não são seguros para a população LGBTQIAPN+, refletindo uma experiência marcada pela violência, discriminação e falta de acolhimento. As pessoas entrevistadas apontam para uma série de fatores que contribuem para essa sensação de insegurança e vulnerabilidade, tais como o alto índice de violência letal, a falta de políticas públicas eficazes, a presença de ranços culturais e religiosos, e a ausência de espaços seguros e inclusivos. Além disso, é importante mencionar que a violência não se limita apenas a agressões físicas, mas também se manifesta de maneiras sutis e veladas, como olhares de desaprovação, piadas discriminatórias e exclusão social.

As violências LGBTQIAPN+fóbicas possuem várias roupagens e se agudizam conforme os atravessamentos sociais dos indivíduos. A falta de confiança nas instituições de segurança pública é um tema recorrente, com relatos de negligência e até culpabilização das vítimas. Vale destacar que a percepção de insegurança não se baseia apenas em dados estatísticos, mas também em experiências pessoais de discriminação e violência, que muitas vezes não são oficialmente registradas.

A população LGBTQIAPN+ enfrenta obstáculos em diversos aspectos da vida cotidiana, desde o acesso a serviços de saúde até a participação em atividades de lazer. Em suma, as entrevistas revelam uma realidade complexa e multifacetada, onde a insegurança e o preconceito são parte integrante da vivência da comunidade LGBTQIAPN+ em São Luís e no

Maranhão. Essa percepção é fundamentada em experiências concretas e reflete a necessidade urgente de medidas eficazes para promover a segurança e o bem-estar dessa população.

É importante reforçar que a população LGBTQIAPN+, por meio dos movimentos sociais e das militâncias desta pauta, têm tensionado os espaços e vêm ocupando-os, mesmo que ainda de forma gradativa. Espera-se que os corpos LGBTQIAPN+ possam ocupar todos os espaços e lugares, e que suas existências não sejam limitadas aos guetos, pois a luta antiLGBTQIAPN+fóbica se constrói e se fortalece pela ocupação de todos os setores da sociedade, o que implica mostrar que existimos, resistimos e temos orgulho de nossas dissidências. Por fim, como a luta é constante, acredita-se que seja importante que outras dissidências LGBTQIAPN+ possam se juntar a esta luta antiLGBTQIAPN+fóbica para juntos construirmos uma sociedade mais igualitária, e que as gerações que estão a caminho possam continuar a “batalha” e viver sem medo de ser quem são.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho foi possível verificar a complexidade, os desafios e as nuances da análise empreendida. Ao sintetizar os elementos prevaletentes de cada capítulo, podemos pontuar que, no primeiro, no qual descrevemos o percurso metodológico mobilizado, a técnica da bola de neve foi importante para a coleta de dados. No entanto, apesar de seu uso, enfrentamos dificuldades para encontrar pessoas com diferentes orientações sexuais e identidades de gênero nos prédios da UFMA. Isso ressalta que, embora essa técnica possa fornecer resultados interessantes, é necessário ter cautela ao planejá-la para uso em pesquisa.

No segundo capítulo, abordamos como gênero, sexo e sexualidade são categorias interseccionais e é importante que elas sejam pautadas sobre esse prisma, ao mesmo tempo em que se deve considerá-los em diferentes contextos, incluindo o acadêmico, social, político e ativista, para evitar estereótipos e preconceitos contra LGBTQIAPN+, em especial os mais vulneráveis. No íterim desse capítulo, discutimos por meio do estado da arte como a população LGBTQIAPN+ tem sido estudada na ciência geográfica brasileira, reconhecendo a que a própria formação epistemológica por muitos anos desconsiderou temáticas que envolviam pessoas em situação de vulnerabilidade social dentre a qual se inclui a população LGBTQIAPN+.

Todavia, há pesquisadoras e pesquisadores, bem como grupos e núcleos de pesquisa, desafiando paradigmas dominantes e superando abordagens convencionais e heterocentradas e tentam incluir as pluralidades das identidades de gênero e sexualidade LGBTQIAPN+ em suas investigações, apesar das dificuldades enfrentadas, como a marginalização geográfica e centralização nos estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Mesmo com as dificuldades enfrentadas pelas produções na perspectiva geográfica que estudam a população LGBTQIAPN+, ressalta-se a necessidade de ampliar e diversificar geograficamente as perspectivas de pesquisa e o escopo dos estudos, a fim de refletir as diversas realidades e experiências desse grupo.

No terceiro capítulo navegamos pela história do movimento LGBTQIAPN+ em diferentes escalas geográficas, focando especialmente no Maranhão, onde existem mais de 30 organizações LGBTQIAPN+ atuantes e por meio do trabalho árduo dessas instituições que algumas estratégias de proteção legal foram sancionadas em prol da referida população. Apesar dos esforços dessas instituições, ainda há assimetrias dentro do movimento que carecem de estudos e de investimentos, buscando soluções para uma melhor articulação entre os movimentos, incluindo uma descentralização política e administrativa.

No quarto capítulo, ao investigamos como as pessoas LGBTQIAPN+ ligadas à Universidade Federal do Maranhão utilizam o espaço urbano de São Luís, notamos uma diversidade sociodemográfica e uma variedade de experiências entre as pessoas entrevistadas. Vale destacar que a escolha da UFMA como campo de pesquisa foi motivada pelo fato de que as orientações sexuais e identidades de gênero das pessoas que por ela transitam são mais facilmente demarcadas social, cultural e politicamente.

À vista dessas informações, a maioria das pessoas entrevistadas tem entre 18 e 25 anos, está cursando ou concluindo o ensino superior e possui uma renda de até três salários-mínimos. Esses dados refletem a composição jovem do público universitário, com uma idade média de ingresso aos 19 anos e conclusão dos estudos aos 23 anos. Em relação à autoidentificação étnico-racial, quase 78% se declararam pretos ou pardos. Quanto à identidade de gênero e orientação sexual, a maioria se identificou como cisgênero, sendo as orientações gay e bissexual as mais comuns. Essas características, juntamente com o tempo e a frequência em determinados lugares, influenciam não apenas na escolha dos locais frequentados, mas também na construção da identidade individual e coletiva.

Durante as análises das entrevistas e seu cruzamento com as leituras, percebemos que, numa perspectiva topofílica, o Centro Histórico é o local mais visitado pela referida população, o que não significa que todos o achem seguro. As pessoas entrevistadas veem o Centro Histórico simbolicamente e imagetivamente como um espaço de segurança, pertencimento, expressão da identidade de gênero e orientação sexual, um espaço de encontros, lugar de performance e expressão de liberdade.

Quanto à topofobia, os participantes apresentaram respostas curiosas e um tanto generalistas: a maioria afirmou sentir desconforto em ir ou estar em lugares ditos de pessoas heterossexuais, inclusive aqueles que tocam alguns ritmos musicais, como pagode, sertanejo e forró. A construção imagética desses lugares de medo/desconforto é carregada de símbolos que podem ser atribuídos a experiências pessoais ou compartilhadas, influenciando nas escolhas dos locais frequentados.

Frente ao sentimento topofóbico, ao analisar contextualmente as narrativas das pessoas entrevistadas, verificamos que encontrar pessoas com identidade de gênero e orientações sexuais semelhantes ajuda a sentirem acolhimento, segurança, sentimento de aconchego, bem como criar laços de pertencimento, não só no Centro Histórico, mas também em outros espaços.

Portanto, nossa hipótese inicial de que os lugares da população LGBTQIAPN+ em São Luís são reflexos dos processos de (re)construção, ressignificação e tensionamento por e pelos indivíduos transviados e suas escolhas por frequentar ou não um determinado lugar advém de suas experiências e vivências individuais ou coletivas foi confirmada. Sendo assim, estar em ambientes que sejam de fato amigáveis à população LGBTQIAPN+ é uma válvula de escape para não se sentir retraído, discriminado ou ser vítima de violência.

No que diz respeito à violência com motivação LGBTQIAPN+fóbica, observamos que o Maranhão tem apresentado um recrudescimento no número de casos de assassinatos, principalmente nos últimos cinco anos. As pessoas entrevistadas, quando foram questionadas se já tinham sofrido violência por ser LGBTQIAPN+ em São Luís, 65% responderam afirmativamente, sendo as violências verbal, psicológica, moral e física as mais recorrentes. Cabe demarcar que a violência não atinge a população LGBTQIAPN+ da mesma forma, pois existem marcadores sociais que tornam parcelas dessa população mais vulneráveis, como as mulheres, as pessoas pretas e/ou pessoas trans.

Além dessas informações, 85% das pessoas entrevistadas disseram que acham que a cidade de São Luís tem poucos espaços amigáveis à população supracitada e, segundo elas, uma das sugestões que podem melhorar a sociabilidade LGBTQIAPN+ em São Luís seria a descentralização de espaços LGBTQIAPN+ para além do Centro Histórico/Reviver. Pois aqueles que residem em bairros mais distantes precisam fazer um longo percurso para chegar até o Centro e, como os estabelecimentos, como boates e bares, funcionam no período noturno, fazer este trajeto torna-se perigoso, sobretudo para aqueles corpos mais vulneráveis que fazem uso de transportes coletivos.

Quanto ao conhecimento e participação em instituições LGBTQIAPN+ em São Luís, 47.5% disseram que conheciam alguma organização, sendo que as três mais conhecidas foram o Grupo Gayvota, a AMATRA e o Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão. Todavia, quando perguntados se participavam de alguma instituição ligada aos direitos da população LGBTQIAPN+, apenas duas pessoas alegaram que participavam. Entre os principais motivos para a não participação, estão o desconhecimento e a falta de tempo.

Diante dessa situação, uma solução viável para aumentar o conhecimento sobre as instituições LGBTQIAPN+ a partir da UFMA seria promover mais encontros e espaços de diálogo na própria universidade sobre essa temática. Isso envolveria fortalecer grupos e núcleos de pesquisa dedicados ao estudo da população LGBTQIAPN+ e criar disciplinas tanto na graduação quanto na pós-graduação que abordem essa população. Além disso, seria

importante incentivar a formação de coletivos dentro da universidade formados por pessoas LGBTQIAPN+ para discutir questões que promovam a inclusão e diversidade na instituição.

Em relação às organizações LGBTQIAPN+ de São Luís entrevistadas, percebemos que elas possuem dificuldades externas (omissão ou demora do poder público, conservadorismo e pessoas que ocupam cargos políticos que não são sensíveis à pauta LGBTQIAPN+) e internas (desunião, sobreposição de pautas, masculinidade tóxica, necessidade de novas lideranças e participação da juventude). Assim como a maioria das pessoas entrevistadas, as lideranças/representantes das instituições disseram de forma uníssona que São Luís não é um local seguro para as pessoas LGBTQIAPN+ em razão do preconceito de raízes coloniais e pelo aumento de violências contra esta população.

Com base nisso, pretende-se disponibilizar a versão final da dissertação no formato digital para as instituições que foram entrevistadas, bem como apresentá-la (de forma remota ou presencial) para as referidas organizações. Além disso, é fundamental que o governo ofereça apoio às instituições LGBTQIAPN+ para que possam realizar suas atividades de forma eficaz, além de incentivar o empreendedorismo e ações de empregabilidade para os membros mais vulneráveis do grupo estudado.

Ademais, esperamos que este trabalho seja uma referência, principalmente no contexto da Geografia maranhense, que ainda carece de estudos sobre a população LGBTQIAPN+. Além disso, almejamos, por meio desta pesquisa, dar visibilidade a um grupo social historicamente marginalizado e, com isso, indagar quais são os lugares mais frequentados pela respectiva população, bem como os desafios e as perspectivas dessas pessoas frente à violência e demais entraves sociais no recorte escolhido.

Nesse contexto, as análises e reflexões empreendidas poderão auxiliar tanto as instituições sociais quanto o próprio Estado no que concerne à elaboração e fomento de ações e/ou políticas públicas destinadas à população estudada e aos movimentos que as representam, sobretudo no que diz respeito às questões de lazer, sociabilidade e segurança.

Aspiramos para que esta pesquisa possa dar suporte para a elaboração de futuras empreitadas científicas, bem como mostrar que o esforço metodológico aqui lançado só reforça a urgência que a Geografia Brasileira tem de incluir cada vez mais em seu corpo teórico e metodológico os segmentos e sujeitos aliçados das pesquisas, do meio social e dos vários setores da sociedade brasileira – como as pessoas trans, travestis, não binárias e outras identidades e orientações sexuais dissidentes –, para que seus corpos ocupem, além dos

estudos, os lugares na academia, ajudando a construir uma Geografia e uma sociedade mais plural, diversa e transgressora.

Por fim, ousou dizer que, hoje, eu, pessoa LGBTQIAPN+ periférico, só consigo ocupar e frequentar certos espaços e exercer alguns direitos porque meus antecessores lutaram para que isso acontecesse; e o que se espera é que a luta possa continuar para que as gerações futuras não tenham medo de expressar suas sexualidades e, muito menos, fiquem presas em “armários”.

REFERÊNCIAS

- ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ANTRA; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS – ABGLT. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022.** – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023, 73 p. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>. Acesso em: 24 out. 2023.
- AGÊNCIA TAMBOR. Reggae é importante para a cultura de São Luís. **Blog da Agência Tambor.** 2022. Disponível em: <https://agenciatambor.net.br/cultura/reggae-e-importante-para-a-cultura-de-sao-luis/>. Acesso em: 09 jul. 2023.
- AITH, F. Políticas públicas de Estado e de governo: instrumentos de consolidação do Estado Democrático de Direito e de promoção e proteção dos direitos humanos. In: BUCCI, M. P. D. (Org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico.** São Paulo: Saraiva, 2006, p. 217-246. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8003973/mod_resource/content/1/F%20AITH%20-%20Poli%CC%81ticas%20Pu%CC%81blicas%20de%20Estado%20e%20de%20Governo.pdf. Acesso em: 09 jan. 2024.
- ALEIXO, B. Artistas LGBT que marcaram a época no Brasil. **Blog do resistência arco-íris.** 2021. Disponível em: <https://resistenciaarcoiris.ensp.fiocruz.br/noticias/102-artistas-lgbt-que-marcaram-a-epoca-no-brasil.html>. Acesso em: 09 jun. 2024.
- ALIANÇA NACIONAL LGBTI. Bandeiras e símbolos. In: REIS, T. (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+.** 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBT / Gay Latino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 26 maio 2023.
- ALMEIDA, V. S. **Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo.** 2019. 273 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04032020-154531/publico/2019_ViniciusSantosAlmeida_VCorr.pdf. Acesso em: 26 maio 2023.
- ALVES, P. M.; DUARTE, T. S. As múltiplas estratégias territoriais da comunidade LGBTQIA+: o medo e o re-existir no espaço urbano do município de Pelotas/RS. In: Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, 14, 2021, João Pessoa. **Anais eletrônicos [...].** João Pessoa: ANPEGE, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78879>. Acesso em: 22 nov. 2023.
- ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H. G. F. D. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v.2, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X1992000200007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/yKQmzXgZMrdhBCMkdbYvJYj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2024.

AMORIM FILHO, O. B. Topofilia, Topofobia e Topocídio em MG. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. de (orgs). **Percepção Ambiental: A experiência brasileira**. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel. 1999.

ARAÚJO, D. B. D.; MOURA, J. D. P. Lugares e lugaridades: jovens falam de desejos, atitudes e sentidos em seus mundos. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 21 – 32, 2016. DOI: 10.5902/2236499420974. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/20974>. Acesso em: 11 nov. 2023.

ARAÚJO, M. **Território de lazer e sociabilidade de jovens LGBT no Centro de Florianópolis – SC**. 2018. 68 f. Monografia (Graduação em Geografia Licenciatura) - Universidade do Estado de Santa Catarina: Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00007d/00007d27.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA INTERSEXO – ABRAI. **Além do binário: entendendo a intersexualidade (uma cartilha para pais e responsáveis)**. 2023. 8 f. Disponível em: <https://abrai.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Cartilha-Alem-do-binario-1.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

ASSOCIAÇÃO MÃES PELA DIVERSIDADE. Quem somos. **Blog**. 2024. Disponível em: <https://maespeladiversidade.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 17 fev. 2024.

ASSOCIAÇÃO MARANHENSE DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – AMATRA. **Quem somos**. 2023. Disponível em: <https://ongamatra.wordpress.com/quem-somos/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

ÁVILA, F. Orgulho LGBTQIA+: Conheça as principais bandeiras e seus significados. **Blog OFuxico**. 2021. Disponível em: <https://www.ofuxico.com.br/lgbtqia/orgulho-lgbtqia-conheca-as-bandeiras-e-seus-significados/>. Acesso em: 26 maio 2023.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ANTRA. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. 121 f. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BARTELMEBS, R. C. A pesquisa participante e seus pressupostos teórico metodológicos. In: THUM, C.; BARTELMEBS, R. C. (Org.). **Metodologia de Pesquisa em Educação: pressupostos e experimentações**. Rio Grande: Editora da FURG, 2012. Disponível em: <https://sead.furg.br/images/cadernos/Novos/Cadernos/Volume08.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BENEVIDES, B. G., NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular; Distrito Drag; ANTRA; IBTE, 2021. 140 p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.

BLAKEMORE, E. Revolta de Stonewall deu origem ao movimento atual pelos direitos LGBTQ+. **National Geographic**. 2021. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2021/06/gay-lgbt-revolta-de-stonewall-movimento-atual-pelos-direitos-lgbtqia>. Acesso em: 14 nov. 2023.

BOFFI, L. C.; SANTOS, M. A. Percepções e Expectativas de Homens Trans acerca dos relacionamentos afetivo-sexuais pós-transição. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. 1-17, 2023. DOI: 10.1590/1982-3703003250825. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/NPPwS5ZFtKXKLM8HhRvZjgx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2023.

BOHRER, L. Desembargador derruba pedido de inclusão: IBGE não perguntará sobre orientação sexual no Censo. **Jornal Brasil de Fato**. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/28/desembargador-derruba-pedido-de-inclusao-e-ibge-nao-incluire-orientacao-sexual-no-censo-2022#:~:text=O%20desembargador%20Jos%C3%A9%20Amilcar%20Machado,sexual%20e%20identidade%20de%20g%C3%AAnero>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BORTOLETTO, G. E. **LGBTQIA+**: identidade e alteridade na comunidade. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Gestão de Produção Cultural) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/guilherme_engelman_bortoletto.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

BOURDIEU, P. **Sur la télévision, suivi de l'emprise du journalisme**. Paris, Liber, 1996.

BRABAW, K. A Complete Guide To All The LGBTQ+ Flags & What They Mean. **Refinery29**. 2019. Disponível em: <https://www.refinery29.com/en-us/lgbt-pride-flags-meaning#slide-2>. Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho nacional de saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília/DF, 24 maio de 2016.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2022.pdf. Acesso em: 21 dez. 2023.

_____. Lei nº 14.668, de 11 de setembro de 2023. Concede ao Município de São Luís, capital do Estado do Maranhão, o título de Capital Nacional do Reggae. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília/DF, 11 de setembro de 2023.

_____. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. **Histórico**. 2023a. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Content/history>. Acesso em: 20 nov. 2023.

_____. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Plataforma Sucupira. **Cursos Avaliados e Reconhecidos**. 2023b. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.jsf?areaAvaliacao=36&areaConhecimento=70600007>. Acesso em: 20 nov. 2023.

_____. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Plataforma Sucupira. **Dados Cadastrais do Programa**. 2023c. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/listaPrograma.jsf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

_____. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Histórico e evolução**. 2023d. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/info>. Acesso em: 20 nov. 2023.

_____. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr). **Sobre**. 2023e. Disponível em: <https://oasisbr.ibict.br/vufind/about/home>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL DE FATO. **Brasília recebe primeira 'Marsha' Trans do Brasil**. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/22/brasil-recebe-primeira-marsha-trans-do-brasil>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION – BBC. Dia do Orgulho Gay: os países onde é ilegal ser homossexual, 2021. **BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57641679>. Acesso em: 02 nov. 2023.

BOGEA, A. F. Um olhar sobre a construção do gênero: categoria analítica e questões sócio-políticas. **Revista Temática**, v. 14, n° 3, p. 127 – 139, 2018. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8931.2018v14n3.38870. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/38870>. Acesso em: 02 nov. 2023.

BUTTNER, A. Lar, Horizontes de alcance e o sentido de lugar. **Geograficidade** (Rio de Janeiro), v.5, n.1, p. 4 – 19, 2015. DOI: 10.22409/geograficidade2015.51.a12915. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12915>. Acesso em: 02 nov. 2023.

CABRAL, A. B.; CABRAL, E. N. B. Políticas de revitalização de centros históricos: materialidades e questões pertinentes a programas de habitação no Centro Histórico da cidade de São Luís (MA/Brasil). In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 9, 2019, São Luís. **Anais eletrônicos [...]**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2019. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/37.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

CABRAL, L. O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2, p. 141– 155, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/15626/14158>. Acesso em: 26 ago. 2023.

CAIXETA, I. Nova bandeira LGBT inclui cores trans, intersexo e da luta antirracista. **Jornal Estado de Minas (EM)**. 2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/12/07/noticia-diversidade,1430519/nova-bandeira-lgbt-inclui-cores-trans-intersexo-e-da-luta-antirracista.shtml>. Acesso em: 26 maio 2023.

CANABARRO, R. História e direitos sexuais no Brasil: o movimento LGBT e a discussão sobre a cidadania. In: Congresso Internacional de História Regional, 2, 2015, Rio Grande do Sul. **Anais eletrônicos [...]**. Rio Grande do Sul: Universidade de Passo Fundo, Programa de Pós-Graduação em História, 2015. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/historiaedireitoscanabarro.pdf>. Acesso em: 29 maio 2023.

CARDOSO, W. S.; MARINHO, T. N. A.; OLIVEIRA, L. G. N. A cidade capitalista e a (re)produção da segregação socioespacial: um olhar sobre o município de Belém/PA. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 8, 2017, São Luís. **Anais eletrônicos [...]**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo11/acidadecapitalistaeareproducaodasegregacaosocioespacialumolharsobreomunicipiodebel.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CARVALHO, E. O qualira, o baitola e a rapariga de Tutóia. **Blog**, 2016. Disponível em: <https://poetaelmar.blogspot.com/2016/03/o-qualira-o-baitola-e-rapariga-de-tutoia.html>. Acesso em: 14 nov. 2023.

COLLINS, P. H. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020. 91 p.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Discriminação e violência contra a população LGBTQIA+**: relatório da pesquisa. – Brasília: CNJ, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-pesquisa-discriminacao-e-violencia-contra-lgbtqia.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 1–13, 2008. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17591>. Acesso em: 4 nov. 2023.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Qualiragem**. 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/qualiragem/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

DUTRA, L. A. Política social e a luta do movimento LGBTQ no Brasil: conquistas e desafios. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas: civilização ou barbárie, centenário de Luxemburgo, uma rosa vermelha para a democratização socialista. 9, 2019, São Luís -MA. **Anais [...]**. – São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_312_3125cbb54147d07c.pdf. Acesso em: 02 set. 2023.

EMPODERADXS. **26 bandeiras que celebram o Orgulho LGBTQIA+ em suas mais diversas expressões**. 2020. Disponível em: <https://empoderadx.com.br/2020/08/07/26-bandeiras-que-celebram-o-orgulho-lgbtqia-em-suas-mais-diversas-expressoes/>. Acesso em: 10 maio 2023.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa. Relatório do diagnóstico. In: BATISTELLA, M.; BOLFE, E. L.; VICENTE, L. E.; VICTORIA, D. C.;

ARÁUJO, L. S. (Org.). **Relatório do Diagnóstico do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão**. Campinas, SP: Embrapa, 2013, 450 p. Disponível em: http://homologacao.zee.ma.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio_diagnostico_v1_macrozeema.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

ESTADO DO MARANHÃO. **Decreto nº 37.697, de 6 de junho de 2022**. Institui a Rede Estadual de Promoção, Defesa e Proteção e de Articulação de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e Queer no Estado do Maranhão. Disponível em: https://sedihpop.ma.gov.br/uploads/sedihpop/docs/Dec._37_.697_06_.06.22_Institui_Rede_LGBT_.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

_____. Secretaria de Estado da Saúde. Superintendência de Atenção Primária em Saúde. **Portaria/SES/MA nº 536, de 22 de maio de 2023**. Institui a Política Estadual de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (LGBTI+) do Maranhão. Secretaria de Estado da Saúde, SES, 2023a.

_____. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Apresentação. **Portal do Poder Judiciário**. 2023b. Disponível em: <https://www.tjma.jus.br/midia/diversidade/pagina/hotsite/500838>. Acesso em: 30 jun. 2023.

_____. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP. **Conselho Estadual dos Direitos das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CEDLGBT)**. 2023c. Disponível em: <https://sedihpop.ma.gov.br/programas-ou-campanhas/conselho-estadual-dos-direitos-das-lesbicas-gays-bissexuais-travestis-e-transexuais>. Acesso em: 04 ago. 2023.

_____. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP. Plano Estadual de Políticas Públicas para a população LGBTI+. 2023d. **Participa Maranhão: Plataforma Digital de Participação Popular do Maranhão**. Disponível em: <https://participa.ma.gov.br/plano-estadual-de-politicas-publicas-para-a-populacao-lgbti#>. Acesso em: 16 maio 2023.

FERREIRA, L. F. Iluminando o lugar: três abordagens (Relph, Buttimer e Harvey). **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 22, n. 1, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5216/bgg.v22i1.15378>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/15378/9428>. Acesso em: 28 dez. 2023.

FERREIRA, V. J.; MOURA, J. D. P. A percepção do espaço vivido por alunos da educação de jovens e adultos. In: Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**, v. 1, Curitiba, 2014, ISBN 978-85-8015-080-3. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_geo_artigo_vanderlei_jose_ferreira.pdf. Acesso em: 24 out. 2023.

FRANÇA, I. L. Espaço, Lugar e Sentidos: Homossexualidade, Consumo e Produção de Subjetividades na Cidade de São Paulo. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 4, n. 2, p.148 - 163, 2013. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/5086/pdf_82. Acesso em: 21 out. 2023.

GAMA, H. F. L. N. D. Escolhas teórico-metodológicas: a perspectiva fenomenológica e dialética no percurso da investigação sociológica do Turismo. **Revista Marketing & Tourism Review**, [S. l.], v. 4, n. 2, 2020. DOI: 10.29149/mtr.v4i2.5373. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/mtr/article/view/5373>. Acesso em: 10 fev. 2024.

GATTI, B. Quais são as bandeiras LGBTQIA+ e o que elas significam? **Revista Galileu**. 2021. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2021/06/quais-sao-bandeiras-lgbtqia-e-o-que-elas-significam.html>. Acesso em: 26 maio 2023.

GIOMETTI, A. B. R.; PITTON, S. E. C.; ORTIGOZA, S. A. G. **Leitura do Espaço Geográfico Através das Categorias**: Lugar, Paisagem e Território. 1ª ed, v. 9, editora: Unesp/UNIVESP, 2012.

GOMES FILHO, A. S.; MELO, M. A. S. Análise histórica do movimento LGBT mundial: do movimento homófilo a liberação gay nos Estados Unidos. In: Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidades (CONAGES), 10, 2014, Campina Grande. **Anais eletrônicos [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/5686>. Acesso em: 30 maio 2023.

GOMES, I.; MARLI, M. As cores da desigualdade. **Retratos – A Revista do IBGE**, n. 11, 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf. Acesso em: 02 out. 2023.

GONÇALVES, A. C., SPINELLI, A. C.; FERRAZZO, B.; CARVALHO, B. P.; BATISTA, C.; MONTEIRO, E.; HERNANDES, E.; MARTI, G.; SOUZA, G. R. A.; LAGAZZI, J. V.; FRAIGE, J.; REIMBERG, J.; MENDONÇA, L.; REIBSCHEID, M.; ADES, M.; WEI, S. S. **A Violência LGBTQIA+ no Brasil**. São Paulo: Clínica de Políticas de Diversidade da FGV Direito SP, 2020. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/14b4dc1c-1bf8-4431-a6bb-cdf01b705e76/content>. Acesso em: 3 dez. 2023.

GRUPO DIGNIDADE. Conceitos fundantes. In: NUNES, T. (Org.). **Ensaio sobre vivências reais de crianças e adolescentes transgêneros dentro do sistema educacional brasileiro**. – Curitiba: IBDSEX, 2021. Disponível em: https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2022/01/2021_GrupoDignidade_VivenciasCriançasTransEducacao.pdf. Acesso em: 03 fev. 2024.

GRUPO GAY DA BAHIA – GGH. A violência contra a população LGBT+ no Brasil. In: OLIVEIRA, J. M. D.; MOTT, L. (Org.). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil**: relatório 2022. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2023. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2023/01/19/mortes-violentas-de-lgbt-brasil-observatorio-do-grupo-gay-da-bahia-2022/>. Acesso em: 05 dez. 2023.

GRUPO DE PESQUISA GEOGRAFIA HUMANISTA CULTURAL – GHUM. **Geografia Humanista ou Humanística?**. 2023. Disponível em: <https://geografiahumanista.wordpress.com/about/geografia-humanista-ou-humanistica/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

GUAZI, T. S. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, [S. l.], v. 2, 2021. DOI: 10.18227/2675-3294repi.v2i0.7131. Disponível em: <https://revista.ufr.br/rep/article/view/e202114>. Acesso em: 15 out. 2023.

HASSELMANN, G. Breves reflexões sobre a judicialização da política e o ativismo judicial. **Blog do Consultor Jurídico**. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-set-05/hasselmann-judicializacao-politica-ativismo-judicial/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

HELENA, L. Quem foi Gilbert Baker, o criador da bandeira do arco-íris. **Revista Cláudia**. 2020. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/sua-vida/gilbert-baker-bandeira-lgbt-arco-iris-google-doodle>. Acesso em: 04 jul. 2023.

HOLZER, W. Lugar. **GEOgraphia**, v. 21, n. 47, p. 130 - 134, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2019.v21i47.a40757>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/40757>. Acesso em: 04 jan. 2024.

_____. Mundo e lugar: Ensaio de Geografia fenomenológica. In: MARANDOLA Jr, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. **Qual o espaço do lugar?**. 1ª ed. São Paulo: Editora perspectiva, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades – Regic**, 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. **IBGE Cidades/ São Luís**, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama>. Acesso em: 13 maio. 2022.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua**, 2023, p. 15. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004_informativo.pdf. Acesso em: 02 out. 2023.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2. ed. rev. e ampl. Brasília: Autor, 2012. Disponível em: <https://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2022.

LBS ADVOGADOS; CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Cartilha sobre a inclusão e direitos LGBTQIA+**: Não se limite apenas a levantar a bandeira do arco-íris durante o mês de junho. 2022. 63 f. Disponível em: <https://cdn.sinprodf.org.br/portal/uploads/2022/06/29190854/Cartilha-Inclusa%CC%83o-e-Direitos-LGBTQIA.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

LIMA JUNIOR, I. F.; SAMPAIO, R. O. Invisíveis urbanos: a relação da cidade e a comunidade LGBTQIA+. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT**, n. 1, p. 1- 7, 2021. Disponível em: http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/ZDcpggAjc4Y2SYS_2021-8-30-17-9-55.pdf. Acesso em: 24 out. 2023.

LOPES, J. N. D. Topofilia e Topofobia: entre a Geopsicologia e a Psicogeografia. **Geoconexões**, [S. l.], v. 1, n. 15, p. 212–230, 2023. DOI:

10.15628/geoconexes.2023.14702. Disponível em:
<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/geoconexoes/article/view/14702>. Acesso em: 14 nov. 2023.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2007.

MAIA, M.; GUZZO, L. LGBT e universidade: conheça a história, ações e pesquisas da UFU. **Portal de Notícias da Universidade Federal de Uberlândia**. 2019. Disponível em:
<https://comunica.ufu.br/noticias/2019/06/lgbt-e-universidade-conheca-historia-acoes-e-pesquisas-da-ufu#:~:text=O%20movimento%20LGBT%20come%C3%A7a%20a,Lampi%C3%A3o%20da%20Esquina%20e%20ChanacomChana>. Acesso em: 14 jan. 2024.

MARCHI, L.B. **Pontes da passagem**: Por uma fenomenologia do lugar. 2015. 119 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em:
https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/ARQUITETURA%20E%20URBANISMO/UFES_PPGAU_LIGIA_BETIM_MARCHI.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

MARQUES, C. F. **Travestis e Transexuais**: gênero e educação sexual em São Luís. 2016. 68 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em: <https://www.historia.uema.br/wp-content/uploads/2016/11/3.-caroline-ferreira-marques.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

MARTINS, A. M. M. **Educação e diversidade sexual**: a (in) visibilidade nos Planos de Ensino da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias no Ensino Médio Maranhense. 2016. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em:
<https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/2127/2/AlbertoMartins.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

MARTINS, I. M.; SILVA, M. N. S. Reflexões para pensar o lugar da população LGBTQIA+ na cidade de São Luís – MA. In: V EMGES–Encontro Maranhense sobre Gênero, Educação e Sexualidade & II SICODE–Simpósio Nacional Corpos e Diversidade na Educação–Corpos, Gêneros e Sexualidades nas Ciências Humanas e Sociais: desafios da atualidade **Anais** [...]. São Luís, p. 10 – 27, 2023. Disponível em: https://www.edufma.ufma.br/wp-content/uploads/woocommerce_uploads/2023/09/Anais-do-IV-EMGES.pdf. Acesso em: 17 ago. 2023.

MARTINS, S. Saiba os significados dos vários nomes de São Luís: da Ilha Magnética à Jamaica Brasileira. 2018. **O Imparcial**. Disponível em:
<https://oimparcial.com.br/cidades/2018/09/saiba-os-significados-dos-varios-nomes-de-sao-luis-da-ilha-magnetica-a-jamaica-brasileira/>. Acesso em: 23 out. 2023.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. **O espaço da diferença**. Campinas/SP: Papirus, p. 176-185, 2000.

MASTELARO NETO, W. A Bandeira das Assexualidades: Uma história. **Portal Bi-Sides**. 2020. Disponível em: <https://www.bisides.com/post/a-bandeira-das-assexualidades-uma-hist%C3%B3ria>. Acesso em: 01 set. 2023.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MILLER, V. Por que substituímos a sigla “GLS” por “LGBTQIA+”. **SCRUFF Gay Blog**. 2020. Disponível em: <https://gay.blog.br/gay/por-que-substituímos-a-sigla-gls-por-lgbtqia/>. Acesso em: 31 ago. 2023.

MINAYO, M.C.S. Ciência, Técnica e Arte: O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. de M. O lugar como uma construção social. **Formação (Online)**, [S. l.], v. 2, n. 14, 2011. DOI: 10.33081/formacao.v2i14.645. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/645>. Acesso em: 10 fev. 2024.

MOREIRA, G. Por trás do monograma do movimento LGBTQIAPN+. **Revista Temporis[ação]**, v. 22, n.02, p. 20-28, 2022. DOI:10.31668/rta.v22i02.13262. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/13262>. Acesso em: 10 fev. 2024.

MOTT, L. São Tibira do Maranhão. **Jornal Correio**. 2021. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/sao-tibira-do-maranhao/>. Acesso em: 30 maio 2023.

NASCIMENTO, L. C. P. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 192 p.

NAVES MOTA, C. H.; LAURENTIZ, L. C. Micropolíticas LGBT no Espaço Urbano de Uberlândia-MG. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, v. 19, n. 1, p. 51- 61, 2019. DOI: 10.5935/cadernos-arquitetura.v19n1p51-61. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/12109>. Acesso em: 27 out. 2023.

NEIVAS, G. S.; BAPTISTA, A. C. Análise exploratória de dados espaciais da violência contra LGBTQIA+ no Brasil. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 74, n. 1, p. 159-173, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia/article/view/61817>. Acesso em: 3 dez. 2023.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, 2000, p. 9 –41. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/38460>. Acesso em: 05 jul. 2023.

NOHS SOMOS. **30 de maio – dia das bandeiras**. 2020. Disponível em: <https://nohssomos.com.br/2020/05/30/30-de-maio-dia-das-bandeiras/#:~:text=Bandeira%20L%C3%A9sbica%20Labrys&text=As%20L%C3%A9sbicas>

%20come%C3%A7aram%20a%20usar,usar%20em%20campos%20de%20concentra%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 25 maio 2023.

NOHS SOMOS. Quem Nohs Somos: uma Startup de Impacto Social. **Blog**. 2023. Disponível em: <<https://nohssomos.com.br/>>. Acesso em: 08 maio. 2023.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ DO MARANHÃO. **História do Movimento LGBTI+ no Maranhão**. 2023. Disponível em: <https://observatoriolgbtima.com.br/memorial/historia-do-movimento-lgbti-no-maranhao/> Acesso em: 04 jan. 2023.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ DO MARANHÃO. **História do Movimento LGBTI+ no Maranhão**. 2023a. Disponível em: <https://observatoriolgbtima.com.br/memorial/historia-do-movimento-lgbti-no-maranhao/>. Acesso em: 04 jan. 2023.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ DO MARANHÃO. **Sobre o Observatório**. 2023b. Disponível em: <https://observatoriolgbtima.com.br/about/>. Acesso em: 04 jan. 2023.

O IMPARCIAL. Éguas! Brocado! Kiu: Veja 10 gírias que só os maranhenses usam. **Jornal o Imparcial**, 2017. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2017/02/eguas-brocado-kiu-veja-10-girias-que-so-os-maranhenses-usam/#:~:text=MERM%C3%83%20e%20MARRAP%C3%81,%E2%80%9D%20e%20E2%80%9Cmas%20rapaz%E2%80%9D>. Acesso em: 26 out. 2023.

O IMPARCIAL. Semana do Orgulho LGBTI+ encerra com parada na Litorânea: A Parada volta à Avenida Litorânea após 5 anos. **Jornal o Imparcial**, 2022. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2022/09/semana-do-orgulho-lgbti-encerra-com-parada-na-litoranea/>. Acesso em: 26 out. 2023.

OKA, M.; LAURENTI, C. Entre sexo e gênero: um estudo bibliográfico-exploratório das ciências da saúde. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 27, n.1, p. 238-251, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018170524>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/6DbV8gjdVXsry5QQ7KHKRB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 nov. 2023.

OLIVEIRA, A. S. F. **Espaço público e usos culturais**: a Praça Nauro Machado. 2019. 100 f. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019. Disponível em: https://patronage.fapema.br/anexos/ACC-PROD_0072020SECID-1313-20.pdf. Acesso em: 13 nov. 2023.

OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governo às políticas de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hMQyS6LdCNDK8tHk8gL3Z6B/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2024.

OLIVEIRA, T. L. O mercado de consumo LGBTI+ no Brasil: um estudo de caso sobre o pink money partir de São Paulo/SP. In: IRINEU, B. A.; LOPES, M. A.; ROCON, P. C.; SILVA,

M. A.; NASCIMENTO, M. A. N.; DUARTE, M. J.; JESUS, D. M.; JESUS, J. G.; RODRIGUES, G. O.; PASSAMAN, G. R. (Org.). **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. v. 1.

OLIVEIRA, V. H. N. Geografias das juventudes: a construção do estado da arte na pós-graduação brasileira. **ParaOnde!?**, Porto Alegre, v.17, n. 2, p. 59-78, 2023. DOI: 10.22456/1982-0003.130242. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/130242>. Acesso em: 3 dez. 2023.

ORIENTANDO. Gay. **Orientando**: um espaço de aprendizagem. 2023. Disponível em: <https://orientando.org/listas/lista-de-orientacoes/gay/>. Acesso em: 26 maio 2023.

ORNAT, M. J. Sobre Espaço e Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista. **Terr@ Plural**, v. 2, n. 2, p. 309–322, 2008. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/1182>. Acesso em: 4 nov. 2023.

ORNAT, M. J.; SILVA, J. M.; CHIMIN JUNIOR, A. B. Espaço, ONGs LGBT e cidadania no sul do Brasil. **Espaço e Cultura**, [S. l.], n. 38, p. 35–64, 2015. DOI: 10.12957/espacoecultura.2015.29070. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/29070>. Acesso em: 19 jan. 2024.

PASSOS, R. L. G. A fragilidade do discurso da neutralidade no planejamento da cidade: perspectiva de gênero e o espaço urbano. **Indisciplinar**, v. 5, nº1, p. 154–177. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32671/26171>. Acesso em: 19 jan. 2024.

PAULA, L. A. C.; PEDROSO, M. F. Gênero em espacialidades geográficas: trajetórias e coetaneidade. **Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, v. 1, n. 16, p. 5–19, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7341. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/7341>. Acesso em: 10 fev. 2024.

PAUSINI, L. Casa FloreSer Maranhão. **Blog Translúcido**. 2021. Disponível em: <https://pausini.wordpress.com/2021/11/21/casa-floreser-maranhao/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

PEIXOTO, P. Conheça cores e significados das principais bandeiras que representam a diversidade LGBTQIA+. **Revista Cenarium Amazônia**. 2021. Disponível em: <https://revistacenarium.com.br/conheca-cores-e-significados-das-principais-bandeiras-que-representam-a-diversidade-lgbtqia/>. Acesso em: 25 maio 2023.

PEREIRA, L. A. G.; CORREIA, I. S.; OLIVEIRA, A. P. Geografia Fenomenológica: espaço e percepção. **Revista Caminhos de Geografia** (Uberlândia), v. 11, n. 35, p. 173–178, 2010. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCG113516271>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16271>. Acesso em: 4 fev. 2023.

PERET, L. E. N. Pegação, Cidadania e Violência: as Territorialidades do Imaginário da População LGBT do Rio de Janeiro. **Contemporânea**, ed. 14, v. 8, nº1, p. 6 – 76, 2010. DOI: <https://doi.org/10.12957/contemporanea.2010.696>. Disponível em:

http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_14/contemporanea_n14_06_Peret.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.

PETRY, A. R.; MEYER, D. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Revista Textos & Contextos** (Porto Alegre), [S. l.], v. 10, n. 1, p. 193–198, 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7375>. Acesso em: 4 mar. 2023.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. SECRETARIA MUNICIPAL DO TURISMO. Breve Histórico de São Luís. In: SANTOS, S. R. et al., (Org.). **Boletim de investimentos do turismo da cidade de São Luís**. São Luís: 2022. 113 f. Disponível em: [https://www.saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/Copia\(01\)_3768_setur_-_investimentos.pdf](https://www.saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/Copia(01)_3768_setur_-_investimentos.pdf). Acesso em: 13 nov. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. **Novo Plano Diretor de São Luís**. Anexo I - Mapa de Delimitação de Áreas Urbana e Rural. 2023. Disponível em: <https://www.saoluis.ma.gov.br/incid/conteudo/4023>. Acesso em: 13 jul. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). **Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo**. 2015. 43 f. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/0003.pdf. Acesso em: 13 fev. 2024.

PUCCINELL, B. Como Encontrar um “Gueto Gay”: possibilidades analíticas de uma expressão controversa. **Gênero na Amazônia**, Belém, n. 6, p. 165- 182, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/rcga.v0i6.13205>. Disponível em: https://www.generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-6/artigos/8_Como_Encontrar_um_Gueto_Gay.pdf. Acesso em: 13 fev. 2024.

QUEIROZ, D., AUDI, A. Cotas trans: apenas duas das universidades federais das capitais oferecem vagas. **Reportagem da Agência Pública**. 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/01/cotas-trans-apenas-duas-das-universidades-federais-das-capitais-oferecem-vagas/>. Acesso em: 13 jan. 2024.

RAMACCIOTTI, B. L.; CALGARO, G. A. Construção do conceito de minorias e o debate teórico no campo do Direito. **Sequência Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, v. 42, n. 89, p. 1–30, 2022. DOI: 10.5007/2177-7055.2021.e72871. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/72871>. Acesso em: 10 jun. 2024.

RELPH, E. An inquiry into the relations between phenomenology and geography. **Canadian Geographer**, v.14, nº3, p. 193-201, 1970.
RELPH, E. C. As bases fenomenológicas da Geografia. **Revista Geografia**, v. 4, n. 7, p. 1-25, 1979. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14763/11395>. Acesso em: 24 out. 2023.

ROCHA, M. B.; CAVALCANTE, L. L.; SOUZA, I. L. Política de morte e bolsonarismo: da invisibilidade a resistência LGBTI. In: IRINEU, B. A.; LOPES, M. A.; ROCON, P. C.;

SILVA, M. A.; NASCIMENTO, M. A. N.; DUARTE, M. J.; JESUS, D. M.; JESUS, J. G.; RODRIGUES, G. O.; PASSAMANI, G. R. **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências**. v. 1. – Campina Grande: Realize editora, 2021. 3616 f.

Disponível em:

<https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/cinabeh/2021/ebook1/01112021170150-E-BOOK-CINABEH--POLITICAS-DA-VIDA--COPRODUCOES-DE-.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2024.

RODRIGUES, J. N. C. R. **Passabilidade e Possibilidades**. 2023. 200 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023. Disponível em: <https://tedeuc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/4804/2/JULIANAOMI.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

RODRIGUES, P. R. A.; ANDRADE, K. S. **Pequeno Vocabulário Pajubá Palmense**.

Editora Scienza: São Carlos, 2023. 32 p. Disponível em:

<https://editorascienza.com.br/ebook/pajuba.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2023.

SANTOS, A. E. C. dos; CHAGAS, B. I. L.; ORNAT, M. J. A produção científica brasileira sobre travestilidades e transexualidades: da doença à resistência. **Terr@ Plural**, v. 14, p. 1–19, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/14487>. Acesso em: 26 out. 2023.

SANTOS, A. F. S. **Racialidades e a produção de artigos científicos no conhecimento geográfico brasileiro entre 2001 e 2018**. 162 f. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/3718/1/Adir%20Fellipe%20Silva%20Santos.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. – 6. Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. – 4. ed. 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Da totalidade ao Lugar**. 1 ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, K. V. A. **(Des)conhecimento de direitos? : percepções sobre o nome social para pessoas trans em São Bernardo – MA**. 2022. 89 f. Monografia (Graduação em Ciências Humanas – Sociologia) – Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo, 2022.

Disponível em:

<https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/5552/1/KAWANY%20VICT%20c3%93RYA%20ALMEIDA%20DOS%20SANTOS.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SEPULVEDA, D.; CORREA, R; FREIRE, P. **Gêneros e sexualidades: noções, símbolos e datas**. [Livro eletrônico]. – Rio de Janeiro: Ed. Dos Autores, 2021. ISBN: 978-65-00-29835-2. Disponível em: <https://portaldobicentenario.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Glossario-v05.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SILVA, A. L.; SANTOS, S. M. M. O sol não nasce para todos: uma análise do direito à cidade para os segmentos LGBT. **SER Social**, Brasília, v. 17, n. 37, p. 498–516, 2016. DOI:

10.26512/ser_social.v17i37.14259. Disponível em:
https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14259. Acesso em: 24 out. 2023.

SILVA, C. M. T. **Sentidos de lugar**: análise das percepções espaciais da comunidade LGBT no centro de Florianópolis – SC. 2017. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000048/00004858.pdf>. Acesso em: 21 out. 2023.

SILVA, C. N.; SGANZERLA, R. B.; RAJÃO, P. I.; SILVA, L. O.; ASSIS, D. X.; CROSSETTI, B. Mapeamento de Políticas Públicas LGBTQI+ nos governos Estaduais e Distrito Federal. In: SILVA, C. N.; SGANZERLA, R. B (Org.). **Pesquisa do Projeto Atenas** – Estratégias e ações em advocacy para cidadania LGBTQI+ nos Poderes Executivos. Rio de Janeiro: Aliança Nacional LGBTQI+ & Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT, 2022. Disponível em: <https://heyzine.com/flip-book/261b2a0d53.html#page/2>. Acesso em: 22 abr. 2023.

SILVA, J. M. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, nº 262, p. 1– 13, 15, 2000. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/1212/Os%20estudos%20de%20g%C3%AAnero%20no%20Brasil%20algumas%20considera%C3%A7%C3%B5es.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2167>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SILVA, J. M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: _____. (Org.). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009. Disponível em: <https://www.todapalavraeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/04/E-book.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. “Enfrentando tabus no Discurso Geográfico Brasileiro”: entrevista com Benhur Pinós da Costa. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 2, p. 208-233, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.11.i2.0010>. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/17591/209209214020>. Acesso em: 24 dez. 2023.

SILVA, R. G. L. B.; BEZERRA, W. C.; QUEIROZ, S. B. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 3, p. 364-372, 2015. DOI: 10.11606/issn.2238-6149.v26i3p364-372.

SIMAKAWA, V. V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>. Acesso em: 05 jul. 2023.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-99, 1995.

- SODRÉ, R. B. **O Maranhão Agrário: dinâmicas e conflitos territoriais**. 2017. 211 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017. Disponível em: https://www.ppgeo.uema.br/wp-content/uploads/2020/12/RONALDO_SODR%C3%89-DISSERTA%C3%87%C3%83O.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.
- SOUSA, P. J.; FERREIRA, L. O. C.; SÁ, J. B. Estudo descritivo da homofobia e vulnerabilidade ao HIV/Aids das travestis da Região Metropolitana do Recife, Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n° 8, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000800008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/qBnD5HrhKzHbgv7LXdSk4bQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- SOUZA, G. Dinheiro acima do Orgulho: O que são Pink Money e Pinkwashing?. **Agência Jovem de Notícias**. 2023. Disponível em: <https://agenciajovem.org/dinheiro-acima-do-orgulho-o-que-sao-pink-money-e-pinkwashing/>. Acesso em: 29 ago. 2023.
- SUESS, R. C.; SOBRINHO, H.C.; LEITE, C. M.C. Perspectivas acerca do conceito de lugar para os docentes e discentes de colégios estaduais do município de Formosa-Goiás. **Revista Eletrônica Georaguaiá** (Barra do Garças), v. 7, n.1, p. 44 – 58, 2017. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/6800>. Acesso em: 20 out. 2023.
- SUESS, R. C.; LEITE, C. M. C. Lugar e geografia humanista: uma proposição para a geografia escolar. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [S. l.], v. 22, p. e22, 2019. DOI: 10.5902/2236499426066. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/26066>. Acesso em: 11 fev. 2024.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. **Portal STF**, 2019. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 21 jan. 2023.
- THIRYCHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, v.02, n°.2, p. 20 – 27, 2009. Disponível em: https://revistapmkt.com.br/wp-content/uploads/2009/03/SATURACAO_EM_PESQUISA_QUALITATIVA_ESTIMATIVA_EMPIRICA_DE_DIMENSIONAMENTO.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.
- TONELI, M.J.F. Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In JACÓ-VILELA, A.M.; SATO, L. (Orgs.). **Diálogos em psicologia social [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 147–167. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-12.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2023.
- TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa m Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.pdf. Acesso em: 05 jul. 2023.
- TUAN, Yi-Fu. Place: an experiential perspective. **Geographical Review**, v. 65, n. 2, p. 151-165, 1975.

_____. Space and place: humanistic perspective. In: GALE, S.; OLSSON, G (eds.) **Philosophy in Geography**. Dordrecht, Reidel Publ. Co., 1979, p. 387- 427.

_____. **Topofilia**: um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo, SP: DIFEL, 1980, 288p.

_____. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. –São Paulo: DIFEL, 1983.

UNAIDS. **Guia de terminologia do UNAIDS**. 2017. 46 f. Disponível em: https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2017/10/WEB_2017_07_12_GuiaTerminologia_UNAIDS.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA. **Relatório de Grupos de Pesquisa**. 2023. 136 f. Disponível em: <https://portalpadrao.ufma.br/ageufma/pesquisa/documentos-da-cppi/relatorio-de-grupos-de-pesquisa-da-ufma-2023-1.pdf/view>. Acesso em: 30 jan. 2024.

VAN DEURSEN, M. A. P. O. História do Maranhão manchada pela homofobia. **Blog Bulicoso**: mídia livre e solta do Maranhão, 2021. Disponível em: <https://bulicoso.com.br/historia-do-maranhao-manchada-pela-homofobia/>. Acesso em: 30 maio 2023.

VASCONCELLOS, V. M. R. de; NASCIMENTO DA SILVA, A. P. P.; DE SOUZA, R. T. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. **Educação**, v. 43, n. 3, p. 1–12, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2020.3.37452>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/faced/article/view/37452>. Acesso em: 4 dez. 2023.

VERMELHO. UNALGBT completa 5 anos e lança manifesto “Sonhar, lutar, conquistar!”. **Jornal Vermelho**. 2020. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2020/10/16/unalgbt-completa-5-anos-e-lanca-manifesto-sonhar-lutar-conquistar/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

VIAG. **Turismo LGBT**: São Luís, a Ilha do Amor, está pronta para te amar! 2023. Disponível em: <https://revistaviag.com.br/turismo-lgbt-sao-luis-maranhao-roteiro/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

VIEGAS, E. O índio executado a tiro de canhão tido como 'primeiro mártir da homofobia no Brasil'. **BBC News Brasil**, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55462549>. Acesso em: 10 jan. 2024.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 10 fev. 2024.

VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA (VOLP). Busca no Vocabulário: **Rolé**. 2023. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em: 4 dez. 2023.

ANEXOS

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O LUGAR DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NO ESPAÇO URBANO DE SÃO LUÍS

Pesquisador: IAN MOURA MARTINS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 68096923.0.0000.5087

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHAO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.196.413

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa de mestrado *stricto sensu* tem como objetivo analisar os lugares geográficos mais frequentados pelas pessoas LGBTQIAPN+ e o lugar deles enquanto sujeitos de direitos no espaço urbano dissidente de São Luís – MA. De forma geral, a pesquisa adotará como método a Fenomenologia aliada a uma abordagem dialética, que, por sua vez, dialogam diretamente com as categorias geográficas lugar e espaço geográfico.

Esses aportes metodológicos juntamente como a pesquisa participante, de cunho qualitativo e quantitativo, serão imprescindíveis para a construção e consolidação da coleta de dados e do processo de análise dos resultados. A coleta de dados primária dar-se-á por meio de uma pesquisa de campo na Cidade Universitária Dom Delgado da Universidade Federal do Maranhão. A coleta será iniciada nos prédios com maior concentração de cursos, são eles: Centro de Ciências Humanas (CCH); Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET); Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Sociais (CCSO) e o Centro Pedagógico Paulo Freire. O instrumento da coleta de dados será um roteiro de entrevistas

semiestruturadas. Para a coleta em campo será utilizada a técnica de coleta de dados não probabilística chamada de bola de neve e serão feitas 50 entrevistas semiestruturadas com pessoas autodeclaradas LGBTQIAPN+. Como a amostragem mínima são de 50 pessoas, espera-se entrevistar pelo menos 10 indivíduos em cada prédio. Além destes, pretende-se realizar também entrevistas semiestruturadas com as lideranças das organizações, instituições e movimentos

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho
 Bairro: Bacanga CEP: 65.060-805
 UF: MA Município: SAO LUIS
 Telefone: (98)3272-8708 Fax: (98)3272-8003 E-mail: cepufma@ufma.br

Continuação do Parecer: 6.196.413

sociais ligados à pauta LGBTQIAPN+. O levantamento documental de produções técnico-científicas ou documentos de relevância acerca das articulações e lutas e os cenários das políticas públicas e/ou as ações afirmativas direcionadas à população

LGBTQIAPN+ em nível estadual e local irão compor os dados secundários. A coleta desses dados acontecerá de maneira direta no site de domínio público das instituições que apresentem regularidade (semestral ou anual) de publicação. As instituições que se enquadram nesses critérios são: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); Grupo Gay da Bahia (GGB); Observatório Brasileiro LGBTI+ Janaína Dutra e o Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão. Posteriormente à etapa de coleta de dados, os dados obtidos serão tabulados nos programas Excel e Word. Depois de tabulados, os dados serão materializados em gráficos, quadros, tabelas, mapas ou diagramas. No âmbito desse processo, esta proposta de pesquisa tem a oportunidade de ser um trabalho de referência principalmente no contexto da Geografia maranhense, que ainda carece de estudos sobre a população LGBTQIAPN+, ao mesmo tempo em que almeja dar visibilidade a um grupo social que é historicamente marginalizado. Ademais, espera-se que este trabalho possa auxiliar tanto as instituições sociais e oficiais quanto o próprio Estado, no que tange à elaboração e fomentação sobretudo de ações e/ou políticas públicas direcionadas à população analisada

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar os lugares geográficos mais frequentados pelas pessoas LGBTQIAPN+ e o lugar deles enquanto sujeitos de direitos no espaço urbano dissidente de São Luís – MA.

Objetivo Secundário:

- Identificar a partir de entrevistas feitas na Cidade Universitária Dom Delgado da Universidade Federal do Maranhão os lugares mais frequentados pela população LGBTQIAPN+ em São Luís, os motivos para a escolha desses lugares e a possível relação deles com a constituição de espaços tidos como "gay friendly";
- Caracterizar o perfil demográfico e socioeconômico do público-alvo, além da conformação dos estabelecimentos e a articulação dos movimentos e instituições sociais ligados à pauta LGBTQIAPN+ no recorte empírico escolhido;
- Mapear os lugares indicados pela comunidade e as dinâmicas que envolvem as percepções tanto do reconhecimento quanto o pertencimento a esses lugares;
- Analisar as estratégias de uso e apropriação desses lugares pelas pessoas LGBTQIAPN+ frente às possíveis situações de violências, preconceito e discriminação

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho
 Bairro: Bacanga CEP: 65.080-805
 UF: MA Município: SAO LUIS
 Telefone: (98)3272-8708 Fax: (98)3272-8003 E-mail: cepufma@ufma.br

Continuação do Parecer: 6.196.413

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Cabe pontuar que, a pesquisa apesar de não oferecer riscos à integridade física das participantes, pode provocar um desconforto pelo tempo exigido (duração aproximada de 20 minutos) ou até um acanhamento pelo teor dos questionamentos. Para minimizar possíveis riscos ou danos serão adotadas as seguintes medidas: garantir local reservado, recusa inócua e garantia de que o pesquisador seja habilitado aos métodos de coleta dos

dados, inclusive para que estejam atentos aos sinais verbais e não verbais de desconforto. Além disso, o pesquisador assumirá a responsabilidade

de manter em arquivo sob sua guarda, por cinco anos, os dados obtidos durante a realização da pesquisa.

Benefícios:

Em contrapartida aos riscos, esta pesquisa também possui alguns benefícios, entre eles, a possibilidade de compartilhar os resultados obtidos por meio de publicação em periódicos ou em capítulos de livros, assim como oferecer subsídios e reflexões para pesquisas futuras ou para elaboração e efetivação de políticas públicas destinadas à população estudada.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Nenhum

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Entregues de forma satisfatória

Recomendações:

Justificar, do ponto de vista metodológico, o tamanho da amostra

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Nenhuma

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_P ROJETO_2101204.pdf	17/03/2023 16:14:22		Aceito
Orçamento	Orcamento.docx	17/03/2023 16:13:18	IAN MOURA MARTINS	Aceito

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1968 CEB Velho
 Bairro: Bacanga CEP: 65.060-805
 UF: MA Município: SAO LUIS
 Telefone: (98)3272-8708 Fax: (98)3272-8003 E-mail: cepufma@ufma.br

Continuação do Parecer: 6.196.413

Outros	declaracao_coleta_de_dados.pdf	17/03/2023 16:11:07	IAN MOURA MARTINS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_completo.docx	17/03/2023 16:09:41	IAN MOURA MARTINS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	17/03/2023 16:09:25	IAN MOURA MARTINS	Aceito
Brochura Pesquisa	Projeto_completo_ian.pdf	17/03/2023 16:06:04	IAN MOURA MARTINS	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado_assinado.pdf	17/03/2023 16:05:23	IAN MOURA MARTINS	Aceito
Outros	Lattes.pdf	10/03/2023 16:06:28	IAN MOURA MARTINS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	10/03/2023 15:57:48	IAN MOURA MARTINS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO LUIS, 23 de Julho de 2023

Assinado por:
Emanuel Péricles Salvador
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho
 Bairro: Bacanga CEP: 65.060-805
 UF: MA Município: SAO LUIS
 Telefone: (98)3272-6708 Fax: (98)3272-8003 E-mail: cepufma@ufma.br

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS PARTICIPANTES

Entrevistado nº _____

Data da entrevista: ___/___/_____

Local da entrevista: _____

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Idade

entre 18 e 25 anos entre 26 e 33 anos entre 34 e 41 anos mais de 42 anos

1.2 Raça/etnia

branca parda preta amarela indígena

1.3 Identidade de gênero

Homem Cisgênero Mulher Cisgênero Homem Transgênero Mulher Transgênero Não binário Travesti Gênero Fluido Outro _____

1.4 Orientação sexual

Gay Lésbica Bissexual Pansexual Assexual Heterossexual
 Outro _____

1.5 Maior grau de Escolaridade

Ensino Superior Incompleto Ensino Superior Completo Especialização Mestrado Doutorado

1.6 Qual a sua renda mensal tomando como base o salário mínimo de 1.320 reais?

Nenhuma renda Até 1 salário mínimo De 1 a 3 salários mínimos De 3 a 6 salários mínimos De 6 a 9 salários mínimos Mais de 10 salários.

1.7 Qual o seu curso?

2 CARACTERÍSTICAS DOS LUGARES

2.1 Em qual bairro você mora?

2.2 Quais lugares público ou privado você enquanto pessoa LBGTQIAPN+ mais frequenta em São Luís?

2.3 E os motivos pelos quais você mais frequenta esses lugares?

2.4 O que faz com que você se reconheça nesses lugares? Relate os motivos.

2.5 Há quanto tempo você frequenta esses lugares?

menos de 1 ano entre 1 e 5 anos entre 5 e 10 anos mais de 10 anos

2.6 Com que frequência você vai a algum desses lugares?

semanalmente quinzenalmente mensalmente ocasionalmente

2.7 Você acha esses lugares citados seguros?

Sim Não

2.8 Por quais motivos você considera esses lugares como seguro ou não. Detalhe.

2.9 Você já sofreu algum tipo de violência em São Luís por ser LGBTQIAPN+?

Sim Não

2.10 Caso a sua resposta seja sim, qual (is) da(s) violência(s) você já foi vítima?

física verbal sexual moral psicológica patrimonial

Outro _____

2.11 Em quais lugares em São Luís você tem medo de frequentar?

2.12 Por que você tem medo de frequentá-los? Relate os motivos.

2.13 Você acha que a cidade de São Luís tem poucos espaços destinados à população LGBTQIAPN+?

Sim Não

2.14 Caso a sua resposta na questão anterior tenha sido afirmativa, o que você acha que precisa melhorar? Detalhe.

2.15 Você participa ou conhece algum movimento social ou ONGs ligados aos direitos da população LGBTQIAPN+? Se sim, relate.

2.16 Qual a sua leitura sobre a UFMA enquanto pessoa LGBTQIAPN+?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS OU INSTITUIÇÕES/ORGANIZAÇÕES LIGADOS A PAUTA LBGTQIAPN+

Data da entrevista: ___/___/_____

Nome da Instituição: _____

1. Em que ano essa instituição foi criada?

2. Poderia relatar sobre o processo de criação dessa instituição?

3. Quais as principais pautas defendidas por essa instituição?

4. Quantas pessoas participam direta desta instituição?

5. De que maneira as pessoas podem participar e/ou ingressar na instituição que você representa?

6. No decorrer do seu processo de atuação, quais foram as principais conquistas ou eventos realizados em prol da população LBGTQIAPN +?

7. Quais as maiores dificuldades em defender e representar a população LBGTQIAPN+?

8. O que você acha sobre a quantidade e qualidade dos lugares de lazer e sociabilidade LBGTQIAPN+ em São Luís?

9. Você acha que São Luís é uma cidade segura para a população LBGTQIAPN+? Relate.

10. Existe alguma informação que você queira relatar sobre a instituição ou sobre a população LBGTQIAPN+?

**APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
PARA AS PESSOAS ENTREVISTADAS NA UFMA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA –PPGGEO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro (a) participante,

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa de mestrado intitulada **O LUGAR DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NO ESPAÇO URBANO DE SÃO LUÍS – MA** (título sujeito a alteração). O objetivo desta pesquisa é: **Analisar os lugares geográficos mais frequentados pelas pessoas LGBTQIAPN+ e o lugar deles enquanto sujeitos de direitos no espaço urbano dissidente de São Luís – MA.** O (a) pesquisador (a) responsável por essa pesquisa é **Ian Moura Martins**, Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão (PPGGEO – UFMA) sob o número da matrícula 2022102548, tendo como orientador o **Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva**, professor da Instituição de Ensino UFMA.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. A sua participação será por meio de uma entrevista individual com 23 perguntas (abertas e fechadas) com duração mínima de 20 minutos, que será gravada em áudio, caso seja permitido pelos sujeitos pesquisados e que posteriormente será transcrita pelo pesquisador responsável. O local e a data dependem da combinação prévia entre participantes e pesquisadores.

A pesquisa, através de entrevista, não oferece riscos à sua integridade física como participante, mas no mínimo pode provocar um desconforto pelo tempo exigido ou até um constrangimento pelo teor dos questionamentos. Para minimizar os riscos serão adotadas as seguintes medidas: a) garantir local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras; b) garantir que os pesquisadores sejam habilitados aos métodos de coleta dos dados, inclusive para que estejam atentos aos sinais verbais e não verbais de desconforto. Além disso, você possui a liberdade de retirar sua permissão a qualquer momento, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

Ressaltamos que você tem o direito de ser mantido (a) atualizado (a) sobre os resultados parciais da pesquisa. Esclarecemos que ao concluir a pesquisa será comunicado (a) dos resultados finais. Não há despesas pessoais para o (a) participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será paga pelos responsáveis pela pesquisa, de acordo com orçamento previsto/planejado.

Para maiores informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), que está disponível para leitura no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_antes_de_Pesquisa_2020.pdf.

Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador responsável. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, podendo ser veiculados através de artigos científicos e revistas especializadas e/ou encontros científicos e congressos, sempre resguardando sua identificação. Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será impresso em duas vias, uma delas ficará com o pesquisador e a outra com você, sujeito pesquisado. Em qualquer etapa do estudo, poderá contatar os pesquisadores para o esclarecimento de dúvidas ou para retirar o consentimento de utilização dos dados coletados.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode entrar em contato com o pesquisador através do (s) telefone(s)/WhatsApp: [9898175-4858], pelo e-mail [ian.moura@discente.ufma.br] e endereço [Av. dos Portugueses, 1966, Bairro Bacanga, Prédio do Centro de Ciências Humanas, bloco 2, Secretaria de Pós-Graduação em Geografia].

Consentimento do (a) participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o (a) pesquisador (a) e aceito participar, sabendo que posso desistir em qualquer momento, durante e depois de participar. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo mantendo em sigilo minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do (a) participante: _____

Assinatura: _____

Local e data: _____

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do pesquisador: _____

Assinatura: _____

Local e data: _____

**APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
PARA AS ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS LGBTQIAPN+**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA –PPGCEO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro (a) participante,

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa de mestrado intitulada **O LUGAR DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NO ESPAÇO URBANO DE SÃO LUÍS – MA** (título sujeito a alteração). O objetivo desta pesquisa é: **Analisar os lugares geográficos mais frequentados pelas pessoas LGBTQIAPN+ e o lugar deles enquanto sujeitos de direitos no espaço urbano dissidente de São Luís – MA.** O (a) pesquisador (a) responsável por essa pesquisa é **Ian Moura Martins**, Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão (PPGCEO – UFMA) sob o número da matrícula 2022102548, tendo como orientador o **Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva**, professor da Instituição de Ensino UFMA.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. A sua participação será por meio de uma entrevista individual com 10 perguntas abertas com duração mínima de 10 minutos, que será gravada em áudio, caso seja permitido pelos sujeitos pesquisados e que posteriormente será transcrita pelo pesquisador responsável. O local e a data dependem da combinação prévia entre participantes e pesquisadores.

A pesquisa, através de entrevista, não oferece riscos à sua integridade física como participante, mas no mínimo pode provocar um desconforto pelo tempo exigido ou até um constrangimento pelo teor dos questionamentos. Para minimizar os riscos serão adotadas as seguintes medidas: a) garantir local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras; b) garantir que os pesquisadores sejam habilitados aos métodos de coleta dos dados, inclusive para que estejam atentos aos sinais verbais e não verbais de desconforto. Além disso, você possui a liberdade de retirar sua permissão a qualquer momento, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

Ressaltamos que você tem o direito de ser mantido (a) atualizado (a) sobre os resultados parciais da pesquisa. Esclarecemos que ao concluir a pesquisa será comunicado (a) dos resultados finais. Não há despesas pessoais para o (a) participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será paga pelos responsáveis pela pesquisa, de acordo com orçamento previsto/planejado.

Para maiores informações sobre os direitos dos participantes de pesquisa, leia a Cartilha dos Direitos dos Participantes de Pesquisa elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), que está disponível para leitura no site:

http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_antes_de_Pesquisa_2020.pdf.

Todas as informações obtidas por meio de sua participação serão de uso exclusivo para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador responsável. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, podendo ser veiculados através de artigos científicos e revistas especializadas e/ou encontros científicos e congressos, sempre resguardando sua identificação. Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será impresso em duas vias, uma delas ficará com o pesquisador e a outra com você, sujeito pesquisado. Em qualquer etapa do estudo, poderá contatar os pesquisadores para o esclarecimento de dúvidas ou para retirar o consentimento de utilização dos dados coletados.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode entrar em contato com o pesquisador através do (s) telefone(s)/WhatsApp: [9898175-4858], pelo e-mail [ian.moura@discente.ufma.br] e endereço [Av. dos Portugueses, 1966, Bairro Bacanga, Prédio do Centro de Ciências Humanas, bloco 2, Secretaria de Pós-Graduação em Geografia].

Consentimento do (a) participante

Eu, abaixo assinado, entendi como é a pesquisa, tirei dúvidas com o (a) pesquisador (a) e aceito participar, sabendo que posso desistir em qualquer momento, durante e depois de participar. Autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo mantendo em sigilo minha identidade. Informo que recebi uma via deste documento com todas as páginas rubricadas e assinadas por mim e pelo Pesquisador Responsável.

Nome do (a) participante: _____

Assinatura: _____

Local e data: _____

Declaração do pesquisador

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária, o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante (ou representante legal) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do pesquisador: _____

Assinatura: _____

Local e data: _____

APÊNDICE E – QUADRO COMPILADO DE DISSERTAÇÕES PRODUZIDOS NOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA QUE EM ALGUM NÍVEL ABORDARAM A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ (2002-2023)

Autoria	Título da obra	Ano	Orientadores	IES	Link para acessar a obra
Benhur Pinós da Costa	A Condição Homossexual e a Emergência de territorializações	2002	Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	
Aleamar Moreira de Sousa	O espaço que ousa dizer seu nome: territórios GLTBS de Goiânia	2005	Prof. Dr. Alecsandro J. P. Ratts.	Universidade Federal de Goiás	https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/10859/3/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Aleamar%20Moreira%20de%20Sousa%20-%202005.pdf
Marcio José Ornat	Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa – PR	2008	Profª. Dra. Joseli Maria Silva	Universidade Estadual de Ponta Grossa	https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/494/1/Marcio%20Ornat.pdf
Matteus Freitas de Oliveira	Princesas do sertão: o universo trans entre o espelho e as ruas de Feira de Santana - BA.	2010	Prof. Dr. Wendel Henrique	Universidade Federal da Bahia	https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19761/1/Matteus%20Freitas%20de%20Oliveira.pdf
Marta Valentina Torres Rodriguez	Vivencias de sujetos en procesos transexualizadores y sus relaciones con el espacio urbano de Santiago de Chile	2012	Prof. Dr. Raul Borges Guimarães	Universidade Estadual Paulista - Campus de Presidente Prudente	https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115756/000803755.pdf?sequence=1&isAllowed=y
Leandro Rosa Dal Forno	A festa da diversidade em Cruz Alta-RS como território de exercício da sexualidade LGBT e de seu reconhecimento social	2013	Prof. Dr. Benhur Pinós da Costa	Universidade Federal de Santa Maria	https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9395/DAL%20FORNO%2c%20LEANDRO%20ROSA.pdf?sequence=1&isAllowed=y
Marcia Tobias Carneiro	Vivências espaciais da saúde no grupo de travestis e transexuais na cidade de Ponta Grossa – Paraná	2014	Prof. Dr. Márcio José Ornat	Universidade Estadual de Ponta Grossa	https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/3919/1/Marcia%20Tobias%20Carneiro.pdf
Ana Carolina Santos Barbosa	A construção de corpos travestis: trajetórias que falam de binarismos e subversões no espaço escolar	2015	Prof. Dr. Augusto César Pinheiro da Silva	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	https://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=1311586_2015_Indice.h

					tml
Geise Teixeira do Nascimento	Território e territorialidade travesti/transsexual em Três Lagoas	2015	Profª Dra. Edima Aranha Silva	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/2847/1/Geise%20Teixeira%20do%20Nascimento.pdf
Cabral Vinicius	Espaço e morte nas representações sociais das travestis e transexuais femininas	2015	Profª. Dra. Joseli Maria Silva	Universidade Estadual de Ponta Grossa	https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/567/1/Vinicius%20Cabral.pdf
Thiago de Carvalho Matos	A dinâmica espacial gay na região da Avenida Paulista: o caso da Rua Frei Caneca São Paulo	2015	Profª. Dra. Glória da Anunciação Alves	Universidade de São Paulo	https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19012017-131348/publico/2015_ThiagoDeCarvalhoMatos_VOrig.pdf
Adelaine Ellis Carbonar dos Santos	Espaço Escolar, Homossexualidades e Prática Discursiva em Ponta Grossa, Paraná	2015	Prof. Dr. Márcio José Ornat	Universidade Estadual de Ponta Grossa	https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/568/1/Adelaine%20Ellis%20C%20Santos.pdf
Taiane Flôres do Nascimento	Os terreiros de cultos afro-brasileiros e de origem africana como espaços possíveis às vivências travestis e transexuais	2016	Prof. Dr. Benhur Pinós da Costa	Universidade Federal de Santa Maria	https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9470/NASCIMENTO%2c%20TAIANE%20FLORES%20DO.pdf?sequence=1&isAllowed=y
Marlucy Sousa Albuquerque Palmeira	As territorialidades da prostituição às margens da rodovia BR153 em Araguaína- TO	2016	Prof. Dr. Roberto de Souza Santos	Universidade Federal do Tocantins	https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/410/1/Marlucy%20Sousa%20Aalbuquerque%20Palmeira%20-%20Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf
Bruno de Freitas	Cidade, gênero e territorialidades LGBT em Uberlândia, MG	2016	Profª. Dra. Beatriz Ribeiro Soares	Universidade Federal de Uberlândia	https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16247/1/CidadeGeneroSexualidade.pdf
William Hanke	Espaço, interseccionalidades e vivência cotidiana gay na cidade de Ponta Grossa, Paraná	2016	Prof. Dr. Márcio José Ornat / Coorientadora: Profª. Dra. Maria Rodó-de-	Universidade Estadual de Ponta Grossa	https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/582/1/William%20Hanke%201.pdf

			Zárete		
Carlos André Gayer Moreira	Espaço escolar, Geografia e homofobia: Um diálogo entre educação, gênero e diversidade sexual	2016	Profª. Dra. Liz Cristiane Dias	Universidade Federal de Pelotas	http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/5545/1/CARLOS%20ANDRE%20GAYER%20MOREIRA_Dissertacao.pdf
Adriana Gelinski	As vivências espaciais dos membros LGBT da igreja da comunidade metropolitana em maringá e da Igreja Episcopal Anglicana em Curitiba e a constituição das significações de suas sexualidades	2017	Prof. Dr. Márcio José Ornat	Universidade Estadual de Ponta Grossa	https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/596/1/ADRIANA%20GELINSKI.pdf
Carolina Pereira Peres	Geo-grafias dos Sujeitxs: Gênero e Ação Cultural em Nova Iguaçu	2017	Profª. Dra. Anita Loureiro de Oliveira	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/4278/2/2017%20-%20Carolina%20Pereira%20Peres.pdf
Edipo Djavan dos Reis Göergen	Homossexualidades na territorialidade tradicionalista gaúcha	2017	Prof. Dr. Benhur Pinós da Costa	Universidade Federal de Santa Maria	https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/14371/DIS_PP_GGEOGRAFIA_2017_GOERGEN_EDIPO.pdf?sequence=1&isAllowed=y
Fabiano Barnart	As travestilidades na ditadura: a interdição e a resistência de travestis em Porto Alegre, na década de 1970	2018	Profª. Dra. Claudia Luisa Zeferino Pires	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/184522/001080107.pdf?sequence=1&isAllowed=y
Ruan Pinheiro do Nascimento Faria	Concepções de gênero e sexualidade no ensino de Geografia em escolas públicas de Goiânia, Goiás	2018	Prof. Dr. Alecsandro J. P. Ratts / Coorientadora: Profª. Dra. Lucineide Mendes Pires	Universidade Federal de Goiás	https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9258/5/Disserta%3%a7%3%a3o%20-%20Ruan%20Pinheiro%20do%20Nascimento%20Faria%20-%202018.pdf
Nathália da Silva Vieira	O Buraco da Lacreia na Lapa Carioca: relações homoafetivas e distintas territorialidades, em um espaço de	2019	Prof. Dr. Miguel Ângelo Campos Ribeiro / Coorientador: Prof.	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/16388/2/Disserta%3%a7%3%a3o%20-%20Nath%3%a1lia%20da%

	vivências LGBT		Dr. Augusto César Pinheiro da Silva		20Silva%20Vieira%20-%202019%20-%20Completa.pdf
Irineu Soares de Oliveira Neto	Vivências docentes de professores gays e lésbicas no ensino de Geografia em escolas de educação básica	2019	Prof. Dr. Antônio Carlos Pinheiro	Universidade Federal da Paraíba	https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/22811/1/IrineuSoaresDeOliveiraNeto_Dissert.pdf
Vinicius Santos Almeida	Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo	2019	Profª. Dra. Fernanda Padovesi Fonseca	Universidade de São Paulo	https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04032020-154531/publico/2019_ViniciusSantosAlmeida_VCorr.pdf
Fernanda de Faria Viana Nogueira	De quem são os lugares na cidade? Entendendo trajetórias gays em Campos dos Goytacazes – RJ	2019	Prof. Dr. Antônio Henrique Bernardes	Universidade Federal Fluminense	https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/21453/FernandaFariaVianaNogueira.pdf?sequence=1&isAllowed=y
Igor Melo de Aquino	Economia moral dos corpos em Niterói: fissuras na cidade cis-heteronormativa	2019	Prof. Dr. Ivaldo Gonçalves de Lima	Universidade Federal Fluminense	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7661501
Diego Miranda Nunes	A produção das masculinidades e socioespacialidades de homens que buscam parceiros do mesmo sexo no aplicativo Tinder em Rio Grande - RS	2019	Profª. Dra. Susana Maria Veleda da Silva	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000012813.pdf
Cláudia Maliszewski Escouto	A Geografia já saiu do armário? Diálogos sobre gênero, sexualidades e escola	2019	Profa. Dra. Ivaine Maria Tonini	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/197407
Alline Lemos Lira	Gênero no ensino de Geografia em escolas estaduais do Tocantins	2019	Profa. Dra. Carolina Machado Rocha Busch Pereira	Universidade Federal do Tocantins	https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2125
Vinicius Nunes Fileto	Colorindo a luta pela terra: espacialidades LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro	2020	Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti	Universidade Federal de Uberlândia	https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/29356/4/ColorindoLutaTerra.pdf

Bruna Iara Lorian Chagas	As Assemblage de garantia de direitos para pessoas LGBTQ+ na cidade de Ponta Grossa, Paraná	2020	Prof. Dr. Márcio José Ornat	Universidade Estadual de Ponta Grossa	https://tede2.uepg.br/jspui/bits/tream/prefix/3084/1/BRUNA%20IARA%20LORIAN%20CHAGAS.pdf
Rita Stamer Neves	Análise da Prostituição Feminina no Entorno da Avenida Farrapos em Porto Alegre: Estudo sobre a Identidade dos Grupos e suas Características	2020	Prof ^a . Dra. Claudia Luisa Zeferino Pires	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9256627
Tyrone Andrade de Mello	Corpos que não importam: mulheres travestis nos livros didáticos de Geografia	2021	Prof ^a . Dra. Ivaine Maria Tonini	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/234453/001136222.pdf?sequence=1&isAllowed=y
Edjango Lima Freitas	Territorialidades LGBTQIA+ na educação básica: a oficina geográfica de gênero e sexualidade como ferramenta de luta e resistência.	2021	Prof. Dr. Pablo Sebastian Moreira Fernandez	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/33088/1/TerritorialidadesLGBTQIA%2b_Freitas_2021.pdf
Gabriel Gonçalves Arantes	Ensino de Geografia e Direitos Humanos: a força democrática dos movimentos negro e LGBT	2021	Prof. Dr. Tulio Barbosa	Universidade Federal de Uberlândia	https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/35229/4/EnsinoDeGeografia.pdf
Laleska Costa de Freitas	Interstícios urbanos cariocas: As paradas LGBTQ+ enquanto territorialidades suburbanas	2021	Prof. Dr. Ivaldo Gonçalves de Lima	Universidade Federal Fluminense	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11437623
Hortência Gomes de Brito Souza	“Quem vive na margem não se afoga nessa água”: Bissexualidade, Interseccionalidade e direito à cidade em Ponta Grossa – Paraná	2022	Prof. Dr. Márcio José Ornat	Universidade Estadual de Ponta Grossa	https://tede2.uepg.br/jspui/bits/tream/prefix/3747/1/Hort%c3%aancia%20Gomes%20de%20Brito%20Souza.pdf
Kelyton Hugo Coelho da Costa	O corpo-queer-ribeirinho: das existências corporificadas à reivindicação da cidade pela paisagem	2022	Prof. Dr. Aiala Colares de Oliveira Couto	Universidade do Estado do Pará	https://repositorio.uepa.br/jspui/simple-search
Victor Pereira de	Espaço Corporificado: Uma perspectiva	2022	Prof ^a . Dra. Anita	Universidade	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/colet

Sousa	Queer em fractal sobre a Geografia da escola		Loureiro de Oliveira	Federal Rural do Rio de Janeiro	a/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13327037
Lucas Aguiar Tomaz Ferreira	Desenvolvimento Territorial e Políticas de Gênero e Sexualidade nos Territórios de Identidade do Centro Sul Baiano.	2022	Profª. Dra. Fernanda Viana de Alcântara	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	http://www2.uesb.br/ppg/ppge/wp-content/uploads/2022/08/DISSERTA%C3%87%C3%83O-DE-LUCAS.pdf
Jéssica Lana de Souza da Silva	Cidade pra quem?: Reflexões sobre o espaço urbano e a LGBTQIfobia no contexto juiz-forano	2022	Profª. Dra. Maria Lúcia Pires Menezes	Universidade Federal de Juiz de Fora	https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/15899/1/jessicanadesouzadasilva.pdf
Crislane Palma da Silva Rosa	“Beije sua preta em praça pública”: da apropriação do corpo à apropriação do espaço	2022	Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa	Universidade Federal da Bahia	https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35720
Wilians Ventura Ferreira Souza	“Aqui se respira luta, aqui se pinta diversidade”: por uma leitura socioespacial e socioterritorial do movimento LGBTQIA+ brasileiro	2023	Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes	Universidade Estadual Paulista	https://repositorio.unesp.br/handle/11449/242796
Matheus Vieira Barbosa	Proteção e resistência: territorialidades LGBTQIA+ na rua da lama em Vitória (ES)	2023	Prof. Dr. Leonardo Civale	Universidade Federal de Viçosa	https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/31180/1/texto%20completo.pdf

APÊNDICE F – QUADRO COMPILADO DE TESES PRODUZIDOS NOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA QUE EM ALGUM NÍVEL ABORDARAM A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ (2002-2023)

Autoria	Título da obra	Ano	Orientadores	IES	Link para acessar a obra
Benhur Pinós da Costa	Por uma Geografia do Cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade	2007	Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13543/000643152.pdf?sequence=1
Márcio José Ornat	Território descontínuo e multiterritorialidade na prostituição travesti através do Sul do Brasil	2011	Prof. Dr. Roberto Lobato Azevedo Corrêa	Universidade Federal do Rio de Janeiro	http://objdig.ufrj.br/16/teses/775865.pdf
Jorgeanny de Fátima Rodrigues Moreira	Do movimento social à festa: as microterritorialidades festivas e efêmeras da parada LGBT em Goiânia, Goiás	2016	Prof. Dr. Carlos Eduardo Santos Maia	Universidade Federal de Goiás	https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6290
Ivan Ignácio Pimentel	Processo de construção dos atores, padrões de sexualidades homossexuais e os Tlovers na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XXI	2016	Prof. Dr. Miguel Ângelo Campos Ribeiro	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	https://www.btdt.uerj.br:8443/bitstream/1/13238/1/tese%20completa%20revisada%20Ivan%20Ignacio%20Pimentel%20completo%20protegido.pdf
Talita Cabral Machado	A cidade das mulheres feministas: uma cartografia de Goiânia em perspectiva interseccional e da diferença	2016	Prof. Dr. Alecsandro J. P. Ratts	Universidade Federal de Goiás	https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6727
Ramon de Oliveira Bieco Braga	Espaço e as práticas do cuidado de si, na relação saúde/doença do corpo das travestis e mulheres transexuais em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná	2020	Prof. Dr. Márcio José Ornat	Universidade Estadual de Ponta Grossa	https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/3098/1/Ramon%20de%20Oliveira%20Bieco%20Braga.pdf
Aleamar Moreira de Sousa	Espacialidades do envelhecimento LGBT's nas cidades pequenas de Goiás	2020	Profª. Dra. Beatriz Ribeiro Soares	Universidade Federal de Uberlândia	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9488334

Carlos André Gayer Moreira	Geografias Queer & currículo: Por Uma Educação Geográfica Fora do Armário!	2020	Prof ^a . Dra. Ivaine Maria Tonini	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218112/001122831.pdf?sequence=1&isAllowed=y
Adelaine Ellis Carbonar dos Santos	Vivências transmasculinas em espaços educacionais de nível superior do sul do Brasil e a multiplicidade espacial	2020	Prof. Dr. Márcio José Ornat	Universidade Estadual de Ponta Grossa	https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/3168/1/Adelaine%20Ellis%20Carbonar%20dos%20Santos.pdf
Evelin Generoso Ferreira Fonseca	Outras Geografias” na metrópole carioca: A população LGBTI+ e a busca por uma cidade justa.	2020	Prof. Dr. Miguel Ângelo Campos Ribeiro	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9879834
Gabriel de Lima Souza	Na praia, na montanha, sob a luz do luar ou em algum lugar além do arco-íris: perspectivas geográficas acerca das espacialidades homossexuais masculinas representadas nos filmes Praia do Futuro, Brokeback Mountain e Moonlight	2021	Prof. Dr. João Rua	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/55820/55820.PDF
Martin Ignacio Torres Rodríguez	La experiencia de travestis y trans femeninas en la vivencia del espacio carcelario masculino en Santiago de Chile	2022	Prof ^a . Dra. Joseli Maria Silva	Universidade Estadual de Ponta Grossa	https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/3890/1/Martin%20Ignacio%20Torres%20Rodr%c3%adguez%20.pdf

APÊNDICE G – GRUPOS/LABORATÓRIOS DE PESQUISA DA UFMA QUE TRABALHAM COM A TEMÁTICA GÊNERO

Nome do Grupo/Laboratório	Curso vinculado	Campus	Docente responsável
Grupo de Estudos de Gênero e Educação Chita/Gitã	Licenciaturas em Ciências Humanas/ Sociologia	São Bernardo	Amanda Gomes Pereira
Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política	Licenciaturas em Ciências Humanas/ Sociologia		Ana Caroline Amorim Oliveira
Grupo de Estudos em Turismo, Espacialidades, Ruralidades e Meio Ambiente (GETERMA)	Turismo		Tatiana Colasante
Grupo Interdisciplinar de Estudo, Pesquisa e Extensão em Comunicação, Gênero e Feminismos (Maria Firmina dos Reis)	Jornalismo	Imperatriz	Michelly Santos de Carvalho
Grupo de Estudo e Pesquisa Epistemologia e Educação	Licenciaturas em Ciências Humanas		Edson Ferreira da Costa
Território, Desenvolvimento, Gênero e Modernidade (TDeGeM)	Licenciaturas em Ciências Humanas/Sociologia		Vanda Maria Leite Pantoja
Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Pedagógicas (LIEPP)	Educação Física	Pinheiro	Rarielle Rodrigues Lima
Grupo de Pesquisa Gênero, Memória e Identidade (GENI)	Licenciaturas em Ciências Humanas/Geografia	Codó	Alex de Sousa Lima
Grupo de Pesquisa e Ensino de Ciências Humanas (PenCiH)			
Marginalia (estudos decoloniais)	Letras	Bacabal	Cristiane Navarrete Tolomei
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE)	Educação I	São Luís	Sirlene Mota Pinheiro da Silva
Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais, Questão Social e Identidades	Serviço Social		Claudia Alves Durans
Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas (GDES)	Serviço Social		Lilia Penha Viana Silva
Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos	Serviço Social		Silvane Magali Vale Nascimento
Grupo de Pesquisa Religião e Cultura Popular (GP Mina)	Sociologia e Antropologia		Marilande Martins Abreu
Estudos em Tradição e Memória (EsTreMa)	Comunicação Social		Maria Gislene Carvalho Fonseca